

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Ribeirão do Pinhal situa-se na região denominada Norte Pioneiro Paranaense, antes conhecida como Norte Velho ou mesmo Norte Velho de Jacarezinho. Foi esta região a porta de entrada da ferrovia vinda de São Paulo. Ferrovia que deu suporte às Companhias Colonizadoras desbravadoras de grande parte do território Norte e Noroeste do Estado do Paraná. A colonização do Norte do Paraná é considerada um dos maiores projetos de colonização ocorridos no mundo.

Por definição constitucional, o Plano Diretor é o instrumento orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana do município. Serve como balizador para o processo de planejamento municipal, o qual deve ser constantemente revisto e atualizado. Através dele criar-se-á um vetor para orientação das políticas setoriais (saúde, educação, assistência social, áreas verdes, preservação ambiental, transportes, sistema viário, iluminação pública, pavimentação de vias, coleta de resíduos, drenagem, entre outras) e para as ações do governo local, da iniciativa privada e outros segmentos do Estado. Entre outros objetivos o Plano procura articular as ações públicas e orientar a elaboração do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e a Lei do Orçamento Anual - LOA. Portanto, em última instância, trata-se de um pacto social cujo desdobramento, em vários campos, tem compromisso com mudanças.

O Plano Diretor de Ribeirão do Pinhal é o primeiro esforço do gênero produzido em toda a história do Município. Sua realização levou em consideração aspectos fundamentais e legais que o balizam. Dentre estes aspectos destacamos:

- A política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná – PDU;
- A lei orgânica do Município;
- O Estatuto da Cidade.

A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU, em vigor, cujas Diretrizes objetivam a geração de renda, o resgate do planejamento, a inclusão social e recuperação e preservação do patrimônio ambiental. As ações prioritárias decorrentes do PDU-PR focalizam a geração de emprego e renda, a execução de projetos previstos em planos setoriais de governo e os projetos que objetivem eliminar obstáculos ao desenvolvimento. Além disso, o Plano Diretor é decorrente de uma postura política que visa dar consistência à política de desenvolvimento urbano no Estado do Paraná. O Decreto Estadual 2581, de 17 de fevereiro de 2004, estatui que o governo paranaense somente firmará

convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com municípios que já possuam Planos Diretores. Disso resulta, também, o interesse do Poder Executivo Municipal em realizar o Plano.

Na Lei Orgânica do Município encontramos os elementos que definem a Política Urbana:

Art. 126. *A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes:*

I – garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;

II – gestão democrática da cidade, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre o poder público, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município, de modo a evitar e corrigir distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população;

VI – ordenação e controle ao uso do solo urbano, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração de áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambientais;

VII – integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio, cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico,

XIII – audiência do poder público e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XV – regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificações, consideradas a situação econômica da população e as normas ambientais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

Art. 127. *O poder público municipal, para assegurar a prevalência dos direitos urbanos, utilizará, os instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade.*

§ 1º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não identificado, subutilizado, ou não utilizado, que promova adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II – impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III – desapropriação, nos termos da lei federal;

§ 2º O direito de propriedade urbana não pressupõe o direito de construir, que deverá ser autorizado pelo poder público municipal.

Art. 128. *O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, obrigatório e aprovado mediante lei, abrangerá as funções da vida coletiva, em que se incluem habitação, trabalho, circulação e recreação e, em conjunto, os aspectos físicos, econômico, social e administrativo.*

I – disposições sobre o sistema viário urbano e rural, o zoneamento urbano, a edificação e os serviços públicos;

II – disposições sobre o desenvolvimento econômico e a integração da economia municipal à regional;

III – promoção social da comunidade e criação de condições de bem-estar da população;

IV – organização institucional que possibilite a permanente planificação das atividades públicas municipais e sua integração aos planos estadual e nacional;

Art. 129. *O Plano Diretor deverá conter, dentre outras previstas no Estatuto da Cidade, normas relativas à:*

I – delimitação das áreas de preservação natural;

II – delimitação das áreas destinadas à habitação popular, dotadas de rede de abastecimento de água, esgoto e energia;

III – delimitação de áreas destinadas à implantação de equipamentos para educação, atividades culturais e esportivas, saúde e lazer da população;

IV – delimitação das áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor hídrico e atmosférico;

V – critérios para autorização de parcelamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbano, e de implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a sua forma de gestão;

VI – delimitação das áreas impróprias para ocupação urbana, por suas características geotécnicas.

Parágrafo único – *As normas municipais de edificação, zoneamento, loteamento ou para fins urbanos atenderão às peculiaridades locais e à legislação federal e estadual pertinentes.*

O Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/2001, definiu os instrumentos de política urbana, sendo a maioria deles, de aplicação no planejamento municipal. Dos instrumentos criados alguns regem-se por legislação que lhes é própria como por exemplo, a desapropriação, a servidão administrativa, o tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano. Outros, no entanto, foram instrumentos criados pelo próprio Estatuto da Cidade, e que dependem, na sua quase totalidade, da existência do Plano Diretor.

Dentre os novos instrumentos de política urbana, destacam-se: o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, o Direito de Preempção, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, a Transferência do Direito de Construir e o Estudo de Impacto de Vizinhança.

PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

A aplicação deste instrumento tem por objetivo coibir a atividade especulativa com o imóvel urbano e, por conseguinte, assegurar com que a propriedade urbana cumpra sua função social. O proprietário tem que promover o adequado aproveitamento e utilização de sua propriedade, caso contrário, para áreas previstas no Plano Diretor e/ou em Lei específica, poderá ser penalizado com a aplicação de um alíquota progressiva do IPTU e, até mesmo, ter o seu imóvel desapropriado e o pagamento pode ser realizado com títulos da dívida pública, resgatáveis em até 10 anos. Trata-se de uma desapropriação sanção.

DIREITO DE PREEMPÇÃO

A aplicação do Direito de Preempção, ao conferir ao Poder Executivo Municipal a preferência na aquisição, em igualdade de condições, de imóvel cujo proprietário deseja vender, tem por finalidade principal aproveitar oportunidades para adquirir imóveis necessários para o ordenamento e direcionamento da expansão urbana, para a criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes e para a criação de unidades de conservação ou proteção de áreas verdes de interesse ambiental.

OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

No Brasil, as discussões sobre a implantação da Outorga Onerosa do Direito de Construir remontam também à meados dos anos 70, sendo que, mesmo antes do advento do Estatuto da Cidade, inúmeras cidades brasileiras, com diferentes denominações (solo criado, operações interligadas) vinham aplicando a Outorga Onerosa com sucesso. São os casos de cidades como Curitiba e São Paulo. Com a aprovação do Estatuto da Cidade a maioria das cidades brasileiras obrigadas a elaborar Plano Diretor vêm adotando tal instituto como um importante mecanismo de política urbana.

A aplicação deste instituto possibilita ao proprietário construir em seu terreno área superior à aquela definida como seu direito de construir decorrente da multiplicação do coeficiente de aproveitamento básico, quantificado na Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano, pela área do terreno. Para edificar área superior ao seu direito de construir o proprietário terá que adquirir, mediante contrapartida financeira, área adicional ao direito originário.

TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

A Transferência do Direito de Construir vem possibilitar ao proprietário de um imóvel exercer em outro terreno ou mesmo vender para terceiros, o direito de construir em sua propriedade quando o referido imóvel for considerado necessário para a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, preservação e/ou servir a programas de interesse social. A faculdade de transferir o direito de construir poderá ser concedida ao proprietário em casos cujo imóvel sofra restrições quanto ao seu uso e/ou ocupação como, por exemplo, em casos de tombamento do imóvel decorrente de seu valor histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural. Tal faculdade também poderá ser concedida nos casos em que o proprietário doar ao poder público seu imóvel ou parte dele. No Município este instituto poderá ser amplamente aplicado na aquisição de áreas de fundo de vales impulsionando a política de preservação destas áreas. Poderá também facilitar a aquisição de propriedade nos bairros para que o Poder Executivo municipal implante equipamentos comunitários.

ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV.

O Estudo de Impacto de Vizinhança vem sendo largamente empregado nas legislações urbanísticas municipais, onde o acelerado processo de transformações urbanas por quais passam as cidades e a introdução de novas

tecnologias nos processos econômicos, faz com que nem todas as atividades hoje incômodas, nocivas ou perigosas o sejam amanhã. Para a gestão urbana, o tratamento dessas questões requer situações específicas que demandam estudos caso a caso, daí a necessidade do EIV.

CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO.

O consórcio imobiliário permite a viabilização de Planos de Urbanização ou de edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas. O Consórcio possibilita a parceria público - privado na produção da cidade.

DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

O Estatuto da Cidade estabelece também que o Plano Diretor deve versar sobre um Sistema Municipal de Planejamento que garanta a gestão democrática da cidade. Atendendo a esse imperativo, é necessário propiciar as condições de transparência às ações e decisões públicas e a criação de mecanismos financeiros que possibilitem implantar ações estruturais e prioritárias do desenvolvimento municipal.

O presente Plano Diretor traz um conjunto de propostas que visam, de um lado, promover redefinições nas trajetórias das ações públicas no Município. De outro, busca promover novas situações que procuram prevenir problemas e desencadear ações planejadas que indiquem novos cenários à sociedade.

Tendo sido financiado com recursos do governo do Paraná, a organização, o conteúdo, a metodologia e os prazos de realização obedecem às normas ditadas pela entidade representativa do governo estadual, no caso, o PARANACIDADE.

O disposto no Termo de Referência fornecido pelo órgão estadual resume-se em: a) Formação de Equipe Técnica no Poder Executivo Municipal, b) Constituição de Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal, c) Elaboração de Avaliação Temática Integrada, d) Definição de Diretrizes e Proposições, e) Proposição de Legislação Básica, f) Proposição de Plano de Ação, g) Realização de, pelo menos, três Audiências Públicas.

Na Avaliação Temática Integrada foram analisados os diferentes aspectos do desenvolvimento local (ambientais, sócio-econômicos, sócio-espaciais, institucionais, infra-estrutura e serviços públicos). Através do diagnóstico obteve-se a caracterização geral do Município com identificação de suas potencialidades, recursos, limitações e principais problemas urbanos. A partir do conjunto dessas informações será possível, nas próximas etapas do Plano, formular as respectivas diretrizes de ação, políticas setoriais e indicadores de desempenho.

Nessa fase a obtenção das informações foi dificultada pela ausência de dados sistematizados e ordenados que possibilitassem a sua utilização imediata. Ademais, o transcorrer do processo eleitoral, definindo novas escolhas de prefeito e vereadores, colaborou para adiar procedimentos metodológicos previstos inicialmente.

O processo de realização do Plano pôs em evidência não só uma série de enfrentamentos temáticos que constituem o espaço construído de nossas cidades e municípios. Ao buscar superar a tradição dos Planos Diretores de passado recente, via-de-regra normativos e reguladores do uso/ocupação do solo urbano, o Plano Diretor de Ribeirão do Pinhal cria uma agenda de compromissos de políticas públicas articuladas entre si e sustentadas nas questões ambiental, espacial, econômica, social, jurídica, financeira, social e na gestão democrática. O objetivo maior é proporcionar formas de inclusão social. Nesse sentido, a articulação entre o Poder Público e o Poder Privado é de fundamental importância para potencializar as capacidades econômicas e sociais existentes.

O Plano Diretor Municipal de Ribeirão do Pinhal trás uma nova concepção para o enfrentamento das questões relacionadas à gestão urbana. Não é programa de governo, embora o oriente. É uma síntese de conceitos e idéias que ganham força política e que se corporificam na forma jurídica. A nova concepção é fruto da aplicação do Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001, regulando a propriedade urbana e dando materialidade ao conceito da função social da cidade, exigindo formas de participação da sociedade na gestão e determinando a sustentabilidade ambiental.

Assim, a função social da propriedade e da cidade se confundem com o direito à cidade e este passa a ser compreendido como direito coletivo a um padrão de vida digno. Entende-se como tal a criação das condições que assegurem o acesso universal aos bens e serviços públicos, o gozo do direito à moradia, à terra urbanizada e ao trabalho, à justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. É o que busca o Plano Diretor de Ribeirão do Pinhal.

Como estratégia, o Plano Diretor é constituído por 5 vertentes principais de ação: a) Desenvolvimento econômico, b) Proteção e preservação ambiental, c) Serviços e infra-estrutura públicos d) Ordenamento Físico-territorial e e) Gestão democrática e Desenvolvimento Institucional.

AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

2. AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

2.1. HISTÓRICO

Foi João Francisco da Veiga, tropeiro, comerciante de erva mate industrializada e café, quem requereu junto ao Imperador Dom Pedro II, a posse da gleba de São Francisco, situada entre os rios Cinzas e Laranjinhas e cuja abrangência alcançava parte dos atuais territórios dos municípios de Ribeirão do Pinhal, Jundiá do Sul e Santo Antônio da Platina.

João Francisco da Veiga obteve despacho favorável do Imperador, entretanto veio a falecer em 1888, sem chegar a legalizar sua posse. Isso veio a ser feito por seus herdeiros, cujos advogados Martins Alves de Camargo e Marcelino Nogueira iniciaram as petições demarcatórias em 1916.

Dado início à colonização da região, primitivamente ocupada por índios bororós e coroados, inúmeros desbravadores para ela se dirigiram. José Domingues Faustino, em abril de 1923, junto com sua família e os companheiros Emilio Proença, Francisco, Joaquim e Virgílio, saíram das margens do Rio das Cinzas e após longo percurso chegaram ao local hoje denominado Fazenda Santa Rita. Era o mês de maio de 1924. Em 26 de junho do mesmo ano a família de José Domingues alcança, com a mudança em lombos de burros, o local que foi denominado inicialmente de Espírito Santo do Pinhal, em homenagem à data de 29 de junho, aniversário de José Domingues Faustino. Ainda em 1924 chegam ao local o Sr. Manoel Bonifácio e seu irmão Bernardino.

Em 1925 é construído o cemitério local; no ano seguinte inaugura-se a primeira casa comercial de propriedade do Sr. Armando Silva. Também em 1926 é realizada a primeira missa, por frei Angélico, em uma capelinha de ripões construída por José Domingues Faustino e Joaquim Marcolino. A capela comportava apenas 25 pessoas.

O povoado cresce rapidamente, igualando-se em meados dos anos 30 às vilas de Abatiá e Cinzas, localidades estas bem mais antigas. Em 1938 foi criado o distrito administrativo e judiciário de Pinhal, no município de Santo Antônio da Platina. Em 1943 o distrito de Pinhal passou a denominar-se Laranjinha e finalmente em 10 de outubro de 1947, a Lei Estadual nº2, criou o município de Ribeirão do Pinhal, cuja instalação ocorreu em 19 de outubro do mesmo ano.

O Sr Raul Curupaná da Silva foi nomeado prefeito municipal interino. Em 3 de outubro de 1947 foi realizada a eleição que consagrou o Sr. Hermenegildo Cavazzani o primeiro prefeito eleito do município de Ribeirão do Pinhal. O topônimo se origina do ribeirão do mesmo nome, onde havia grande número de pinheiros.

TABELA – HIST 01
MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE
HISTÓRICO DA INSTALAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO

MUNICÍPIO	ANO DE INSTALAÇÃO	MUNICÍPIO	ANO DE INSTALAÇÃO
Abatiá	1947	Nova Fátima	1952
Andirá	1944	Nova Santa Bárbara	1993
Assaí	1944	Pinhalão	1952
Bandeirantes	1935	Quatiguá	1947
Barra do Jacaré	1964	Rancho Alegre	1961
Cambará	1924	Ribeirão Claro	1900
Carlópolis	1907	Ribeirão do Pinhal	1947
Congonhinhas	1945	Salto do Itararé	1961
Conselheiro Mairinck	1961	Santa Amélia	1952
Cornélio Procópio	1938	Santa Cecília do Pavão	1961
Curiúva	1947	Santa Mariana	1947
Figueira	1983	Santana do Itararé	1961
Guapirama	1964	Santo Antônio da Platina	1914
Ibaiti	1947	Santo Antônio do Paraíso	1961
Itambaracá	1955	São Jerônimo da Serra	1947
Jaboti	1955	São José da Boa Vista	1961
Jacarezinho	1901	São Sebastião da Amoreira	1952
Japira	1952	Sapopema	1961
Jataizinho	1947	Sertaneja	1952
Joaquim Távora	1929	Siqueira Campos	1920
Jundiá do Sul	1947	Tomazina	1913
Leópolis	1952	Uraí	1947
Nova América da Colina	1961	Wenceslau Braz	1935

FONTE: IPARDES – Base Pública e Tabulações Especiais

ASPECTOS REGIONAIS

2.2. ASPECTOS REGIONAIS

O município de Ribeirão do Pinhal localiza-se na porção norte do território Paranaense. Suas coordenadas geográficas são:

- Latitude: 23°25' sul;
- Longitude: 50°21' oeste de Greenwich;
- Altitude da Sede: 560m.

Os municípios que fazem limites com Ribeirão do Pinhal são os seguintes:

- Ao norte: Abatiá e Cornélio Procópio;
- Ao sul: Ibaiti;
- A leste: Jundiáí do Sul;
- A oeste: Nova Fátima e Congonhinhas.

O município possui um distrito (Triolândia) que distancia a 12Km da sede do município. As distâncias da cidade de Ribeirão do Pinhal aos principais centros urbanos da região e do estado são:

- Santo Antônio da Platina: 35 Km;
- Cornélio Procópio: 55 Km;
- Jacarezinho: 56 Km;
- Londrina: 120 Km;
- Curitiba: 356 Km.

De Ribeirão do Pinhal é possível, com facilidade, por vias terrestres pavimentadas alcançar as principais localidades do Estado do Paraná e do Brasil. O acesso ao município de Ribeirão do Pinhal é feito através das rodovias estaduais PR-218, PR-439 e PR-436. A PR-218 cruza o distrito sede do município interligando-o, à oeste, ao município de Nova Fátima e à PR-160, esta última possibilita conexão com a BR-369 ao norte e a BR-153 ao sul. A leste de Ribeirão do Pinhal a PR-218 possibilita alcançar o Estado de São Paulo passando por Jundiáí do Sul e alcançando a ponte sobre a represa de Chavantes na altura de Carlópolis.

A PR-439 faz a conexão de Ribeirão do Pinhal com Santo Antônio da Platina. Este município é um importante entroncamento rodoviário, onde se encontram as rodovias: PR-439, PR-092 e a BR-153. A rodovia federal BR-153 corta o país no sentido norte-sul e é conhecida como *Transbrasiliiana*. Na PR-439, a

poucos quilômetros da sede de Ribeirão do Pinhal, a encontro com a PR-436. Esta rodovia permite alcançar os municípios de Abatiá e Bandeirantes, assim como a BR-369. Esta ultima, importante rodovia federal, possibilita a interligação do sul do Estado de São Paulo às principais cidades do norte e oeste do Estado do Paraná.

A rodovia PR-436 acessa, ao norte, o município de Bandeirantes, cruzando o distrito sede de Abatiá. Em Bandeirantes existe outro acesso à rodovia BR-153. Ao sul do distrito sede, a PR-436 não é pavimentada; é o principal acesso ao distrito de Triolândia, e cruza o município de Ibaiti, onde se encontra com a BR-153.

Com uma população de 14.341 habitantes, aferida pelo IBGE, no ano de 2000, e área terrestre de 391 Km², Ribeirão do Pinhal alcançou densidade populacional de 38,26 hab./Km². Densidade esta superior a média da mesorregião do norte pioneiro paranaense (no qual o município está situado) que apresentou 34,86 hab./Km² e inferior a densidade populacional do estado que era de 47,88 hab./Km².

Na divisão territorial do IBGE, Ribeirão do Pinhal integra a Microrregião de Cornélio Procópio, que por sua vez está inserida na Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense. As microrregiões e seus respectivos municípios que compõem a mesorregião do norte pioneiro paranaense constam do quadro seguinte:

TABELA – REG 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL/MICRORREGIÕES
MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM AS MICRORREGIÕES DA
MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE.

MICRORREGIÃO	MUNICÍPIOS
Assaí	Assaí, Jataizinho, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira e Uraí.
Cornélio Procópio	Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal , Santa Amélia.
Jacarezinho	Barra do Jacaré, Cambará, Jacarezinho, Jundiá do Sul, Ribeirão Claro e Santo Antônio da Platina.
Ibaiti	Conselheiro Mairink, Curiúva, Figueira, Ibaiti, Jaboti, Japira, Pinhalão e Sapopema.
Wenceslau Braz	Carlópolis, Guapirama, Joaquim Távora, Quatiguá, Salto do Itararé, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

FONTE: CALVENTE, 2001.

FIGURA – REG 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO



FIGURA – REG 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
LOCALIZAÇÃO REGIONAL

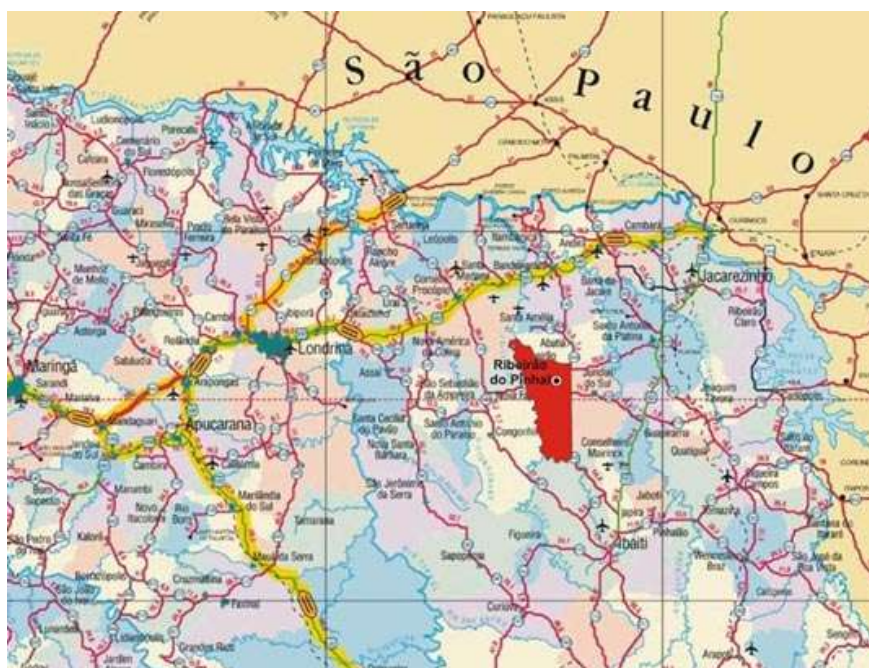
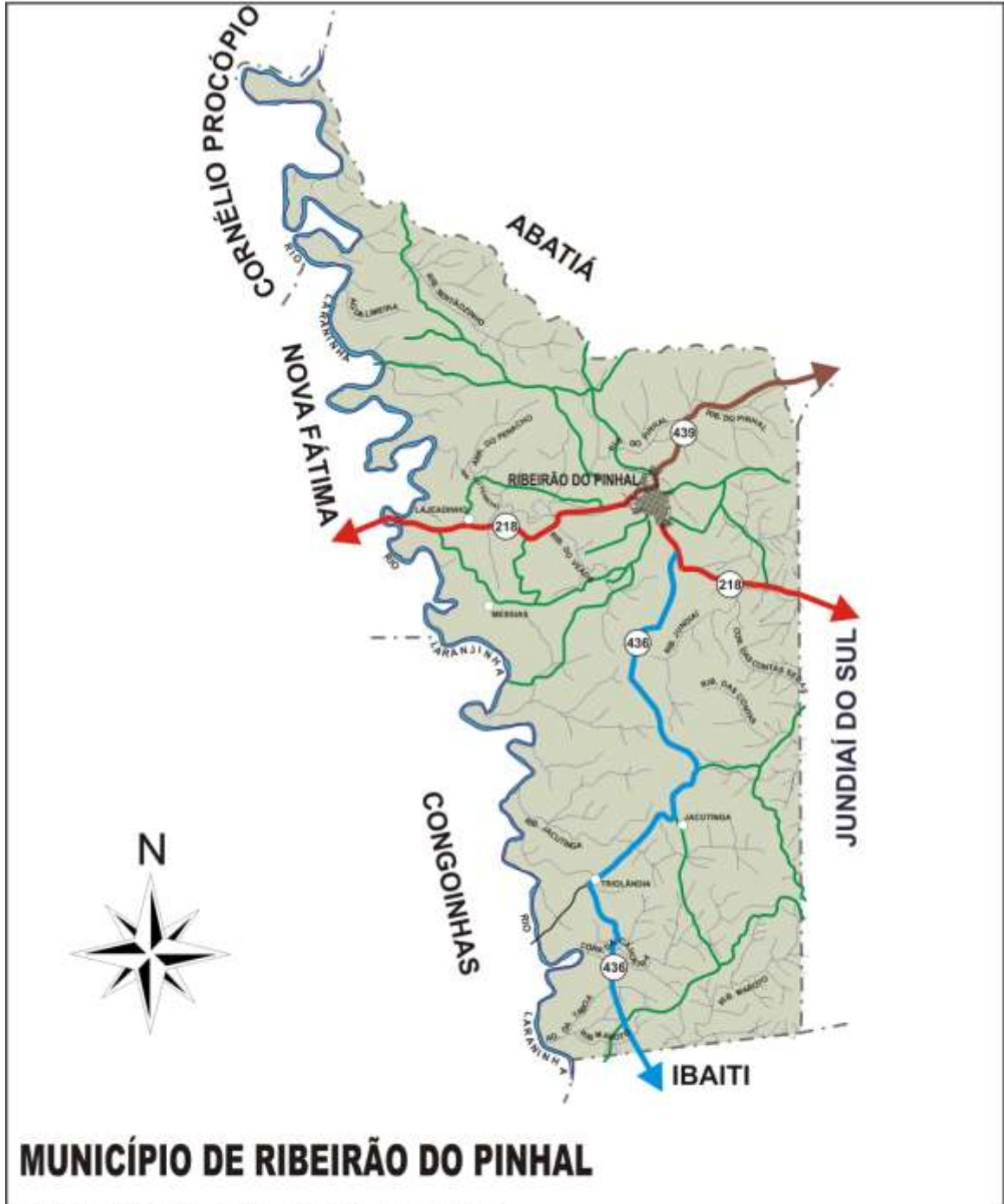


FIGURA – REG 03
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
RODOVIAS DO MUNICÍPIO

Rodovias



Fonte: MAPA DE SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO – INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA - 1980.

LEGENDA

RODOVIAS ESTADUAIS PAVIMENTADAS
 PR 218 
 PR 439 

RODOVIAS MUNICIPAIS PAVIMENTADA 

RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS
 PR 436 

RODOVIAS MUNICIPAIS SEM PAVIMENTAÇÃO 

A mesorregião norte pioneiro é composta por 46 municípios, compreendendo uma área total de 15.799,8 Km². Nenhum dos municípios que compõem a região possui população superior a 50.000 habitantes na área urbana. Os principais centros urbanos do território regional são: Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina. Todos os municípios do norte pioneiro estão no raio de influência de Londrina (cidade pólo da vizinha mesorregião norte-central paranaense) e com esta mantém relações sócio-econômicas e culturais intensas.

Em 2000, a população do norte pioneiro correspondia a 6% da população paranaense. Eram 548.190 habitantes no total, sendo 411.731 habitantes das áreas urbanas e 136.459 habitantes moradores da zona rural. De modo geral, a mesorregião vem perdendo população desde os anos 70. A evasão originou-se no âmbito rural, que sofreu perda de 333.616 habitantes entre 1970 a 1996. Nesse período a área urbana apresentou crescimento, decorrente da absorção de parte do êxodo rural.

A população total decresceu, no período de 1991 a 2000, ao ritmo de -0,15% a.a.. A população rural diminuiu acentuadamente, na velocidade de -4,11% a.a.. A mesorregião obteve valores positivos na taxas de crescimento da população urbana que foi de 1,61% a.a.. Mesmo assim, esta taxa é a terceira menor do estado, sendo superior, apenas, às das mesorregiões noroeste paranaense (1,29%a.a.) e centro-ocidental paranaense (0,71% a.a.).

A tendência de esvaziamento populacional da mesorregião ainda persiste por ser esta uma das regiões do estado que apresenta menores taxas de urbanização. Enquanto, no ano 2000, o norte pioneiro possui a aproximadamente 75% de sua população habitando as cidades, a vizinha mesorregião norte central paranaense já alcançava 88,43% de moradores em áreas urbanas. Outrossim, o avanço das culturas mecanizáveis como a soja e o trigo, a diminuição das áreas de cultura de café e a incipiente economia do setor secundário e terciário são condições que tornam plausível a hipótese da continuidade do esvaziamento populacional da mesorregião, em taxas próximas às verificadas na última década do século passado.

A participação da região na composição do valor adicionado total do Paraná é pequena. Situa-se entre as menores do estado (2,84%). Nenhum de seus municípios se distingue. A maior contribuição é de Jacarezinho 0,354% (2000).

Em que pese sua estrutura fundiária caracterizar-se predominantemente por grandes propriedades, o setor principal da economia regional é o setor primário. O valor bruto de sua produção silvoagropecuária representou 8,66% do valor total da produção do setor, no Paraná, em 2000. Destaca-se: o café, que ainda coloca a região entre as três principais produtoras e com emprego de técnicas de plantio adensado, pode continuar sendo uma boa alternativa. Destaca-se ainda a cana, a pecuária e os avanços da soja, trigo e da fruticultura, que começa a se desenvolver na região, especialmente com o plantio de laranja. Esta última atividade pode ser uma alternativa para o setor agropecuário, porém ainda ocorre de forma incipiente.

Na agroindústria, destaca-se o processamento do café, distinguindo-se a Café Solúvel Iguaçu, em Cornélio Procópio. A cana reforça a atividade da indústria alimentar e da química em Jacarezinho, Bandeirantes, Ibaiti, Cambará e Andirá. Este último com importante desempenho na indústria do mobiliário.

Atividade crescente no norte pioneiro paranaense é o turismo. A região apresenta grande potencial para o turismo rural, principalmente nos municípios de: Ribeirão Claro, Sapopema, Jataizinho, Tomazina, Ribeirão do Pinhal, Ibaiti e São Jerônimo da Serra.

No município de Ribeirão Claro, os turistas podem visitar as sedes das antigas fazendas de café e também praticar o turismo esportivo e de aventura, assim como o agroturismo devido à presença da Represa de Chavantes. O mesmo ocorre, com um elevado potencial hídrico, em Sapopema (destaca-se o Salto das Orquídeas que recebe a média de 5000 visitantes/ano), Jataizinho (Rio Tibagi), Tomazina (Rio das Cinzas) e Ribeirão do Pinhal (Rio Laranjinha). E em São Jerônimo da Serra destaca-se o turismo de paisagens naturais pela presença de grutas, principalmente a Gruta Arco Verde.

No município de Cornélio Procópio há o hotel fazenda Aguativa Resort. Trata-se de um complexo aquático com 102 hectares, sendo de propriedade de um grupo hoteleiro do interior de São Paulo (Barra Bonita). O empreendimento é importante para a arrecadação fiscal do município e da região. Gera uma grande quantidade de empregos fixos (180) e temporários (20).

A região do Norte Pioneiro acompanha o padrão de renda média das regiões menos dinâmicas do norte do estado, mesmo assim, a situação é de superioridade em relação às regiões menos dinâmicas do sul do Paraná. A renda média obtida pelos moradores do Norte Pioneiro, pela cotação de 1 de Agosto de 2000 foi de R\$189,42.

Os indicadores de saneamento básico também colocam a região em uma posição próxima à das demais mesorregiões menos dinâmicas do estado. Possui 78,40% de domicílios com abastecimento de água; 39,80% de domicílios com rede de esgoto; 76,54% de domicílios com coleta de lixo; 5,93% domicílios com canalização interna; e 2,55% de domicílio sem sanitário interno.

Das dez mesorregiões do estado do Paraná o índice de desenvolvimento municipal do norte pioneiro (IDH-M, 2000) de 0,722 só é superior aos índices verificados nas mesorregiões centro sul paranaense (0,708) e centro ocidental paranaense (0,710).

O Norte Pioneiro é muito dependente das transferências da união e do estado. No ano 2000, as transferências de receitas correntes da união chegaram a representar 49,82% das receitas dos municípios que compõem a mesorregião. As transferências correntes do Estado atingiram 28,52%, enquanto as receitas próprias foram de apenas 4,58%.

A receita municipal per capita aferida na mesorregião, em 2000, foi de R\$421,13. Esta receita foi a terceira menor entre as dez mesorregiões do Estado. Isto significa grandes dificuldades para os municípios fazerem frente as enormes dificuldades sociais existentes.

Em que pese o baixo dinamismo da região, o município de Ribeirão do Pinhal é um dos poucos que apresenta crescimento populacional e que vem alcançando melhorias no seu desenvolvimento econômico e social, e nas condições de vida de sua população. Nos tópicos seguintes procura-se diagnosticar a realidade do município inserindo-o sempre no contexto da mesorregião, do Paraná, dos municípios vizinhos e/ou aqueles que mesmo não fazendo limites com Ribeirão do Pinhal com este se relacionam intensamente, como é o caso de Jacarezinho e Santo Antônio da Platina.

ASPECTOS AMBIENTAIS

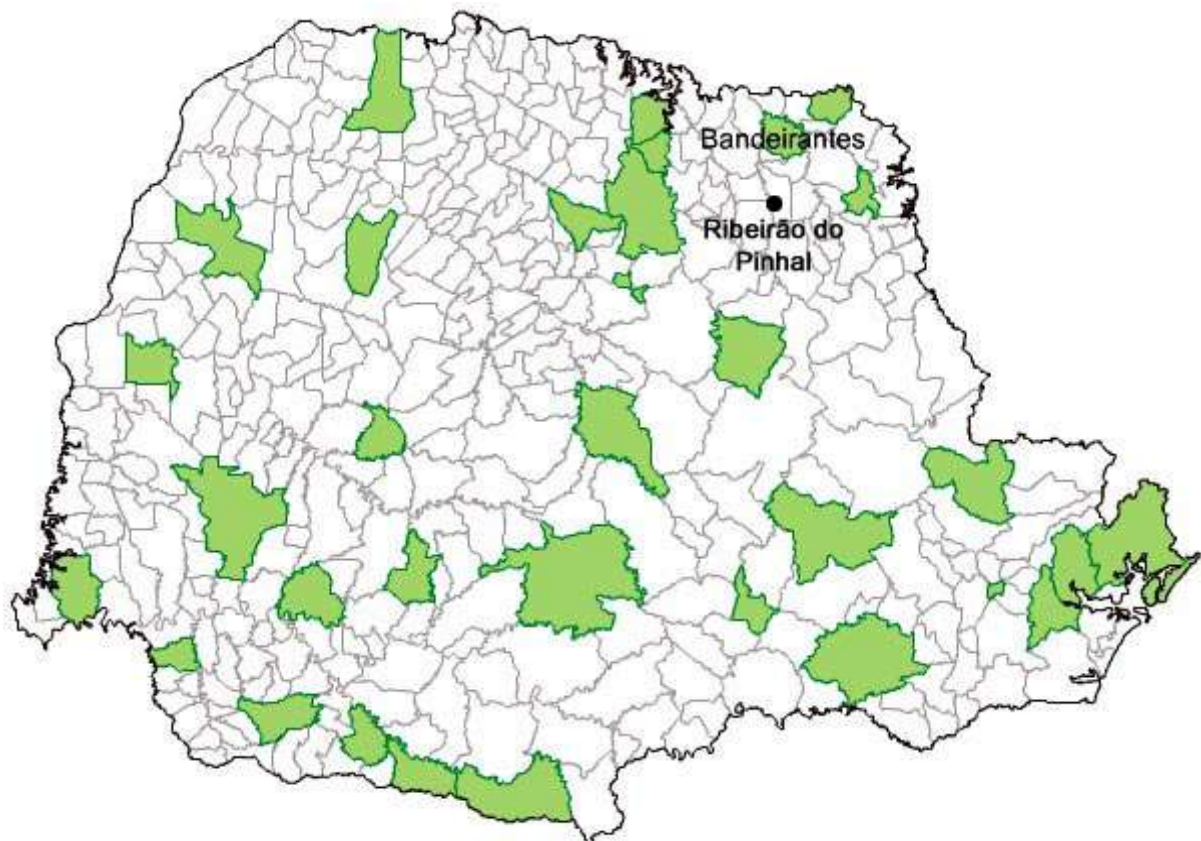
2.3. ASPECTOS AMBIENTAIS

2.3.1. VENTOS

Na impossibilidade de contarmos com um diagrama de ventos específicos para Ribeirão do Pinhal, utilizamos a estação do IAPAR mais próxima; localizada no município de Bandeirantes.

Os dados coletados por esta Estação no período 1973 a 2004, mostram que os ventos predominantes provêm do sudeste no decorrer de todo ano. Nos últimos 30 anos, a velocidade média mensal atingiu o mínimo de 2,3 m/s – nos primeiros meses do ano – e nos meses de setembro e outubro chegou a atingir uma média de até 3,7 m/s.

FIGURA – AMB 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
ESTAÇÃO DO IAPAR DE BANDEIRANTES



Fonte: IAPAR, pelo site: www.iapar.br

2.3.2. CLIMA

As condições e os tipos climáticos no Estado do Paraná, segundo Maack (2002)¹, são influenciadas por uma associação de fatores naturais, como: cobertura vegetal, relevo e altitude e a posição geográfica do Estado. Dentre esses fatores destacam-se:

- a) O movimento de migração das massas de ar de alta pressão (ar frio - da Zona Polar para as regiões norte durante o inverno, impulsionadas pelos anticiclones do Atlântico Sul) e baixa pressão (da Zona Equatorial e Tropical Atlântica para a região sul durante o verão).
- b) Os ventos alísios durante o ano todo.
- c) A corrente marítima quente do Brasil, tornando o ar marítimo mais úmido e com temperaturas mais estáveis.

Conforme classificação de Köppen, o Estado do Paraná pode ser dividido em dois tipos climáticos:

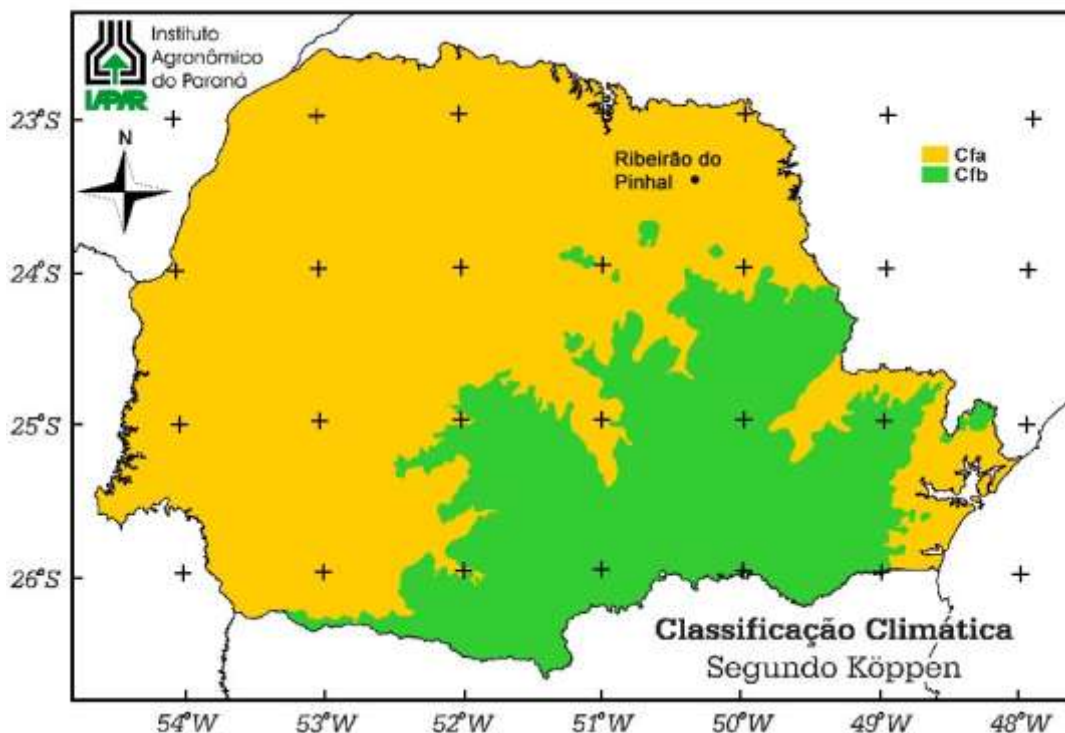
- 1) Cfa – Subtropical Úmido Mesotérmico, abrangendo as porções Centro-Norte, Nordeste, Sudoeste, Oeste, Vale do Ribeira e proximidades da Serra do Mar. Ao norte do paralelo 24º de latitude sul, compreendendo o Norte e o Noroeste paranaense pode-se encontrar o Subtropical Úmido - Cfa(h).
- 2) Cfb - Subtropical Úmido Mesotérmico, abrangendo a maior parte do Primeiro Planalto e as porções mais elevadas do Segundo e Terceiro Planalto no Centro-sul e Sudoeste do Paraná.

Segundo o método de Köppen, o IAPAR² classificou o clima de Ribeirão do Pinhal como Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa).

¹ MAACK, R. Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba, 2002, 3º Ed.

² Cartas Climáticas do Paraná

FIGURA – AMB 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
DIVISÃO CLIMÁTICA DO PARANÁ, SEGUNDO KÖEPPEN



Fonte: IAPAR, pelo site: www.iapar.br

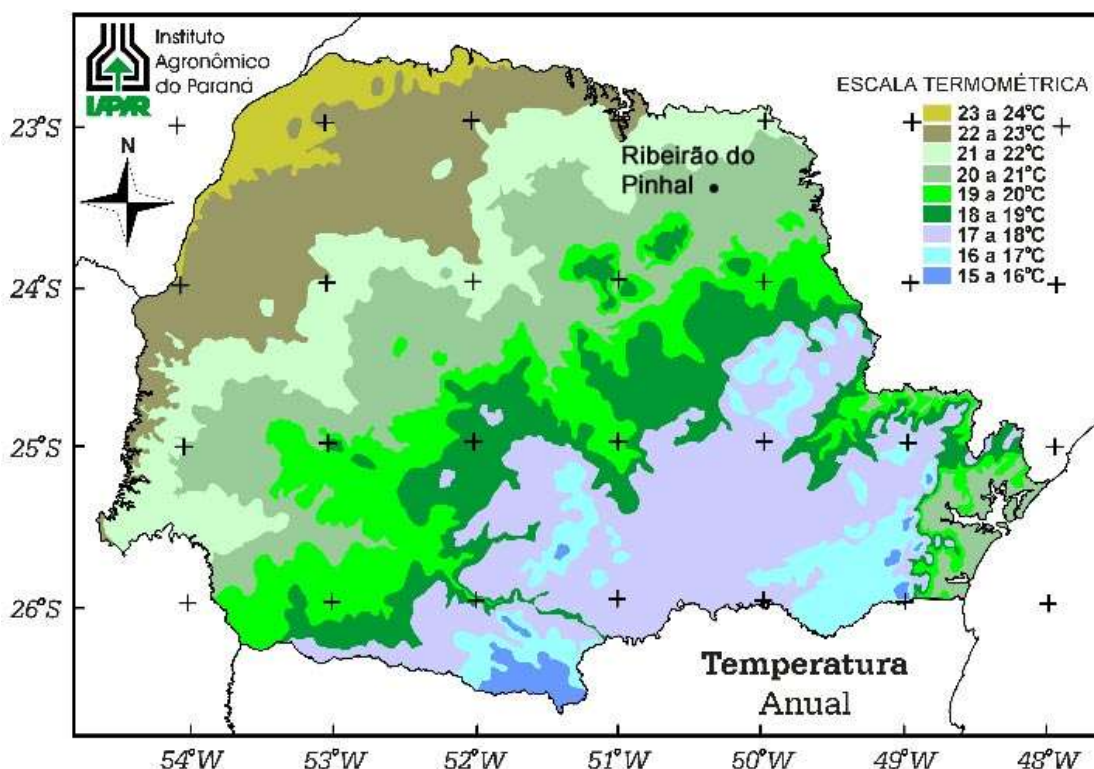
2.3.3. TEMPERATURA

Com base nos dados da Tabela AMB 01, pode-se estimar para Ribeirão do Pinhal, no tocante aos indicadores de temperatura, as seguintes ocorrências no período de 1976 a 2004:

- 1) A temperatura média mais elevada ($24,8^{\circ}\text{C}$) de todas as médias mensais é registrada no mês de janeiro.
- 2) Janeiro ($30,9^{\circ}\text{C}$), Fevereiro ($31,1^{\circ}\text{C}$) e março ($30,8^{\circ}\text{C}$) são os meses cujas temperaturas médias máximas são as mais elevadas.
- 3) Junho e Julho são os meses que apresentam temperatura média mínima mais baixa ($12,3^{\circ}\text{C}$ e $12,1^{\circ}\text{C}$, respectivamente).
- 4) O mês de novembro de 1985 foi o mês que apresentou a mais alta temperatura máxima absoluta ($40,9^{\circ}\text{C}$).

- 5) O mês de julho de 1981 foi o mês que registrou a mais baixa temperatura mínima absoluta (- 1,9° C).
- 6) A temperatura média anual segundo o mapa de Temperatura Anual do IAPAR, está entre 20 a 21° C.

FIGURA – AMB 03
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
TEMPERATURA ANUAL DO PARANÁ

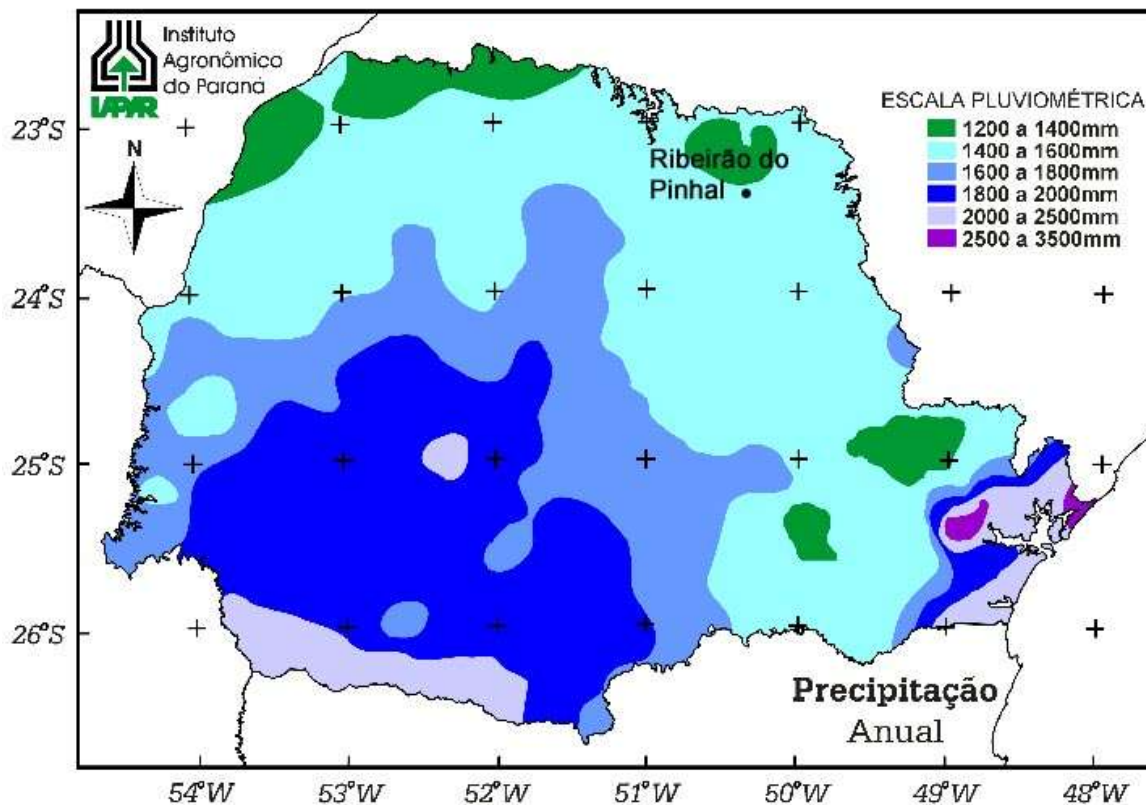


Fonte: IAPAR, pelo site: www.iapar.br

2.3.4. PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA

Com base nos dados da tabela AMB 01 pode-se estimar que no município de Ribeirão do Pinhal, entre os anos de 1976 a 2004, os meses que apresentaram os maiores índices de precipitação pluviométrica foram dezembro (197,5 mm), janeiro (192,8 mm) e fevereiro (177,7 mm). Dentre eles, março de 1992 foi o que apresentou a maior precipitação em 24 horas (157,7 mm); seguidos por fevereiro de 1996 (144,0 mm) e junho de 1983 (136,4 mm). A precipitação média anual situa-se entre 1.400 a 1.600 mm, segundo o mapa de precipitação do IAPAR. Os meses menos chuvosos são abril, agosto e setembro.

FIGURA – AMB 04
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PRECIPITAÇÃO ANUAL DO PARANÁ



Fonte: IAPAR, pelo site: www.iapar.br

2.3.5. UMIDADE RELATIVA DO AR

A umidade é definida como a relação entre o teor de vapor d'água contido no ar, num dado momento, e o teor máximo que esse ar poderia conter à temperatura ambiente.

Em Ribeirão do Pinhal, podemos estimar com base na tabela AMB 01, que a Umidade Relativa do Ar média é de 69,5%. Janeiro e fevereiro são os meses que, na média dos 30 anos, apresentaram os maiores percentuais de umidade relativa (75%); agosto o mês de menor valor (61%).

TABELA – AMB 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
DADOS AMBIENTAIS OBTIDOS PELA ESTAÇÃO DE BANDEIRANTES / COD.:02350018

LAT.:23° 06' S / LONG.:50° 21' W / ALT.: 440 METROS. - PERÍODO 1976/04

(UTILIZOU-SE A ESTAÇÃO DO IAPAR MAIS PRÓXIMA – BANDEIRANTES)

MÊS	TEMPERATURA DO AR (°C)							UMIDADE RELATIVA	PRECIPITAÇÃO				EVAPORAÇÃO	INSOLAÇÃO
	Média Máxima	Média Mínima	Máxima Absoluta	Ano	Mínima absoluta	Ano	Média	Média (%)	Total	Máxima 24h	Ano	Dias de Chuva	Total (mm)	Total horas
Jan.	30,9	20,3	38,0	1984	12,0	1980	24,8	75	192,8	135,0	1977	14	106,8	214,9
Fev.	31,1	20,2	38,6	1978	14,0	1976	24,7	75	177,7	144,0	1996	13	90,5	193,5
Mar.	30,8	19,4	37,2	1990	8,0	1976	24,1	73	133,3	157,7	1992	11	110,7	221,7
Abril	29,1	17,2	36,6	1979	5,0	1999	22,3	71	93,7	78,6	1986	7	109,4	227,7
Mai	25,7	14,1	33,2	1984	-1,1	1979	19,1	73	112,9	102,6	1979	8	89,8	209,6
Jun.	24,5	12,3	31,1	2000	-0,1	1994	17,6	73	75,9	136,4	1983	6	82,0	201,9
Jul.	25,0	12,1	32,4	1984	-1,9	1981	17,7	68	53,6	89,4	1995	5	106,6	229,2
Ago.	27,3	13,4	36,3	1994	0,0	1978	19,6	61	40,3	69,3	1986	4	145,7	235,9
Set.	27,8	15,2	39,0	1988	2,8	2002	20,8	63	105,8	69,0	1992	9	158,0	196,5
Out.	29,9	17,3	37,9	VRS	8,5	1981	22,9	64	121,6	109,8	2002	10	170,2	225,1
Nov.	30,5	18,6	40,9	1985	11,0	VRS	23,9	66	149,3	127,0	1981	10	148,4	229,3
Dez.	30,6	19,7	38,1	1985	13,2	2001	24,4	72	197,5	114,0	1991	14	120,4	215,1
Média	28,6	16,7	36,6	---	---	---	---	69,5	121,2	---	---	---	119,88	216,7

FONTE: Instituto Agronômico do Paraná – Londrina.

2.3.6. RELEVO

O relevo da área urbana da sede do município de Ribeirão do Pinhal tem sua configuração determinada pelos delineamentos da Bacia do Ribeirão do Pinhal, que em sua porção urbana é conformada por duas sub-bacias: a do próprio Ribeirão do Pinhal e a sub-bacia do Córrego Ipiranga.

O Ribeirão do Pinhal situa-se ao norte da área urbana cruzando a cidade no sentido leste-oeste. O Ipiranga, cujas nascentes situam-se ao sul (muito próximas ao núcleo urbano), atravessa a sede no sentido norte-sul, indo de encontro ao Ribeirão do Pinhal do qual é afluente.

Assim, decorrente da existência de dois grandes vales que dão assento à cidade, a conformação topográfica da área urbana, se traduz na ocorrência de declividades superiores a 10%, geralmente junto aos taludes das encostas e regiões de cabeceiras dos córregos. Declividades iguais ou superiores a 30% são pouco freqüentes e representam pequenas porções de áreas como mostra o mapa de declividades. De outro lado, a maior quantidade de áreas do perímetro urbano e entorno, possuem declividades no intervalo de 0 a 10%. Portanto, de modo geral, são satisfatórias as condições para o uso e ocupação do solo para fins urbanos das áreas urbanizadas e proximidades. Cuidados apenas devem ser observados quanto ao estabelecimento de indicadores de ocupação do solo nos casos onde as declividades se mostram mais acentuadas.

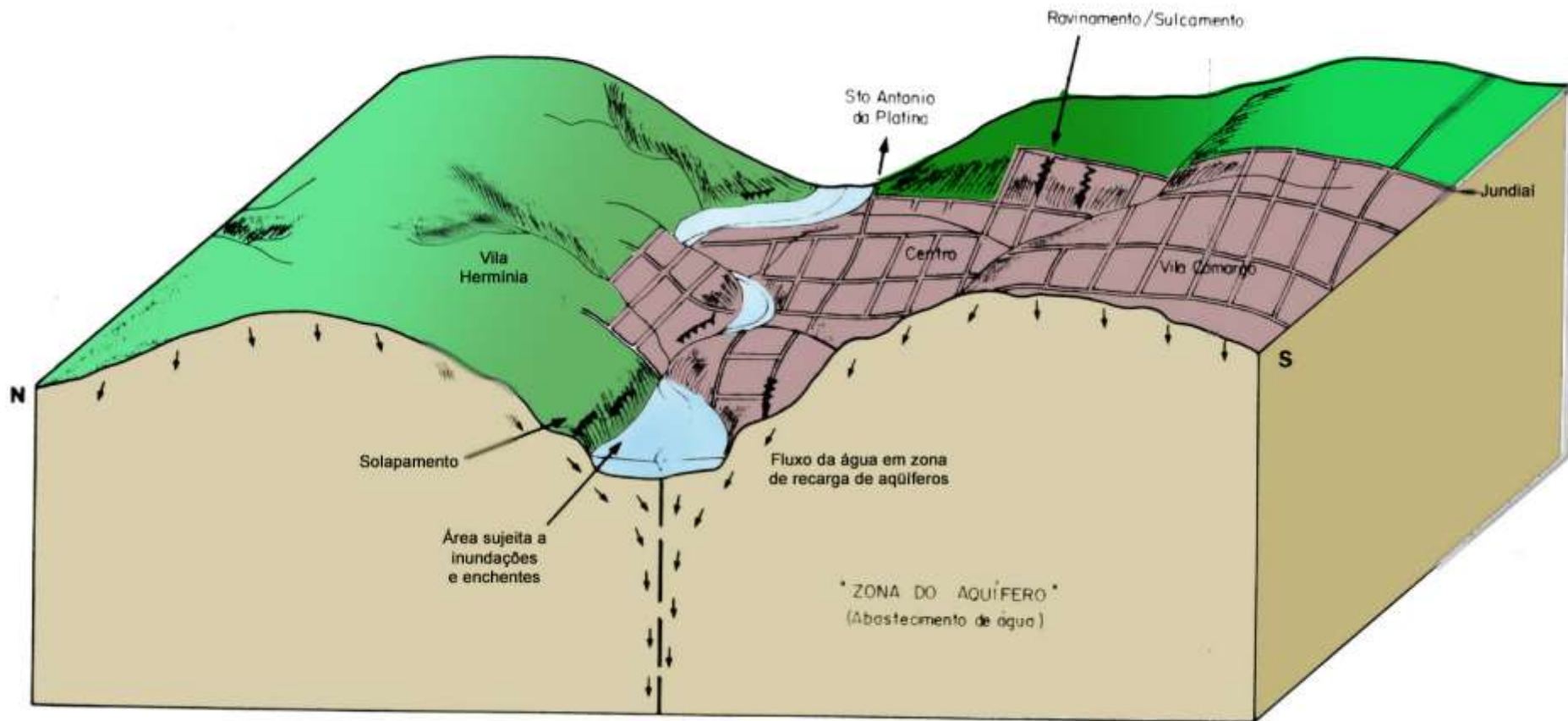
2.3.7. GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

Segundo Maack³, o Estado do Paraná tem uma associação clara entre as características geológicas e a compartimentação geográfica, a qual dá contornos e limites bastante nítidos para as zonas naturais de paisagem. Essa associação, segundo o autor, foi moldada pelos sistemas hidrográficos, movimentos epirogênicos e tectônicos e pela influência de alteração do clima e definem cinco regiões geográficas naturais (o litoral, a serra do Mar, o Primeiro Planalto, Segundo Planalto e Terceiro Planalto). Do ponto de vista geomorfológico, pode-se distinguir duas grandes situações:

- A planície litorânea cristalina do interior Pré-Cambriano.
- A região planítica, do interior do Estado, separada da planície litorânea pela escarpa granítica da Serra do Mar.

³ MAACK, R. Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba, 2002, 3º Ed.

FIGURA – AMB 05
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
ASPECTO DO RELEVO



FONTE: MINEROPAR, Plano de Uso e Ocupação do Solo – Curitiba, 1993

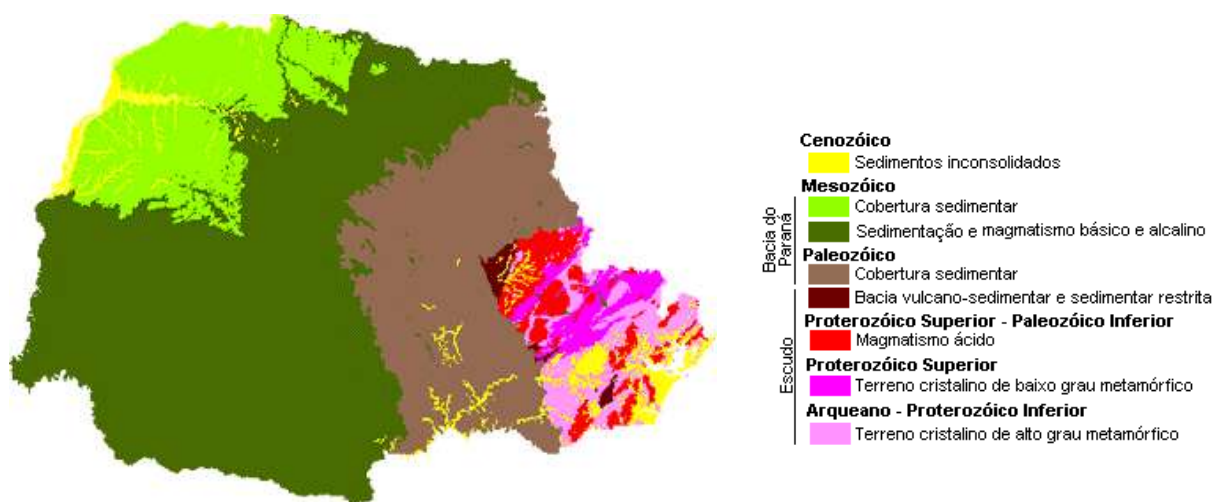
Mapa de hipsonometria

Mapa de declividades

Na região planítica distinguem-se três planos que se avolumam de leste para o oeste, até as barrancas do Rio Paraná, a saber:

- O Primeiro Planalto (de Curitiba), constituído por rochas cristalinas do Pré- Cambriano;
- O Segundo Planalto (de Ponta Grossa), limitado, a leste, pela escarpa devoniana.
- O Terceiro Planalto (planalto do Trapp do Paraná) ou Planalto de Guarapuava, limitado, a leste, pela serra da Boa Esperança ou escarpa triássico-jurássica.

FIGURA – AMB 06
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
GEOLOGIA DO PARANÁ



Nas regiões naturais do litoral, Serra do Mar e no Primeiro Planalto (de Curitiba), a formação geológica é caracterizada principalmente por variações de rochas ígneas e metamórficas, denominadas de complexo cristalino (ou Escudo), variando entre a Era Arqueana à Era Proterozóica e, secundariamente, por seqüências vulcano-sedimentares do final da Era Proterozóica e início da Paleozóica.

O Segundo Planalto (Era Paleozóica), cobrindo cerca de 25% do território paranaense, é constituído por depósitos sedimentares do Devoniano, do Carbonífero e do Permiano, por folhelhos com intercalações de calcário e camadas de carvão, siltitos, siltitos cinzentos, arenitos de granulações variadas, riolitos, argilitos e conglomerados.

O Terceiro Planalto (cerca de 66% do Paraná), tem sido considerado a região fisiográfica paranaense mais simples, tanto pelas suas formas quanto pelas suas estruturas. Caracteriza-se pela uniformidade e pela presença de derrames vulcânicos de lavas basálticas e areníticas, extensos e espessos (até 500 metros), ambos desenvolvidos no Mesozóico (formada entre 230 e 65 milhões de anos). As rochas predominantes pertencem aos Grupos São Bento e Bauru. Devido à sua conformação entrecortada por grandes rios, e por sua situação em latitude e altitude, pode ser subdividido em grande blocos de planaltos.

O município de Ribeirão do Pinhal situa-se na parte norte do grande arco, definido no período triássico jurásico, que divide o segundo do terceiro planalto do Paraná⁴, também denominado de Serra Geral. Na porção norte, a escarpa é geograficamente denominada como Serra da Boa Esperança e, geologicamente, como escarpa mesozóica.

A linha que define a Serra é estabelecida a partir da porção leste do Rio Tibagi até os limites (dissolvida) do Estado de São Paulo, nas proximidades do Rio Itararé. Segundo Maack⁵, *"entre os rios Laranjinha e Itararé, encontram-se as menores altitudes no limite entre o segundo e terceiro planaltos, que variam entre 350 e 560 m. Algumas mesetas típicas de arenito eólico Botucatu (...) cortadas por diques de diabásios com capas de lavas básicas do "trapp" do Paraná, elevam-se de 800 a 975 m."*

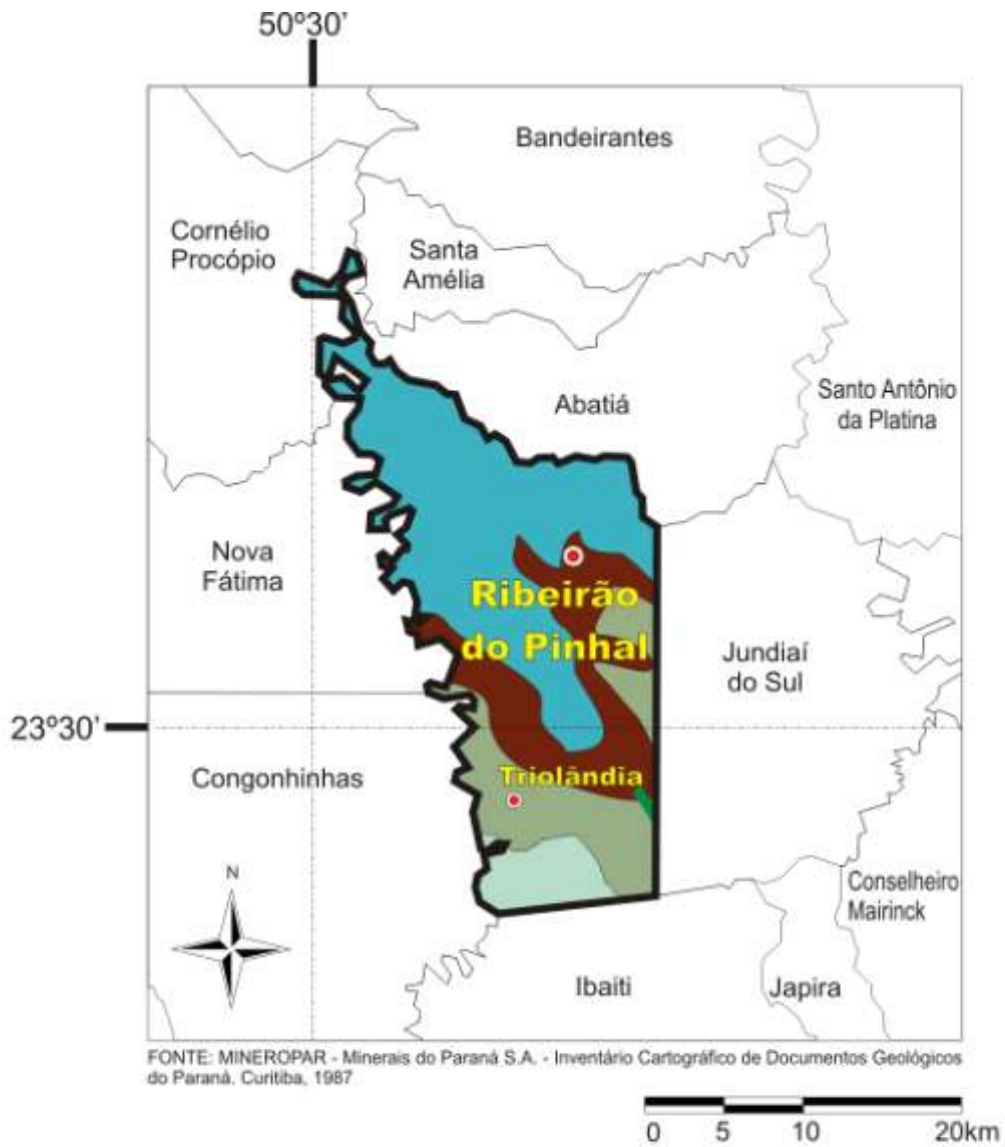
TABELA – AMB 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES GEOLÓGICAS

PERÍODO	GRUPO	FORMAÇÃO	LITOLOGIA
Jurássico Cretáceo Inferior e Triássico-jurássico	São Bento	Serra Geral	Derrames e sills de basaltos e andesitos
		Pirambóia e Botucatu	Arenitos e siltitos com rasos conglomerados
Permiano médio/superior	Passa Dois	Rio do Rastro	Siltitos e arenitos verdes ou vermelhos e calcarenitos
		Terezina	Arenitos muito finos a médios

FONTE: MINEROPAR – Minerais do Paraná. Investário Carográfico de Documentos Geológicos do Paraná. Curitiba, 1987.

⁵ MAACK, R. Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba, 2002, 3º Ed.

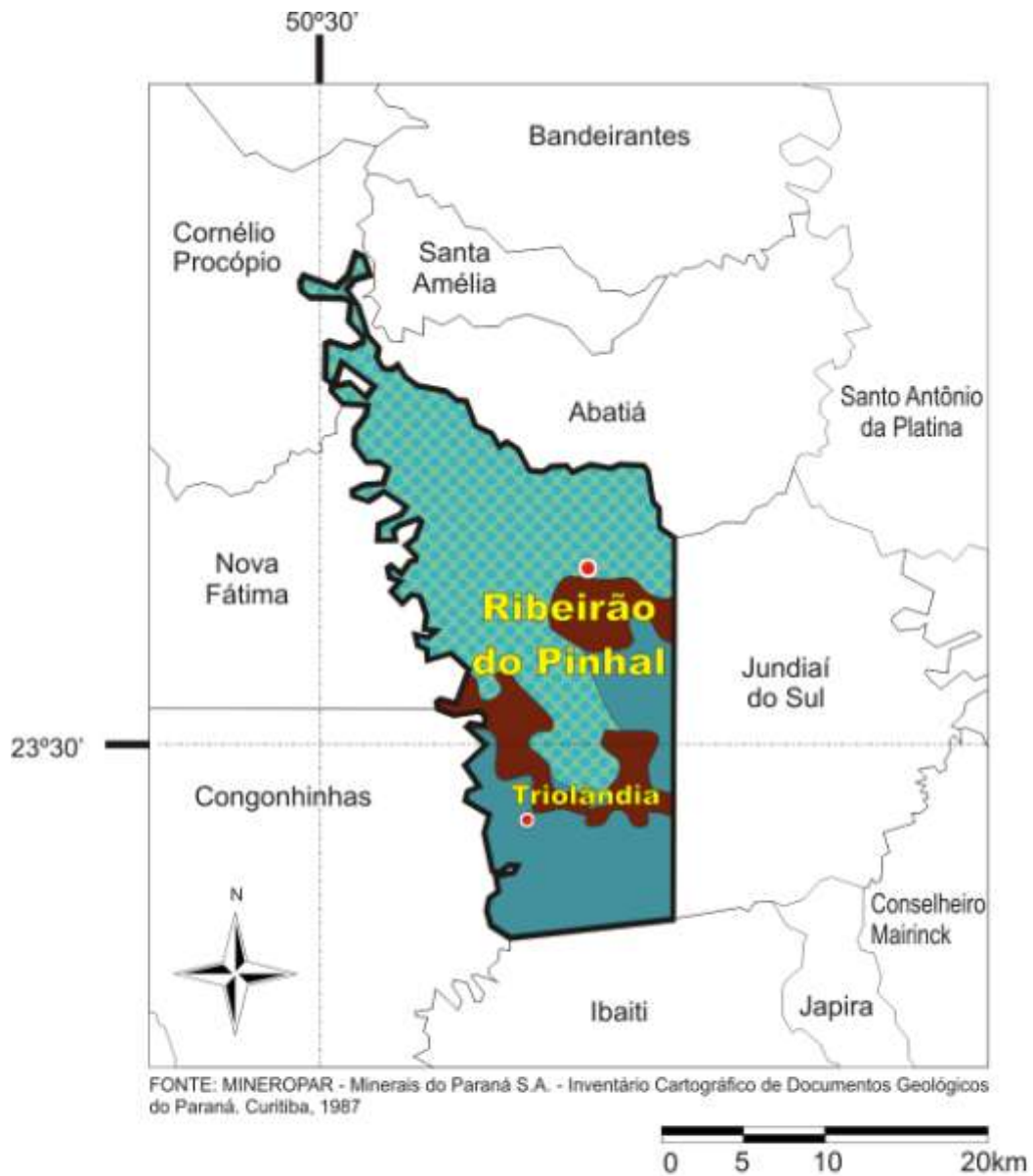
FIGURA – AMB 07
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
REGIÕES ESTRATIGRÁFICAS



CONVENÇÕES GEOLÓGICAS	
<p>MESOZÓICO</p> <p>GRUPO SÃO BENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> Formação Serra Geral Formações Pirambóia e Botucatu 	
<p>PALEOZÓICO</p> <p>GRUPO PASSA DOIS</p> <ul style="list-style-type: none"> Formação Rio do Rastro Formação Teresina 	
<p>PALEOZÓICO/MESOZÓICO</p> <ul style="list-style-type: none"> Diques de Rochas Básicas 	

Santo Antônio da Platina - Plano Diretor Municipal - Genius Loci Arquitetura e Planejamento. Arte Final: Guilherme Ueda

FIGURA – AMB 08
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
IDADES GEOLÓGICAS



FORNTE: MINEROPAR - Minerais do Paraná S.A. - Inventário Cartográfico de Documentos Geológicos do Paraná, Curitiba, 1987

LEGENDA	
MESOZÓICO 235 A 65 MA	PALEOZÓICO 570 A 235 MA
 Jurássico Cretáceo Inferior	 Permiano Médio/Superior
 Triássico-Jurássico	

Santo Antônio da Platina - Plano Diretor Municipal - Genius Loci Arquitetura e Planejamento. Arte Final: Guilherme Ueda

Das formações existentes no município de Ribeirão do Pinhal destaca-se a formação Serra Geral, predominante na porção norte do município. Esta formação é proveniente de uma seqüência de derrames de lavas basálticas com lentes e intercalações arenosas que capeiam as formações gondwânicas da bacia do Paraná.

A formação Serra Geral é composta por basaltos toleíticos de textura afanítica (fina), cinza escuros a negros, geralmente com alto grau de fraturamento. Nos limites do perímetro de Ribeirão do Pinhal, afloram na forma de blocos e matacões imersos em solos avermelhados, na porção extremo norte da área.

A porção sul do município compreende as formações: Rio do Rastro e Teresina, ambas pertencentes ao Grupo Passa Dois.

No perímetro urbano, predominam as formações Botucatu e Pirambóia. Com base nas informações obtidas no relatório de Geologia de Planejamento da Mineropar⁶ constata-se que cerca de 90% do perímetro urbano da cidade é composto por arenitos Botucatu que se localiza próximo à escarpa mesozóica no norte do Estado. É composto por arenitos brancos a avermelhados, finos a médios, quartzosos, friáveis, grãos foscos e geralmente arredondados, com marcante estratificação cruzada. Com reduzidas áreas de afloramento de rocha sã (dura), sendo revelados em superfície pelo seu produto de alteração intempérica.

Estes solos, com boa permoporosidade possibilitam o estabelecimento de drenagem superficial, potencializando a ocorrência de fenômenos de erosão linear. Ao mesmo tempo, há uma grande área de confinamento de água subterrânea, proporcionado pela constante drenagem superficial devido a boa permoporosidade do solo arenoso a aproximadamente 20 metros de profundidade. O arenito Botucatu constitui-se como grande área de confinamento de água subterrânea, sendo considerado um importante compartimento hidrogeológico da região.⁷

⁶ Plano de Uso e Ocupação do Solo elaborado pela MINEROPAR; com o tema: Geologia de Planejamento – Caracterização do Meio Físico da Área Urbana de Ribeirão do Pinhal. Curitiba, 1993.

⁷ Plano de Uso e Ocupação do Solo elaborado pela MINEROPAR; com o tema: Geologia de Planejamento – Caracterização do Meio Físico da Área Urbana de Ribeirão do Pinhal. Curitiba, 1993.

FIGURA – AMB 09
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
ASPECTO DO ARENITO BOTUCATU



FONTE: MINEROPAR, Plano de Uso e Ocupação do Solo – Curitiba, 1993

As áreas de fundo de vale urbano apresentam depósitos aluvionares de natureza argilosa e areno-argilosa, que atingem em média 2 metros de profundidade e podem estar sujeitos a inundações. O principal depósito aluvial está localizado nos limites do perímetro urbano da cidade, próximo à Planície de inundação do Ribeirão do Pinhal, na porção norte. Estas áreas apresentam restrições à ocupação urbana, pois quando solicitados mostram-se susceptíveis a processos de adensamento e compressividade.

2.3.8. PEDOLOGIA

Na área urbanizada do município de Ribeirão do Pinhal podem ser encontradas três classes de solos, sendo elas: solos aluviais, solos podzólicos e latossolos.

Os solos aluviais são encontrados nas áreas de fundo de vale e estão sujeitos a inundações, por apresentar nível freático raso ou aflorante. Sua origem é dada a partir de sedimentos aluviais ou colúvio-aluviais de natureza variável, granulação fina, composição argilosa, siltico-argilosa ou arenosa. Apresentam pouca profundidade (cerca de 0,5 metros) e, geralmente, são sobrepostos aos depósitos argilosos e arenosos das planícies de inundação da cidade.

FIGURA – AMB 10
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
SOLOS ALUVIAIS – INUNDAÇÃO DO RIBEIRÃO DO PINHAL



FONTE: MINEROPAR, Plano de Uso e Ocupação do Solo – Curitiba, 1993

Os solos Podzólicos são encontrados em 90% da cidade, ocupando as áreas de relevo suave ondulados. São solos minerais, não hidromórficos, com horizonte B textural, derivados dos arenitos da formação de Botucatu. Apresenta coloração castanho-avermelhada, textura que varia de arenosa/média a muito argilosa, elevada permo-porosidade, baixa fertilidade natural, elevada toxidez de alumínio, grande susceptibilidade à erosão (principalmente em terrenos destituídos de vegetação) e são muito friáveis.

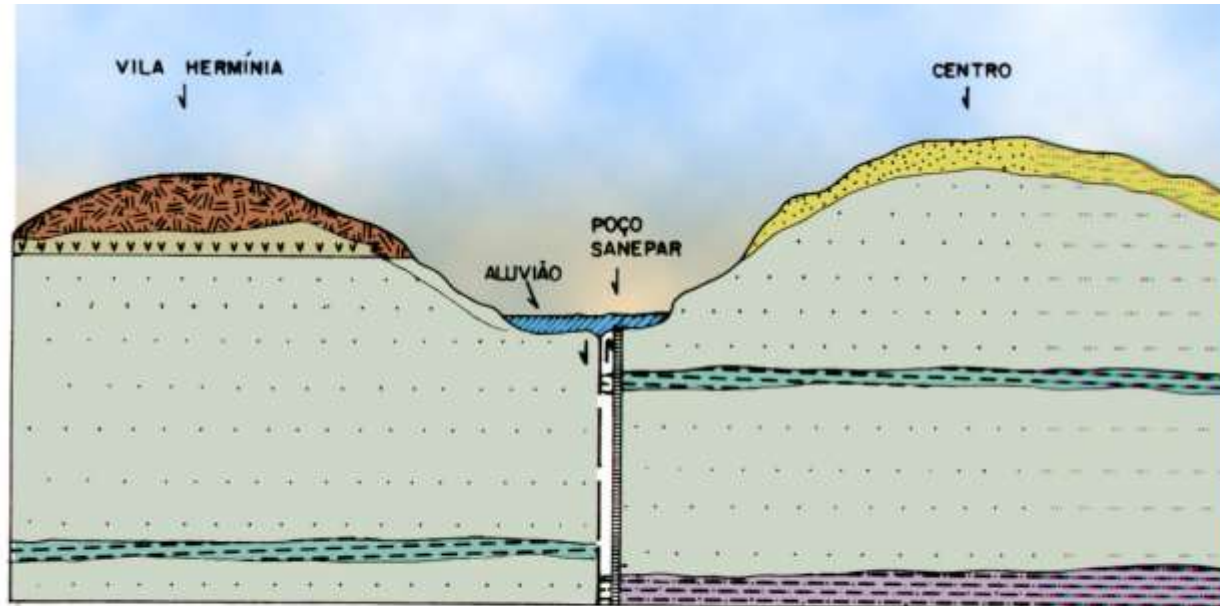
FIGURA – AMB 11
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
ASPECTO DOS SOLOS PODZÓLICOS



FONTE: MINEROPAR, Plano de Uso e Ocupação do Solo – Curitiba, 1993

Mapa tipos de solos

FIGURA – AMB 12
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PERFIL – TIPOS DE SOLO



FONTE: MINEROPAR, Plano de Uso e Ocupação do Solo – Curitiba, 1993

Já os Latossolos ocupam regiões de relevo aplainado ou suave ondulado, com elevações de topo aplainado e vertentes longas com declives suaves. São apropriados para uso agrícola, pois são resistentes a erosão e não apresentam problemas de mecanização.

Tem boa capacidade de armazenamento de água e fertilidade natural bastante favorável, com deficiência em fósforo. São solos minerais, não hidromórficos, com horizonte B latossólico, formado pela mistura em proporções variadas dos resíduos intemperizados da formação de Botucatu (arenitos) e das rochas basálticas da formação da Serra Geral. Tem coloração castanho-avermelhada, alta permoporosidade, bem drenados e profundos, com horizontes A, B, e C.

Segundo o levantamento de reconhecimento dos solos do Estado do Paraná, elaborado pelo IAPAR/EMBRAPA⁸, concluído em 1984, constata que o município de Ribeirão do Pinhal apresenta uma predominância dos seguintes tipos de solos:

LEe1 : Latossolo Vermelho-Escuro Eutrófico A – moderado textura argilosa, relevo suave ondulado e praticamente plano, fase floresta tropical subperenifólia.

Litologia e material de origem – O material responsável pela formação destes solos provém da mistura, em proporções variáveis, dos resíduos intemperizados do arenito Caiuá e das rochas do Derrame Basáltico, da Série São Bento, do Triássico-Cretáceo.

Utilização – São solos que podem ser considerados como os melhores para o uso agrícola, pois são resistentes à erosão, não apresentam problemas de mecanização, possuem boa capacidade de armazenamento de água e fertilidade natural bastante favorável, apresentando apenas deficiência em fósforo.

Em Ribeirão do Pinhal podem ser encontrados uma grande faixa com este tipo de solo na porção central do Município.

LEd2 : Latossolo Vermelho-Escuro Distrófico A – moderado textura média, fase floresta tropical subperenifólia relevo suave ondulado e praticamente plano.

⁸ EMBRAPA/IAPAR. *Levantamento de Reconhecimentos dos Solos do Estado do Paraná*. 1984. A base da nomenclatura de classificação do Mapa de Solos do Estado do Paraná foi alterada em 1999. Sobre isso ver: Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA).

Litologia e material de origem – O material responsável pela formação destes solos provém de resíduos intemperizados do arenito Caiuá, da Série São Bento, do Cretáceo.

Utilização – São de baixa fertilidade natural e algo susceptíveis à erosão, o que faz com que além de correções e adubações para elevar e manter um bom nível de fertilidade, sejam necessárias também práticas conservacionistas, geralmente simples. Dentro, pois, de um sistema racional de exploração, podem apresentar boa produtividade; deve-se levar em conta que em alguns anos mais secos, podem apresentar problemas relacionados com a falta de água.

Podem ser encontrados em grande quantidade dentro do perímetro urbano. Praticamente, os solos da área urbanizada são todos do tipo Latossolo Vermelho-Escuro Distrófico.

LRe3 : Latossolo Roxo Eutrófico A – *relevo suave ondulado com terra roxa estruturada eutrófica. Relevo suave ondulado e ondulado em ambos A moderado textura argilosa fase floresta tropical perenifólia.*

Litologia e material de origem – são desenvolvidos a partir de produtos provenientes da intemperização de rochas eruptivas básicas, do derrame do Trapp, do Grupo São Bento, do Jurássico-Cretáceo.

Utilização – O primeiro componente da unidade ocupa as partes mais aplainadas de relevo suave ondulado. Nas áreas de topografia mais acentuada, normalmente próximas dos vales, situa-se a Terra Roxa Estruturada. Esta unidade de mapeamento ocorre entre 300 e 900 metros de altitude.

Este tipo de solo é encontrado no extremo norte do município, nas proximidades da divisa com o município de Abatiá.

LRd2 : Latossolo Roxo Distrófico A – *moderado textura argilosa fase floresta tropical subperenifólia, relevo suave ondulado.*

Litologia e material de origem – são solos desenvolvidos a partir de produtos provenientes da intemperização de rochas eruptivas básicas, do derrame do Trapp, do Grupo São Bento, do Jurássico-Cretáceo.

Utilização – são solos que apresentam boas condições físicas e um relevo muito favorável à mecanização. Possuem elevada capacidade de retenção de água e boa permeabilidade. Seus principais problemas estão relacionados ao aspecto fertilidade, sendo aconselhável o emprego de calagens visando à neutralização dos moderados teores de alumínio trocável (comumente entre 0,5 e 2,0 mE/100g de solo) existentes no horizonte superficial além de adubações de correção e

manutenção, principalmente à base de fósforo. Em estado natural são bastante resistentes à erosão mas, após o uso contínuo de maquinário pesado, têm uma tendência a formarem o chamado “pé de grade” (adensamento formado no solo a uma profundidade de aproximadamente 15 cm).

São encontrados em uma pequena porção na região oeste próximo a divisa do município com Nova Fátima.

HG1: Solos Hidromórficos Gleyzados Indiscriminados – *textura argilosa fase campo e floresta tropical perenifólia relevo de várzea relevo plano (incluem areias hidromórficas).*

Litologia e material de origem – estes solos são desenvolvidos a partir dos produtos da meteorização de sedimentos do Quaternário.

Utilização – são solos de média a alta fertilidade, porém com pequena utilização para fins agrícolas, devido ao relevo plano e mais baixo permitir inundações e má drenagem, que ocasionam a falta de aeração e impedem o uso de máquinas e implementos agrícolas.

Este solo é encontrado na porção norte do município, acima do perímetro da sede do município.

Pva4: Podzólico Vermelho-amarelo Álico Tb A – proeminente textura média/argilosa fase floresta subtropical perenifólia, relevo ondulado.

Litologia e material de origem – são formados a partir de materiais provenientes da decomposição principalmente de folhelhos argilosos e siltosos, dos Grupos Passa Dois e Tubarão.

Utilização – são de baixa a média fertilidade natural e o relevo ondulado, bem como a diferença de permeabilidade entre os horizontes A e B, favorecem a erosão da ocorrência de chuvas intensas. Com o uso de práticas conservacionistas adequadas, bem como de corretivos e fertilizantes, podem ser bastante aproveitados e apresentarem uma razoável produtividade.

São encontrados no extremo sul do município, em uma grande porção fazendo divisa com os municípios de Congonhinhas e Ibaiti.

Pva6: Podzólico Vermelho-amarelo Álico Tb A – moderado textura arenosa/média fase floresta subtropical subperenifólia, relevo suave ondulado e ondulado.

Litologia e material de origem – são formados a partir de materiais provenientes da decomposição do arenito Botucatu e dos arenitos pertencentes a outras formações geológicas, como os Grupos: Passa Dois e Tubarão.

Utilização – além da baixa reserva de nutrientes, possuem elevados teores de alumínio trocável o que, devido a sua difícil correção nos horizontes subsuperficiais, restringe bastante o uso destes solos, principalmente com culturas de sistema radicular profundo. O perigo de erosão, devido à textura do horizonte superficial, é outro fator que limita seu aproveitamento, sendo o uso com pastagens o mais indicado.

Em Ribeirão do Pinhal, estes solos são situados juntamente com a divisa de Nova Fátima e Congonhinhas.

Pva7: Podzólico Vermelho-amarelo Álico Tb abruptico A – moderado textura arenosa/média fase floresta subtropical subperenifólia, relevo ondulado e suave ondulado.

Litologia e material de origem – são formados a partir de materiais provenientes da decomposição do arenito Caiuá do Grupo São Bento e de arenitos de outras formações geológicas, dos Grupos: Passa Dois e Tubarão.

Utilização – além da baixa reserva de nutrientes, possuem elevados teores de alumínio trocável o que, devido a sua difícil correção nos horizontes subsuperficiais, restringe bastante o uso destes solos, principalmente com culturas de sistema radicular profundo. O perigo de erosão, devido à textura do horizonte superficial, é outro fator que limita seu aproveitamento, sendo o uso com pastagens o mais indicado.

São encontrados acima dos solos Pva6, fazendo-se divisa com o município de Nova Fátima.

Ra12: Associação Solos Litólicos Álicos – relevo montanhoso e escarpado mais CAMBISSOLO ÁLICO Tb, um relevo montanhoso. Textura Argilosa fase campo subtropical substrato filitos e xistos.

Litologia e material de origem – são formados a partir de materiais originados da decomposição de filitos e xistos, do Complexo Cristalino, pertencentes ao Pré-cambriano Indivisivo.

Utilização – são solos que não prestam nenhum tipo de exploração agrícola devido ao tipo de relevo em que ocorrem e devem ser mantidos com a sua vegetação natural, havendo ainda a possibilidade de enriquecimento da mesma através do plantio de outras espécies.

São encontrados na região leste do município, abaixo da sede do município, na divisa com o município de Jundiá do Sul.

Re2: Solos Litólicos Eutróficos A – moderado textura média fase floresta tropical subcaducifólia, relevo suave ondulado e ondulado substrato siltitos.

Litologia e material de origem – são formados a partir de materiais provenientes da decomposição siltitos, argilitos e folhelhos em geral, todos pertencentes às Séries Tubarão e/ou Passa Dois, sendo a primeira do Carbonífero e a segunda do Permiano.

Utilização – por serem solos rasos, sua utilização com agricultura fica prejudicada, pois se torna difícil uma mecanização racional. Além disso, essa pequena profundidade que apresentam, não permite um suficiente armazenamento de água para as plantas, além de favorecer a erosão. Podem, entretanto, quando bem manejados, ser utilizados com pastagens, pois são solos de boa fertilidade natural.

São encontrados na porção sul do município fazendo divisa com o município de Jundiá do Sul.

Re10: Associação Solos Litólicos Eutróficos A – *chernozêmico relevo montanhoso substrato rochas eruptivas básicas, com BRUNIZEM AVERMELHADO – que é raso relevo forte ondulado – e TERRA ROXA ESTRUTURADA EUTRÓFICA. Os dois primeiros: com textura argilosa fase pedregosa floresta tropical subcaducifólica e o último: moderado, com textura argilosa fase floresta tropical subperenifólia e relevo ondulado.*

Litologia e material de origem – os três constituintes desta unidade são desenvolvidos a partir de produtos da meteorização de rochas eruptivas básicas, do derrame do Trapp, muito provavelmente com influencia parcial, na superfície, de material retrabalhado.

Utilização – os dois primeiros componentes são solos de pequena profundidade efetiva, o que não permite um adequado armazenamento de água para as plantas; possuem grande susceptibilidade à erosão, sendo ainda comum a ocorrência de pedras na superfície, tornando-os por conseguinte, pouco adequados para a exploração dentro de uma agricultura tecnificada. São, entretanto, solos que bem manejados, podem ser utilizados como pastagens, pois são de alta fertilidade natural e não apresentam problemas de alumínio trocável. O terceiro componente é composto por solos de alta fertilidade natural, boa capacidade de retenção de água e boa permeabilidade. Apresenta pequenos problemas de mecanização e é susceptível à erosão, sendo necessário o emprego de práticas conservacionistas intensivas para o seu controle. De maneira geral, desde que manejados tecnicamente, adaptam-se muito bem à agricultura.

São encontrados nas proximidades do ribeirão Sertãozinho, na porção norte do município próximo a divisa do município de Abatiá.

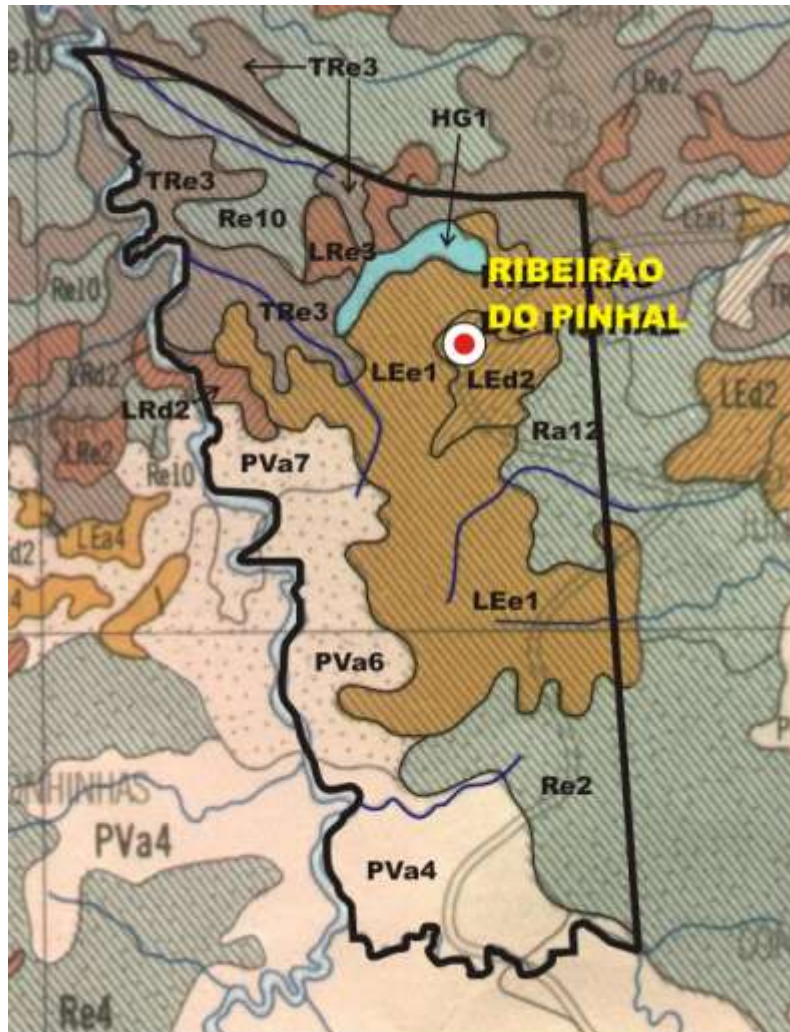
TRe3: Terra Roxa Estruturada Eutrófica A – *moderado textura argilosa fase floresta tropical subperenifólia, relevo suave ondulado e ondulado.*

Litologia e material de origem – estes solos são formados a partir dos produtos da meteorização de rochas eruptivas básicas do derrame do Trapp, do Grupo São Bento, do Jurássico-Cretáceo.













Utilização – são solos de alto potencial agrícola, com restrições apenas moderadas no que se refere à susceptibilidade à erosão e ligeira ou nula em relação aos outros aspectos considerados. São solos que sustentam altas produções por mais de 20 anos, sendo as culturas de café, algodão, soja, milho, trigo, arroz, menta, rami e cana-de-açúcar, as mais comuns na área de unidade.

Este solo é encontrado na divisa com Cornélio Procópio e também ao extremo norte do município na divisa com Abatiá.

FIGURA – AMB 13
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
TIPOS DE SOLOS



LEGENDA

-  **LLe1** : LATOSSOLO VERMELHO ESCURO EUTRÓFICO
-  **LLe2** : LATOSSOLO VERMELHO ESCURO DISTRÓFICO
-  **LRe3** : LATOSSOLO ROXO EUTRÓFICO
-  **LRd2** : LATOSSOLO ROXO DISTRÓFICO
-  **HG1** : SOLOS HIDROMÓRFICOS GLEYZADOS INDISCRIMINADOS
-  **PVa4** : PODZÓLICO VERMELHO-AMARELO ÁLICO
-  **PVa6** : PODZÓLICO VERMELHO-AMARELO ÁLICO
-  **PVa7** : PODZÓLICO VERMELHO-AMARELO ÁLICO ABRÚPTICO
-  **Ra12** : ASSOCIAÇÃO SOLOS LITÓLICOS ÁLICOS
-  **Re2** : SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS
-  **Re10** : ASSOCIAÇÃO SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS
-  **TRe3** : TERRA ROXA ESTRUTURADA EUTRÓFICA

2.3.9. BIOMA E TIPOLOGIA FLORESTAL ORIGINAL E A SITUAÇÃO DAS MATAS NO MUNICÍPIO

O Estado do Paraná contempla 03 biomas e seus ecossistemas associados: a Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional Semidecidual. A Floresta Ombrófila Mista (Floresta Araucária) e a Floresta Estacional Semidecidual (FES) são os recobrimentos florestais predominantes, este último originalmente dominante em todo o norte paranaense.

O processo de colonização da região, apoiado no desenvolvimento do setor primário e, traduzido no município de Ribeirão do Pinhal, pela crescente explosão de atividades rurais, especialmente a pecuária, levou a uma redução drástica da cobertura florestal outrora existente.

Dados da EMATER local indicam a existência, em 2004, de apenas 400ha de matas nativas no município. Esta área representa um percentual insignificante de 1,02% em relação à área total do município. Os números do IBGE, para o ano de 1970, apontam a existência de 2046 ha de matas nativas em Ribeirão do Pinhal. A análise dos números retrocitados permite constatar que, mesmo sob a vigência do novo código florestal brasileiro (Lei Federal 4771/65), ocorreu no município de Ribeirão do Pinhal uma redução, nos últimos 30 anos, superior a 80% na área de cobertura vegetal nativa.

Área que em 1970, já era pequena, pois representava pouco mais de 5% do território municipal. Assim, a floresta foi quase que inteiramente dizimada e substituída por atividades como a pecuária, o café, o milho, a soja e a cana. Essas atividades avançaram até as margens dos rios e ribeirões sem, na maioria das vezes, respeitar a preservação legal das matas ciliares.

A situação das matas ciliares nos principais rios, córregos e ribeirões do município é a seguinte:

RIO LARANJINHA: vindo de Ibaiti, atravessa todo o Município, dividindo com Congonhinhas, Nova Fátima e Cornélio Procópio. No seu início, até a fazenda São Benedito, pouca mata ciliar, no decorrer, até a ponte do Imbaú, a mata ciliar é razoável, indo até a fazenda Pedra Amarela, pouca arborização, da fazenda Pedra Amarela até a antiga barragem, bem arborizado, ao descer na Chácara Anaviar, pouco arborizado, chegando até o assentamento São Francisco, arborização razoável, e na divisa como município de Abatiá tem pouca arborização.

RIBEIRÃO DO PINHAL: nasce na Chácara My Life, contornando a cidade, e deságua no ribeirão Penacho. Este ribeirão, praticamente, não está arborizado. No trecho que passa no antigo matadouro municipal até o final da Vila Hermínia, o ribeirão está sendo poluído pelos moradores com detritos e também recebe descargas de esgoto clandestinos, nele deságua o ribeirão Ipiranga, vindo do centro da cidade.

RIBEIRÃO PENACHO: nasce na Fazenda Ione, contornando várias propriedades rurais chegando até o Laranjinha. Com trechos bem arborizados, outros debilitados.

RIBEIRÃO JACUTINGA: nasce na serra da Jacutinga, deságua no Laranjinha, abaixo da ponte do Imbaú. Pouca mata ciliar.

CÓRREGO DA CACHOEIRA: com nascente na Triolândia e Bairro Santa Júlia, deságua no Laranjinha, acima da ponte do Imbaú. Arborização razoável.

RIBEIRÃO SERTÃOZINHO: nasce no Bairro Sertãozinho atravessando a água da Limeira, desaguando no Laranjinha. Pouco arborizado.

RIBEIRÃO DO VEADO: nasce perto da sede do Município, dirigindo até o Laranjinha, passando pelo Bairro Zé Berto. Pouco arborizado.

Quanto às matas nativas existentes no município, destacam-se:

- Mata fazenda Ione
- Mata da fazenda Miguel Dias
- Mata assentamento São Francisco
- Mata Sítio do Catarino
- Mata Sítio do Valdir Mariano
- Mata do Tombas
- Mata do São José
- Mata da fazenda Íris
- Mata da Fazenda Jardineira
- Mata Fazenda Santa Maria
- Mata da Fazenda Adelaide
- Mata da Guanabara
- Mata do Sabino
- Mata das fazendas Batavo
- Mata do Ferreirinha
- Mara da Dinda

- Mata do Sítio São José
- Mata do Sítio Patrial
- Mata do Pica Pau
- Mata do Beto Albino
- Mata do Sítio Roque P. de Miranda
- Mata da fazenda Rivadávia
- Mata da fazenda Carvalhopólis

2.3.10. HIDROGRAFIA

No Paraná, o sistema hidrográfico distingue duas situações bem características:

- a) A bacia Atlântica ou do leste, com 12.674 Km², com rios desaguando diretamente no Oceano Atlântico;
- b) A bacia do Rio Paraná, com 186.321 Km², com seus afluentes principais (Rio Paranapanema, Piquiri, Iguaçu e Ivaí) percorrendo o sentido leste-oeste.

FIGURA – AMB 14
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
HIDROGRAFIA DO PARANÁ



O Rio Laranjinha é o principal curso de água do município de Ribeirão do Pinhal, e um dos principais contribuintes da bacia hidrográfica do Rio Paranapanema. O Laranjinha percorre o município na direção norte estabelecendo limite oeste de Ribeirão do Pinhal, com os municípios de Congonhinhas, Nova Fátima e Cornélio Procópio.

Mais de 70% do território de Ribeirão do Pinhal situa-se na bacia hidrográfica do Rio Laranjinha. Para ele escoam os principais córregos e ribeirões do município. A porção restante do território municipal (à leste) é tributaria da bacia do rio das Cinzas, destacando-se as águas do Ribeirão das Contas e Jundiáí.

FIGURA – AMB 15
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
BACIAS HIDROGRÁFICAS

BACIAS HIDROGRÁFICAS



FONTE: IPARDES - 1995 BASE CARTOGRÁFICA: IAP - 1997

- 1- Bacia Hidrográfica do Rio Itararé
 - 2- Bacia Hidrográfica dos Rios Cinzas e Laranjinha
 - 3- Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi
 - 4- Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí
 - 5- Pequenas bacias do Rio Paranapanema
- Núcleos Urbanos
 Município Ribeirão do Pinhal
 Divisor de Bacias

As terras de Ribeirão do Pinhal não são banhadas pelo rio das Cinzas. O Cinzas percorre os municípios vizinhos a leste de Ribeirão do Pinhal e tem sua origem na serra das Furnas a oeste da escarpa devoniana. Após um percurso de 175 Km, este rio rompe a serra da Boa Esperança (Escarpa Mesozóica). Após 240 Km, o rio das Cinzas recebe o rio Laranjinha, também antecedente, o qual rompe a escarpa do terceiro Planalto após um percurso de 122 Km.

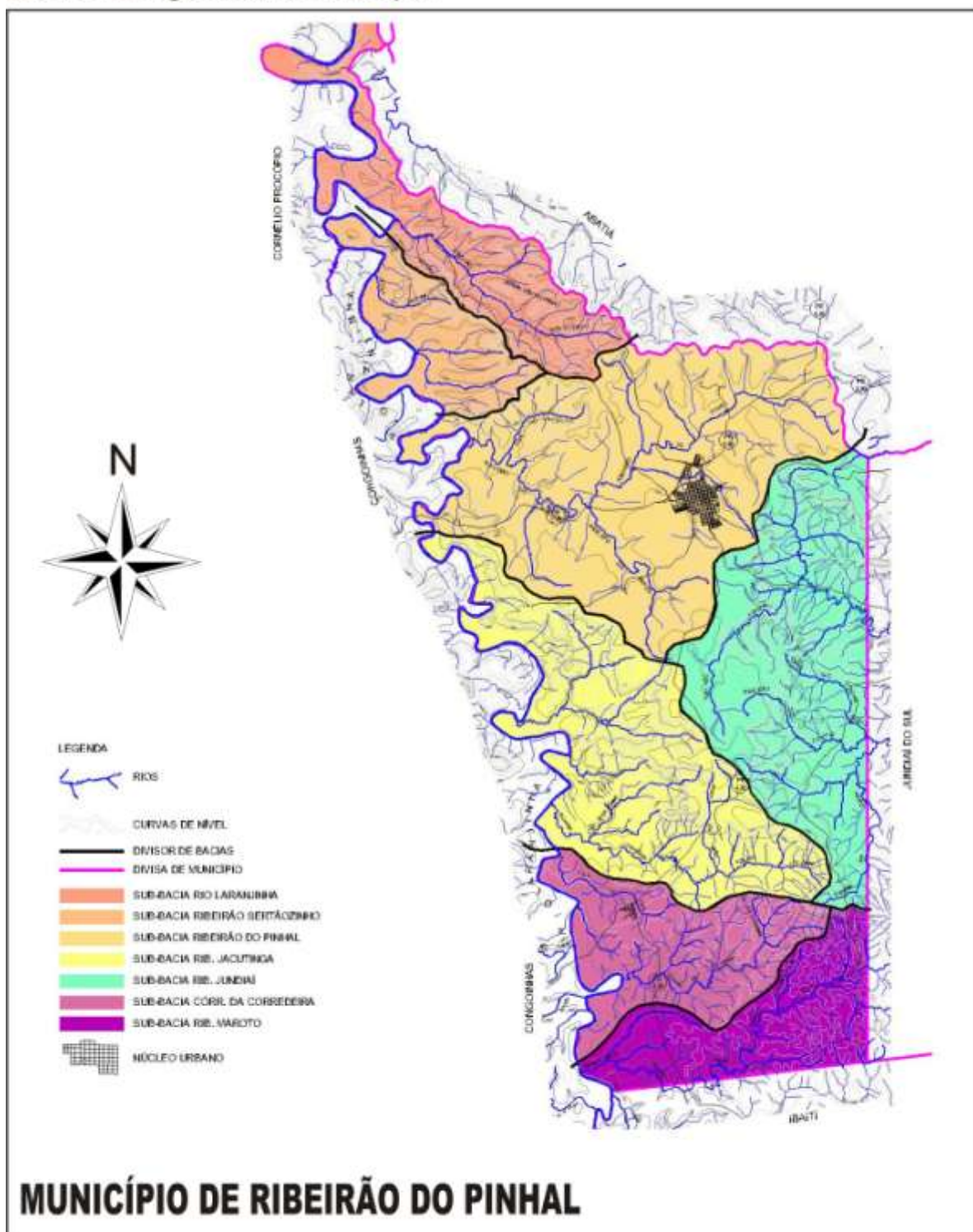
O Cinzas é afluente direto da margem sul do Rio Paranapanema e um dos mais importantes contribuintes deste último, ao lado dos rios Itararé, Tibagi e Pirapó. O rio das Cinzas e Laranjinha, juntos, perfazem uma bacia hidrográfica de 9.766Km². Das bacias hidrográficas contribuintes do Paranapanema apenas a Bacia do Rio Tibagi é de maior abrangência (25.239 Km²) que a Bacia do Rio das Cinzas e Laranjinha.

O Laranjinha reveste-se de grande importância para o município de Ribeirão do Pinhal em razão do seu volume de água, podendo ser utilizado para irrigação de culturas e para o abastecimento de água potável, especialmente para o atendimento da população do distrito da Triolândia. Possui, também, locais de rara beleza, como cachoeiras e barragens onde podem ser desenvolvidas atividades de recreação e lazer.

Além do Laranjinha, o município possui outros importantes recursos hídricos, tais como: Ribeirão do Penacho, Ribeirão Jacutinga, Ribeirão Sertãozinho, Ribeirão do Veado e Córrego da Cachoeira, Ribeirão Maroto, Ribeirão Taboa, Ribeirão do Engano, Ribeirão Jundiáí, e Ribeirão do Pinhal. Este último, que empresta o nome ao município, ao atravessar a área urbanizada apresenta potencialidades para o desenvolvimento de atividades de recreação e lazer.

FIGURA – AMB 17
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
BACIAS HIDROGRÁFICAS DO MUNICÍPIO

Bacias Hidrográficas do Município



ASPECTOS SÓCIO- ECONÔMICOS

2.4. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

2.4.1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO

Da leitura da tabela abaixo é possível determinar que a evolução demográfica de Ribeirão do Pinhal apresenta, desde o início de sua colonização, três fases distintas.

TABELA – DEM 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO SEDE E
DO DISTRITO DA TRIOLÂNDIA

ANO	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL			TOTAL GERAL
	SEDE	TRIOLÂNDIA	TOTAL	SEDE	TRIOLÂNDIA	TOTAL	
1950	1.674	---	1.674	8.221	---	8.221	9.895
1960	3.942	---	3.942	12.683	---	12.683	16.625
1970	5.341	---	5.341	13.745	---	13.745	19.086
1980	7.224	---	7.224	7.616	---	7.616	14.840
1991	8.289	468	8.757	3.977	1.107	5.084	13.841
2000	10.245	430	10.675	2.763	903	3.666	14.341

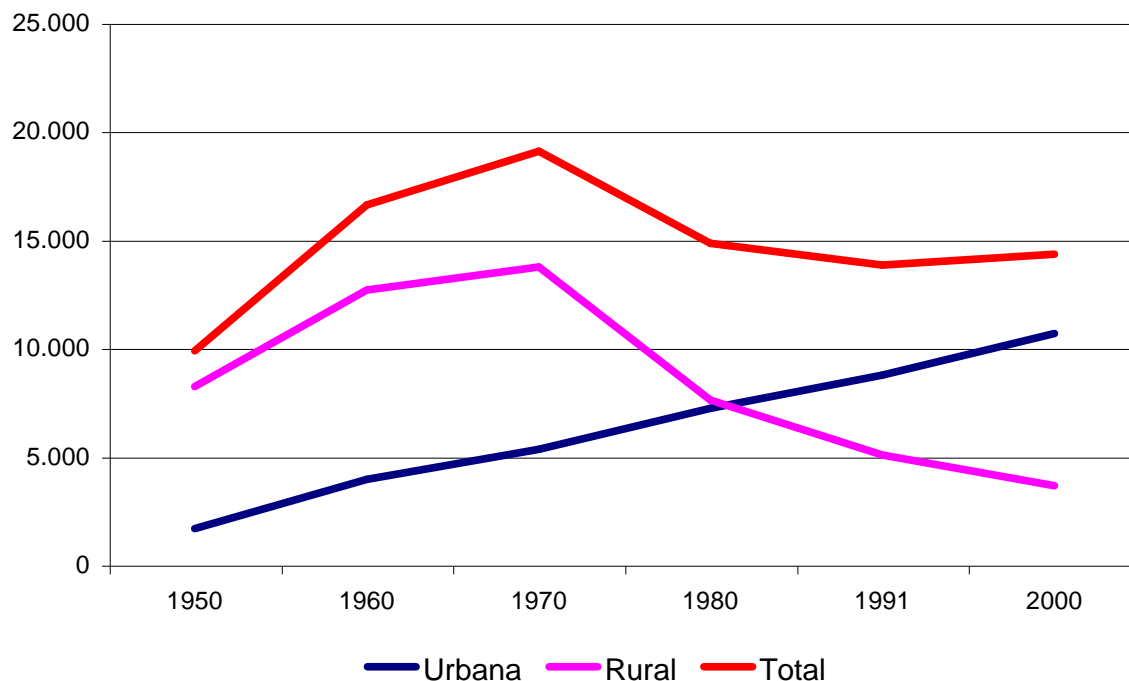
FONTE: Censos Demográficos do IBGE

A primeira fase caracteriza-se pelo crescimento populacional, tanto urbano como rural, e estende-se até o ano de 1970.

A segunda é quando mudanças ocorridas no campo, em particular, o declínio da produção de café, repercute na oferta de emprego no setor primário, liberando força de trabalho. Nesta etapa (1970 a 1991), especialmente entre os anos 1970 e 1980, a população rural sofre uma redução significativa de 44,5%, diminuindo de 13.745 para 7.616 habitantes. A população total decresce 22% reduzindo-se de 19.086 habitantes em 1970 para 14.840 habitantes em 1980. Ao mesmo tempo a população urbana cresce 35%, passando de 5.341 habitantes em 1970 para 7.224 habitantes em 1980.

A terceira fase, no transcorrer dos anos 90 é quando a população urbana continua a crescer, a rural a decrescer e a total passa novamente a crescer lentamente. No período que vai de 1991 a 2000 a população total cresceu 3,6%, indicando uma reversão na tendência de diminuição da população do município.

FIGURA – DEM 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL

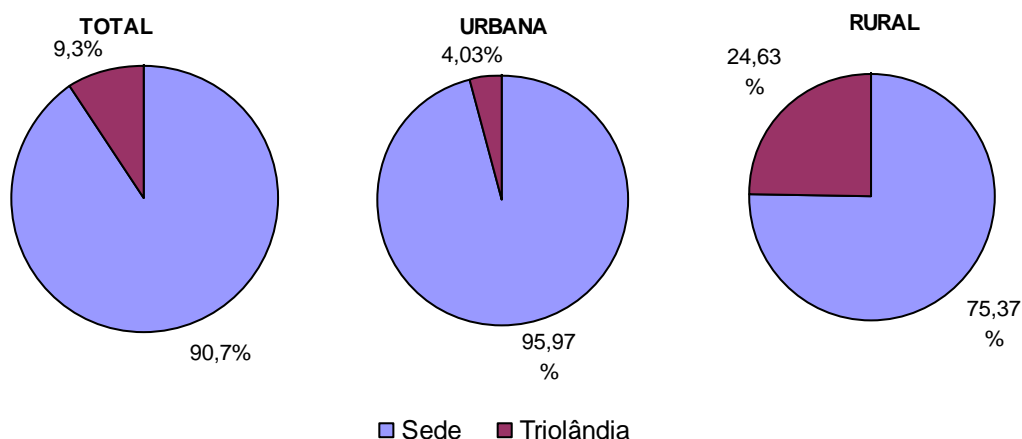


FONTE: Censos Demográficos do IBGE

O município de Ribeirão do Pinhal é constituído de dois distritos, a saber: o Distrito sede de Ribeirão do Pinhal e o Distrito de Triolândia. Tendo sua população recenseada apenas a partir de 1991, a evolução demográfica do distrito da Triolândia diferencia-se do movimento populacional experimentado pelo distrito sede e, por conseqüência, pelo ocorrido no município como um todo.

Com uma redução de -15,37% de sua população total, que passou de 1.575 habitantes em 1991 para 1.333 habitantes no ano de 2000, a Triolândia viu sua representação no município cair de 11,38% em 1991 para 9,3% em 2000.

FIGURA – DEM 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL / DISTRITO DE TRIOLÂNDIA
REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO SEDE E DO DISTRITO DA
TRIOLÂNDIA NA COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO – 2000



FONTE: Censos Demográficos do IBGE

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE

A tabela DEM02 mostra que em 2000 aproximadamente 40,6% da população de Ribeirão do Pinhal era composta por pessoas de até 19 anos. Esse percentual, em 1991, era de 45,1%.

Esses números indicam uma sensível redução na taxa de natalidade experimentada pelo município visto que, mesmo a população total tendo aumentado, as pessoas na faixa etária que vai de 00 a 09 anos diminuiu no período de 1991 a 2000. O percentual de pessoas nas faixas etárias de 20 a 39 anos e de 40 a 59 anos, manteve-se praticamente estável durante os anos 90, apresentando um ligeiro crescimento especialmente na faixa etária de 40 a 59 anos.

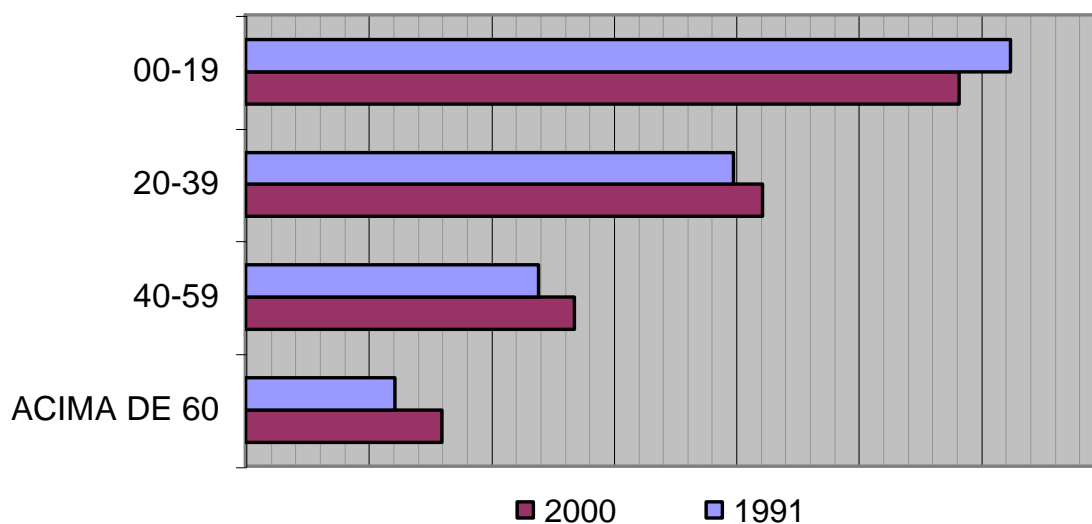
Da composição da população por grupos de idade é possível diagnosticar o aumento crescente da população de maior idade. Enquanto a população de 00 a 19 diminuiu no período de 1991 a 2000, a população acima de 60 anos saltou de 8,8% para 11,2% respectivamente. Todos esses números deixam transparecer melhorias nas condições de vida da população, as quais elevam a expectativa de vida e indicam a necessidade do poder público direcionar políticas específicas para o atendimento dessa população.

TABELA – DEM 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
COMPOSIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE DA
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO - REF. CENSO DE 1991 E 2000

IDADE	TOTAL			
	1991		2000	
	Nº	%	Nº	%
00-04	1.508	10,89	1.448	10,1
5/set	1.591	11,49	1.464	10,21
out/14	1.789	12,92	1.511	10,54
15-19	1.359	9,82	1.408	9,82
SUBTOTAL	6.247	45,12	5.831	40,67
20-24	1.171	8,46	1.181	8,23
25-29	1.062	7,67	988	6,89
30-34	938	6,78	993	6,92
35-39	811	5,86	1.058	7,38
SUBTOTAL	3.982	28,77	4.220	29,42
40-44	714	5,16	841	5,86
45-49	612	4,42	727	5,07
50-54	562	4,06	595	4,15
55-59	505	3,65	524	3,65
SUBTOTAL	2.393	17,29	2.687	18,73
60-64	417	3,02	528	3,68
65-69	326	2,35	415	2,9
70-74	197	1,42	312	2,17
75-79	139	1,01	183	1,28
80 OU MAIS	140	1,02	165	1,15
SUBTOTAL	1.219	8,82	1.603	11,18
TOTAL	13.841	100%	14.341	100%

FONTE: Censos Demográficos do IBGE

FIGURA – DEM 03
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
COMPOSIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE DA
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO - REF. CENSO DE 1991 E 2000



FONTE: Censos Demográficos do IBGE

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

O índice de envelhecimento é a proporção de idosos (65 anos ou mais) sobre a população total. A evolução do índice, no sentido ascendente, evidencia o aumento na longevidade da população.

Os índices de envelhecimento constatados em Ribeirão do Pinhal são baixos apenas no universo da população rural, quando comparados com os índices do norte pioneiro e Paraná.

Os índices do município quando considerado o universo da população total e urbana superam, com larga diferença, os índices alcançados pelo Estado do Paraná e, com pouca diferença, superam os índices verificados na mesorregião. Contudo é importante assinalar que o decréscimo do Índice de envelhecimento, no período de 1991/2000, aferidos na mesorregião do norte pioneiro foi maior que o que ocorreu no município, como podemos verificar nas tabelas abaixo.

TABELA – DEM 03
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO
DO PINHAL, DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO
E DO ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

POP. ANO	TOTAL	URBANA	RURAL	65 ANOS OU MAIS			ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO		
				TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	13.841	8.757	5.084	802	633	169	5,79	7,23	3,32
2000	14.341	10.675	3.666	1.075	904	171	7,49	8,47	4,66
DIFERENÇA	---	---	---	---	---	---	1,7	1,24	1,34

FONTE: Censos Demográficos do IBGE; IPARDES

MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO

POP. ANO	TOTAL	URBANA	RURAL	65 ANOS OU MAIS			ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO		
				TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	555.339	357.019	198.320	30.322	21.384	8.938	5,46	5,99	4,51
2000	548.190	411.731	136.459	40.359	31.560	8.799	7,35	7,66	6,45
DIFERENÇA	---	---	---	---	---	---	1,89	1,67	1,94

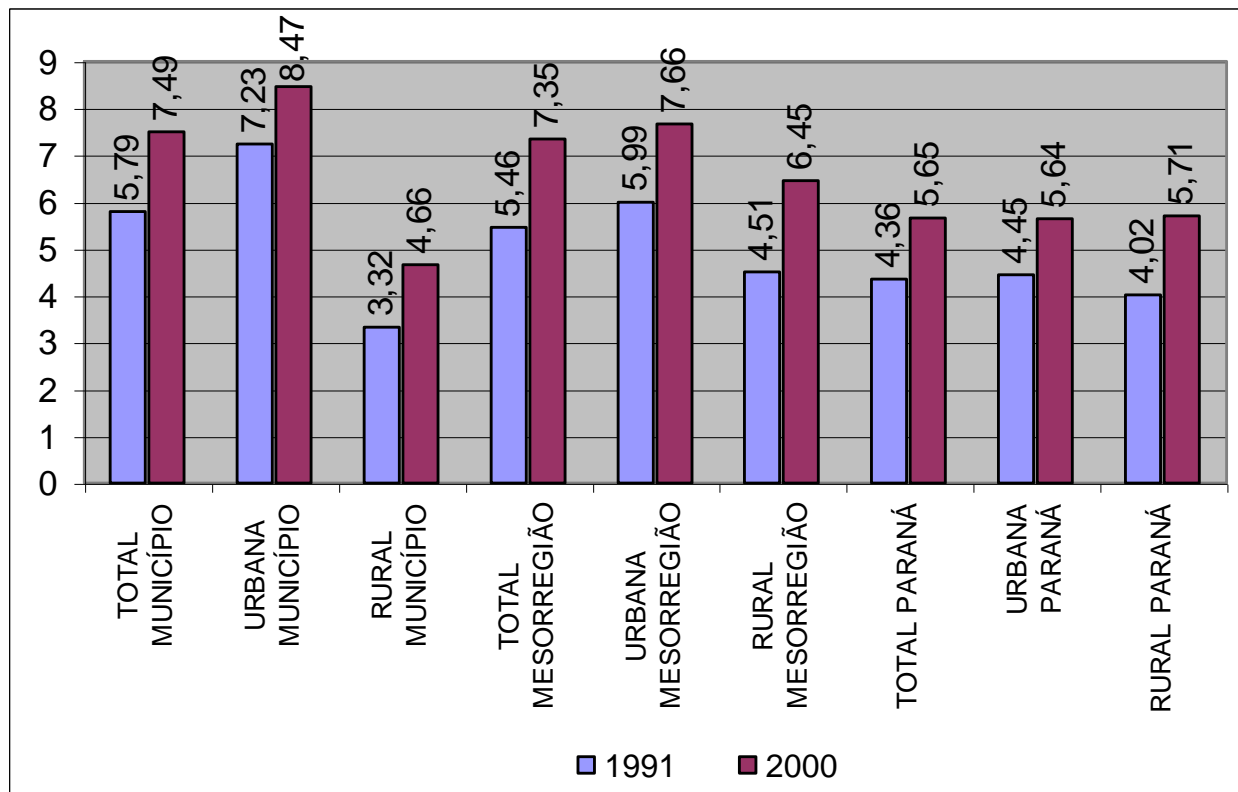
FONTE: Censos Demográficos do IBGE; IPARDES

PARANÁ

POP. ANO	TOTAL	URBANA	RURAL	65 ANOS OU MAIS			ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO		
				TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	8.448.713	6.197.953	2.250.760	368.188	275.719	90.469	4,36	4,45	4,02
2000	9.563.458	7.786.084	1.777.374	540.594	439.131	101.463	5,65	5,64	5,71
DIFERENÇA	---	---	---	---	---	---	1,29	1,19	1,69

FONTE: Censos Demográficos do IBGE; IPARDES

FIGURA – DEM 04
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MESORREGIÃO E PARANÁ
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E
RURAL – 1991 E 2000



RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

O Índice de Razão de dependência permite avaliar a proporção da população considerada inativa em razão da idade (grupos de 0 a 14 anos e 65 anos ou mais) e a população potencialmente ativa (de 16 a 64 anos). É expresso em percentual que representa a relação de crianças e idosos para cada grupo de 100 pessoas em idade ativa.

TABELA – DEM 04
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, DA
MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO E DO ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

	POPULAÇÃO DE 0-14 ANOS MAIS A POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS			POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS			RAZÃO DE DEPENDÊNCIA		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	5.690	3.531	2.159	8.151	5.226	2.925	69,81	67,57	73,81
2000	5.498	4.048	1.450	8.843	6.627	2.216	62,17	61,08	65,43

FONTE: Censos Demográficos do IBGE; IPARDES

MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO

	POPULAÇÃO DE 0-14 ANOS MAIS A POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS			POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS			RAZÃO DE DEPENDÊNCIA		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	215.871	136.351	79.520	339.468	220.668	118.800	63,59	61,79	66,94
2000	195.364	145.984	49.380	352.826	265.747	87.079	55,37	54,93	56,71

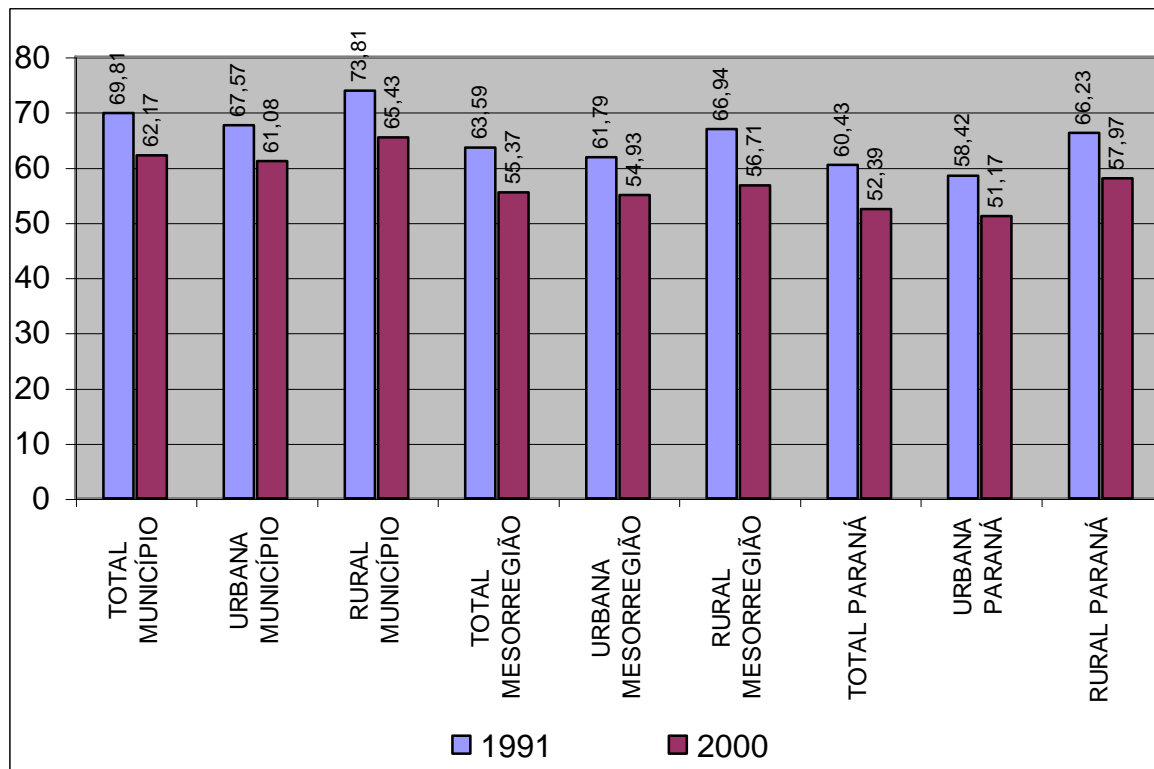
FONTE: Censos Demográficos do IBGE; IPARDES

PARANÁ

	POPULAÇÃO DE 0-14 ANOS MAIS A POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS			POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS			RAZÃO DE DEPENDÊNCIA		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	3.182.397	2.285.662	896.735	5.266.316	3.912.291	1.354.025	60,43	58,42	66,23
2000	3.287.724	2.635.485	652.239	6.275.734	5.150.599	1.125.135	52,39	51,17	57,97

FONTE: Censos Demográficos do IBGE; IPARDES

FIGURA – DEM 05
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MESORREGIÃO E PARANÁ
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO TOTAL – 1991 E 2000



Em que pese a redução ocorrida ao longo dos anos 90, a razão de dependência encontrada no município no ano de 2000 é muito superior aos índices da mesorregião e do Estado do Paraná. Enquanto em Ribeirão do Pinhal apresentava uma razão de dependência de 62,17 em 2000, a mesorregião do Norte Pioneiro aparecia com 55,37 e o Estado do Paraná com 52,39. No Brasil o IBGE diagnosticou uma razão de dependência de 54,93 no ano 2000, índice este que em 1991, superava a 65%.

Os números mais elevados em Ribeirão do Pinhal estão relacionados a um percentual maior de população de 0 a 14 anos e da população com 65 anos ou mais no município, que os percentuais existentes desses grupos de idade na mesorregião e no Estado.

TABELA – DEM 05

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MESORREGIÃO E PARANÁ
**PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 0-14 ANOS, POPULAÇÃO
 DE 15-64 ANOS, POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS NA
 COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO**

	POPULAÇÃO DE 0 A 14 ANOS	POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS	POPULAÇÃO DE 65 ANOS OU MAIS
Município	30,84	61,67	7,49
Mesorregião	28,27	64,36	7,36
Estado	28,72	65,62	5,65

FONTE: Censos Demográficos do IBGE

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE E SEXO

TABELA – DEM 06

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
**COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR
 GRUPOS DE IDADE E SEXO - REF. CENSO DE 1991 E 2000**

IDADE	HOMEM				MULHER			
	1991		2000		1991		2000	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
00 – 04	772	51,19	746	51,52	736	48,80	702	48,48
05 – 09	829	52,10	746	50,96	762	47,89	718	49,04
10 – 14	928	51,87	757	50,10	861	48,12	754	49,90
15 – 19	693	50,99	754	53,55	666	49,01	654	46,45
SUBTOTAL	3.222	46,10	3.003	41,86	3.025	44,15	2.828	39,45
20 – 24	587	50,12	567	48,01	584	49,87	614	51,99
25 – 29	531	50,00	486	49,19	531	50,00	502	50,81
30 – 34	453	48,29	488	49,14	485	51,71	505	50,85
35 – 39	393	48,46	535	50,57	418	51,54	523	49,43
SUBTOTAL	1.964	28,10	2.076	28,94	2.018	29,45	2.144	29,91
40 – 44	355	49,72	429	51,01	359	50,28	412	48,99
45 – 49	293	47,87	355	48,83	319	52,12	372	51,17
50 – 54	293	52,13	292	49,07	269	47,86	303	50,92
55 – 59	255	50,49	258	49,23	250	49,50	266	50,76
SUBTOTAL	1.196	17,11	1.334	18,60	1.197	17,47	1.353	18,87
60 – 64	209	50,12	245	46,40	208	49,88	283	53,60
65 – 69	175	53,68	207	49,88	151	46,32	208	50,12
70 - 74	97	49,23	148	47,44	100	50,76	164	52,56
75 – 79	66	47,48	92	50,27	73	52,52	91	49,77
80 OU +	60	42,85	68	41,21	80	57,14	97	58,79
SUBTOTAL	607	8,68	760	10,60	612	8,93	843	11,76
TOTAL	6.989	50,49	7.173	50,01	6.852	49,51	7.168	49,99

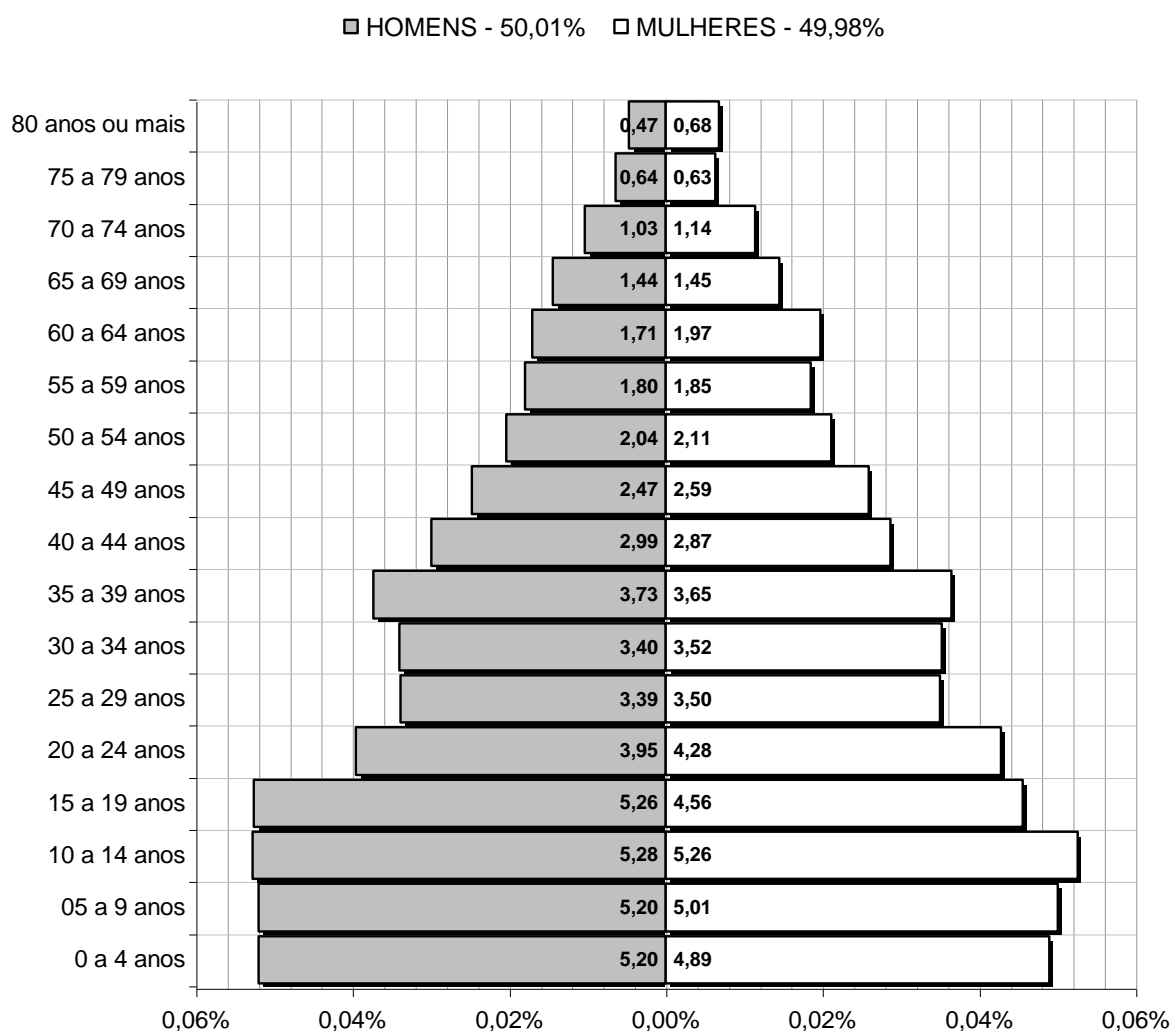
FONTE: Censos Demográficos do IBGE

A diferença na quantidade de homens e mulheres em Ribeirão do Pinhal é pouco significativa. O número de homens recenseados pelo IBGE em 2000 é

maior do que o número de mulheres, mas a diferença encontrada é de apenas 5 pessoas. Em 1991 essa diferença era maior; o município contava com 137 homens a mais do que o número de mulheres.

Em 2000, assim como em 1991, os números do IBGE mostram que os homens aparecem em maior número no grupo de idade de 00-19 anos. Nos demais grupos as mulheres aparecem em maior número.

FIGURA – DEM 06
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PIRÂMIDE DE GRUPOS DE IDADE – ANO 2000



RAZÃO DE SEXO

Segundo dados do IBGE existia em 2000, no Brasil, um excedente de 2.647.140 mulheres em relação ao número total de homens. Era uma proporção de 94,26 homens para cada 100 mulheres nas áreas urbanas e nas áreas rurais eram 109,22 homens para cada grupo de 100 mulheres.

Os números encontrados em Ribeirão do Pinhal, no resto do Norte Pioneiro e no Estado do Paraná pouco se diferenciam do contexto nacional, sendo apenas a proporção de homens pouco mais elevada, tanto nas zonas urbanas como na rural, como é possível verificar na tabela abaixo.

TABELA – DEM 07
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MESORREGIÃO E PARANÁ
RAZÃO DE SEXOS DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL

MUNICÍPIO	RAZÃO DE SEXOS	
	URBANA	Rural
Ribeirão do Pinhal	96,16	112,4
Mesorregião	96,33	112,65
Paraná	95,43	111,1
Brasil	94,19	109,22

FONTE: Censos do IBGE/ IPARDES

RIBEIRÃO DO PINHAL E MUNICÍPIOS VIZINHOS

O município de Ribeirão do Pinhal e seus vizinhos, sem exceções, continuaram a apresentar na década de 90/2000, a exemplo de décadas anteriores, um forte êxodo rural. Em Ribeirão do Pinhal, em que pese a expressividade da redução de -27,89% de sua população rural, esse percentual é um dos menores quando comparado com os percentuais dos municípios vizinhos.

Os municípios de Cornélio Procópio, Ibaiti e Santo Antônio da Platina tiveram, nos anos 90, sua população rural reduzida em percentuais acima de 35%. Ao mesmo tempo, os municípios de Abatiá e Jacarezinho experimentavam êxodo de mais de 40% de suas populações moradoras no campo.

Quanto à população urbana, observa-se que houve um crescimento, não só em Ribeirão do Pinhal mas também em todos os demais municípios vizinhos. O percentual de crescimento da população urbana de Ribeirão do Pinhal é dos mais

expressivos e, entre todos os municípios analisados, só é superado pelo crescimento da população de Ibaiti. Cidades como Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina e Jacarezinho tiveram índices de crescimento inferiores ao de Ribeirão do Pinhal.

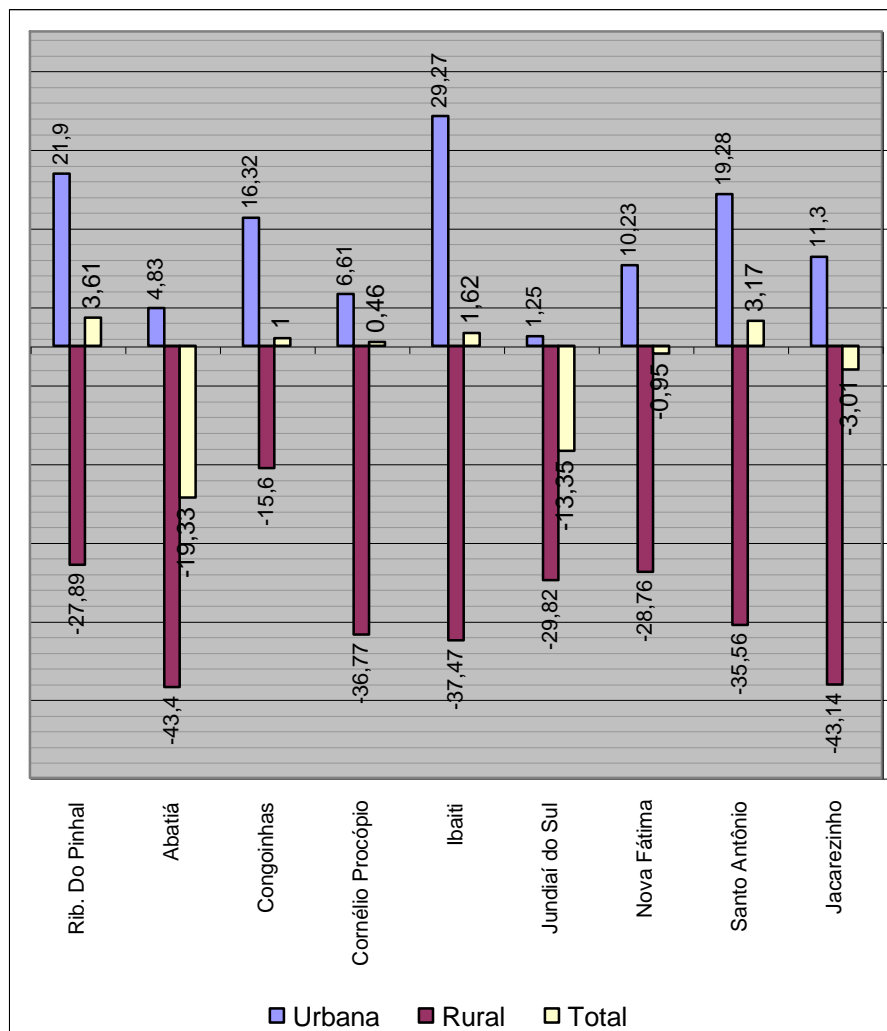
Em relação ao crescimento da população total do município de Ribeirão do Pinhal e vizinhos, extrai-se dos números do IBGE constantes da tabela DEM 08 que Ribeirão do Pinhal apresentou na década de 90 o maior percentual de crescimento (3,61%), quando comparado com os municípios relacionados, superando inclusive o percentual de crescimento de municípios de maior população como é o caso de Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina e Jacarezinho. Esse último chegou mesmo a ver sua população total decrescer em razão de grande perda de sua população rural.

TABELA – DEM 08
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
E DOS MUNICÍPIOS VIZINHOS - 1991 E 2000

MUNICÍPIOS	1991			2000			% DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO (1991 A 2000)		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Ribeirão do Pinhal	8.757	5.084	13.841	10.675	3.666	14.341	21,9	-27,89	3,61
Abatiá	5.109	5.129	10.238	5.356	2.903	8.259	4,83	-43,4	-19,33
Congonhinhas	4.044	3.729	7.773	4.704	3.147	7.851	16,32	-15,6	1
Cornélio Procópio	40.036	6.608	46.644	42.683	4.178	46.861	6,61	-36,77	0,46
Ibaiti	15.245	10.781	26.026	19.707	6.741	26.448	29,27	-37,47	1,62
Jacarezinho	30.111	10.747	40.858	33.515	6.110	39.625	11,3	-43,14	-3,01
Jundiá do Sul	2.238	1.985	4.223	2.266	1.393	3.659	1,25	-29,82	-13,35
Nova Fátima	5.979	2.406	8.385	6.591	1.714	8.305	10,23	-28,76	-0,95
Santo Antônio	27.345	11.369	38.714	32.617	7.326	39.943	19,28	-35,56	3,17

FONTES: Censos do IBGE

FIGURA – DEM 07
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PORCENTAGEM DO CRESCIMENTO DA
POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL – DE 1991 A 2000



FONTE: Censos demográficos – IBGE

GRAU DE URBANIZAÇÃO E NÍVEL DE CENTRALIDADE

Ribeirão do Pinhal, quando comparado com municípios vizinhos, mesmo tendo apresentado, no período de 1991 a 2000, o maior crescimento populacional dentre todos e o segundo maior crescimento em se tratando de população urbana, superado apenas pelo crescimento da população urbana de Ibaiti, não está entre os de maior grau de urbanização.

De uma taxa de urbanização de 69,27% em 1991, Ribeirão do Pinhal saltou para 74,43% no ano de 2000. Apesar do crescimento de sua população urbana, municípios vizinhos como Cornélio Procópio, Ibaiti, Jacarezinho, Nova Fátima e Santo Antônio da Platina apresentam grau de urbanização superior ao de Ribeirão do Pinhal. Dos municípios vizinhos, Cornélio Procópio é o de maior taxa de urbanização com expressivos 91% de sua população habitando áreas urbanas. A menor taxa de urbanização entre os municípios vizinhos é o de Congonhinhas, de 59,90%.

A taxa de urbanização de Ribeirão do Pinhal é também inferior às taxas de urbanização do Norte Pioneiro e do Estado do Paraná que eram, em 2000, de 75,10% e 81,41% respectivamente.

Quanto ao tipo e nível de centralidade, Ribeirão do Pinhal é considerado pelo IBGE, em transição para o urbano de pequena dimensão com nível de centralidade fraco ou muito fraco. Dos municípios vizinhos, diferencia-se de Ribeirão do Pinhal apenas: Cornélio Procópio, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina. Estes municípios são classificados em urbano de pequena dimensão e com nível de centralidade médio.

TABELA – DEM 09
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E MUNICÍPIOS VIZINHOS
GRAU DE URBANIZAÇÃO E NÍVEL DE CENTRALIDADE

MUNICÍPIO	GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000	NÍVEL DE CENTRALIDADE (1) 1993	TIPOS DOS MUNICÍPIOS (2) 2000
Ribeirão do Pinhal	74,43	5	0
Abatiá	64,71	5	0
Congonhinhas	59,9	5	0
Cornélio Procópio	91,09	3	2
Ibaiti	74,54	5	1
Jacarezinho	84,55	3	2
Jundiá do Sul	61,96	5	0
Nova Fátima	79,36	5	0
Santo Antônio da Platina	81,67	3	2

FONTES: IBGE - Censo Demográfico, Tipologia dos Municípios, Regiões de Influência das Cidades; IPEA, IBGE e UNICAMP - Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil; IPARDES - Redes Urbanas Regionais: Sul e Tabulações Especiais; Legislações federal e estaduais.

(1) Nível de centralidade (baseado em IBGE - Regiões de Influência das Cidades, 2000) Classificação: 5* - máximo / 5 - muito forte / 4 - forte / 3 - forte para médio / 2 - médio / 1 - médio para fraco / 0 - fraco e muito fraco

(2) Tipologia dos municípios (baseada em IBGE - Tipologia dos Municípios Brasileiros, 1991) Classificação: 1 - Urbano de grande dimensão / 2 - Urbano de média dimensão / 3 - Urbano de pequena dimensão / 4 - Em transição para o urbano de média dimensão / 5 - Em transição para o urbano de pequena dimensão / 6 - Rural de pequena dimensão

O MUNICÍPIO NO CONTEXTO REGIONAL

Ribeirão do Pinhal situa-se, segundo divisão territorial adotada pelo IBGE, na mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense. Constituído por 46 municípios, o Norte Pioneiro somou, em 2000, uma população de 548.190 pessoas, essa representava 5,73% do total da população do Estado do Paraná.

Dos municípios que compõem a região, Ribeirão do Pinhal é o 11º (décimo primeiro) de maior número de habitantes. Com seus 14.341 moradores, o município está acima da média da mesorregião que era, em 2000, de 11.917 habitantes. A densidade populacional do município, no ano de 2000, somou 38,26 habitantes por Km², superior ao da mesorregião de 34,86 habitantes por Km².

Da avaliação do comportamento das taxas de crescimento populacional do município e da mesorregião percebe-se que o município apresentou mudanças mais bruscas que o ocorrido na mesorregião. Nos anos 80 o município apresentou uma redução em sua taxa de crescimento anual mais acentuada (-0,63%) do que a verificada na região, que foi de -0,26%. No entanto, já nos anos 90, Ribeirão do Pinhal viu sua população crescer em ritmo de 0,4% a.a., enquanto a mesorregião continuou a apresentar taxas decrescentes de -0,15 ao ano.

O ritmo da urbanização em Ribeirão do Pinhal, na década de 90, também se mostrou mais intenso, quando comparado com o ocorrido no Norte Pioneiro. As taxas de crescimento da população urbana do município alcançaram 2,25% a.a., enquanto na mesorregião estas taxas atingiram apenas 1,61%a.a.

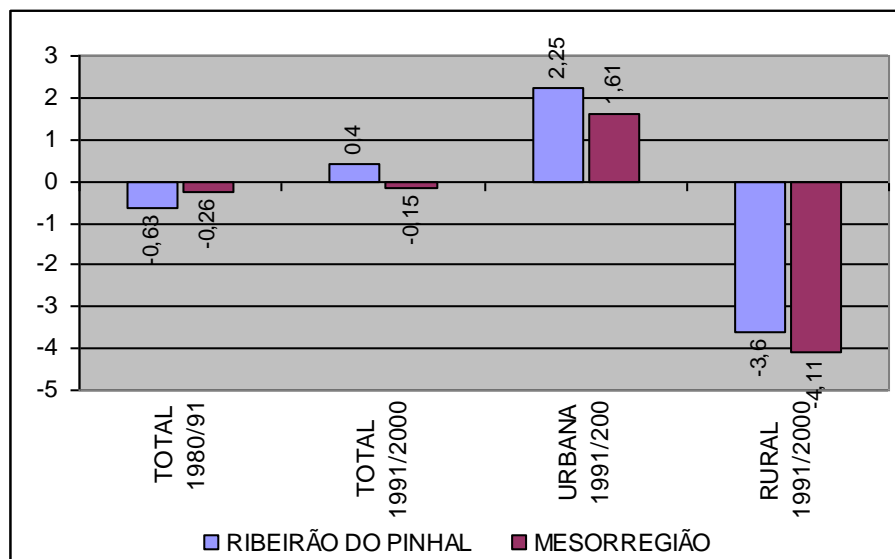
TABELA – DEM 10

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E MESORREGIÃO
TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

UNIDADE TERRITORIAL	DENSIDADE POPULACIONAL 2000 (HAB/Km ²)	POPULAÇÃO 2000			TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO (%a.a.)			
		TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL		Urbana 1991/2000	Rural 1991/2000
					1980/91	1991/2000		
Município	38,26	14.341	10.675	3.666	-0,63	0,40	2,25	-3,60
Mesorregião	34,86	548.190	411.731	136.459	-0,26	-0,15	1,61	-4,11

FONTE: Censos do IBGE/IPARDES

FIGURA – DEM 08
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E MESORREGIÃO
TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, TOTAL EM 1980/91,
TOTAL, URBANA E RURAL EM 1991/2000



FONTE: Censos do IBGE

O MUNICÍPIO NO CONTEXTO PARANAENSE

A representação da população total do município de Ribeirão do Pinhal na composição da população do Estado do Paraná é de 0,15%. Da leitura da tabela é possível extrair que nas últimas décadas, o ritmo de crescimento da população de Ribeirão do Pinhal é inferior ao verificado no Estado do Paraná.

Enquanto que nos anos 80, o município perdia população, o Paraná crescia a taxa de 0,93%a.a. Na década seguinte (anos 90) o município passou a apresentar taxas de crescimento positivas, de 0,4%a.a. Apesar da retomada do crescimento populacional, a taxa verificada em Ribeirão do Pinhal se mostrou inferior à verificada no Estado que foi de 1,40%a.a.

Quando analisados os dados referentes às áreas urbanas, verifica-se a mesma realidade, qual seja o Estado crescendo em ritmo mais intenso, em que pese que as diferenças entre as taxas de crescimento da população urbana do município e do Estado sejam menores que as relativas a população total. Na década de 90 a população urbana do município cresceu a taxa de 2,25%a.a., enquanto o Estado do Paraná cresceu 2,59%a.a.

Em relação às áreas rurais, o êxodo rural nos anos 90 no município se mostrou mais intenso que o ocorrido no Paraná. Enquanto a população rural de Ribeirão do Pinhal decrescia -3,6%a.a., o Paraná apresentava uma redução de sua população rural de -2,60% a.a.

TABELA – DEM 11
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E PARANÁ
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E TAXA DE URBANIZAÇÃO

Ano	MUNICÍPIO					PARANÁ				
	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1950	1.674	16,92	8.221	83,08	9.895	528.288	24,97	1.587.259	75,03	2.115.547
1960	3.942	23,71	12.683	76,29	16.625	1.305.927	30,6	2.962.312	69,4	4.264.239
1970	5.341	27,98	13.745	72,01	19.086	2.504.378	36,14	4.425.308	63,86	6.929.686
1980	7.224	48,68	7.616	51,32	14.840	4.472.562	58,62	3.156.830	41,38	7.629.392
1991	8.757	63,27	5.084	36,73	13.841	6.193.100	73,59	2.222.659	26,41	8.515.659
2000	10.675	74,44	3.666	25,56	14.341	7.786.084	81,4	1.777.374	18,6	9.563.458

FONTE: Censos do IBGE

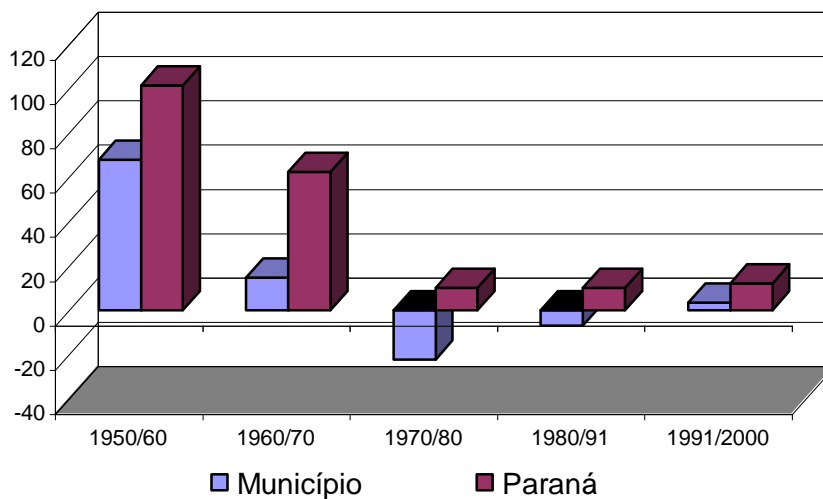
TABELA – DEM 12
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E PARANÁ
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO POR DÉCADAS
valores em %

ANOS	URBANA		RURAL		TOTAL	
	MUNICÍPIO	PARANÁ	MUNICÍPIO	PARANÁ	MUNICÍPIO	PARANÁ
1950 -1960	135,48	147,20	54,27	86,63	68,01	101,57
1960 -1970	35,41	91,77	8,37	49,38	14,80	62,51
1970 -1980	35,25	78,60	-44,59	- 28,70	-22,25	10,10
1980 -1991	21,22	38,50	-33,24	- 29,60	-6,73	10,30
1991- 2000	21,90	25,72	-27,89	- 20,03	3,61	12,30

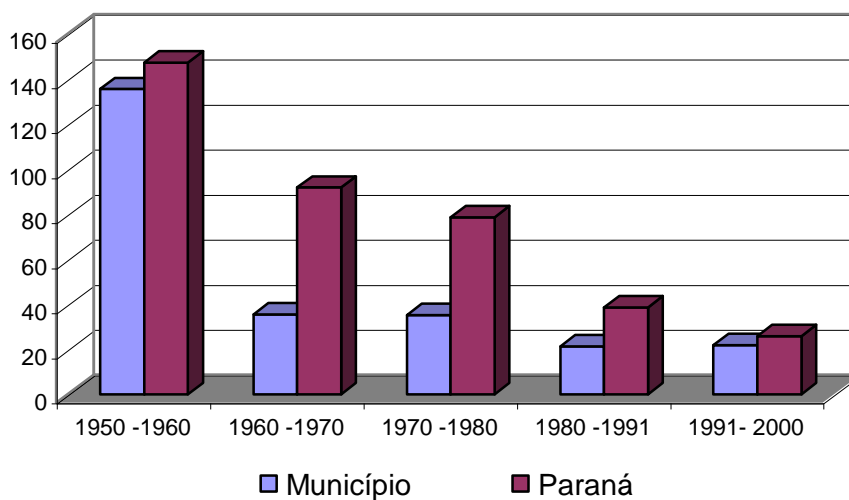
FONTE: Censos do IBGE

FIGURA – DEM 09
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E PARANÁ
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE RIBEIRÃO DO
PINHAL E DO PARANÁ – POR DÉCADAS

TOTAL



URBANA



2.4.2. ASPECTOS ECONÔMICOS

O MUNICÍPIO NO CONTEXTO PARANAENSE

A representatividade do município de Ribeirão do Pinhal no universo econômico do Paraná é pouco expressiva, mas vem crescendo nos últimos anos em função principalmente do setor primário. Em 2001, a participação do município na composição do valor adicionado do Estado do Paraná foi de 0,018% . Já em 2003 alcançou o percentual de 0,022.

TABELA – ECON 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E PARANÁ
PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO VALOR ADICIONADO DO PARANÁ

ANO	MUNICÍPIO (R\$)	ESTADO (R\$)	%
2001	10.957.839	57.940.556.618	0,018912
2002	13.611.606	67.332.306.996	0,020215
2003	18.084.592	80.116.339.593	0,022572

FONTES – SEFA

Setor Primário

O setor primário é não só o de maior representatividade da economia local, mas também o de maior representatividade da economia local em relação à economia regional e estadual. A participação do valor adicionado do setor primário do município no valor adicionado do setor primário do Estado do Paraná de 0,064% em 2002, cresceu em 2003, atingindo 0,074%.

TABELA – ECON 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E PARANÁ
VALOR ADICIONADO DO SETOR PRIMÁRIO

ANO	MUNICÍPIO	ESTADO DO PARANÁ	PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ESTADO %
2001	5.953.196	8.685.760.210	0,068539
2002	7.578.929	11.807.861.149	0,064185
2003	11.522.701	15.541.290.168	0,074140

FONTES: SEFA

O valor total da produção agropecuária do município em 2003, segundo dados da SEFA⁹, atingiu R\$36.290.633,00. Esse montante representou, no mesmo ano, 0,129% do total da produção agropecuária do Estado do Paraná que foi de R\$28.036.556.969,00. Da análise dos dados da SEFA ressalta o crescimento do valor total da produção agropecuária do município entre os anos 2001 e 2003. Enquanto em 2001, o valor alcançado pelo município foi da ordem de R\$12.287.983,00, em 2003 esse valor triplicou para R\$36.290.633,00. Já o Estado do Paraná, no mesmo período, duplicou o valor total de sua produção agropecuária.

Setor Secundário

O setor secundário do município é pouco expressivo no contexto regional e estadual. Representa apenas 0,006% do valor adicionado no setor secundário do Paraná. O valor adicionado pelo setor secundário de Ribeirão do Pinhal, de apenas R\$2.549.155,00 em 2003, em larga medida, é referente à energia elétrica e à distribuição de água. Isso demonstra a incipiente produção industrial do município.

TABELA – ECON 03
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E PARANÁ
VALOR ADICIONADO DO SETOR SECUNDÁRIO - 2001, 2002 E 2003

ANO	MUNICÍPIO	ESTADO DO PARANÁ	PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ESTADO %
2001	2.089.401	30.903.627.066	0,006761
2002	2.732.804	35.255.591.000	0,007751
2003	2.549.155	40.900.529.029	0,006583

FONTES – SEFA.

Setor Terciário

O setor terciário, assim como o secundário, tem pouca expressividade no contexto regional e estadual. As atividades comerciais e de serviços existentes são de abrangência local, de atendimento essencial, básico e cotidiano da população. Na procura de comércio e serviços especializados a população dirige-se, principalmente, às cidades de Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Londrina e até mesmo Ourinhos no Estado de São Paulo.

⁹ SEFA – Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná

A pouca expressividade do setor terciário do município no contexto estadual pode ser traduzido pela sua participação na composição do valor adicionado do setor terciário do Estado do Paraná, onde alcançou apenas 0,016% no ano de 2003.

TABELA – ECON 04
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E PARANÁ
VALOR ADICIONADO DO SETOR TERCIÁRIO - 2001, 2002 E 2003

ANO	MUNICÍPIO	ESTADO DO PARANÁ	PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ESTADO %
2001	2.753.825	18.182.065.560	0,015145
2002	3.286.779	20.050.804.484	0,016392
2003	3.926.530	23.447.771.548	0,016745

FONTE – SEFA.

O CONTEXTO MUNICIPAL

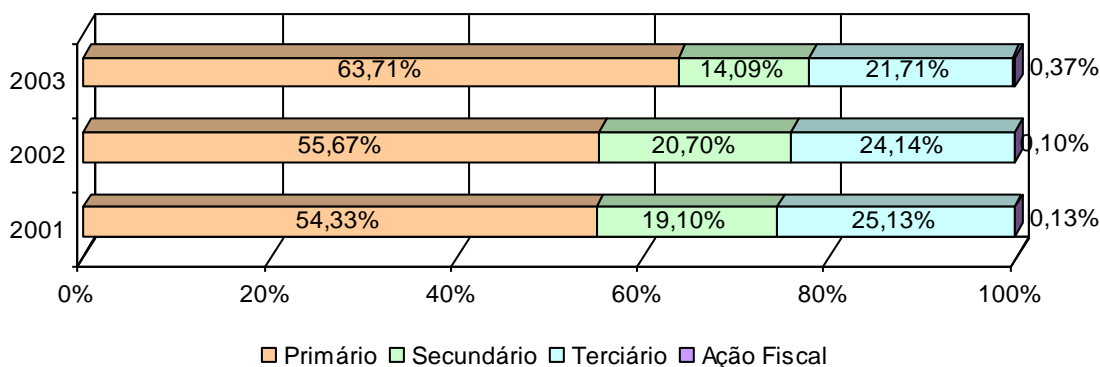
A economia de Ribeirão do Pinhal tem no setor primário a base de sua sustentabilidade. A representatividade do setor primário na composição do valor adicionado no município vem crescendo. De 2001 a 2003, passou de 54,33% para 63,71%. No mesmo período, tanto o setor secundário como o terciário apresentaram queda na composição. No setor secundário de 19,10% para 14,09% e no terciário de 25,14% para 21,71%.

TABELA – ECON 05
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADES NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO 2001, 2002 E 2003 – VALORES EM %

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	AÇÃO FISCAL
2001	54,33	19,10	25,13	0,13
2002	55,67	20,7	24,14	0,10
2003	63,71	14,09	21,71	0,37

FONTE – SEFA

FIGURA – ECON 01
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADES NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO 2001,2002 E 2003 – VALORES EM %



Dos maiores contribuintes para a composição da valor adicionado no município destacam-se as atividades do setor terciário principalmente os postos de abastecimento de combustíveis e os supermercados. O setor secundário é o menos representativo na economia local, no entanto, das cerâmicas localizadas no distrito de Triolândia, duas delas aparecem entre os 10 maiores contribuintes na composição do valor adicionado em Ribeirão do Pinhal.

TABELA – ECON 06
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL DOS CONTRIBUINTES NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO - ANO BASE 2003
VALORES EM R\$ - PRINCIPAIS CONTRIBUINTES

RAZÃO SOCIAL	VALOR ADICIONADO	% PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO TOTAL
Auto Posto Anaviar Ltda.	183.051	1,67
Clelha Honorato de Oliveira – supermercado	126.654	1,15
Auto Posto Morada do Sol	106.309	0,97
Anezio Zaffani – supermercado	101.527	0,92
Jacir Dutra da Silva – cerâmica (Triolândia)	90.632	0,82
Leopercio Souza Brito & cia Ltda. – auto posto	85.792	0,78
Adilsom Merlim – metalúrgica	80.123	0,73
Fraga & Araújo Ltda – agro-veterinário	73.529	0,67
Serraria Santa Luzia Ltda	71.272	0,65
Cecílio Augusto de Oliveira – cerâmica (Triolândia)	60.488	0,55

FONTE – SEFA

As atividades do setor primário também se destacam quando analisadas pela vertente da quantidade de pessoas ocupadas. No ano 2000, das 5.978 pessoas ocupadas em Ribeirão do Pinhal, 2.803 estavam diretamente vinculadas ao setor, qual seja, 46,89%. O restante da população ocupada dividia-se entre os setores secundário e terciário.

O setor secundário ocupando apenas 12,75% das pessoas especialmente nas cerâmicas e na construção civil. Já o setor terciário ocupando percentual expressivo de pessoas no comércio, na administração pública, nos serviços domésticos, na educação, na saúde, nos serviços sociais, etc, como mostra a tabela e o gráfico seguintes.

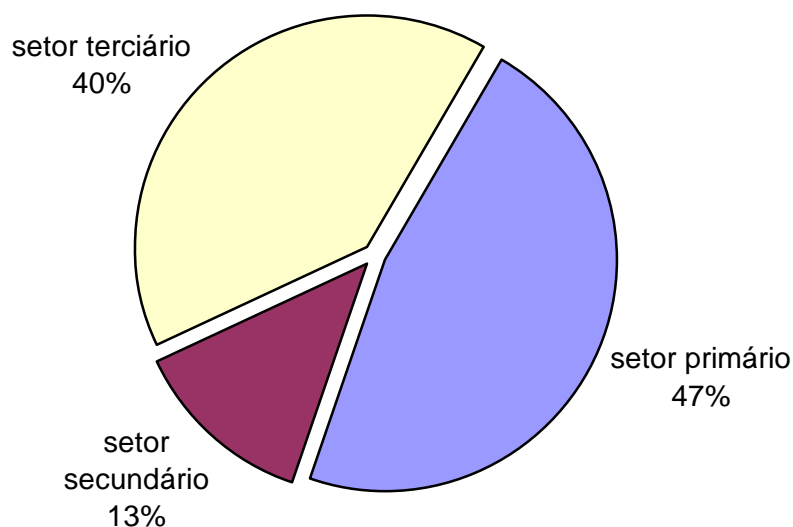
TABELA – ECON 07
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO - 2003

ATIVIDADES	POP. OCUPADA
agric., pec., silv., explo.. flor., pesca	2.803
ind. extra., distri. eletrica, gás, água	7
indústria de transformação	478
construção	277
com., repara. veic. aut., obj. pes., dom.	735
alojamento e alimentação	175
transporte, armazenagem, comunicação	113
interm. financ., ativ. imobiliarias e serv.	216
adm. publ., defesa e segurança social	227
educação	298
saúde e serviços sociais	122
outros serv. coletivos, sociais, pessoal	139
serviços domésticos	370
atividades mal definidas	18
população ocupada - total	5.978

Fonte: Caderno Estatístico do município de Ribeirão do Pinhal – IPARDES, julho/2005

Assim, ao setor primário deve ser dada atenção especial, não só pela sua representatividade na composição do valor adicionado e pela população diretamente ocupada no setor, mas também porque é a agropecuária que alavanca os demais setores da economia municipal.

FIGURA – ECON 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
POPULAÇÃO OCUPADA NO MUNICÍPIO – 2003



Setor Primário

A avaliação do setor primário é importante para Ribeirão do Pinhal porquanto é o segmento econômico de maior representatividade.

Ribeirão do Pinhal, em seu início, a exemplo de muitos dos municípios do Norte Pioneiro Paranaense, teve sua economia assentada na cultura do café. A cafeicultura foi dominante até o início dos anos 80, quando fatores macroeconômicos e ambientais se fizeram sentir. A queda de preços nos mercados internacionais e a geada de 1975 resultaram em mudanças importantes na estrutura econômica da região.

Nesse processo, o café dá lugar à expansão da pecuária e às culturas mecanizadas, especialmente a da soja.

TABELA – ECON 08
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS PARA A AGROPECUÁRIA

USO	ÁREA (Ha.)					
	1970	1975	1980	1985	1995	2004*
Lavouras temporárias	6.282	5.318	7.800	7.509	8.741	8.293
Lavouras permanentes	8.654	7.511	6.138	4.779		2.551
Pastagens naturais	3.643	2.876	2.023	886	22.228	4.100
Pastagens plantadas	8.426	13.216	18.012	20.306		21.237
Matas nativas	2.046	866	1.913	1.640	1.770	400
Reflorestamento	270	357	317	560		360
Temporárias em descanso	611	133	332	250	1070	---
Produtivas não utilizadas		963	386	721		---
Áreas não aproveitáveis	975	1.141	1.331	432	818	---
Preservação permanente	---	---	---	---	---	500
Outras não especificadas	8.193	6.719	848	2.017	4.473	1.659
TOTAL	39.100	39.100	39.100	39.100	39.100	39.100

FONTE: IBGE para os anos de 1970/75/80/85/95 - *EMATER para o ano de 2004.

TABELA – ECON 09
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PORCENTAGEM DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS PARA A AGROPECUÁRIA

USO	ÁREA (Há.)					
	1970	1975	1980	1985	1995	2004*
Lavouras temporárias	20,33%	16,42%	20,39%	20,25%	25,24%	21,21%
Lavouras permanentes	28,00%	23,20%	16,05%	12,89%		6,52%
Pastagens nativas	11,79%	8,88%	5,29%	2,39%	64,19%	10,49%
Pastagens plantadas	27,26%	40,81%	47,09%	54,76%		54,31%
Matas nativas	6,62%	2,67%	5,00%	4,42%	5,11%	1,02%
Reflorestamento	0,87%	1,10%	0,83%	1,51%		0,92%
Temporárias em descanso	1,98%	0,41%	0,87%	0,67%	3,09%	---
Produtivas não utilizadas		2,97%	1,01%	1,94%		---
Preservação permanente	---	---	---	---	---	1,28%
Áreas inaproveitáveis	3,15%	3,52%	3,48%	1,16%	2,36%	4,25%

FONTE: IBGE para os anos de 1970/75/80/85/95 - *EMATER para o ano de 2004.

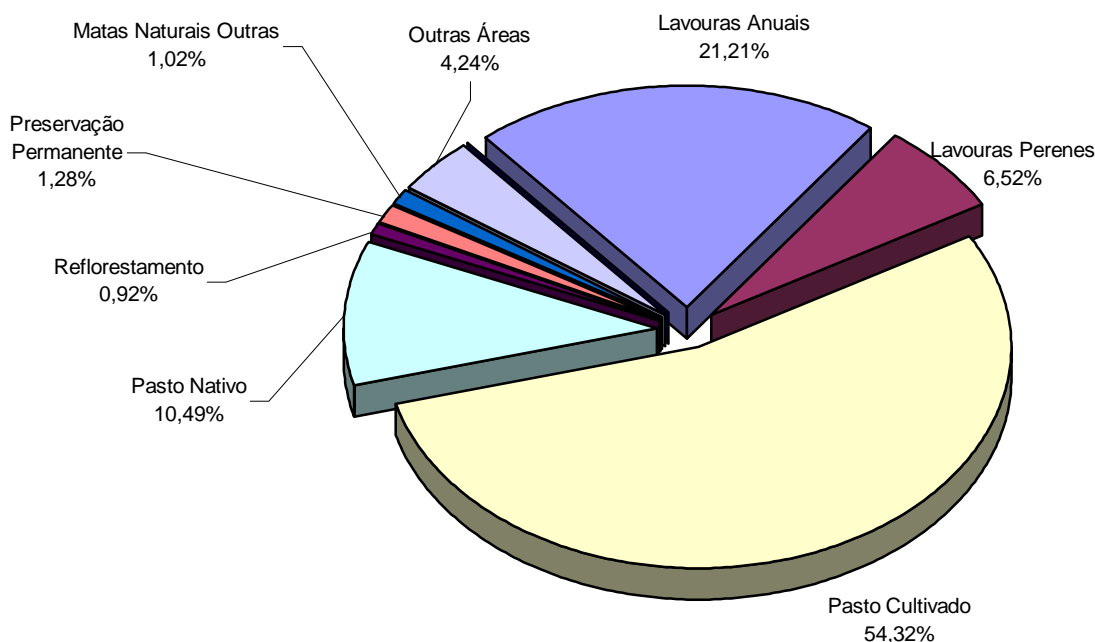
Os números que demonstram a evolução da quantidade de áreas ocupadas pelas diferentes atividades rurais, e a crescente utilização de máquinas nas lavouras, o trator, por exemplo, permitem aferir as mudanças ocorridas.

A área destinada às pastagens naturais e cultivadas, cresceu de cerca de 12 mil hectares em 1970 para 16 mil hectares em 1975, alcança a 22 mil hectares

em 1995 e em 2004 atinge 25.342 hectares, passando a representar 65% do território do município. Ao mesmo tempo as áreas de terras do município utilizadas por lavouras, que totalizavam, em 1970, 48,33% das áreas utilizadas para a agropecuária, diminuem sua representação para 25,8% no ano de 2004.

São as lavouras permanentes (essencialmente o café) as que vão apresentar uma redução significativa de área cultivada. Em 1970 eram 8.654 hectares ocupados por lavouras permanentes enquanto no ano de 2004 registrou-se apenas 2.551 hectares de área utilizada por esse tipo de cultura.

FIGURA – ECON 03
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PORCENTAGEM DOS USOS DAS TERRAS



A utilização de tratores na agricultura cresceu rapidamente. No período que vai de 1970 a 1980 mais que dobrou o número de tratores existentes na zona rural de Ribeirão do Pinhal. Nos últimos 34 anos o percentual de crescimento de tratores empregados na produção agropecuária ultrapassou a 300%.

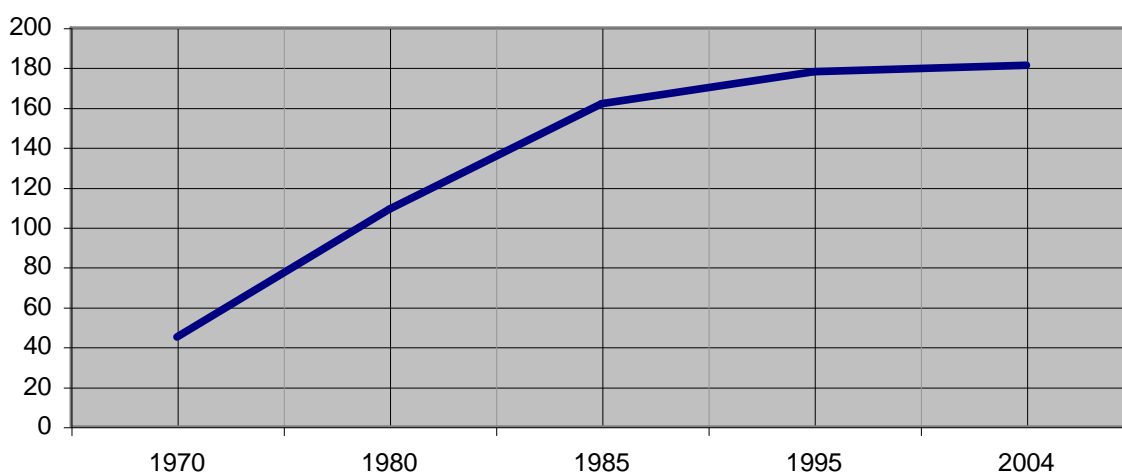
TABELA – ECON 10
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
NÚMERO DE TRATORES EMPREGADOS NA ZONA RURAL

ANO	NÚMERO
1970	45
1980	109
1985	162
1995	178
2004*	181

FONTE: IBGE, para 1970/80/85/95

* trator de pneu segundo EMATER

FIGURA – ECON 04
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
NÚMERO DE TRATORES EMPREGADOS NA ZONA RURAL



A principal consequência desse processo foi o desemprego no campo e a consequente migração campo-cidade. A população rural que, em 1970, representava 83,08% do total da população passou a representar, em 2000, apenas 25,56%. Ao mesmo tempo a população urbana de 5.341 habitantes em 1970 cresce para 10.675 habitantes em 2000. De outro lado, no mesmo período, a população total diminuiu de 19.086 habitantes em 1970 para 14.341 habitantes no ano de 2000.

EMPREGO NO SETOR PRIMÁRIO

Com as mudanças ocorridas no campo decresceu o número médio de trabalhadores rurais empregados em Ribeirão do Pinhal. São em média 4,90 pessoas empregadas por estabelecimento rural do município. Esse número, apesar de decrescente, é superior à média estadual de 3,48 e a média mesorregional de 3,43. É o segundo maior município empregador por estabelecimento rural quando comparado aos municípios vizinhos. É superado apenas por Jacarezinho, onde o número é de 7,43 trabalhadores por estabelecimento.

TABELA – ECON 11
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PESSOAL OCUPADO NA ZONA RURAL

ANO	PESSOAL
1970	5.461
1980	4.105
1995	3.197
2000	2.803

FONTE: IBGE

TABELA – ECON 12
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MUNICÍPIOS VIZINHOS, MESORREGIÃO E PARANÁ
PESSOAL OCUPADO – 1995

MUNICÍPIOS	TOTAL	TOTAL DE HOMENS	HOMENS MENORES DE 14 ANOS	TOTAL DE MULHERES	MULHERES MENORES DE 14 ANOS	PESSOAS/ ESTABELECIMENTO
Ribeirão do Pinhal	3 197	2 713	52	484	32	4,90
Abatiá	2 629	1 904	110	725	79	2,93
Congonhinhas	1 944	1 455	77	489	51	2,86
Cornélio Procópio	3 126	2 491	86	635	80	4,69
Ibaiti	4 348	3 217	168	1 131	110	3,13
Jacarezinho	3 820	2 860	114	960	124	7,43
Jundiá do Sul	1 005	724	27	281	26	4,09
Nova Fátima	875	774	8	101	2	3,49
S. Ant. da Platina	4 837	3 518	281	1 319	201	3,47
Mesorregião	105 187	77 424	5 158	27 763	3 908	3,43
Paraná	1 287 632	864 136	81 407	423 496	65 835	3,48

Fonte: IBGE

NÚMERO DE PRODUTORES RURAIS

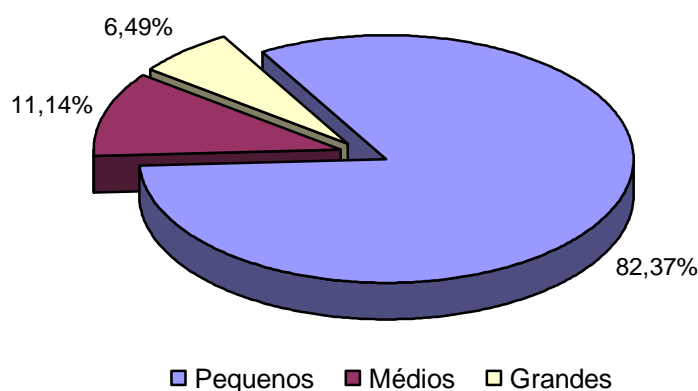
Segundo dados da EMATER¹⁰, o município de Ribeirão do Pinhal conta com 709 produtores rurais¹¹, classificados de acordo com a tabela seguinte.

TABELA – ECON 13
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
NÚMERO DE PRODUTORES E ÁREA DAS PROPRIEDADES

CLASSIFICAÇÃO	ÁREA (Há)	Nº PRODUTORES	%
Pequenos	Até 50	584	82,37
Médios	De 50 a 250	79	11,14
Grandes	Acima de 250	46	6,49
Total		709	100

FONTE: EMATER

FIGURA – ECON 05
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
NÚMERO DE PRODUTORES COM RELAÇÃO À ÁREA DAS PROPRIEDADES



A tabela ECON13 mostra que 82,37% dos produtores existentes desenvolvem suas atividades em pequenas propriedades de até 50 ha. No entanto, com base nos dados censitários do IBGE, pode-se inferir uma grande concentração fundiária como podemos verificar adiante.

¹⁰ Escritório da EMATER de Ribeirão do Pinhal, dados relativos ao ano de 2004.

¹¹ De acordo com a EMATER de Ribeirão do Pinhal, em uma única propriedade pode coexistir mais de um produtor rural.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

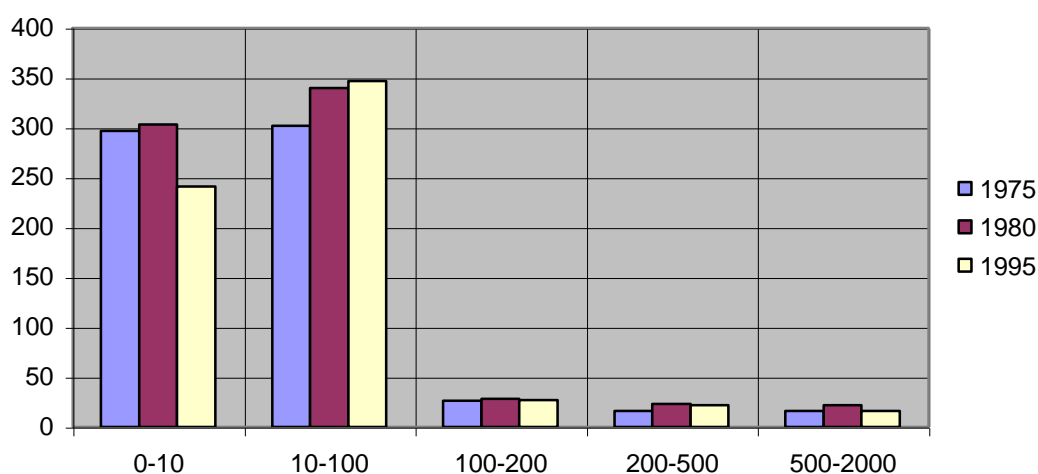
Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE realizado em 1995/96, o município de Ribeirão do Pinhal possui 653 estabelecimentos agrícolas, sendo que o número de propriedades com área superior a 100 ha equivalem a apenas 10% do total de propriedades e, no mesmo tempo, perfazem uma significativa extensão de terras de no mínimo 40% do total da área do município.

TABELA – ECON 14
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
**DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS
POR MÓDULOS FUNDIÁRIOS**

MÓDULOS ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS									
	1970	%	1975	%	1980	%	1985	%	1995	%
0-10	379	50,7	297	45,2	303	42,3	312	43,3	241	36,9
10-100	316	42,2	302	46,0	340	47,5	338	46,9	347	53,1
100-200	17	2,3	26	4,0	28	3,9	24	3,3	27	4,1
200-500	22	2,9	16	2,4	23	3,2	29	4,0	22	3,4
500-2000	14	1,9	16	2,4	22	3,1	18	2,5	16	2,5
ACIMA DE 2000	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
TOTAL	748	100	657	100	716	100	721	100	653	100

FONTE: IBGE

FIGURA – ECON 06
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
**DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS
POR MÓDULOS FUNDIÁRIOS**



Dos dados do IBGE, pode-se verificar que entre 1970 e 1995 a proporção de propriedades com área até 10 hectares diminuiu, ao passo que as propriedades

com área acima de 10 e até 100 hectares aumentou. As propriedades com até 10 hectares diminuíram de 379 (50,7%) para 241 (36,9%), e as propriedades com mais de 10 até 100 hectares aumentaram de 316 (42,2%) para 347 (53,1%) respectivamente.

A tabela ECON 14 mostra que em Ribeirão do Pinhal existe uma proporção pequena de propriedades com menos de 10 hectares, em relação ao Estado. As propriedades com menos de 10 hectares, no município, representam 36,9% do total de propriedades. Este percentual é inferior aos 41,8% verificado no Estado, que por sua vez é próximo do percentual da mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense. No entanto, a proporção de pequenas propriedades de Ribeirão do Pinhal se aproxima da que se verifica nos municípios vizinhos, exceções a Abatiá (53,2%), Cornélio Procópio (18,7%) e Jundiá do Sul (15,0%).

A tabela ECON 15 demonstra a predominância de propriedades de até 100 hectares de área, perfazendo um total de cerca de 90% das propriedades no município, número que se aproxima dos números do Estado e do Norte Pioneiro. A maioria dos municípios vizinhos também se aproxima deste número, exceções a Jundiá do Sul (77%), Congonhinhas (83,3%) e Nova Fátima (80,9%).

A área média das propriedades rurais de Ribeirão do Pinhal, que era de 41,6 hectares em 1970, chegou a 56,7 hectares em 1980, e em 1995 atingiu 53,0 hectares. Isso significa um aumento de 27% no tamanho médio das propriedades.

A área média das propriedades rurais do município de Ribeirão do Pinhal de 53 hectares é superior a área média das propriedades da Mesorregião do Norte Pioneiro, que é de 44 hectares. Entretanto, quando comparada com a área média dos municípios vizinhos, muitos deles apresentam área média de propriedades rurais muito superiores à de Ribeirão do Pinhal. É o caso dos municípios de Jundiá do Sul, Jacarezinho, Nova Fátima e Cornélio Procópio, cujas áreas médias são de 202, 156, 132 e 91 ha, respectivamente. Dos municípios vizinhos que apresentam áreas médias inferiores à de Ribeirão do Pinhal, destacam-se Ibaiti com 17 ha e Abatiá com 22 ha.

CONDIÇÕES DE TENÊNCIA NO MUNICÍPIO

O números censitários do IBGE relativos à condição de proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes de estabelecimentos agrícolas, indicam que 1995 é o ano cujo percentual de proprietários se mostra mais elevado desde 1970,

alcançando 76% (setenta e seis por cento) dos estabelecimentos rurais. Em 1970 esse percentual era de 60% (sessenta por cento).

De outro lado, as mudanças ocorridas no campo resultaram também na redução do número de arrendatários, condição muito presente em culturas perenes. Os arrendatários que representavam 33% (trinta e três por cento), em número de estabelecimentos em 1970, decresceram para uma representação de 11% (onze por cento) em 1995.

A condição de parceiro, ao longo das últimas décadas sempre foi pouco significativa no município, enquanto a condição do número de ocupante vem se apresentando em crescimento. Passou de uma representação de 5,8% (cinco vírgula oito por cento) do número total de estabelecimentos existentes no município em 1970 para 9,0% (nove por cento) em 1995.

Em que pese o crescimento do número de estabelecimentos sob a condição de ocupantes, a quantidade de áreas sob essa condição reduziu-se significativamente. Em 1970 aproximadamente 5,6% (cinco vírgula seis por cento) das áreas rurais encontravam-se sob o domínio de ocupantes, esse percentual diminuiu para apenas 1,35% (um vírgula trinta e cinco por cento) em 1995.

TABELA – ECON 15

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E MUNICÍPIOS VIZINHOS

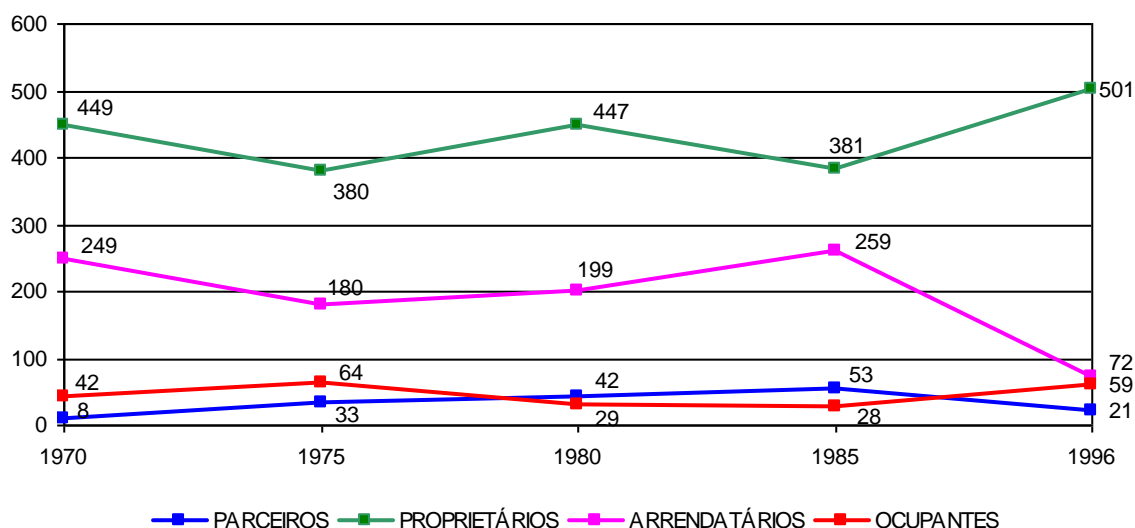
DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR MÓDULOS FUNDIÁRIOS – 1995

MUNICÍPIOS	Menos de 10		10 a menos de 100		100 a menos de 200		200 a menos de 500		500 a menos de 2000		2000 e mais		Sem declaração	Total	Área Média
		%		%		%		%		%		%			
Ribeirão do Pinhal	241	36,9	347	53,1	27	4,1	22	3,4	16	2,5	0	0,0	0	653	53,03
Abatiá	478	53,2	383	42,7	23	2,6	12	1,3	2	0,2	0	0,0	0	898	22,21
Congonhinhas	250	36,8	316	46,5	50	7,4	39	5,7	25	3,7	0	0,0	0	680	73,05
Cornélio Procópio	125	18,7	418	62,7	54	8,1	46	6,9	21	3,1	3	0,4	0	667	91,88
Ibaiti	480	34,5	788	56,6	47	3,4	43	3,1	28	2,0	5	0,4	0	1391	17,74
Jacarezinho	208	40,4	227	44,1	32	6,2	20	3,8	25	4,8	2	0,3	0	514	156,85
Jundiá do Sul	37	15,0	153	62,2	18	7,3	20	8,1	17	6,9	1	0,4	0	246	202,70
Nova Fátima	82	32,7	121	48,2	24	9,6	15	6,0	8	3,2	1	0,4	0	251	132,69
Santo Antônio da Platina	528	37,9	719	51,7	73	5,2	56	4,0	15	1,1	1	0,1	0	1392	48,84
Norte Pioneiro PR	12.759	41,6	15.303	49,9	1.316	4,3	920	3,0	360	1,2	29	0,1	2	30689	44,50
Paraná	154.620	41,8	188.305	50,9	13.482	3,6	9.339	2,5	3.640	1,0	421	0,1	68	369875	43,11

Fonte: IBGE

Ainda, no tocante à quantidade de áreas e às condições de tenência no município, o que se pode verificar dos dados do IBGE, é que o crescimento do número da condição proprietário, refletiu-se de forma mais ampla, no crescimento da área sob o domínio desta categoria, passando de uma representatividade de 60% (sessenta por cento) em 1970 para 95,37% (noventa e cinco vírgula trinta e sete por cento) em 1995. Assim, enquanto a categoria de proprietários representa, em número, 76% (setenta e seis por cento) do total de estabelecimentos sob essa condição, ao mesmo tempo, detem 95% (noventa e cinco por cento) do total de áreas de estabelecimentos rurais do município de Ribeirão do Pinhal.

FIGURA – ECON 07
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
**EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TENÊNCIA DO MUNICÍPIO
POR NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS**



No contexto dos municípios vizinhos, Ribeirão do Pinhal com seus 95% (noventa e cinco por cento) de áreas dos estabelecimentos sob o domínio de proprietários é o segundo município com a maior quantidade de áreas nessa condição. Em primeiro está o município de Jundiá do Sul com 97,4% (noventa e sete vírgula quatro por cento).

O norte pioneiro tem 87,9% (oitenta e sete vírgula nove por cento) da área de seus estabelecimentos rurais na condição de proprietários e o Paraná possui 89,5% (oitenta e nove vírgula cinco por cento) nessa condição.

TABELA – ECON 16
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
CONDIÇÕES DE TENÊNCIA NO MUNICÍPIO – ANO / ÁREA E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

Condição	1970	%	ÁREA	%	1975	%	ÁREA	%	1980	%	ÁREA	%	1985	%	ÁREA	%	1995	%	ÁREA	%
Parceiros	8	1,08	139	0,45	33	5,02	680	2,10	42	5,86	860	2,25	53	7,35	2490	6,72	21	3,22	179	0,52
Proprietários	449	60,02	26.372	85,32	380	57,84	28.942	89,38	447	62,34	33.756	88,25	381	52,84	30.813	83,09	501	76,72	33.024	95,37
Arrendatários	249	33,09	3.149	10,19	180	27,40	2.224	6,87	199	27,75	3.322	8,68	259	35,92	3541	9,55	72	11,03	957	2,76
Ocupantes	42	5,61	1.248	4,04	64	9,74	535	1,65	29	4,05	312	0,82	28	3,89	238	0,64	59	9,03	467	1,35
TOTAL	748	100	30.908	100	657	100	32.381	100	717	100	38.250	100	721	100	37.082	100	653	100	34.627	100

FONTE: IBGE - ÁREA EM HECTARES (HA)

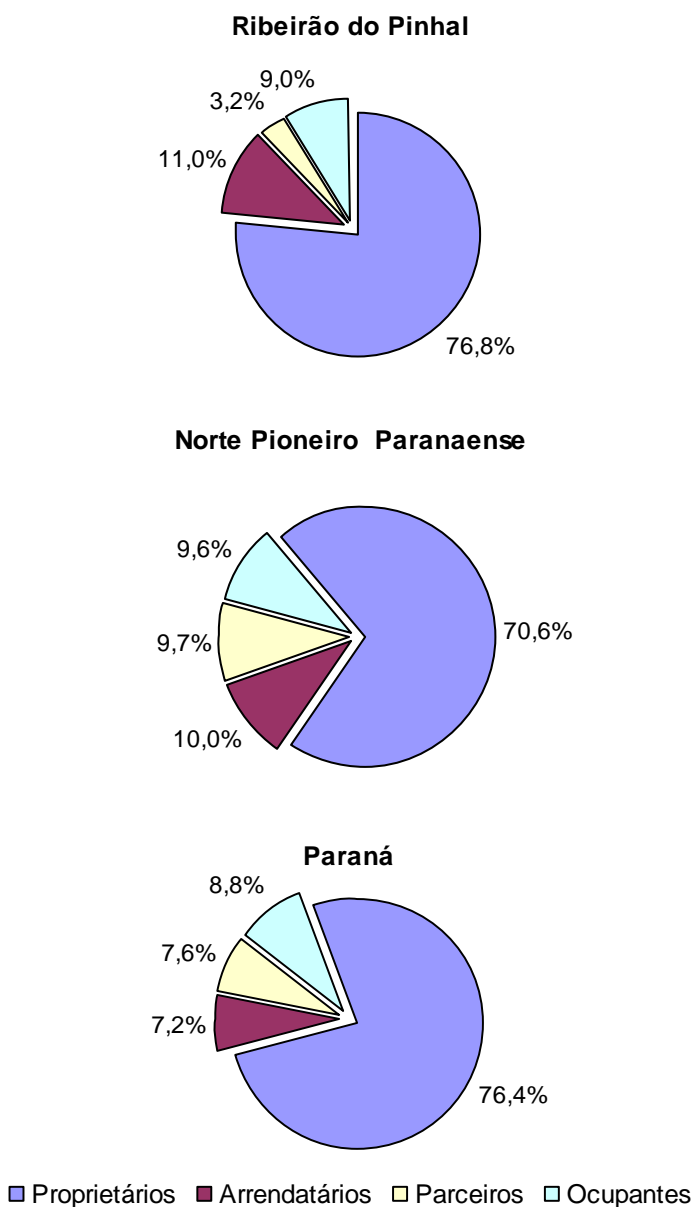
TABELA – ECON 17
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL E MUNICÍPIOS VIZINHOS
CONDIÇÕES DE TENÊNCIA - 1995

MUNICÍPIOS	Proprietário				Arrendatário				Parceiro				Ocupante			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
		%		%		%		%		%		%		%		%
Ribeirão do Pinhal	501	76,7	33.024	95,3	72	11,0	957	2,7	21	3,2	179	0,5	59	9,0	467	1,3
Cornélio Procópio	523	78,4	55031	89,8	108	16,1	5804	9,4	31	4,6	411	0,6	5	0,7	39	0,0
Abatiá	500	55,6	15.103	75,7	89	9,9	2.145	10,7	182	20,2	1.806	9,0	127	14,1	894	4,4
Congonhinhas	537	78,9	46.994	94,6	55	8,0	1.990	4,0	39	5,7	355	0,7	49	7,2	339	0,6
Nova Fátima	181	72,1	22.449	90,9	20	7,9	1.201	4,8	28	11,1	741	3,0	22	8,7	286	1,1
Ibaiti	955	68,6	64886	80,4	67	4,8	11070	13,7	76	5,4	615	0,7	293	21,0	4049	5,0
Jacarezinho	3.100	73,7	215.557	89,8	379	9,0	11.607	4,8	439	10,4	7.341	3,0	283	6,7	5.336	2,2
Jundiá do Sul	212	86,1	32.439	97,4	15	6,1	450	1,3	7	2,8	71	0,2	12	4,8	344	1,0
Sto Ant. da Platina	998	71,7	59.657	87,7	124	8,9	3.436	5,0	123	8,8	2.706	3,9	147	10,5	2.187	3,2
Norte Pioneiro PR	21.647	70,5	1.200.748	87,9	3.095	10,0	92.342	6,7	2.998	9,7	31.836	2,3	2.949	9,6	40.661	2,9
Paraná	282.175	76,2	14.279.371	89,5	26.945	7,2	799.326	5,0	28.117	7,6	399.357	2,5	32.638	8,8	468.578	2,9

Fonte: IBGE

Quanto ao percentual de áreas rurais sob o domínio de ocupantes, o Norte Pioneiro e o Estado do Paraná apresentam índices superiores aos verificados no município. Enquanto Ribeirão do Pinhal tem 1,3% (um virgula três por cento) das áreas dos seus estabelecimentos rurais sob a condição de ocupantes, a região do Norte Pioneiro e o Estado do Paraná possuem 2,9% (dois virgula nove por cento). Esse índice é mais que o dobro do índice verificado no município.

FIGURA – ECON 08
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
CONDIÇÕES DE TENÊNCIA
% DE ESTABELECIMENTOS – 1995



PRODUÇÃO RURAL

Em Ribeirão do Pinhal nas grandes propriedades rurais desenvolvem-se, predominantemente, as atividades da bovinocultura de corte, o plantio da soja, do milho e do trigo. O café, a soja, a cana de açúcar e a bovinocultura do leite são atividades mais desenvolvidas nas médias propriedades. Já nas pequenas propriedades é grande a diversidade de atividades rurais que nelas se desenvolvem, destacando: as culturas do algodão, arroz, feijão e café, a sericultura, a fruticultura, a bovinocultura do leite, a criação de aves, a suinocultura, a ovinocultura e a caprinocultura.

TABELA – ECON 18
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PRINCIPAIS ATIVIDADES DO SETOR PRIMÁRIO

	PRODUTORES		ÁREA		VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO	
	Nº	%	Ha	%	R\$	% MUNICIPAL
LAVOURA						
Arroz de sequeiro	198	27,90	290	0,74	305.060,00	1,38
Café	370	52,18	1.900	4,86	4.275.000,00	19,33
Cana	4	0,56	600	1,53	1.122.000,00	5,07
Feijão das águas	95	13,39	370	0,95	241.500,00	1,09
Milho safra normal	280	39,49	2.200	5,63	1.636.363,00	7,40
Trigo	25	3,52	1.500	3,84	737.375,00	3,33
Soja	65	9,16	5.433	13,89	7.857.500,00	35,52
CRIAÇÕES						
Bov. Corte	243	34,27	20.379	52,12	2.983.392,00	13,49
Bov. Leite	152	21,43	4.958	12,68	1.278.687,00	5,78
OUTROS	-	-	1.470	3,76	1.683.325,00	7,61

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Agrícola – 2004/05 – EMATER

FIGURA – ECON 09
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PERCENTUAL DE ÁREA OCUPADA PELAS PRINCIPAIS ATIVIDADES RURAIS EM RELAÇÃO A AREA TOTAL DO MUNICÍPIO

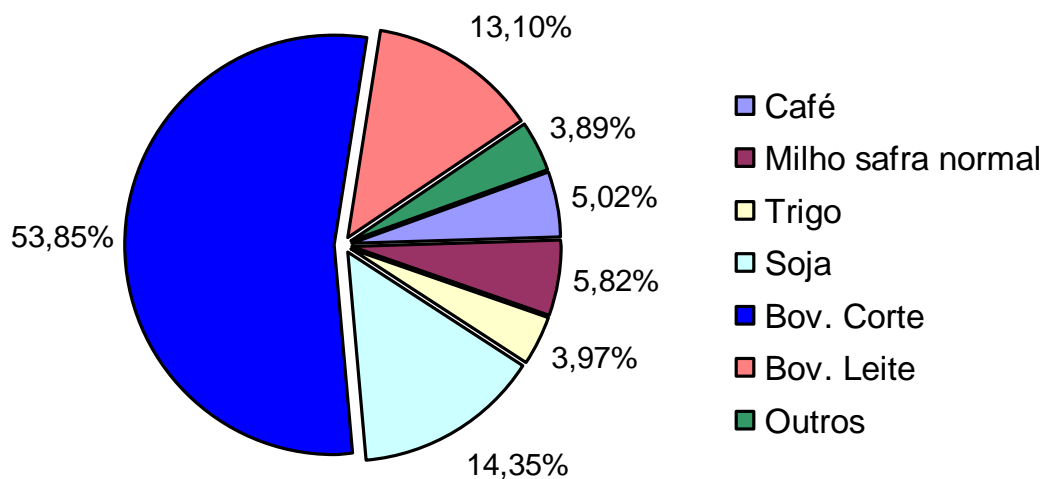


TABELA – ECON 19
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
OUTRAS LAVOURAS, OLERICULTURA E FRUTICULTURA- 2004

CULTURA	EXISTENTE		
	PRODUTORES	ÁREA (Ha.)	RENDIMENTO
	Nº	Hectares	Kg/Ha.
Unidade			
Algodão	17	200	2.250
Mandioca	20	5	18.000
Feijão das secas	42	120	450
Milho safrinha	56	700	2.000
Arroz irrigado	49	40	3.700
Alface	20	1	13.000
Berinjela	5	0,4	50.000
Pepino	5	0,25	100.000
Pimentão	4	0,2	25.000
Tomate	12	3	45.000
Banana	5	9	12.000
Abacate	2	1	0
Goiaba	1	1	4.000

FONTE - EMATER

TABELA – ECON 20
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
CRIAÇÕES – 2004

CRIAÇÃO	EXISTENTE	
	PRODUTORES	QUANTIDADE
Apicultura	1	30 Colméias
Bovinocultura de Corte	228	21.100 Cabeças
Bovinocultura de Leite	152	5.400 Cabeças
Bovinocultura Mista	15	850 Cabeças
Ovinocultura	20	650 Cabeças
Piscicultura	4	3 Tanques
Suinocultura	15	960 Cabeças

Fonte: EMATER

De maneira geral as atividades rurais no município apresentam baixa produtividade. Falta organização aos produtores e é baixo o nível de empreendedorismo rural. O individualismo prevalece nas formas de comercialização e, apesar dos cursos e assistência técnica do órgão estadual de fomento à agricultura, ainda há necessidade de os produtores organizarem sua produção e comercialização.

A **bovinocultura de corte** é, de longe, a atividade que ocupa a maior extensão de área. Em 2004 ocupava a expressiva soma de 20.379 hectares que representavam 52,12% do território do município.

A **soja**, depois da bovinocultura de corte, é a atividade que aparece em maior quantidade de área. Com o plantio de 5.433 hectares, em 2004, a soja ocupou aproximadamente 14% das terras de Ribeirão do Pinhal.

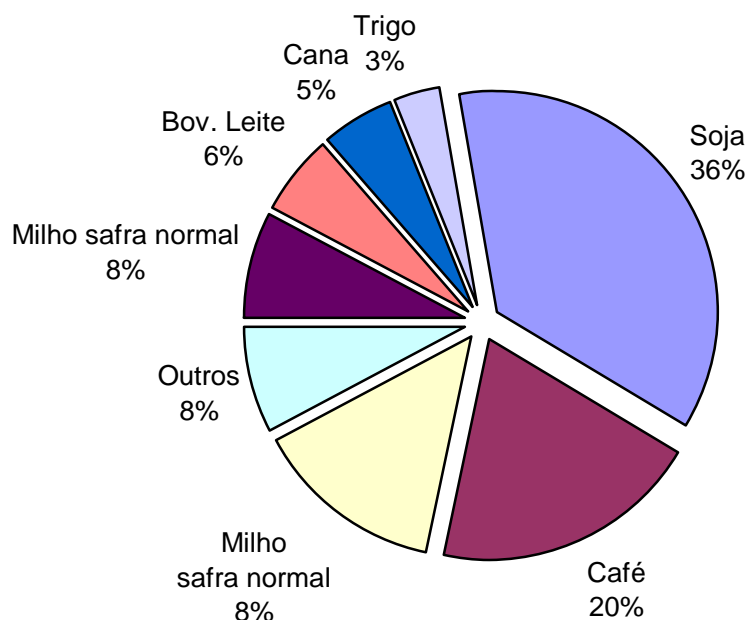
A **bovinocultura do leite** é a atividade que aparece em terceiro lugar em quantidade de área ocupada, pouco abaixo da cultura de soja. Em 2004 a bovinocultura do leite era desenvolvida em 4.958 hectares, equivalentes a 12,68% do total das terras do município.

Em que pese a quantidade da área ocupada pela bovinocultura desenvolvida no município, os valores brutos da produção da soja e do café superam os valores da pecuária de corte e leite. Em 2004, o valor bruto total da produção do setor primário atingiu R\$22.120.202,00. Deste total, a soja representou 35,52%, o café 19,33% e a bovinocultura de corte e leite juntos representaram 19,27%. Destaca-se que o café ocupava apenas 4,85% da área terrestre do

município, enquanto a bovinocultura de corte e leite equivaliam a 64,8% do território pinhalense.

Além da soja, do café e da bovinocultura, merece destaque o plantio do milho, em área de 2.200 hectares, em 2004, e cujo valor da produção de 7,49% do total do valor da produção municipal, supera o valor da produção da bovinocultura do leite de 5,7% no mesmo ano.

FIGURA – ECON 10
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES RURAIS NA
COMPOSIÇÃO DO VALOR BRUTO TOTAL DA PRODUÇÃO EM 2004



As flutuações do mercado nacional e internacional, onde se incluem as variações cambiais, têm contribuído para a ocorrência de mudanças que se processam em curtos espaços de tempo. A tabela abaixo, organizada pela EMATER local, permite constatar mudanças significativas, de um ano para outro, no desenvolvimento de atividades rurais.

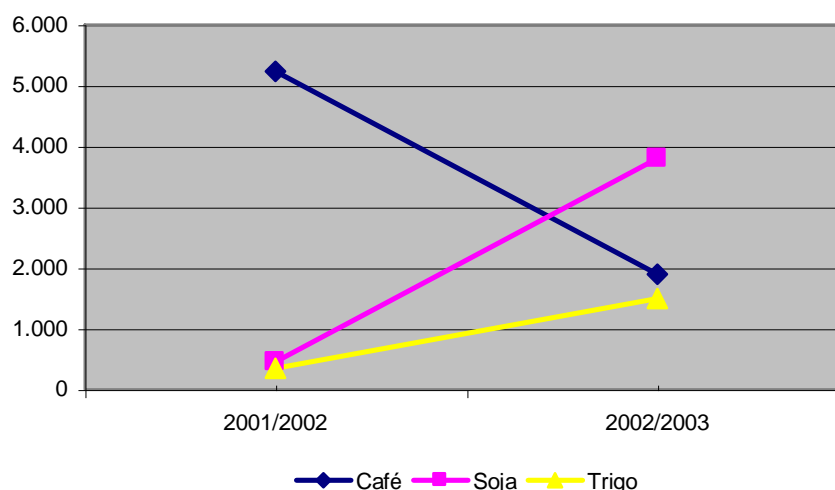
TABELA – ECON 21
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PRINCIPAIS ATIVIDADES RURAIS

ATIVIDADE	1995/96		2001/02		2002/03	
	nº produtores	área (ha)	nº produtores	área (ha)	nº produtores	área (ha)
Algodão	83	600			10	120
Café	222	3.400	409	5.230	370	1.900
Milho	205	2.210	300	2.800	280	2.500
Soja	6	160	10	450	45	3.800
Trigo	11	280	6	350	25	1.500
Gado de Corte	180	19.585	263	21.811	243	21.717
Gado de Leite	188	5.555	158	4.736	152	4.958

Fonte: EMATER

Dos dados constantes da tabela acima, se destaca a grande redução ocorrida na área ocupada pelo café de 5.230 ha em 2001/2002 para apenas 1.900 ha em 2002/03 e, de outro lado, o significativo aumento das áreas ocupadas pela soja que saltou de 450 ha em 2001/02 para 3.800 ha em 2002/03 e 5.433 ha em 2004.

FIGURA – ECON 11
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
**COMPORTAMENTO DAS CULTURAS DE CAFÉ, SOJA E TRIGO EM
RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE PLANTIO NAS SAFRAS 2001/02 E 2002/03**



As mudanças que se processam no campo, não se mostraram, até o presente momento, capazes de alavancar o desenvolvimento econômico do município em bases sólidas e sustentáveis no médio e longo prazos. Ao contrário, percebe-se que a busca por alternativas que acompanham as oscilações do

mercado, demandam recursos e portanto não se mostram viáveis à maioria dos produtores locais, pois, trata-se, em larga medida, de pequenos proprietários. Assim, o café continua sendo uma boa alternativa, especialmente para os pequenos produtores, cuja mão de obra é predominantemente familiar. Este fato permite também que, associada ao café, o agricultor familiar desenvolva a olericultura, pois esta pode ocorrer em pequenas áreas e não demanda altos investimentos.

2.4.3. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

A quantificação é um procedimento fundamental no processo de planejamento. Possibilita, não só aos poderes constituídos, mas principalmente à população, conhecer a realidade, desvendar os mitos, acompanhar e avaliar o desempenho do setor público e a efetividade das políticas públicas existentes.

A qualidade da vida humana é, segundo SEN¹², em si mesma uma questão muito complexa. Entretanto, determinadas políticas públicas, como por exemplo, a expansão educacional, contribui decisivamente para o aumento das liberdades e capacidades de realização que são mais importantes nas vidas que podemos viver (SEN, 1993). Esse autor adverte que a prosperidade econômica de um país não leva necessariamente à melhoria da qualidade de vida da população. O Brasil, por exemplo, apresenta uma renda média quatro vezes maior que Sri Lanka e, no entanto, a esperança de vida média da população brasileira é cinco vezes menor.

Outrossim, é preciso tomar os devidos cuidados, pois os índices, por melhores que sejam, expressam aspectos parciais. Na maioria das vezes não refletem todas as dimensões da realidade. Às vezes, os fatos não são mensuráveis através da quantificação. São aspectos da cultura, da tradição, entre outros. Assim, metas, limites, objetivos, devem ser estabelecidos no âmbito político, no envolvimento da população local.

Os indicadores selecionados, constantes das tabelas seguintes (que não excluem o acréscimo de outros) devem ser adotados pelo sistema municipal de informações (proposto por este plano), atualizados periodicamente e disponibilizados a comunidade, de modo a permitir ao setor público e a população, a avaliação constante do estágio de desenvolvimento do município e a inserção do mesmo no contexto regional e estadual.

¹² SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28/29, 1993.

TABELA – IND 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MUNICÍPIOS VIZINHOS, MESORREGIÃO E PARANÁ
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO – POPULAÇÃO

POPULAÇÃO			Ribeirão do Pinhal	Abatiá	Congonhinhas	Cornélio Procopio	Ibaiti	Jacarezinho	Jundiá do Sul	Nova Fátima	Santo Antônio da Platina	Mesorregião	Paraná	
INDICADOR	ANO	UNIDADE												
População Total	1991	habitantes	13.841	10.238	7.773	46.644	26.026	40.858	4.223	8.385	38.714	555.339	8.448.713	
	2000	habitantes	14.341	8.259	7.851	48.861	26.448	39.625	3.659	8.305	39.943	548.190	9.563.458	
População Urbana	1991	habitantes	8.757	5.109	4.044	40.036	15.245	30.111	2.238	5.979	27.345	357.019	6.197.953	
	2000	habitantes	10.675	5.356	4.704	42.683	19.707	33.515	2.266	6.591	32.617	411.731	7.786.084	
População Rural	1991	habitantes	5.084	5.129	3.729	6.608	10.781	10.747	1.985	2.406	11.369	198.320	2.250.760	
	2000	habitantes	3.666	2.903	3.147	4.178	6.741	6.110	1.393	1.714	7.326	136.459	1.777.374	
Taxa de crescimento da população	total	1980-1991	% a.a.	-0,63	0,55	-0,61	0,83	-0,82	0,44	-2,22	0,21	0,47	-0,26	0,93
		1991-2000	% a.a.	0,40	-2,38	0,11	0,05	0,18	-0,34	-1,59	-0,11	0,35	-0,15	1,40
	urbano	1991-2000	% a.a.	2,25	0,53	1,71	0,72	2,92	1,21	0,14	1,10	2,00	1,61	2,59
	rural	1991-2000	% a.a.	-3,60	-6,18	-1,89	-5,01	-5,13	-6,14	-3,89	-3,73	-4,81	-4,11	-2,60
Taxa de urbanização	2000	%	74,44%	64,85%	59,92%	91,08%	74,51%	84,51%	61,93%	79,36%	81,66%	75,11%	81,41%	
Densidade Populacional	2000	hab./Km²	38,26	33,40	14,70	74,06	29,40	65,67	12,09	29,36	55,56	34,86	47,88	
Índice de envelhecimento (1)	urbano	2000	índice	8,47	7,99	8,80	7,36	7,75	7,00	12,05	7,77	7,21	7,67	5,64
	rural	2000	índice	4,66	5,13	7,24	5,91	6,05	4,60	3,02	6,53	6,58	6,45	5,71
Razão de Dependência (2)	urbano	2000	%	61,08	60,55	63,05	47,75	58,28	53,68	60,71	55,96	54,26	54,93	51,17
	rural	2000	%	85,43	50,96	60,97	52,59	59,25	58,87	59,38	59,59	53,97	56,71	57,97
Razão de Sexos (3)	urbano	2000	índice	96,16	95,69	98,73	93,88	97,70	94,68	96,02	99,24	94,46	96,33	95,43
	rural	2000	índice	112,40	110,97	117,79	112,62	118,08	109,25	113,00	109,79	112,29	112,65	111,10

(1) Proporção de idosos (65 anos ou mais) sobre a população total.

(2) Percentual de idosos e crianças (população de 0 a 14 somada à de 65 anos ou mais) sobre a população de 15 a 64 anos.

(3) Relação da população masculina sobre a feminina.

TABELA – IND 02

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MUNICÍPIOS VIZINHOS, MESORREGIÃO E PARANÁ
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO – DESENVOLVIMENTO HUMANO

INDICADOR	ANO	UNIDADE	Ribeirão do Pinhal	Abatiá	Congonhinhas	Cornélio Procopio	Ibaiti	Jacarezinho	Jundiá do Sul	Nova Fátima	Santo Antônio da Platina	Mesorregião	Paraná
Esperança de vida ao nascer (1)	2000	anos de vida	67,4	69,6	67,4	69,6	63,0	70,5	67,7	70,9	67,7	68,1	69,2
Índ. de esp. de vida (IDHM-L) (2)	2000	índice	0,706	0,744	0,706	0,743	0,633	0,759	0,712	0,765	0,712	0,719	0,737
Índ. desenv. humano munic. (3)	2000	índice	0,715	0,710	0,692	0,791	0,688	0,782	0,721	0,746	0,745	0,722	0,760
Índice de GINI (4)	1991	índice	0,56	0,52	0,54	0,51	0,61	0,55	0,56	0,59	0,55	...	0,60
	2000	índice	0,58	0,47	0,52	0,55	0,54	0,60	0,63	0,57	0,55	...	0,61
Índice de Longevidade (5)	1991	índice	0,617	0,717	0,686	0,708	0,543	0,736	0,642	0,660	0,637
	2000	índice	0,706	0,744	0,706	0,743	0,633	0,759	0,712	0,765	0,712	0,719	0,737
Pes. abaixo da linha de pobreza (6)	2000	%	9,95	11,47	14,68	5,70	13,29	8,70	14,16	9,01	8,05	...	10,83

(1) Anos de vida.

(2) Número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.

(3) É obtido pela média aritmética simples de três subíndices referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade) Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda).

(4) Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

(5) Subíndice do IDHM relativo à dimensão Longevidade. É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer através da fórmula: (valor observado do indicador - limite inferior) / (limite superior - limite inferior) onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos respectivamente.

(6) Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75 equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

TABELA – IND 03
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MUNICÍPIOS VIZINHOS, MESORREGIÃO E PARANÁ
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO – HABITAÇÃO

HABITAÇÃO			Ribeirão do Pinhal	Abatiá	Congonhinhas	Cornélio Procopio	Ibaiti	Jacarezinho	Jundiá do Sul	Nova Fátima	Santo Antônio da Platina	Mesorregião	Paraná	
INDICADOR	ANO	UNIDADE												
Total de domic. Permanentes	2000	habitações	3.906	2.259	2.279	13.450	7.440	10.944	1.047	2.317	11.363	154.347	2.664.276	
Domicílios Particulares Permanentes Próprios	2000	número	2.481	1.465	1.438	8.851	4.709	7.428	614	1.355	7.486	104.146	1.947.872	
Média de moradores por domicílio	total	2000	habitantes	3,65	3,62	3,40	3,46	3,54	3,60	3,47	3,56	3,50	3,53	3,56
	urbana	2000	habitantes	3,52	3,47	3,32	3,43	3,45	3,55	3,26	3,53	3,48	3,47	3,50
	rural	2000	habitantes	4,07	3,92	3,54	3,82	3,80	3,89	3,86	3,69	3,58	3,81	3,81

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

TABELA – IND 04
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MUNICÍPIOS VIZINHOS, MESORREGIÃO E PARANÁ
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO – EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO			Ribeirão do Pinhal	Abatiá	Congonhinhas	Cornélio Procopio	Ibaiti	Jacarezinho	Jundiá do Sul	Nova Fátima	Santo Antônio da Platina	Mesorregião	Paraná	
INDICADOR	ANO	UNIDADE												
Taxa de alfabetização de adultos	2000	%	79,65	79,01	77,02	89,39	81,85	87,66	79,88	81,58	85,51	82,41	91,43	
Taxa de analfabetismo	2000	%	17,83%	18,64%	20,26%	9,55%	16,14%	11,11%	17,98%	16,50%	13,20%	14,09%	8,57%	
Taxa bruta de frequência escolar	2000	%	77,01	75,62	75,5	90,33	73,42	86,19	77,19	76,7	79,19	77,26	74,84	
Índice de educação (IDHM-E) (1)	2000	...	0,788	0,779	0,765	0,897	0,790	0,872	0,790	0,800	0,834	0,809	0,859	
Alunos matriculados	pré-escola	2000	peessoas	255	121	155	1.159	441	821	81	198	769	...	248.356
	fundamental	2000	peessoas	2.596	1.411	1.578	6.927	5.076	6.729	716	1.482	6.683	...	1.683.914
	médio	2000	peessoas	666	444	384	2.672	1.387	2.126	193	371	1.670	...	467.730
	superior	2000	peessoas	0	0	0	2.560	1.924	2.281	0	0	585	...	238.724
Chefe de domicílio até	3 anos de estudo	2000	%	51,79%	50,82%	55,99%	29,57%	49,35%	33,55%	50,62%	49,59%	39,21%	43,13%	30,48%
	11 anos de estudo	2000	%	13,39%	10,80%	10,93%	28,45%	13,08%	23,39%	13,56%	14,33%	18,70%	16,37%	22,98%

(1) Subíndice do IDHM relativo à Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola convertidas em índices por: (valor observado - limite inferior) / (limite superior - limite inferior) com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDHM-Educação é a média desses 2 índices. Com peso 2 para o da taxa de alfabetização e peso 1 para o da taxa bruta de frequência.

FONTE: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

TABELA – IND 05

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MUNICÍPIOS VIZINHOS, MESORREGIÃO E PARANÁ
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO – INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO

INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO			Ribeirão do Pinhal	Abatíá	Congonhinhas	Cornélio Procopio	Ibaiti	Jacarezinho	Jundiá do Sul	Nova Fátima	Santo Antônio da Platina	Mesorregião	Paraná	
INDICADOR	ANO	UNIDADE												
Domic. com abast. de água	2000	%	79,08%	66,45%	69,46%	92,04%	78,40%	86,85%	74,12%	83,56%	79,08%	78,40%	83,62%	
Domic. com rede de esgoto	2000	%	47,62%	13,28%	0,39%	72,33%	14,46%	78,00%	2,48%	0,91%	65,99%	39,80%	37,66%	
Domic. com coleta de lixo	2000	%	75,58%	61,40%	62,35%	91,21%	70,23%	87,29%	65,04%	79,15%	83,48%	76,54%	83,22%	
Domic. sem canalização int.	2000	%	11,25%	15,17%	26,86%	11,14%	5,93%	1,77%	3,82%	15,15%	0,42%	5,93%	5,03%	
Domic. sem sanitários	2000	%	2,41%	3,50%	4,26%	0,33%	5,23%	1,22%	3,82%	0,78%	1,82%	2,55%	2,10%	
Consumo de Energia Elétrica (média por consumidor)	total	2000	MWh	2,6	2,6	2,1	6,7	2,6	5,7	2,4	3,7	3,4	4,0	5,9
	residencial	2000	MWh	1,4	1,4	1,1	2,0	1,4	2,0	1,3	1,5	1,8	1,7	2,0
	industrial	2000	MWh	18,2	8,0	16,0	214,6	26,4	237,4	1,6	18,1	22,4	100,9	155,5
	com./serv.	2000	MWh	3,8	4,1	3,0	8,8	4,6	7,4	2,2	4,0	7,3	6,1	10,6
	rural	2000	MWh	4,3	4,0	2,4	8,2	2,6	10,5	4,5	16,5	5,1	4,4	4,0

FONTE: IPARDES

TABELA – IND 06
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MUNICÍPIOS VIZINHOS, MESORREGIÃO E PARANÁ
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO – SAÚDE

SAÚDE			Ribeirão do Pinhal	Abatiá	Congonhinhas	Cornélio Procopio	Ibaiti	Jacarezinho	Jundiá do Sul	Nova Fátima	Santo Antônio da Platina	Mesorregião	Paraná	
INDICADOR	ANO	UNIDADE												
Coef. de Mortalidade Infantil (1)	2000	índice	31,80	43,48	13,89	8,16	29,53	22,25	16,95	30,30	24,10	20,57	19,44	
Total de óbitos	2000	habitantes	26	8	16	312	38	113	7	5	99	
Óbitos hospitalares	até 9 anos	2003	habitantes	3	0	0	14	0	4	0	0	1	...	2.108
	de 10 a 49 anos	2003	habitantes	4	1	1	45	7	16	0	0	14	...	18.516
	acima de 50 anos	2003	habitantes	19	7	15	253	31	93	7	5	84
Número de hospitais	2000	número	1	1	1	3	1	1	1	1	1	44	468	
Número de Médicos residentes	1991	peçoas	0,00	0,37	0,00	0,67	0,43	1,26	1,25	0,53	0,82	...	0,92	
	2000	peçoas	0,42	0,00	0,00	0,77	0,26	1,54	0,00	0,00	0,48	...	1,18	
Total de leitos	2000	número	63	22	23	222	87	90	21	18	111	1.759	28.337	
Leitos de U.T.I.	2000	número	0	0	0	8	0	6	0	0	0	14	716	
Leitos / mil habitantes	2000	número	4,39	2,66	2,93	4,74	3,29	2,27	5,74	2,17	2,78	3,21	2,96	

(1) Óbitos de menores de 1 ano/mil nascidos vivos.

TABELA – IND 07

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MUNICÍPIOS VIZINHOS, MESORREGIÃO E PARANÁ
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO – FINANÇAS E ECONOMIA MUNICIPAL

FINANÇAS E ECONOMIA MUNICIPAL				Ribeirão do Pinhal	Abatiá	Congonhinhas	Cornélio Procopio	Ibaiti	Jacarezinho	Jundiá do Sul	Nova Fátima	Santo Antônio da Platina	Mesorregião	Paraná
INDICADOR		ANO	UNIDADE											
Valor Adicionado Fiscal	setor primário	2000	índice	0,083	0,084	0,125	0,405	0,213	0,586	0,053	0,079	0,197	6,63	100
	set. secundário	2000	índice	0,09	0,002	0,006	0,233	0,097	0,272	0,001	0,002	0,052	1,934	100
	comércio	2000	índice	0,019	0,012	0,008	0,454	0,143	0,412	0,004	0,039	0,22	2,798	100
	serviços	2000	índice	0,039	0,003	0,007	0,126	0,033	0,138	0,003	0,012	0,129	1,361	100
PIB per capita		1999	R\$1,00	3.309,73	3.123,72	4.039,53	5.435,19	5.065,79	5.838,59	5.494,80	4.047,58	3.782,98	4.813,74	6.643,86
Renda municipal per capita		2000	R\$1,00	191,30	148,92	146,37	316,35	179,52	285,28	203,05	222,57	241,66	189,42	212,54
Desigualdade de renda (1)		2000	índice	0,44	0,58	0,53	0,55	0,49	0,50	0,47	0,49	0,50	0,51	0,49
Receita per capita		2000	R\$1,00	315,53	381,28	447,62	475,73	373,04	357,79	683,83	393,55	390,64	...	421,13
Índice de renda PIB (IDHM-R) (2)		2000	índice	0,650	0,608	0,605	0,734	0,639	0,716	0,660	0,675	0,689	0,648	0,667
Fontes das Receitas Correntes	União	2000	%	69,55%	72,18%	53,49%	29,56%	54,11%	32,49%	70,34%	59,99%	29,32%	49,82%	33,54%
	Estado	2000	%	19,08%	24,21%	28,84%	26,99%	28,03%	32,45%	22,31%	32,83%	24,38%	28,52%	26,11%
	Própria (3)	2000	%	2,96%	1,99%	2,75%	12,22%	4,57%	4,51%	1,56%	4,51%	7,34%	4,58%	11,92%
Chefe do domic. com:	menos de 1 SM	2000	%	45,80%	45,77%	51,16%	20,32%	42,61%	26,50%	46,90%	39,02%	29,71%	36,66%	26,00%
	mais de 15 SM	2000	%	2,53%	1,11%	1,14%	5,58%	2,11%	3,97%	1,62%	2,68%	3,45%	2,77%	5,96%
Núm. de Empregos formais		1991	número	1.072	391	354	8.646	1.852	9.398	263	698	3.831	53.729	1.290.406
		2000	número	1.013	483	647	8.084	2.910	6.054	346	748	4.522	61.359	1.653.435
Empreg. Formais		2000	%	0,07	0,06	0,08	0,17	0,11	0,15	0,09	0,09	0,11	0,11	0,17

(1) Índice de desigualdade de renda: valor do rendimento mediano mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes / valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes. Considera-se que quanto menor o índice, maior a desigualdade de renda.

(2) Subíndice do IDHM relativo à dimensão Renda. É obtido a partir do indicador renda per capita média através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$ onde os limites inferior e superior são equivalentes a R\$ 390 e R\$ 155924 respectivamente. Estes limites correspondem aos valores anuais de PIB per capita de US\$ 100 ppp e US\$ 40000 ppp utilizados pelo PNUD no cálculo do IDHM-Renda dos países convertidos a valores de renda per capita mensal em reais através de sua multiplicação pelo fator (R\$ 29723 / US\$ 7625 ppp) que é a relação entre a renda per capita média mensal (em reais) e o PIB per capita anual (em dólares ppp) do Brasil em 2000.

(3) Corresponde à receita tributária (impostos e taxas) e às contribuições de melhorias.

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000/ Atlas do Desenvolvimento / IPARDES

ASPECTOS SÓCIO- ESPACIAIS

2.5. ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS

2.5.1. ESTRUTURA URBANA

EVOLUÇÃO URBANA

O núcleo urbano inicial de Ribeirão do Pinhal, tendo como referência maior a praça Erasmo Cordeiro, pendura ainda hoje como centro principal da cidade. Em seu início, o parcelamento do solo para fins urbanos ocorreu em áreas de relevo suave, mais favoráveis à urbanização. A malha urbana constituída então, em reticulado ortogonal, resultou em quadras quadradas, em geral, de 80 por 80 metros. Esse traçado, muito comum nos loteamentos da época na região desconsiderou, em Ribeirão do Pinhal, as características do relevo.

FIGURA – EV 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
FOTO ANTIGA DA PAISAGEM DA CIDADE



FONTE: AS Macedo Informática e Telefonia – BH Edições e Vídeos

Em suas primeiras décadas a cidade evoluiu rapidamente. A partir do núcleo inicial estendeu-se para Leste alcançando o espigão, transformado em Avenida Silveira Pinto. Essa expansão, ocorrida nos anos 40, manteve as características da malha ortogonal do núcleo inicial, assegurou a homogeneidade do tecido urbano e deu continuidade às vias adjacentes.

Na década de 50, a cidade continuou a expandir-se de forma homogênea, resultante do efeito irradiador e centrifugo das áreas urbanizadas. Nessa década a urbanização ultrapassou a Avenida Silveira Pinto continuando a crescer para Leste. Datam dessa época os Jardins Bandeirantes e Esplanada. Neste período, a cidade experimentou também, um pequeno crescimento ao Norte, atingindo a atual rodovia PR-218 nos limites das áreas de preservação permanente do vale do ribeirão do Pinhal.

Nos anos 60, a expansão urbana ocorrida em Ribeirão do Pinhal caracteriza-se pela quebra da homogeneidade do tecido urbano , com a implantação das vilas Hermínia e Almeida , ao Norte, em locais distantes do centro urbano, para além do ribeirão do Pinhal. A implantação da Vila Hermínia deu-se em terrenos que apresentam partes com altas declividades e muito próximas do ribeirão do Pinhal.

FIGURA - EV 02
RIBEIRÃO DO PINHAL
VILA HERMÍNIA COM A CIDADE AO FUNDO



Fonte: Arquivo Genius Loci

Na década de 70 surge a Vila Domingues, ao Sul. Trata-se de uma extensão do núcleo inicial e das áreas urbanizadas nos anos 40. A implantação da Vila Domingues deu continuidade às vias existentes mantendo a ortogonalidade das mesmas e respeitou o módulo predominante das quadras adotado em grande parte da cidade.

A década de 80 é marcada pela implantação dos primeiros conjuntos habitacionais em Ribeirão do Pinhal. O Conjunto Habitacional Santa Terezinha e o Tancredo Neves. Ambos estão situados ao sudeste do centro principal. A construção do conjunto habitacional Tancredo Neves interrompeu a continuidade da Avenida Silveira Pinto, a única Avenida da cidade com duas pistas, subdivididas por um canteiro central.

A expansão da sede do município, nos anos 90, deu-se exclusivamente pela iniciativa do poder público através da implantação de 4 conjuntos habitacionais e uma vila rural. Os conjuntos Santa Terezinha e Francisco Emílio de Proença foram edificados fazendo limites com o conjunto Tancredo Neves, constituindo, no extremo sudeste, um aglomerado de habitações populares. A vila rural também foi implantada no extremo sudeste, separada dos conjuntos habitacionais por uma pequena porção de terras, onde mais tarde edificou-se o Conjunto Pinheirais.

Os dois outros conjuntos habitacionais, implantados nos anos 90, assim como os demais, foram construídos nos extremos da área urbanizada. O conjunto Ulisses Guimarães a Noroeste e o conjunto Totó Carvalho a sudoeste. Todos os conjuntos, inclusive os implantados na década de 80, abandonaram por completo o módulo padrão das quadras tradicionais encontradas no núcleo inicial e nas expansões já descritas. Os conjuntos introduziram diferentes tamanhos de quadras, lotes pequenos, vias estreitas e descontínuas, entre outras características que os diferencia da paisagem urbana pré-existente.

Na presente década (2000) a expansão urbana ainda se restringe à iniciativa pública, mediante a implantação de outros dois conjuntos habitacionais, ambos localizados no extremo Sudeste. O primeiro deles, o Conjunto Pinheirais, foi implantado junto aos conjuntos construídos nessa região, aumentando ali o aglomerado de habitações populares. O segundo encontra-se em implantação, às margens da rodovia PR-218, na saída para Jundiá do Sul, nas proximidades da vila rural. Nesse conjunto, ainda não nomeado, serão edificadas 121 unidades habitacionais.

O núcleo inicial e as expansões urbanas (por décadas) verificadas na sede do município de Ribeirão do Pinhal, sucintamente descritas, podem ser visualizadas no mapa da evolução urbana da página seguinte.

Mapa de evolução urbana

ÁREAS PROPÍCIAS À OCUPAÇÃO E EXPANSÃO URBANA

Segundo estudos realizados pela Mineropar (1.993) de caracterização do meio físico da área urbana de Ribeirão do Pinhal, a cidade possui áreas aptas e inaptas à ocupação e expansão urbana.

São consideradas **inaptas** as seguintes áreas:

Áreas sujeitas a inundações:

- Fundo de Vale (área de proteção contra cheias);
- Áreas com nível freático próximo ou à superfície;
- Inadequadas à implantação de obras escavadas/enterradas, fundações, aterros sanitários, matadouros, etc.;
- Zona de recarga de aquíferos (vulneráveis à poluição);
- Exigem medidas de recuperação de áreas já ocupadas.

Áreas sujeitas a enchentes:

- Áreas de fundo de vale, com lâmina d'água excedendo os limites da planície de inundação em épocas de chuvas sazonais.
- Problemas de escoamento de águas superficiais e alta vazão em áreas de descarga (bueiros).

Áreas sujeitas a erosão (solapamento):

- Áreas localizadas às margens dos cursos d'água (barrancos), afetadas principalmente em épocas de alta pluviosidade;
- Medidas de prevenção e correção: reflorestamento das margens, preservação de áreas de inundação e obras de contenção.

Áreas com declividade superior a 30%:

- Impróprias à ocupação, devido aos inúmeros problemas apresentados.

São consideradas **aptas com restrições** as seguintes áreas:

Áreas sujeitas à erosão (ravinamento/sulcamento):

- Ocupação urbana monitorada exigem pronta pavimentação e implantação de rede pluvial e dreno, em áreas de loteamentos, evitando a deflagração de processos erosivos (ravinamento/sulcamento).
- Declividade de 10 a 30%.

Mapa de riscos geológicos

São consideradas **aptas sem restrições** as seguintes áreas:

Áreas com declividade inferior a 10%:

- Boas condições para ocupação urbana, com facilidade na implantação de obras de infraestrutura, sobre solos profundos derivados de rochas basálticas.
- Adequados à implantação de loteamentos, áreas residenciais, etc..

Como podemos observar no mapa de **indicações da geologia para o planejamento**, elaborado pela Mineropar para Ribeirão do Pinhal, as **áreas inaptas** à ocupação estão na sua quase totalidade restritas aos fundos de vale do ribeirão do Pinhal e seus afluentes, exceção a dois pequenos trechos de áreas com declividades superiores a 30%.

As áreas **aptas com restrições** aparecem:

- Nas proximidades dos vales;
- Ao longo da Av. Paraná e adjacências (na direção da Vila Domingues), à partir da Av. Rio Grande do Sul;
- Parte do trecho compreendido entre as Ruas Paraná, Vereadora Ruth Martinez Corrêa, Vereador Francisco César Nogari, Maria de Lourdes Nogari, Raul Curupaná, São Paulo, Abel Amaral dos Santos e Desembargador Antônio F. da Costa.

As **áreas aptas** à ocupação sem restrições, de acordo com as indicações da Mineropar, excluídas as áreas inaptas e as aptas com restrições, aparecem em todas as direções da cidade.

SISTEMA VIÁRIO

RODOVIAS

A sede do município de Ribeirão do Pinhal é servida por duas rodovias: a PR-218 e a PR-436.

A PR-218, corta o núcleo urbano na direção Leste-Oeste, (margeando o vale do Ribeirão do Pinhal), até atingir a Avenida Silveira Pinto. Em seu percurso urbano, a PR-218 integra-se ao sistema viário da cidade pelo encontro com as vias urbanas preferenciais (Norte/Sul), que lhe alcançam perpendicularmente. Sua

continuidade na área urbana dá-se pelas vias da cidade, em direção Sul, reaparecendo como Rodovia, após o término da área urbanizada, seguindo para Jundiá do Sul e BR-153. Em todo seu percurso a PR-218 encontra-se pavimentada.

A PR-436 cruza o município de Ribeirão do Pinhal no sentido Norte/Sul. Em seu trecho urbano a PR-436 confunde-se (assim como a PR-218) com as vias da cidade. A partir do extremo Norte da avenida Silveira Pinto, a PR-436 segue em direção a Abatiá e Santo Antônio da Platina. De Ribeirão do Pinhal para acessar Santo Antônio, é necessário utilizar-se também da PR-439. Essa rodovia inicia-se na PR-436, dentro ainda do território pinhalense, e faz a ligação pavimentada de Ribeirão do Pinhal à PR-092 e à BR-153. Na porção Sul do território municipal, a partir da PR-218, a Rodovia PR-436 não se encontra pavimentada. Seu percurso permite alcançar o Distrito da Triolândia e, em continuidade, cruza parte dos municípios de Ibaiti e Japira, até atingir a BR-153 (a Transbrasiliana), rodovia pela qual é possível acessar todo o Sul do Estado e do País.

Das Rodovias acima referidas a PR-218 é a que desempenha papel mais importante na estrutura urbana (da sede do município), por delimitar uma significativa área de preservação e também por constituir-se no início/fim das principais vias de direção Norte/Sul, especialmente a Avenida Silveira Pinto e Paraná.

A PR-218 era o marco perimetral da cidade na sua porção Norte. A implantação das vilas Hermínia e Almeida rompeu esse limite, e trouxe, como consequência, conflitos de tráfego no cruzamento da PR com a Rua Paraná (acesso a Vila Hermínia) e a segregação espacial.

VIAS INTRAURBANAS

O Sistema Viário Intraurbano de Ribeirão do Pinhal tem como característica predominante a ortogonalidade das vias, formando quarteirões quadrados. As vias (salvo exceções, em geral, nos conjuntos habitacionais) possuem direção Norte/Sul e Leste/Oeste. Na quase totalidade, as vias preferenciais são as de direção norte/Sul, que, na maioria dos casos, são as de maior extensão e continuidade.

As vias intraurbanas que exercem a função de principais são:

- De Direção Norte/Sul: Avenida Silveira Pinto, Rua Paraná e Raul Curupaná;
- De Direção Leste/Oeste: Rua São Paulo;

A **Silveira Pinto** é a única via da cidade reconhecida por avenida. Possui duas pistas separadas por um canteiro central. Nela estão situadas alguns dos principais pólos geradores de tráfego, onde se incluem: o ginásio de esportes, a Escola Municipal Marcelino Nogueira, os colégios estaduais Ruth Martinez Corrêa e Hermínia Lupion, e a Associação Atlética Banco do Brasil.

FIGURA – VIA 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
VISTA DA AVENIDA SILVEIRA PINTO



Fonte: Arquivo Genius Loci

A maioria dos lotes voltados para a **Silveira Pinto** encontram-se edificadas e ocupadas por atividade predominantemente residencial. No entanto, a concentração de pessoas e veículos, decorrentes das atividades escolares, esportivas, e do tráfego de passagem, tem contribuído para o incremento das atividades comerciais e serviços ao longo da Avenida.

A construção do Conjunto Habitacional **Tancredo Neves** Interrompeu, inexplicavelmente, a continuidade da Avenida **Silveira Pinto** na direção Sul, dificultando o acesso à Rodovia PR-281. De todo modo, essa avenida é a referencia maior do sistema viário da região Leste da cidade.

A **Rua Paraná** é a principal via de direção Norte/Sul que cruza a região central da cidade. Nela estão situados alguns dos principais pólos geradores de tráfego, tais como: o centro cultural, a Prefeitura Municipal e o Centro de Saúde. A

Paraná é a única via urbana pavimentada que corta a Rodovia PR-281, gerando ponto de conflito na porção Norte do território urbano, ao fazer a ligação do centro urbano principal e as Vilas Hermínia e Almeida.

A **Paraná** é também a principal via de acesso ao centro da cidade, para aqueles que transitam pela PR-281, vindos do município vizinho de Nova Fátima. Em seu trecho mais central, na quadra da Praça Erasmo Cordeiro, o tráfego de veículos é sentido único na direção Norte. Aqueles que por ela transitam em direção ao Sul, ao atingirem a Praça devem, obrigatoriamente, contorná-la.

FIGURA – VIA 02
RIBEIRÃO DO PINHAL
VISTA DA RUA PARANÁ



Fonte: Arquivo Genius Loci

A **Rua Raul Curupaná** exerce função importante no sistema viário da cidade por constituir-se na rua de escoamento do tráfego com destino ao Distrito Rural da Triolândia (através da PR-436), e aos que se dirigem aos municípios situados ao Sul e Sudeste de Ribeirão do Pinhal (Jundiáí do Sul, Guapirama, Joaquim Távora, entre outros) através da PR-281.

A **Rua São Paulo** é via principal que cruza toda a área urbanizada, nas direções Leste/Oeste, passando pelo centro. Nela estão situados pólos geradores de tráfego como o cemitério (na extremidade Oeste), e a praça Erasmo Cordeiro (no

Centro). A Rua São Paulo tem sentido único de tráfego, na direção Oeste, no trecho compreendido entre as ruas Abel Amaral dos Santos e João Paulo II.

FIGURA – VIA 03
RIBEIRÃO DO PINHAL
VISTA DA RUA SÃO PAULO



Fonte: Arquivo Genius Loci

Mapa de sistema viário

USO DO SOLO

Da leitura do mapa de situação do uso e ocupação do solo urbano (mapa correspondente) é possível extrair que a cidade de Ribeirão do Pinhal não possui grande quantidade de lotes vazios e nem mesmo glebas vazias envolvidas pela malha urbanizada (exceção a porção de terras entre as vilas Hermínia e Almeida e Gleba situada entre o cemitério e o Conjunto Habitacional Totó de Carvalho). Esse fato é um aspecto positivo da estrutura urbana da cidade pois otimiza a infraestrutura existente. Entretanto, a cidade caracteriza-se por uma ocupação predominantemente horizontal, que tem por conseqüência uma baixa densidade populacional urbana.

Mapa de densidades

FIGURA – US 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
VISTA DA PAISAGEM URBANA



Fonte: Arquivo Genius Loci

O mapa de densidade demográfica (mapa correspondente) mostra que a quase totalidade da cidade apresenta densidade populacional inferior a 100hab/ha. Apenas nos locais onde houve excessivo desdobro dos lotes, bem como, nos conjuntos habitacionais, a densidade populacional é superior a 100hab/ha, decorrente das reduzidas dimensões dos lotes.

A distribuição das atividades pelo território urbano é típico das cidades de pequeno porte. A concentração do comércio e serviços no centro e as demais regiões ocupadas predominantemente pela atividade residencial, com as poucas e pequenas indústrias espalhadas pela cidade, sem que se tenha uma região de concentração das mesmas.

As **atividades comerciais e serviços** privados concentram-se principalmente nos trechos centrais das ruas Paraná e São Paulo e ao redor da Praça Erasmo Cordeiro, enquanto os serviços públicos distribuem-se pela malha urbana. Além das ruas já referidas, a Avenida Silva Pinto, situada ao Leste do Centro Principal, vem apresentando crescente ocupação por atividades comerciais e serviços privados e públicos.

Mapa de uso do solo

A **atividade residencial** desenvolve-se em todo o território urbano. Mesmo nas áreas onde predomina as atividades terciárias, a residência aparece com frequência, configurando o uso misto. Por outro lado, pudemos verificar que o uso misto também ocorre, ainda que disperso, nas áreas onde predomina a residência.

As poucas e pequenas **indústrias** existentes estão espalhadas pelo território urbano e aparecem quase sempre associadas à atividade comercial. São indústrias que não apresentam potencial polutivo.

Nas áreas tipicamente residenciais, o crescente desenvolvimento das atividades religiosas demanda cuidados no sentido da prevenção da ocorrência de conflitos de uso, em virtude do silêncio necessário nestas áreas.

HABITAÇÃO

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS DOS DOMICÍLIOS

Dos 3.906 domicílios particulares permanentes existentes em Ribeirão do Pinhal, 63,5% são próprios. Destes a maioria (54,91%) já quitados. Esses percentuais são inferiores aos verificados no Norte Pioneiro e no Paraná. Na região do Norte Pioneiro 67,5% dos imóveis são próprios, com 56,54% já quitados. Enquanto no Paraná, esses percentuais atingem 73,1% para imóveis próprios, e o percentual de quitados alcança 60,97%. (tabela - HAB 02).

Dos domicílios existentes, aproximadamente 32% possuem apenas um dormitório. Os domicílios com dois dormitórios representam 42% do total. Juntos, somam 74% dos domicílios de Ribeirão do Pinhal. Em 60,4% dos domicílios pinhalenses, o rendimento médio mensal do responsável pelo domicílio é de até 3 salários mínimos.

O número médio de moradores por domicílio em Ribeirão do Pinhal vem diminuindo. Em 1991 eram, no total, 3,98 moradores por domicílio. Em 2000, esse número reduziu-se para 3,60. Em que pese o número médio de moradores por domicílio, em Ribeirão do Pinhal, ser maior que os mínimos verificados no Norte Pioneiro (3,50) e Paraná (3,53), a redução ocorrida aponta uma melhoria nas condições habitacionais. Por outro lado, essa redução pode contribuir para aumentar a demanda por novas habitações e, por conseguinte, por áreas de expansão urbana.

TABELA – HAB 01

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, PARANÁ, MESORREGIÃO E MUNICÍPIOS VIZINHOS

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES PRÓPRIOS POR CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRENO

	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES PRÓPRIOS											
	Total				Já quitados				Em aquisição			
	Total	Condição de ocupação do terreno			Total	Condição de ocupação do terreno			Total	Condição de ocupação do terreno		
Próprio		Cedido	Outra condição	Próprio		Cedido	Outra condição	Próprio		Cedido	Outra condição	
Municípios												
Ribeirão do Pinhal	2.481	2.275	203	3	2.145	2.091	51	3	336	184	152	---
Abatiá	1.465	1.397	59	9	1.322	1.262	56	4	143	135	3	5
Andirá	1.438	1.318	113	7	1.155	1.040	111	4	283	278	2	3
Bandeirantes	8.851	8.534	125	192	7.103	6.819	100	184	1.748	1.715	25	8
Barra do Jacaré	4.709	4.333	287	89	4.123	3.789	285	49	586	544	2	40
Guapirama	7.428	6.827	555	46	6.175	5.611	538	26	1.253	1.216	17	20
Jacarezinho	614	584	26	4	546	519	24	3	68	65	2	1
Joaquim Távora	1.355	1.321	24	10	1.108	1.082	22	4	247	239	2	6
Jundiá do Sul	7.486	6.734	730	22	6.504	5.782	709	13	982	952	21	9
Londrina	88.005	84.531	1.333	2.141	60.537	57.951	969	1.617	27.468	26.580	364	524
Norte Pioneiro Paranaense	104.146	96.655	6.356	1.135	87.269	81.073	5.663	533	16.877	15.582	693	602
Paraná	1.947.872	1.776.689	115.128	56.055	1.624.566	1.478.262	105.856	40.448	323.306	298.427	9.272	15.607

FONTE : IBGE . Censo 2000

TABELA – HAB 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, PARANÁ, MESORREGIÃO E MUNICÍPIOS VIZINHOS
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CONDIÇÃO DE
OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO – ANO 2000

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES						
	TOTAL	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO					
		Próprio		Alugado	Cedido		Outra
		Quitado	Em aquisição		Empregador	Outra forma	
Ribeirão do Pinhal	3.906	2.145	336	530	505	378	12
Abatiá	2.259	1.322	143	220	327	217	30
Congoinhas	2.279	1.155	283	252	310	255	24
Cornélio Procópio	13.450	7.103	1.746	2.633	916	999	51
Ibaiti	7.440	4.123	586	1.049	687	649	346
Jacarezinho	10.944	6.175	1.253	1.645	967	872	32
Jundiá do Sul	1.047	546	68	105	196	129	3
Nova Fátima	2.317	1.108	247	436	269	251	6
S. Ant. da Platina	11.363	6.504	982	2.098	804	916	59
Londrina	180.991	87.823	35.143	34.825	6.797	15.289	1.114
Mesorregião	154.347	87.269	16.877	20.722	14.091	14.031	1.357
Paraná	2.664.276	1.624.566	323.306	378.552	131.627	178.354	27.871

FONTE: IBGE. CENSO 2000.

TABELA – HAB 03
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR
NÚMERO DE DORMITÓRIOS – ANO 2000

Dormitórios	Moradores	
	Número	
1	1.257	1
2	1.653	2
3	911	3
4	64	4
5	16	5
6 ou mais	5	6 ou mais
Total	3.906	Total

FONTE : IBGE, Censo 2000.

TABELA – HAB 04
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR – ANO 2000

FAIXA SALARIAL*	DOMICÍLIOS		
	NÚMERO	%	Acumulado
Até 1 S. M.	571	14,63	14,63
1 – 2	1.020	26,12	40,75
2 – 3	766	19,62	60,37
3 – 5	775	19,83	80,20
5 - 10	397	10,17	90,37
10 – 20	169	4,32	94,69
20 ou mais	150	3,83	98,52
Sem rendimento	58	1,48	100
Total	3.906	100,0	

FONTE : IBGE, Censo 2000.

S. M. = Salário Mínimo da época : R\$ 151,00

TABELA – HAB 05
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, PARANÁ E MESORREGIÃO
NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES – ANO 1991 E 2000

ANO	NÚMERO DE MORADORES / DOMICÍLIO					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
PARANÁ	4,02	3,53	3,91	3,50	4,36	3,81
MESORREGIÃO	4,01	3,50	3,86	3,44	4,30	3,71
MUNICÍPIO	3,98	3,60	3,79	3,46	4,37	4,06

FONTE: Censos do IBGE

DA PRODUÇÃO DA MORADIA POPULAR

Desde o ano de 1985, quando da implantação do primeiro conjunto habitacional, hoje denominado Tancredo Neves, a expansão da cidade só ocorre por iniciativa pública, através da implantação de conjuntos habitacionais. Foram seis conjuntos na sede do município e um no distrito da Triolândia.

Os conjuntos habitacionais construídos na sede do município, o sistema de construção, o número de unidades e o ano de conclusão, estão relacionados na tabela - HAB 06.

TABELA – HAB 06
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
CONJUNTOS HABITACIONAIS

CONJUNTO HABITACIONAL	SISTEMA DE CONSTRUÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES	ANO DE CONCLUSÃO
Tancredo Neves	Convencional	78	1985
Totó Carvalho	Mutirão	94	1992
Ulisses Guimarães	Mutirão	93	1994
Santa Terezinha	Convencional	34	1994
Francisco Proença	Auto-construção	48	1998
Pinheirais	Auto-construção	32	2002
TOTAL	---	379	---

Fonte: Prefeitura Municipal

Além dos conjuntos habitacionais acima relacionados, foi construída uma vila rural com trinta unidades, em 1988, nos limites do perímetro urbano. Neste ano de 2006 encontra-se em implantação, um conjunto habitacional com 121 unidades, ainda não nominado.

No distrito da Triolândia foram edificados um conjunto habitacional com 34 unidades, em 1998, e uma vila rural com 27 unidades, no ano de 2001.

DEMANDA POR MORADIA POPULAR

Em virtude da construção, neste ano de 2006, de um conjunto habitacional, a prefeitura municipal realizou o cadastramento de pessoas candidatas a aquisição de moradia. O resultado foi de aproximadamente 1200 inscritos. Assim, esse número pode ser tomado como uma referência para a demanda por unidades populares no município.

INFRA-ESTRUTURA

2.6. INFRA-ESTRUTURA

2.6.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

SEDE DO MUNICÍPIO

O sistema de abastecimento de água potável da sede do município de Ribeirão do Pinhal, operado pela Companhia de Saneamento do Paraná-Sanepar, atende a 99,99% dos moradores da cidade. O serviço é de boa qualidade e as instalações existentes encontram-se em bom estado de conservação.

O sistema possui as seguintes características:

CAPTAÇÃO: A captação é subterrânea, através de poço tubular profundo, sendo:

- Vazão da Fonte: 100,00 m³/h
- Volume atual de captação: 100,00m³/h
- Vol. máximo de captação possível pelo sistema implantado: 100,00m³/h
- Volume máximo ou potencialidade máxima da fonte: 150,00m³/h

As condições do local e dos equipamentos para a captação de água podem ser observadas na tabela abaixo:

TABELA – AG 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA

ITEM	ESTADO DE CONSERVAÇÃO ATUAL
Acesso	Bom
Limpeza	Bom
Cerca	Bom
Barrilete	Bom
Macro Medidor	Bom
Casa de Química	Bom
Painel de Comando	Bom

FONTE - SANEPAR

ADUÇÃO: A adução é realizada por sistema de recalque, através das Estações Elevatórias de Água Bruta 01, e Estações Elevatórias de Água Tratada 01 e 02, consoante croqui da pagina 130.

TRATAMENTO: O tratamento da água é realizado através de simples cloração.

RESERVAÇÃO: A reservação da água em Ribeirão do Pinhal ocorre em quatro reservatórios, sendo dois deles elevados e dois apoiados. Juntos possuem capacidade de reservação de 700m² de água. São as seguintes as características específicas de cada um dos reservatórios.

Reservatório Elevado – 01

Tipo: Elevado Cilíndrico

Material: Concreto Armado

Capacidade: 50,00 m³

Dispositivo anti-extravasamento: Existente

Área: Cercada, em alambrado

Acesso: Condições satisfatórias

Estado Geral: Ótimo

Reservatório Elevado – 02

Tipo: Elevado

Material: Metálico

Capacidade: 50,00 m³

Dispositivo anti-extravasamento: Existente

Área: Cercada, em alambrado

Acesso: Condições satisfatórias

Estado Geral: Ótimo

Reservatório apoiado – 01

Tipo: Apoiado

Material: Concreto Armado

Capacidade: 300,00 m³

Dispositivo anti-extravasamento: Existente

Área: Cercada

Acesso: Condições satisfatórias

Estado Geral: Ótimo

Reservatório Apoiado – 02

Tipo: Apoiado

Material: Concreto Armado

Capacidade: 300,00 m³

Dispositivo anti-extravasamento: existente

Área: Cercada

Acesso: Condições satisfatórias

Estado Geral: Ótimo

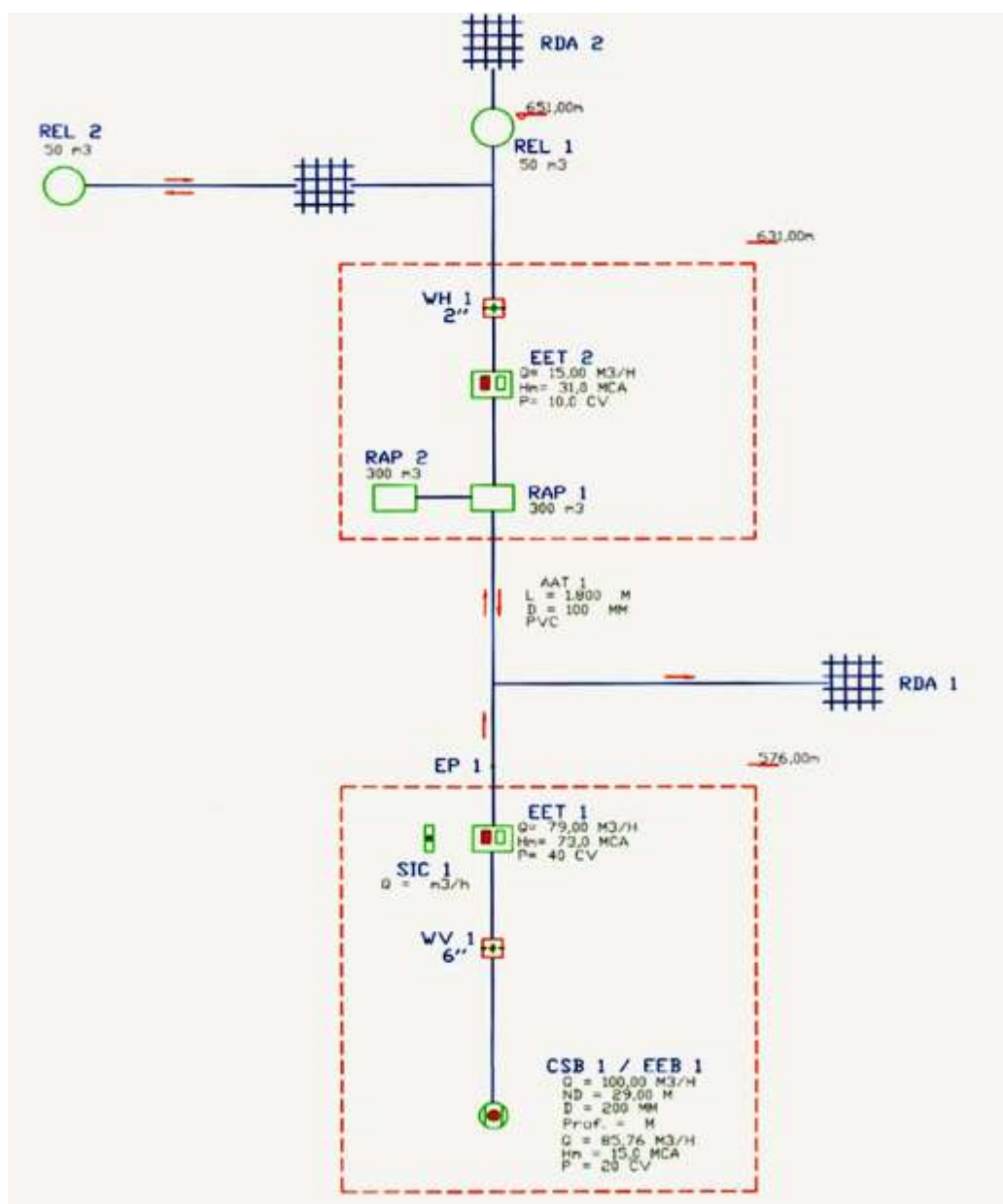
DISTRIBUIÇÃO: O sistema de abastecimento de água existente possui uma rede de distribuição de água tratada, com extensão de 58.022,00 m, em excelente condição de conservação. Foi dimensionada para a vazão máxima horária e constituída dos seguintes materiais:

TABELA – AG 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
MATERIAIS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO – 2004

MATERIAL	DIÂMETRO NOMINAL (MM)	EXTENSÃO (M)
PVC	20	126
PVC	25	1,054
PVC	32	29.175
PVC	40	710
PVC	50	15.197
PVC	75	3.777
PVC	100	5.857
PVC	150	1.449
PVC	200	446
Ferro Fundido	150	231

Fonte: SANEPAR

FIGURA – AG 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
CROQUI BÁSICO DO SISTEMA DE ÁGUA



Fonte: SANEPAR

A evolução no número de economias de água por classe de consumidor, no período de 1993 a 2004, foi de 26,82%. Em larga medida este crescimento ocorreu na classe residencial, decorrente do crescimento populacional e do suprimento de domicílios existentes que ainda não eram atendidos pela rede geral.

Chama a atenção a redução no número de economias na classe industrial, reafirmando o fraco desempenho do setor secundário na economia local, como já foi observado no item das atividades econômicas.

TABELA – AG 03
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
**EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE ECONOMIAS DE ÁGUA,
POR CLASSE DE CONSUMIDOR, 1993/2004**

ANO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	UTILIDADE PÚBLICA	PODER PÚBLICO	TOTAL
1993	2.386	132	10	24	26	2.587
1994	2.522	151	11	22	27	2.733
1995	2.591	155	11	22	28	2.807
1996	2.507	143	11	22	27	2.710
1997	2.668	149	12	23	29	2.881
1998	2.808	155	12	23	27	3.025
1999	2.898	149	12	25	31	3.115
2000	2.936	202	10	24	41	3.213
2001	2.937	193	12	24	39	3.205
2002	2.968	187	12	25	39	3.231
2003	2.999	168	9	24	36	3.236
2004	3.042	171	8	24	36	3.281

FONTE: SANEPAR

TABELA – AG 04
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
**EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE LIGAÇÕES DE ÁGUA,
POR CLASSE DE CONSUMIDOR, 1993/2004**

ANO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	UTILIDADE PÚBLICA	PODER PÚBLICO	TOTAL
1993	2.2.92	113	10	20	24	2.459
1994	2.425	130	10	21	26	2.612
1995	2.490	133	11	21	27	2.682
1996	2.600	164	11	23	29	2.827
1997	2.559	176	11	22	32	2.800
1998	2.609	180	11	23	36	2.859
1999	2.733	179	11	24	36	2.983
2000	2.808	182	9	24	38	3.061
2001	2.799	185	11	24	36	3.055
2002	2.830	180	11	25	36	3.082
2003	2.865	161	9	24	33	3.092
2004	2.888	164	8	24	33	3.117

FONTE: SANEPAR

Da análise comparativa com a realidade do Paraná, conclui-se que a situação do abastecimento de água da sede do município de Ribeirão do Pinhal é excelente. Enquanto Ribeirão do Pinhal atendia, através de rede geral de abastecimento de água potável, a quase totalidade de seus moradores (99,99%), o Estado do Paraná alcançava um atendimento de apenas 82,6%.

TABELA – AG 05
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PERCENTUAL DE MORADORES POR TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

TIPO/ANO	PARANÁ		RIBEIRÃO DO PINHAL	
	1991	2000	1991	2000
Rede Geral	70,9	82,6	99,50	99,99
Poço ou nascente (na propriedade)	27,8	16,4	0,50	0,01
Outra forma	1,3	1,0	0	0

Fonte: IBGE/Censos Demográficos / SANEPAR

FIGURA – AG 02
 PARANÁ
PERCENTUAL DE MORADORES POR TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

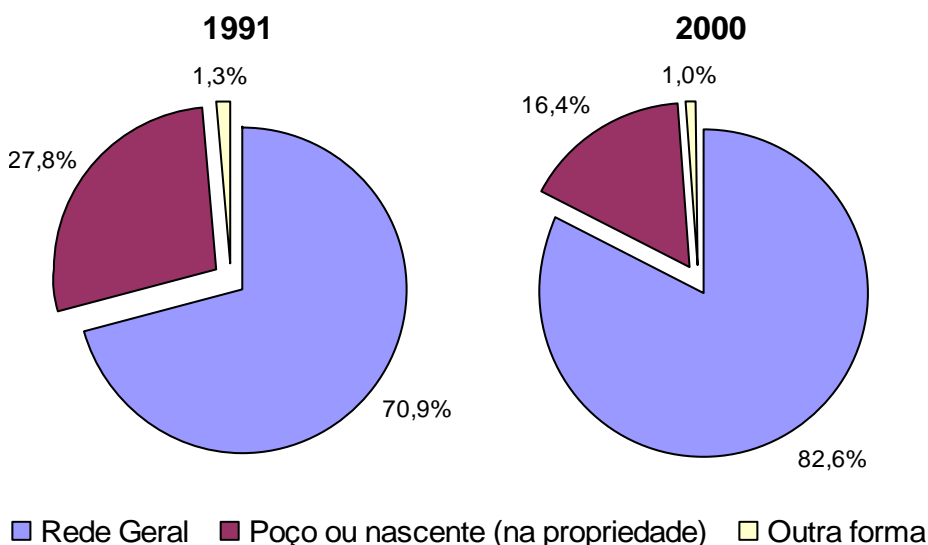
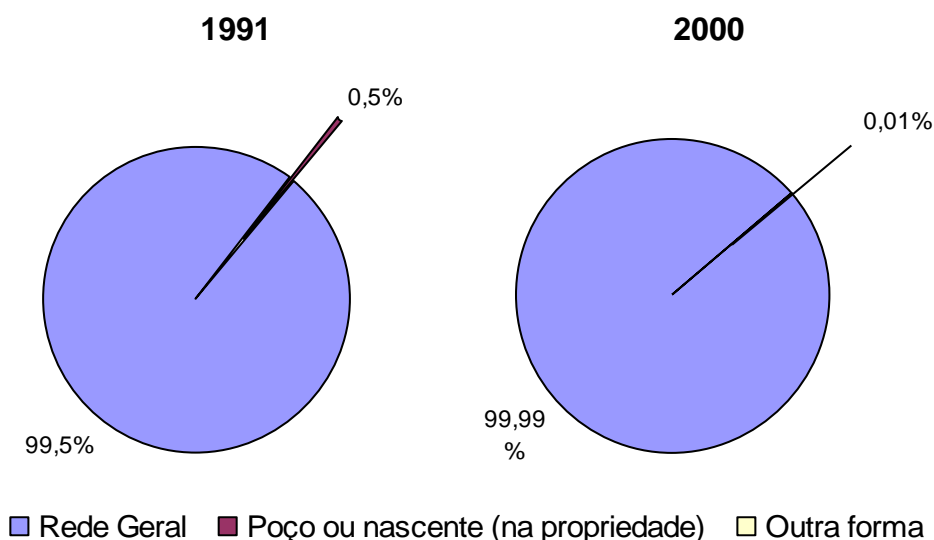


FIGURA – AG 03
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
PERCENTUAL DE MORADORES POR TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



CONSUMO E PREVISÕES DE AUMENTO DA DEMANDA

O consumo médio anual não tem ocorrido nas mesmas proporções que o crescimento do número de ligações. No período de 1995 a 2004, o aumento do consumo médio foi da ordem de 6,7%, passando de 38.120 m³ em 1995, para 40.699 m³ no ano de 2004.

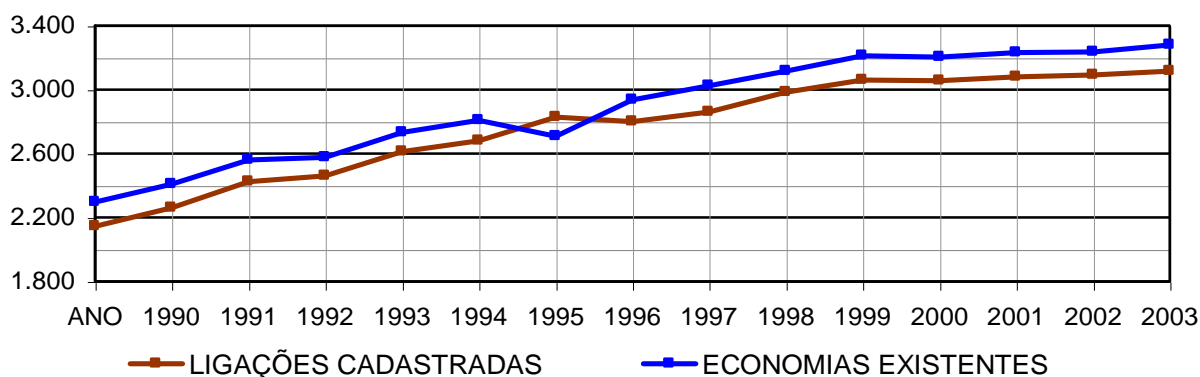
TABELA – AG 06
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
CONSUMO MÉDIO ANUAL

ANO	CONSUMO MÉDIO ANUAL (m ³)
1995	38.120
2000	38.938
2001	39.393
2003	41.022
2004	40.699

FONTE: SANEPAR

As previsões de aumento da demanda realizadas pela SANEPAR apontam um consumo de 1.800 m³/dia para o ano de 2010 e de 2.000 m³/dia para o ano de 2015. Em se concretizando estas projeções, o sistema atual de abastecimento de água tratada da sede do município suportará o crescimento do consumo, sem a necessidade de quaisquer ampliações em suas unidades operacionais, até o ano de 2007. Necessitando apenas de investimentos que visem a otimização, melhorias e facilidades na prestação de serviços, tais como a implantação de anéis de distribuição e válvulas redutoras de pressão, atendendo a eventuais necessidades de readequação operacional.

FIGURA – AG 04
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL



EVOLUÇÃO DAS LIGAÇÕES CADASTRADAS E ECONOMIAS EXISTENTES

TABELA – AG 07
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, 1990/2004

ANO	LIGAÇÕES CADASTRADAS	ECONOMIAS EXISTENTES
1990	2.143	2.298
1991	2.260	2.409
1992	2.425	2.562
1993	2.459	2.578
1994	2.612	2.733
1995	2.682	2.807
1996	2.827	2.710
1997	2.800	2.935
1998	2.859	3.025
1999	2.983	3.115
2000	3.061	3.213
2001	3.055	3.205
2002	3.082	3.231
2003	3.092	3.236
2004	3.117	3.281

FONTE: SANEPAR

MAPA DE ABASTEC. DE AGUA

2.6.2. COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS

O sistema de coleta e tratamento de esgotos da sede do município de Ribeirão do Pinhal é operado pela Companhia de Saneamento do Paraná-Saneapar. O núcleo urbano do distrito municipal da Triolândia não possui sistema de coleta e tratamento. O esgoto produzido pelos domicílios da Triolândia, em sua quase totalidade, é escoado para fossas negras rudimentares.

O sistema implantado na sede do município atendia, em 2004, a 1.577 domicílios, alcançando, segundo a SANEPAR, 4.796 habitantes, equivalentes a aproximadamente 47% da população urbana do distrito sede, naquele ano.

Todo o esgoto coletado pela rede geral é tratado em uma estação de tratamento (ver localização em mapa), que conta com um reator tipo RALF (Reator Anaeróbico de Lodo Fluidizado) e uma lagoa de polimento. A referida estação possui capacidade de tratamento de 34,4 litros/s, sendo o volume tratado atualmente de 9,3 litros/s.

Após o tratamento, cuja eficiência é de 81%, o esgoto é lançado no Córrego que dá nome ao município, à jusante da área urbanizada. Não há indícios, segundo a SANEPAR, que o Córrego receptor apresente algum problema decorrente do lançamento do esgoto tratado.

Em que pese o sistema de coleta e tratamento de esgotos não atingir nem mesmo 50% dos domicílios da cidade de Ribeirão do Pinhal, o atendimento por rede geral existente é superior aos percentuais de atendimento encontrados na mesorregião (39,80%) e Paraná (37,66%). O atendimento por rede de coleta e tratamento de esgotos em Ribeirão do Pinhal é também muito superior ao verificado nas cidades vizinhas de pequeno porte como Abatiá (13,28%), Congoinhas (0,39%), Ibaiti (14,46%), Jundiá do Sul (2,48%) e Nova Fátima (0,91%).

TABELA – ESG 01
 MUNICIPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE LIGAÇÕES,
POR CLASSE DE CONSUMIDOR - 1993/2003

ANO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	UTILIDADE PÚBLICA	PODER PÚBLICO	TOTAL
1993	587	72	3	5	7	674
1994	732	76	3	7	8	826
1995	835	76	3	7	9	930
1996	895	91	4	8	10	1008
1997	921	113	4	9	11	1057
1998	1023	119	5	9	12	1168
1999	1109	116	7	7	22	1261
2000	1224	123	7	9	22	1385
2001	1296	125	7	12	21	1461
2002	1319	121	7	14	22	1483
2003	1357	117	6	13	22	1515
2004	1374	114	4	16	22	1530

Fonte: SANEPAR

TABELA – ESG 02
 MUNICIPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE ECONOMIAS,
POR CLASSE DE CONSUMIDOR - 1993/2003

ANO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	UTIL.IDADE PÚBLICA	PODER PÚBLICO	TOTAL
1993	612	50	3	6	7	716
1994	754	61	3	7	9	864
1995	859	68	4	8	10	970
1996	920	73	4	8	10	1049
1997	953	74	4	9	11	1106
1998	1031	85	5	10	13	1217
1999	1160	132	6	7	23	1328
2000	1286	139	6	7	23	1463
2001	1355	131	7	12	22	1527
2002	1376	127	7	14	23	1547
2003	1413	122	6	13	23	1577

Fonte: SANEPAR

FIGURA – ESG 01
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS

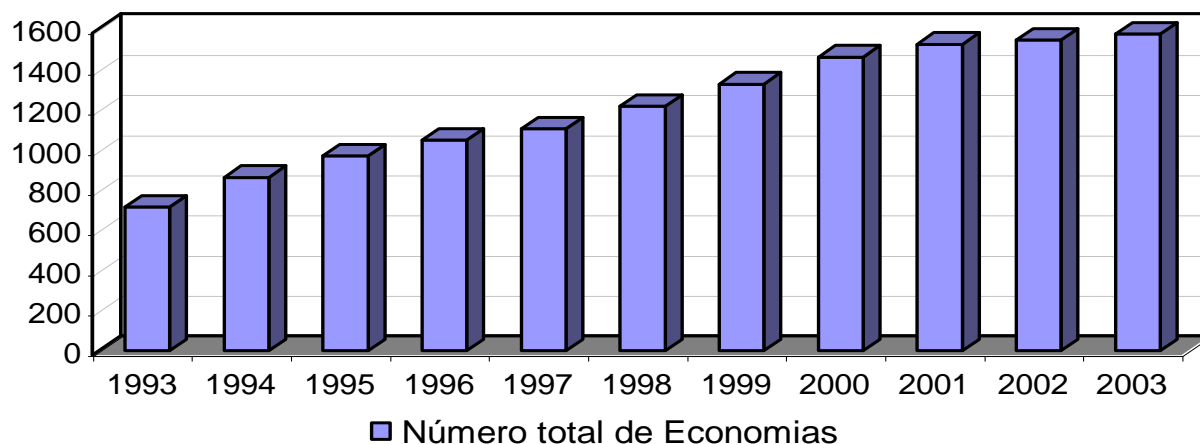
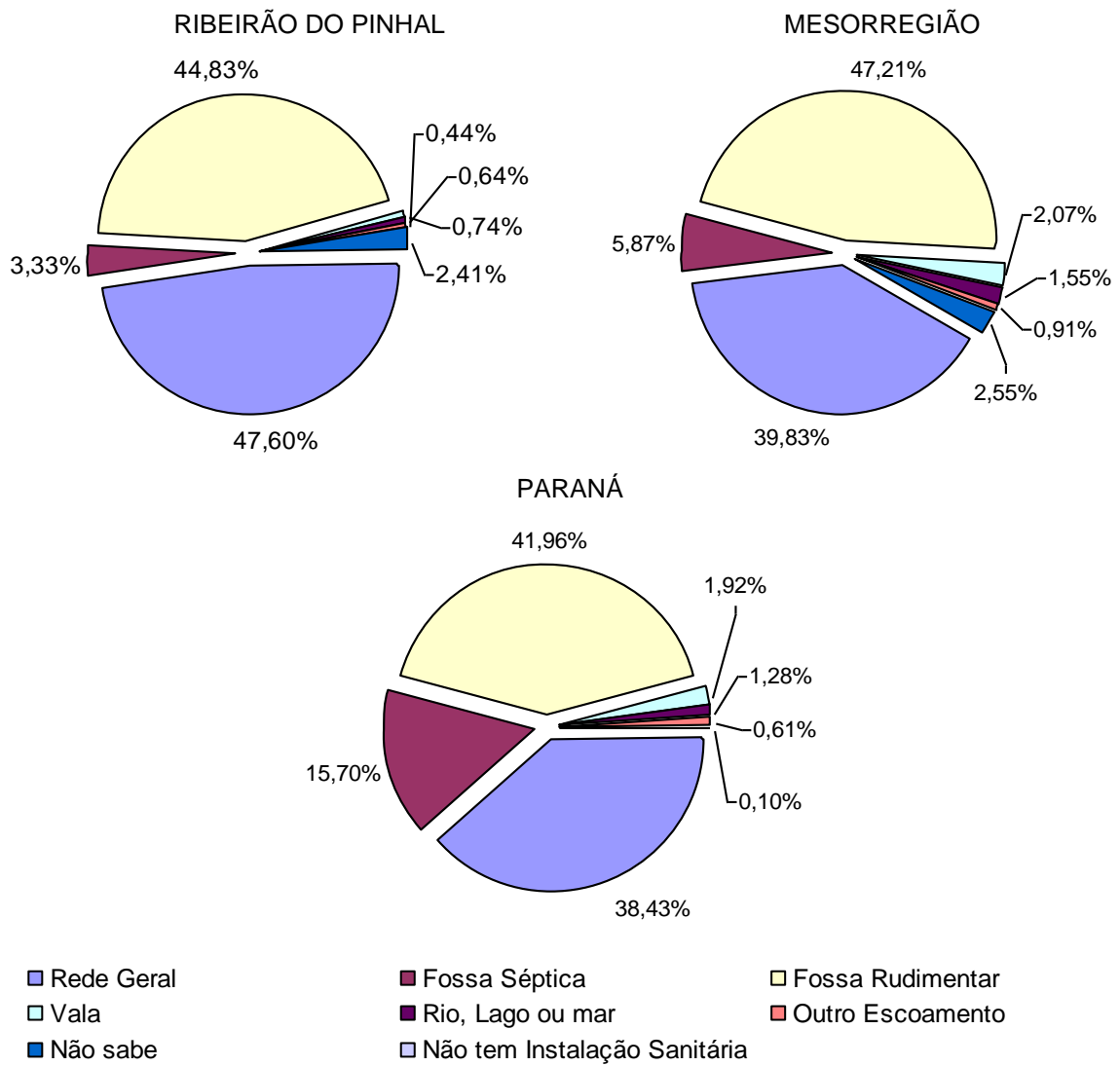


TABELA – ESG 03
 MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MESORREGIÃO E PARANÁ
**DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR EXISTÊNCIA DE
 BANHEIRO OU SANITÁRIO E TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

TIPO/ANO	RIBEIRÃO DO PINHAL		NORTE PIONEIRO		PARANÁ	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Rede Geral	20,84	47,60	22,43	39,80	21,47	37,66
Fossa Séptica	22,64	3,33	11,12	5,87	18,13	15,38
Fossa Rudimentar	46,73	44,83	55,17	47,17	51,15	41,12
Vala	2,03	0,74	1,62	2,07	2,19	1,88
Rio, Lago ou mar	---	0,64	---	1,55	---	1,25
Outro Escoamento	0,66	0,44	1,54	0,91	0,71	0,60
Não sabe	0,03	---	0,07	---	0,21	---
Não tem Instalação Sanitária	7,08	2,41	8,07	2,55	6,14	0,10

Fonte: IBGE

FIGURA – ESG 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL, MESORREGIÃO E PARANÁ
TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – 2000



MAPA DE ESGOTO

O levantamento de dados e as visitas “in loco” indicam que os principais problemas a serem resolvidos, quanto à coleta e o tratamento de esgoto, em Ribeirão do Pinhal, relacionam-se:

- Expansão da rede coletora para os locais não atendidos, especialmente às áreas periféricas da cidade, como é possível identificar no mapa respectivo;
- Eliminação das ligações de águas pluviais na rede coletora de esgotos domésticos;
- Eliminação das ligações de esgotos domésticos na rede de drenagem das águas pluviais;
- Exigência para a construção de fossas sépticas no núcleo urbano da Triolândia.

2.6.3. DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL

A rede de drenagem das águas pluviais é infra-estrutura de grande importância para a cidade de Ribeirão do Pinhal, tendo em vista as características de seu relevo e dos tipos de solos predominantes na área urbana e adjacências.

O mapa de declividades mostra que o relevo da área urbanizada e de seu entorno é caracterizado pela existência de compartimentos de médias e altas declividades, em geral, nos taludes das encostas e cabeceiras dos córregos. As declividades do terreno influenciam, decisivamente, na maior ou menor velocidade do escoamento superficial das águas e em sua infiltração no solo. A maior velocidade do escoamento superficial potencializa a ocorrência de processos erosivos. O escoamento superficial em vias pavimentadas (asfalto) é fator contribuinte para o desgaste do pavimento.

Assim, as características do relevo, aliadas aos tipos de solos predominantes em Ribeirão do Pinhal, em especial, os podzolicos, favorecem a erosão.

Por toda a periferia urbana, geralmente nos leitos das vias não pavimentadas, nos vales dos córregos desprovidos de vegetação, e em áreas com declividades médias e altas é possível identificar solapamentos, sulcos e embriões

de processos erosivos, destacando os locais de lançamento de águas pluviais que não possuem dissipadores de energia.

Outrossim, a sede do município possui áreas susceptíveis à ocorrência de inundações. A área urbanizada é drenada por duas grandes bacias: a bacia do ribeirão do Pinhal e a bacia do córrego Ipiranga, afluente da margem direita do ribeirão do Pinhal. O córrego Ipiranga tem suas nascentes ao sul da malha urbana e cruza a área urbanizada em direção norte, enquanto o ribeirão do Pinhal tem suas nascentes situadas a leste e corta a cidade na direção oeste.

FIGURA – DRE 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
AREAS ALAGADIÇAS



Fonte: Arquivo Genius Loci

As extensas áreas contribuintes da bacia do ribeirão do Pinhal potencializam a ocorrência de inundações na planície de suas margens, especialmente as áreas situadas entre as vilas Hermínia e Almeida e o centro da cidade.

O vale do córrego Ipiranga, escoadouro natural de extensas áreas contribuintes ao sul da cidade, foi, em seu trecho urbano, ocupado de maneira desordenada, sem as devidas precauções com o meio físico. Decorrente disso, algumas áreas, em especial a Rua Minas Gerais, são susceptíveis de inundações.

No centro da cidade, em áreas de baixio, têm ocorrido inundações, principalmente no cruzamento da Rua Abel Amaral dos Santos com a rua São Paulo. Isso acontece devido à extensão da bacia contribuinte, mas principalmente pelas deficiências da rede de drenagem existente, cujas bocas de lobo encontram-se, em grande parte, entupidas.

FIGURA – DRE 02
RIBEIRÃO DO PINHAL
COMPROMETIMENTO DOS BUEIROS



Fonte: Arquivo Genius Loci

Um outro problema relevante constatado em Ribeirão do Pinhal, através de visitas “in loco”, é a ocorrência de ligações clandestinas de esgoto domiciliar na rede de drenagem. Esse problema é facilmente detectado pelo mau cheiro exalado das bocas de lobo, principalmente em dias quentes.

Por fim, a inexistência de um cadastro da rede de drenagem implantada dificulta o diagnóstico sobre a inadequação da mesma, no que se refere ao seu dimensionamento.

A partir dos problemas identificados, algumas medidas são indicadas para a solução dos mesmos e prevenção de novas ocorrências. Assim, recomendam-se as ações abaixo numeradas e identificadas, no mapa respectivo:

- 1) Concluir trevo do emissário PV 43-3 – PV 51-3;
- 2) Ampliar emissário, trecho até a Rua Maria de Lourdes Nogari entre as Ruas Abel Amara dos Santos / Raul Curupaná;
- 3) Ampliar coleta através de tubo com diâmetro de 1,00 metro interligado ao emissário na Rua Maria de Lourdes Nogari com construção de diversas bocas de lobo, na Rua Abel Amaral dos Santos;
- 4) Construir dissipador de energia à jusante do PV 57-1;
- 5) Construir dissipador de energia à jusante do PV 76-3;
- 6) Elaborar projeto com bacias de contenção na área de contribuição, à montante, do coletor 3;
- 7) Elaborar projeto do coletor 4 para aliviar a bacia de contribuição do coletor 2, diminuindo o percurso das águas e, volume delas neste coletor. (Conjunto Pinheiras, parte do Conjunto Tancredo Neves e parte da Vila Santa Terezinha);
- 8) Elaborar projeto do coletor 5, sistema de drenagem urbana da Vila Santa Almeida e parte da Vila Hermínia, com execução de redes coletoras e bocas de lobo (caixas de ligação e poços de queda);
- 9) Elaborar projeto do coletor 6, sistema de drenagem urbana da Vila Almeida e parte da Vila Hermínia, com execução de redes coletoras e bocas de lobo (caixas de ligação e poços de queda);
- 10) Elaborar projeto do coletor 7, sistema de drenagem urbana do Jardim Bandeirantes;
- 11) Elaborar projeto do coletor 8, sistema de drenagem urbana do Jardim Esplanada;
- 12) Projeto de manutenção preventiva e corretiva do sistema existente, com desobstrução de bocas de lobos e desentupimento de redes coletoras;
- 13) Elaboração e operação de caixas de retenção de areia e materiais sólidos, à jusante, dos principais coletores.

MAPA DE DRENAGEM

FIGURA – DRE 03
RIBEIRÃO DO PINHAL
ÁREAS DE CONTRIBUIÇÃO AO SUL



Fonte: Arquivo Genius Loci

2.6.4. PAVIMENTAÇÃO URBANA

A cidade de Ribeirão do Pinhal possui aproximadamente 37km de vias urbanas, sendo 25km de vias pavimentadas e 12 km de vias não pavimentadas. O asfalto é o tipo de pavimento da quase totalidade das vias que contam com essa benfeitoria. Apenas um pequeno trecho da via de ligação, que sai da rodovia PR-218 em direção à estação de tratamento de esgoto, possui pavimento do tipo “pedra irregular” que, por sinal, é de excelente qualidade.

A conservação das vias públicas urbanas, dotadas de pavimentação asfáltica, em boas condições de trafegabilidade, depende de cuidados permanentes, tais como:

- Limpeza de guias e sarjetas, para que não se obstrua o escoamento das águas pluviais.

- Inspeções e reparos preventivos e corretivos das galerias pluviais (redes, caixas de ligação, bocas de lobo), de modo que o escoamento superficial sobre o pavimento seja mínimo.
- Operações “tapa-buraco” executados com técnica, dentro de padrões adequados, inserindo-os e encaixando-os na pavimentação existente. Estas operações corriqueiras devem ser normatizadas, pois diariamente manutenções e melhorias nas redes de água, de esgoto, de telefonia, de energia elétrica, de galerias pluviais e outras intervenções, seccionam e rompem os pavimentos.
- Rejuvenescimento, com lama asfáltica, de superfícies desgastadas pelo uso e pela diminuição do poder ligante do material betuminosos, dando uma sobre vida ao revestimento asfáltico.
- Recapeamentos asfálticos com tratamentos superficiais ou com C.B.U.Q. (concreto betuminosos usinado à quente), na superfícies que já possuem um alto grau de deterioração.

Das vias da sede do município que possuem pavimentação asfáltica, muitas delas necessitam de rejuvenescimento de superfície com lama asfáltica, precedidas de operação tapa-buraco, tipo “tratamento superficial duplo”. São as seguintes vias que necessitam das obras retro citadas:

- Rua Major João Frutuoso de Melo Coelho, entre a Avenida Silveira Pinto/Rua João Rodrigues de Oliveira.
- Rua Marcelino Reis Serra, entre a Avenida Silveira Pinto/Rua João Rodrigues de Oliveira
- Rua Hermenegildo Cavazzani, entre a Avenida Silveira Pinto/Rua João Paulo II.
- Rua Maria de Lourdes Nogari, entre a Rua Santos Dumont/Rua Ver. Antonio Martins.
- Rua São Paulo, entre a Rua Santos Dumont/Rua Raul Curupaná e entre a Rua João Rodrigues de Oliveira/A.T. COPEL..
- Rua Desembargador Antonio Franco F. da Costa, entre a Rua Santos Dumont/Rua Francisco Cezar Nogari.
- Rua Antonio Rogério Rosa, entre a Rua Santos Dumont/Rua Minas Gerais.
- Rua Ruth Martinez Corrêa, entre a Rua Santos Dumont/Rua Vereador Antonio Martins.
- Rua Espírito Santo, entre a Rua Santos Dumont/Rua Raul Curupaná e entre as Ruas Paraná e João Paulo II.

- Rua Lions Club, entre a Rua Francisco W. Corrales/Rua Julio Farah.
- Rua Lizimaco F. da Costa, entre a Rua Santos Dumont/Rua Abel Amaral dos Santos.
- Rua Marcelino Nogueira, entre a Rua Santos Dumont/Rua Abel Amaral dos Santos.
- Rua Amélia Naufal, entre a Avenida Silveira Pinto/Rua Abel Amaral dos Santos.
- Rua Francisco Emílio de Proença, entre a Avenida Silveira Pinto/Rua Abel Amaral dos Santos.
- Rua João Paulo II, entre a Rua São Paulo/ Rua Ruth Martinez Correa.
- Rua João Rodrigues de Oliveira, entre a PR - 218 e a Rua Maria de Lourdes Nogari e entre as Ruas Desembargador Antonio F.F. da Costa e Rua Espírito Santo.
- Rua Julio Farah, entre a Rua Maria de Lourdes Nogari e PR – 218 e entre a Rua Espírito Santo/Rua Lions Club.
- Rua Abel Amaral dos Santos, entre a Rua Marcionílio Reis Serra e Rua Major João F. Melo, e entre a Rua Desembargador Antonio Franco F. da Costa/Rua Belarmino Alves.
- Rua Raul Curupaná, entre a Rua São Paulo e Rua Major João Frutuoso de Melo.
- Rua Francisco Cezar Nogari, entre as Rua Olímpio Vieira e PR – 218.
- Rua José Paulo Badaró, entre a Rua Francisco Cezar Nogari/Rua Raul Curupaná.
- Rua Mateus Pereira Lemes, entre a Rua Francisco Cezar Nogari/Rua Raul Curupaná.
- Rua Francisco Natel Camargo, entre Rua Cândido Martins de Assis e Prolongamento da Rua Frei Doroteu de Pádua.
- Rua Tibagi Santiago Sales, entre Rua Cândido Martins de Assis e Prolongamento da Rua Frei Doroteu de Pádua.
- Rua Cândido Martins de Assis, entre a Rua Francisco Emílio de Proença/Rua Olímpio Vieira.
- Rua João Eleutério da Silva, entre as Ruas Tibagi Santiago Sales e Olímpio Vieira.

Outras vias pavimentadas da cidade, em razão do elevado grau de deterioração em que se encontram, demandam recuperação do pavimento, com T.S. D. (Tratamento Superficial Duplo). É o caso das vias:

- Rua Olímpio Vieira, entre a Rua Raul Curupaná/Rua Frei Doroteu de Pádua.
- Rua Santos Dumont, entre a Rua Dr. Marcelino Nogueira/Rua Maria de Lourdes Nogari.
- Rua Frederico Ozanan, entre a PR – 439 e Rua Eugênio P. Oliveira.
- Rua Cônego Wenceslau Victor, entre PR – 439 e Rua José Caetano de Camargo.
- Rua Pedro M. Trindade, entre as Ruas Cônego Wenceslau Victor e Rua Francisco Oliveira.
- Rua Eugênio P. Oliveira, entre as Ruas Cônego Wenceslau Victor e Rua Francisco Oliveira.
- Rua José Caetano de Camargo, entre as Ruas Cônego Wenceslau Victor e Rua Julio Farah.
- Rua Julio Farah, entre as Ruas José Caetano de Camargo e rua Ver. Lucas Carvalho.
- Rua Ver. Lucas Carvalho, entre as Ruas Julio Farah/Rua Paraná.
- Rua Paraná, entre as Ruas Lucas Carvalho/PR - 218.

As vias não pavimentadas em Ribeirão do Pinhal situam-se, regra geral, nas áreas mais periféricas, habitadas por população de baixa renda. Como já vimos, os tipos de solos e as declividades dos terrenos em Ribeirão do Pinhal favorecem a ocorrência de processos erosivos. Por isso, a pavimentação das vias, precedidas de rede de drenagem (galerias de águas pluviais, meio-fio com sarjeta e bocas de lobo) e passeio, é infra-estrutura essencial. A pavimentação das vias possibilita, também, melhorias na limpeza urbana, na coleta e varrição regular dos resíduos sólidos, na acessibilidade, enfim, traz benefícios significativos à população dos locais mais carentes da cidade. Assim propõem-se a realização das obras indicadas nos seguintes locais:

VILA CARVALHO/VILA CUNHA/VILA SANTA TEREZINHA

- Rua Lizimaco F. da Costa, entre as Ruas João Paulo/Rua Julio Farah.

- Rua Julio Farah, entre as Ruas Lions Club e Tibagi Santiago Sales.
- Rua João Rodrigues de Oliveira, entre as Ruas Lions Club/Rua Lizimaco F. da Costa.
- Rua Paraná, entre as Ruas Lions Club/Rua Lizimaco F. da Costa.
- Rua Tibagi Santiago Sales, entre as Ruas Abel Amaral dos Santos/Rua Julio Farah.
- Rua Olímpio Vieira, entre as Ruas Raul Curupaná/Rua Abel amaral dos Santos.
- Rua Abel Amaral dos Santos, entre as Ruas Tibagi Santiago Sales/Rua Olímpio Vieira.
- Rua Lauro Martins, entre as Ruas Antonio Rogério Rosa/Rua Desembargador Antonio Franco F. da Costa.
- Rua João Paulo II, entre as Ruas Lizimaco F. da Costa e Prolongamento da Rua Amélia Naufal.

CONJUNTOS PINHEIRAIS / FRANCISCO PROENÇA

- Rua Padre André W. Javorski, entre as Ruas Raul Curupaná/Rua Frei Doroteu de Pádua.
- Rua Profª Neusa M. Nicolau, entre as Ruas Francisco Cezar Nogari/Rua Frei Doroteu de Pádua.
- Rua Roberto Fraiz Martinez, entre o Prolongamento da Avenida Silveira Pinto e a Rua Francisco Cezar Nogari.
- Rua Francisco Cezar Nogari, entre as Ruas Olímpio Vieira/Rua Profª Neusa M. Nicolau.
- Prolongamento da Avenida Silveira Pinto, entre as Ruas Olímpio Vieira/Rua Profª Neusa M. Nicolau.
- Rua Cândido Martins de Assis, entre as Ruas Olímpio Vieira/Rua Padre André W. Javorski.
- Rua João Eleutério da Silva, entre as Ruas Olímpio Vieira/Rua Profª Neusa M. Nicolau.
- Rua Silvio Frutuoso de Melo, entre as Ruas Olímpio Vieira/Rua Profª Neusa M. Nicolau.
- Rua Ver. João Dutra, entre as Ruas Padre André W. Javorski/ Rua Profª Neusa M. Nicolau.
- Rua Frei Doroteu de Pádua, entre as Ruas Olímpio Vieira e Rua Profª Neusa M. Nicolau.

JARDIM ESPLANADA E BANDEIRANTES

- Rua Lions Club, entre as Ruas Francisco W. Corrales e Prolongamento da Rua Santa Luzia.
- Rua Particular, entre a Rua Lions Club e o Prolongamento da Rua Espírito Santo.
- Rua Francisco W. Corrales, entre as Ruas Antonio Rogério Rosa e Rua Hermenegildo Cavazzani e entre as Ruas Lions Club e Prolongamento da Rua Espírito Santo.
- Rua Santa Luzia, entre as Ruas São Paulo/Rua Hermenegildo Cavazzani.
- Rua Ver. Nelson Melges, entre as Ruas São Paulo/Rua Hermenegildo Cavazzani.
- Rua Ver. Sebastião Abel de Oliveira, entre as Ruas Maria de Lourdes Nogari/Rua Hermenegildo Cavazzani.
- Rua Maria de Lourdes Nogari, entre as Ruas Francisco W. Corrales e Rua Ver. Sebastião Abel de Oliveira.

VILA ALMEIDA / VILA HERMÍNIA

- Rua Pedro M. Trindade, entre as Ruas Frederico Ozanan e Rua Iguaçu.
- Rua Eugênio P. de Oliveira, entre as Ruas Cônego Wenceslau Victor e Rua Iguaçu.
- Rua Frederico Ozanan, entre as Rua Pedro M. Trindade e Rua Eugênio P. de Oliveira.
- Rua Pirapó, entre as Ruas Pedro M. Trindade e Rua Eugênio P. de Oliveira.
- Rua Chapecó, entre as Ruas Pedro M. Trindade e Rua Eugênio P. de Oliveira.
- Rua Iguaçu, entre as Ruas Pedro M. Trindade E Rua Eugênio P. de Oliveira.
- Rua Julio Farah, entre as Ruas Ver. Lucas Carvalho e Rua Valdevino Batista dos Santos.
- Rua Valdevino Batista dos Santos, entre as Ruas Julio Farah e Rua João Rodrigues de Oliveira.
- Rua João Rodrigues de Oliveira, entre as Ruas Valdevino Batista dos Santos e Rua Salvador Alves Siqueira.
- Rua Antonio Domingues de Oliveira, entre as Ruas Julio Farah e Rua João Rodrigues de Oliveira.

MAPA DE PAVIMENTAÇÃO

- Rua Salvador Alves Siqueira, entre as Ruas Paraná e Rua João Rodrigues de Oliveira.

CENTRO

- Rua Raul Curupaná, entre as Ruas Major João Frutuoso de Melo Coelho e PR – 218.
- Rua Hermenegildo Cavazzani, entre as Ruas João Paulo II e Rua Minas Gerais.
- Rua João Paulo II, entre as Ruas Maria de Lourdes Nogari e rua Hermenegildo Cavazzani.

2.6.5. ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Companhia Paranaense de Energia – COPEL, é a concessionária dos serviços de distribuição de energia e iluminação pública no município de Ribeirão do Pinhal.

O município é parte integrante do sistema de subtransmissão da COPEL, sendo alimentado através da subestação local de 34,5/13,8 Kv (4,2 MVA), que, por sua vez, está interligada às subestações 34,5/13,8 Kv Abatiá e Nova Fátima.

São características da rede existente:

- Frequência de 60 Hz;
- Sistema trifásico, nas tensões primárias nominais de 13,8 Kv e 34,5 Kv e nas tensões secundárias de 220/127 V;
- Sistema monofásico nas tensões primárias de 13,8 Kv e 34,5 (19,92) Kv e nas tensões secundárias de 254/127 V.

A tabela seguinte mostra a extensão das redes primária e secundária no município.

TABELA – ENE 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
QUILOMETRAGEM DAS REDES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS - 2004

	REDE PRIMÁRIA			REDE SECUNDÁRIA
	13,8 Kv	24,5 Kv	34,5 Kv	
Urbana	25,5 Km	---	3,5 Km	39 Km
Rural	284,7 Km	111,2 Km	---	9 Km

FONTE - COPEL

O serviço de distribuição de energia é de boa qualidade, atende todo o território urbano, e não apresenta problemas que constituam entraves ao desenvolvimento municipal e à melhoria da qualidade de vida dos habitantes do município.

A demanda máxima de energia, em 2004, na subestação local foi de 3,8 KW. Com o atual ritmo de crescimento, estão previstas obras de aumento de potência de transformação.

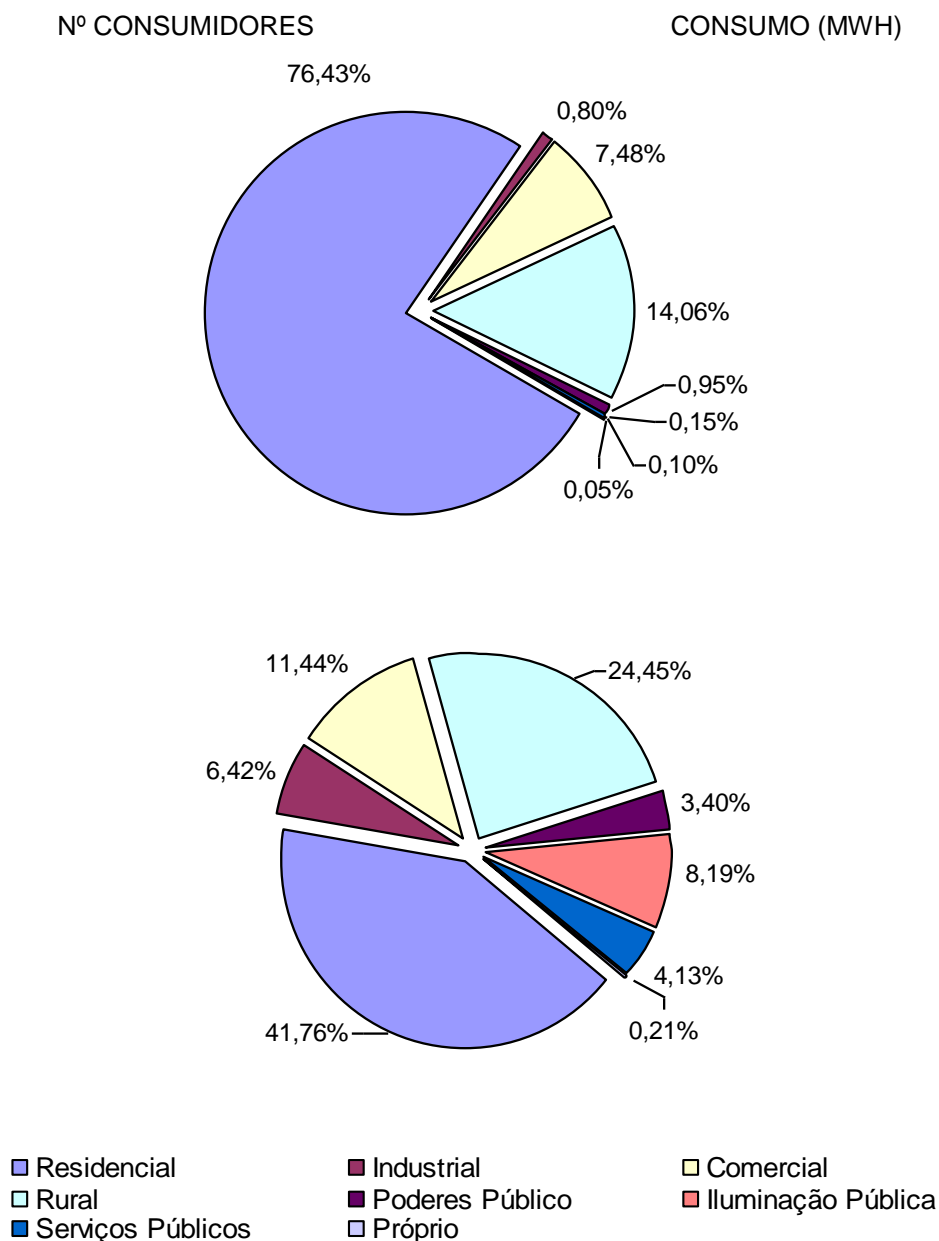
Em 2004, foi de 4.119 o número de consumidores de energia elétrica no município e um consumo respectivo de 9.623 (MWh), distribuídos por classes como mostra a tabela seguinte:

TABELA – ENE 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES NO MUNICÍPIO - 2004

	NÚMERO DE CONSUMIDORES		CONSUMO (MWH)	
	UNIDADE	%	UNIDADE	%
Residencial	3.148	76,42	4.019	41,76
Industrial	33	0,80	618	6,42
Comercial	308	7,47	1.101	11,44
Rural	579	14,56	2.353	24,45
Poder Público	39	0,94	327	3,40
Iluminação Pública	4	0,09	788	8,19
Serviços Públicos	6	0,14	397	4,12
Próprio	2	0,05	20	0,21
Total	4.119	100,00	9.623	100,00

FONTE – COPEL

FIGURA- ENE 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
CONSUMO E NÚMERO DE CONSUMIDORES NO MUNICÍPIO - 2004



O número de consumidores residenciais representavam 76,42% do total dos consumidores e eram responsáveis por 41,76 MVh do consumo de energia elétrica no município no ano de 2004. De outro lado, o número de consumidores rurais que representavam apenas 14,56% do total eram responsáveis por um consumo de 24,45 MVh. Estes números demonstram a força da agricultura no município. O número de consumidores rurais de 579 indica que quase 90% das propriedades rurais do município estão atendidas por energia elétrica.

MAPA DE ENERGIA

MAPA DE ILUMINAÇÃO

Uma análise da tabela ATI XX, da evolução do número de consumidores e do consumo de energia nos primeiros anos do presente século, permite diagnosticar uma pequena retração, tanto do número de consumidores quanto do consumo em todas as classes, exceção ao número de consumidores rurais e ao consumo industrial. De todo modo, Ribeirão do Pinhal, que apresentou um consumo de energia elétrica no ano de 2000 de 9.845 MWh, teve seu consumo reduzido para 9.623 MWh, em 2004. Esses números traduzem um processo de estagnação econômica, bem como refletem as economias de energia decorrentes da campanha nacional pela redução do consumo, tendo em vista a possibilidade da ocorrência de “apagão” no ano de 2001.

TABELA – ENE 03
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DO CONSUMO E DA MÉDIA POR CONSUMIDORES
POR CLASSES – 2000 E 2004

	RESIDENCIAL		COMERCIAL E SERVIÇOS		INDUSTRIAL		RURAL		TOTAL	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Consumo (MWh)	4.108	4.019	1.206	1.101	799	618	2.176	2.353	9.845	9.623
Média por consumidor	1,4	1,3	3,8	3,6	18,2	18,7	4,3	4,1	2,6	2,3

Fonte: COPEL

OBS: Os poderes públicos, a iluminação pública, os serviços públicos e próprios apresentaram consumo de 1.556 MWh em 2000 e 1.532 MWh em 2004.

2.6.6. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A iluminação pública em Ribeirão do Pinhal pode ser considerada satisfatória. É realizada através de lâmpadas de vapor de mercúrio e sódio, especificadas no mapa respectivo. A iluminação abrange todos os logradouros públicos inclusive a vila rural.

2.6.7. ARBORIZAÇÃO

São poucos os logradouros públicos da sede do município de Ribeirão do Pinhal que estão arborizados adequadamente. O município não possui um plano de arborização urbana e nem mesmo observa quaisquer critérios para o plantio de árvores nas vias urbanas. Geralmente este plantio é feito sem qualquer acompanhamento técnico. Deste modo, podemos observar o plantio em locais impróprios e também a ocorrência de espécies não indicadas para a arborização urbana.

Os problemas mais comuns encontrados são aqueles relacionados aos danos provocados à rede de esgoto, de drenagem e calçadas, por algumas espécies, principalmente o fícus. Podem ser observados ainda problemas de plantio no meio do passeio público, dificultando a passagem de pessoas. E mesmo o plantio no canteiro central de vias, embaixo das linhas de transmissão de energia, quando, nestes casos, o plantio deveria ser feito nos passeios, pois não haveria conflitos com a rede elétrica.

FIGURA – ARB 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
ÁRVORES EM CONFLITO COM A REDE ELÉTRICA
PASSEIO DESPROVIDO DE VEGETAÇÃO – AV. SILVEIRA PINTO



Fonte: Arquivo Genius Loci

As podas são realizadas pelos próprios moradores, sem acompanhamento técnico, ou pela COPEL. No geral, podas drásticas que acabam condenando a maioria das árvores podadas.

Em frente à rodoviária há uma árvore que se destaca por sua beleza e é conhecida pelos moradores como Óleo de Copaíba. Nos demais logradouros de Ribeirão do Pinhal, as árvores mais encontradas, são: sibipirunas, magnólias, oiti,

ipê, pata de vaca, manguba, fícus, alguns hibiscos, acácias, flamboyant, leucenas, murtas, chapéu de praia.

Em Ribeirão do Pinhal, os locais bem arborizados, são: Rua Raul Curupaná, Rua Macionilio Reis Serra, Rua Lizimaco F. F. da Costa, Vila Rural e Conjunto Habitacional Totó Carvalho.

Os locais que apresentam arborização razoável, são: Rua João Rodrigues de Oliveira, Rua Júlio Farah, Rua Vereador Francisco Cezar Nogari, Avenida Silveira Pinto, Rua Santos Dumont, Rua Major João Frutuoso de Mello, Rua Maria de Lourdes Nogari, Rua Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, Rua Ruth Martinez Correa, Rua Espírito Santo, Rua Lions Clube, Rua Dr. Marcelino Nogueira, Conjunto Habitacional Santa Terezinha, Jardim Bandeirantes, Conjunto Habitacional Ulisses Guimarães, Vila Carvalho e Vila Domingues.

Dos locais que oferecem arborização insuficiente, destacam-se: Rua Minas Gerais, Rua João Paulo II, Rua Paraná, Rua Abel Amaral dos Santos, Rua Francisco Corrales, Rua Hermenegildo Cavazzani, Rua São Paulo, Rua Antonio Rosa, Rua Amélia Nafal, Rua Francisco Emilio Proença, Conjunto Habitacional Pinheirais, Vila Almeida e Vila Hermínia.

MAPA DE ARBORIZAÇÃO

SERVIÇOS PÚBLICOS

2.7. SERVIÇOS PÚBLICOS

2.7.1. SERVIÇOS DE COLETA, REMOÇÃO E DEPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Os serviços realizados pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal referente ao lixo urbano abrangem a coleta domiciliar, a varrição dos logradouros públicos e a deposição final.

COLETA

A coleta compreende:

- Resíduos sólidos domiciliares;
- Entulho de construção e podas de árvores;
- Ossos;
- Lixo hospitalar.

Resíduos sólidos domiciliares: O lixo domiciliar é coletado diariamente em toda a área urbanizada. A coleta é realizada em dois turnos (das 8hs às 12hs e das 13hs às 18hs), com uma equipe para cada turno; composta de um motorista e três auxiliares. Para a realização da coleta domiciliar, o Município conta apenas com um caminhão caçamba em precárias condições de conservação. Não há coleta seletiva do lixo domiciliar. Todo o lixo coletado tem como destino o aterro sanitário.

Entulho de Construção e Podas de Árvores: A coleta de entulhos e podas de árvores é realizada duas vezes por semana, sendo às quintas feiras no centro da cidade e às sextas feiras nas vilas. Somente nestes dias a população pode colocar entulhos ou podas na via pública para a coleta. Esse procedimento, sem a exigência de recipiente adequado para a colocação do entulho, tem possibilitado, em dias de chuva, o deslocamento de entulhos de construção para as bocas de lobo da rede de drenagem, provocando problemas de entupimento das mesmas. Além disso, através de observações *in loco*, foi possível constatar a ocorrência de espalhamento do entulho, comprometendo a limpeza das vias. Os serviços de coleta de entulhos de construção e de podas de árvores são realizados com o auxílio de um trator 50x com uma carreta.

Ossos: Os ossos são coletados nos açougues duas vezes por semana e levados, pelo trator com uma carreta, ao prédio do antigo matadouro, onde são comercializados.

Lixo Hospitalar: O lixo hospitalar é coletado pelo departamento de saúde e assistência social, com o auxílio de um veículo apropriado destinado exclusivamente a esta finalidade. A coleta é realizada nas farmácias, centro de saúde, hospital, laboratórios de análises clínicas e clínicas odontológicas. Todos os resíduos são embalados em embalagens plásticas e removidos para o aterro sanitário.

VARRIÇÃO

A varrição dos logradouros públicos é realizada diariamente por uma equipe de quatro varredores com o auxílio de carrinhos de coleta. Em razão do escasso número de varredores, a área central é tratada como prioridade e a varrição nas vilas é feita eventualmente. A varrição é executada apenas nas vias pavimentadas.

DEPÓSITO FINAL

A destinação final dos resíduos sólidos urbanos de Ribeirão do Pinhal é diferenciada por:

- Entulhos de construção, podas de árvores e resíduos da varrição dos logradouros públicos;
- Ossos;
- Lixo domiciliar;
- Lixo hospitalar.

Entulho, podas e resíduos da varrição: A deposição final dos entulhos de construção, podas de árvores e resíduos da varrição tem ocorrido em propriedades particulares, a pedido dos proprietários, geralmente com a finalidade de contenção de processos erosivos do solo.

MAPA DE LIMPEZA URBANA

Ossos: Os ossos provenientes de açougues são depositados no prédio do antigo matadouro e posteriormente comercializados.

Lixo Domiciliar: A destinação final do lixo domiciliar é o aterro sanitário municipal. O Município possui um aterro sanitário, executado dentro das normas ambientais, com as seguintes características:

- Área: 36.000m²;
- Equipamentos e instalações: Três sanitários; Sala de administração; Almoxarifado; Cantina; Barracão para separação de lixo; Prensa; Balança; e Posto de Chorume.
- A área do aterro sanitário está cercada, em todo o seu perímetro, com arame farpado, postes de cimento e cerca viva com sansão do campo. Todas as instalações e equipamentos encontram-se em ótimo estado de conservação. O aterro sanitário dista seis metros da rede do Município e recebe aproximadamente 25.000kg de lixo semanalmente, transportados pelo caminhão caçamba que realiza em média três viagens por dia. O lixo produzido, o número e o tamanho das trincheiras para depósito final previstas no aterro sanitário permitem estimar a vida útil do aterro, em pouco mais de onze anos. A vida útil poderá ser ampliada caso o Município implante a coleta seletiva e processos de reciclagem de resíduos sólidos.

FIGURA – LIX 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
VISTA DO ATERRO SANITÁRIO



Fonte: Arquivo Genius Loci

Lixo Hospitalar: O lixo hospitalar é acondicionado em sacos plásticos apropriados e enterrados no aterro sanitário, em local específico, separados do lixo convencional, dentro das normas estabelecidas.

Dados do IBGE, constantes das tabelas seguintes, diagnosticados por ocasião dos últimos censos (1991 e 2000), mostram que no município de Ribeirão do Pinhal os percentuais de domicílios particulares permanentes atendidos (no ano de 2000) pelo sistema público de coleta de lixo são ligeiramente inferiores às médias verificadas na Mesorregião do Norte Pioneiro e à média verificada no Estado do Paraná.

Enquanto o município de Ribeirão do Pinhal tinha, no ano de 2000, o percentual de 75,57% de seus domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo, a mesorregião tinha, no mesmo ano, 76,54%. No Paraná, este percentual atingia à 83,22% dos domicílios. Em Ribeirão do Pinhal, 18,89% dos domicílios ainda queimavam (na propriedade) o lixo produzido.

A situação de Ribeirão do Pinhal, quando comparada com os municípios vizinhos também é desfavorável quanto aos percentuais de domicílios cujo lixo é coletado. Os números relativos aos distritos sedes mostram que Ribeirão do Pinhal encontrava-se, no ano de 2000, em condições mais favoráveis apenas em relação às sedes dos municípios de Congoinhas, Jundiá do Sul e Nova Fátima. Com 79,51% dos domicílios atendidos por coleta de lixo, a sede do município de Ribeirão do Pinhal era superada por Cornélio Procópio (92,37%), Ibaiti (85,13%), Jacarezinho (87,29%) e Santo Antônio da Platina (87,85%).

Entretanto, o aspecto positivo é que o município de Ribeirão do Pinhal apresenta uma evolução muito acentuada no período que vai de 1991 a 2000. Passou de 43,98 dos domicílios com coleta em 1991 para 75,57% em 2000. A sede de Ribeirão do Pinhal que possuía coleta apenas em 49,42% de seus domicílios em 1991, alcançou 79,51% em 2000.

Outrossim, os serviços relacionados aos resíduos sólidos urbanos em Ribeirão do Pinhal sofreram, após o ano 2000, avanços significativos que não aparecem nos números do último censo, destacando-se a implantação do Aterro Sanitário.

Dos levantamentos realizados e observações *in loco*, conclui-se que os serviços de coleta, remoção e deposição final dos resíduos sólidos em Ribeirão do

Pinhal têm apresentado melhorias ao longo dos anos, sendo que as principais deficiências encontradas relacionam-se a:

- Condições precárias do veículo caçamba;
- Deposição de entulho e podas de árvores sobre o leito das vias sem recipiente adequado;
- Reduzida equipe de varredores;
- Inexistência de coleta seletiva do lixo;
- Inexistência de projeto de reciclagem de lixo.

TRANSPORTES

De Ribeirão do Pinhal é possível deslocar-se para qualquer lugar do Paraná e do Brasil, a partir das rodovias pavimentadas que cortam o município, em especial as rodovias PR 218, 436 e 439. O município não é servido por Transportes Aéreo e Ferroviário. Aqueles que necessitam dessas modalidades de transportes, acessam esses serviços em cidades próximas, principalmente Londrina.

O município é servido por companhias de Ônibus de Transporte Intermunicipal. As companhias que operam no município são: a Empresa Princesa do Norte, Viação Ouro Branco e Jóia. A partir de Ribeirão do Pinhal, através dos veículos dessas companhias, é possível alcançar as principais cidades da região.

A cidade de Ribeirão do Pinhal possui uma Rodoviária, localizada ao norte do centro principal e de fácil acesso pela rodovia PR 218. A Rodoviária Municipal possui as seguintes instalações:

- 3 plataformas
- sanitários masculinos
- sanitários femininos
- 3 guichês
- 1 lanchonete/bar
- sala para zelador

Todas as instalações acima relacionadas encontram-se em boas condições de conservação. Dos serviços prestados no âmbito do Transporte Intermunicipal, pode-se destacar a necessidade de maior oferta de linhas, especialmente para Londrina e para a zona rural do município.

Ribeirão não possui serviços de Transporte Coletivo. O município conta com linhas de acesso a zona rural (Distrito da Triolândia) realizado pela empresa de ônibus Jóia. Essa empresa oferece três horários de saída de Ribeirão do Pinhal para Ibaiti, percorrendo trecho não pavimentado da PR-436, passando pelo Distrito da Triolândia e demais localidades rurais existentes no percurso.

SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Ribeirão do Pinhal conta com três funerárias, de capital privado, cujos nomes são: São Carlos, Peroli e Cristo Vive. Todas realizam serviço funeral completo e fundo mútuo. O município apresenta duas Capelas Mortuárias, sendo uma de capital privado e outra municipal.

A Capela Mortuária Municipal se localiza na Rua Júlio Farah, s/nº, em um terreno com 657,45m² e uma área de construção de 133,00m². As dependências são: um abrigo, um saguão, uma sala, uma copa, quatro sanitários (02 masculinos, 02 femininos) e uma sala de preparo. Além disso, as funerárias Peroli e Cristo Vive usufruem deste estabelecimento, por não possuírem sede própria.

A Capela Mortuária Privada está situada na Rua Dês. Antônio Franco Ferreira da Costa, s/nº, ocupando um terreno com 1.200,00m² e uma área de construção de 170,00m². Sendo suas dependências: uma varanda, três salas para velório, um quarto para repouso, duas cozinhas, dois BWC (01 feminino, 01 masculino), um almoxarifado, um estacionamento interno e um estacionamento rápido.

O cemitério São Paulo está localizado na rua que lhe dá o nome. A área atual corresponde a 40.000,00m² e a previsão de esgotamento das áreas disponíveis é para o ano de 2.010. Atualmente é necessário realizar reparos de manutenção.

TABELA – FUN 01

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

NÚMERO DE ÓBITOS/MÊS – PERÍODO DE 2000 A JANEIRO DE 2005

ANO	MESES												TOTAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maió	Jun.	Julho	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
2000	10	4	13	10	5	11	9	16	6	7	5	8	104
2001	12	6	6	2	7	7	6	10	10	5	11	4	86
2002	5	5	8	9	4	2	8	13	6	8	6	3	77
2003	9	6	6	0	9	8	7	13	5	5	7	6	81
2004	5	2	9	2	8	12	11	7	8	8	6	5	83
2005	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Total	45	23	42	23	33	40	41	60	46	45	41	39	478

Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

2.8. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

2.8.1. SAÚDE

INDICADORES DE SAÚDE

O resultado das ações da política de saúde pública local deve ser visto frente ao quadro demográfico-migratório presente no cenário sócio-econômico Município. Entre 1991 e 2000, a população total de Ribeirão do Pinhal cresceu 0,40%; a população urbana, 2,2%, e a população rural teve um decréscimo de 3,6%. Além disso, com vários fatores determinantes, percebe-se a queda da fecundidade, a redução da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida e o progressivo envelhecimento da população, todos gerando impactos no sistema de saúde e refletindo nos parâmetros utilizados para medir níveis de qualidade de vida e saúde.

O coeficiente de **mortalidade geral** apresenta tendência de queda, especialmente após 1990, mas oscila em valores superiores à média paranaense. Em 2003, Ribeirão do Pinhal apresenta 6,55 óbitos por mil habitantes, a 18ª Regional de Saúde, 6,80 óbitos/mil habitantes, e o Paraná, 5,76 óbitos/mil habitantes. A taxa de mortalidade geral no Paraná, nos primeiros quatro anos da década de 2000, vem tendendo a se estabilizar em 5,73 óbitos por mil habitantes. Neste período, a mesma taxa, no município, apresentou uma média de 6,97 óbitos por mil habitantes.

No Paraná, há redução das mortes por doenças infecciosas e aumento das taxas de mortalidade por doenças crônico-degenerativas. Essa tendência também é observada em Ribeirão do Pinhal, mas os coeficientes ainda estão acima da média paranaense. O coeficiente de mortalidade por doenças transmissíveis, no Paraná, que na década de 1980 oscilava entre 30-46 óbitos/cem mil habitantes, reduz-se para 22-27 óbitos na década de 90, até atingir 20,11 óbitos/cem mil habitantes, em 2003. A tendência também é verificada nos municípios que compõem a 18ª Regional de Saúde de Cornélio Procópio. Em Ribeirão do Pinhal, na década de 90, o coeficiente oscila entre 14,1 e 80,6 óbitos/cem mil habitantes. Em 2003, foi 34,5 óbitos/cem mil habitantes. Portanto, acima do valor apresentado pelo Estado do Paraná e 18ª Regional de Saúde (25,3 óbitos/cem mil habitantes).

O aumento das ações de saúde e a melhoria das condições de vida da população são sentidos também nos coeficientes que demonstram a **mortalidade**

proporcional. Em Ribeirão do Pinhal, assim como em todo o Estado do Paraná e 18º Regional de Saúde, há tendência dos óbitos estarem ocorrendo com pessoas de mais idade. Em Ribeirão do Pinhal, na década de 90, cerca de 66,59% dos óbitos ocorriam em pessoas acima de 50 anos. Nos quatro primeiros anos de 2000, esse percentual sobe para 71,0%, em média. Na 18º Regional de Saúde os valores estavam acima: 69,3% e 76,8%, respectivamente. No Paraná, a média foi de 66,0%, na década de 90, e 71,5%, entre 2000 e 2003.

O percentual *médio* de óbitos abaixo de 1 ano de vida, em Ribeirão do Pinhal, decresce de 10,7%, nos anos 90, para 5,89%, nos anos 2000. A diminuição nessa faixa etária também se apresenta no Paraná, mas os índices de Ribeirão do Pinhal são superiores. No Paraná, o coeficiente médio de mortalidade proporcional abaixo de 1 ano, na década de 90, foi de 8,9 %; nos anos 2000, reduz-se para 5,25%. Na 18º Regional de Saúde esse percentual de mortes decresce de 8,4%, na década de 90, para 4,1%, nos primeiros quatro anos de 2000.

TABELA – SA 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
INDICADORES DE SAÚDE

INDICADOR	ANO	UNIDADE	Ribeirão do Pinhal	Mesorregião	Paraná	
Coef. de Mortalidade Infantil	2000		31,80	20,57	19,44	
Total de óbitos	2000	habitantes	26	s.i.	s.i.	
Óbitos hospitalares	até 9 anos	2003	habitantes	3	s.i.	2.108
	de 10 a 49 anos	2003	habitantes	4	s.i.	18.516
	acima de 50 anos	2003	habitantes	19	s.i.	s.i.
Número de hospitais	2000	número	1	44	468	
Número de Médicos residentes	1991	pessoas	0,00	s.i.	0,92	
	2000	pessoas	0,42	s.i.	1,18	
Total de leitos	2000	número	63	1.759	28.337	
Leitos de U.T.I.	2000	número	0	14	716	
Leitos / mil habitantes	2000	número	4,39	3,21	2,96	

s.i. = Informação não disponível

FONTE: IPARDES

Em relação à **mortalidade infantil**, verificam-se coeficientes cada vez mais baixos para o Estado do Paraná, 18º Regional de Saúde de Cornélio Procópio e Município. No Paraná, a média do coeficiente de mortalidade infantil, na década de 90, foi de 25,3 óbitos por mil nascidos vivos; reduziu-se para 17,49 óbitos por mil nascidos vivos, no início da década de 2000. Na 18º Regional de Saúde, esses coeficientes apresentaram-se em 29,9 óbitos por mil nascidos vivos, na década de 90, e 18,17 óbitos por mil nascidos vivos, nos primeiros 4 anos do século XXI. No

Município, esses valores apresentaram-se em 43,0 e 10,39 óbitos por mil nascidos vivos, respectivamente. Portanto, nos primeiros quatro anos do século XXI, Ribeirão do Pinhal mostra valores inferiores à média paranaense e da Regional de Saúde, fato que traduz o esforço das políticas municipais para erradicação da mortalidade infantil.

No Município, em 2000, as doenças do aparelho circulatório representaram a principal causa-mortis (42,6%)¹³, seguida por causas externas (13,9%), doenças do aparelho digestivo (7%), do aparelho respiratório (7%), e pelas neoplasias (6,1%).

TABELA - SA 02
RIBEIRÃO DO PINHAL
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO – 1999 - 2004

PRINCIPAIS INDICADORES	ANO					
	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Mortalidade Causas Externas (10.000 hab.)	2,86	6,95	3,46	4,15	4,13	4,12
Incidência Doença Meningocócica (100.000 hab.)	0	7,0	0	s.i.	s.i.	s.i.
Incidência Outras Meningites (100.000 hab.)	14,0	0	6,92	s.i.	s.i.	s.i.
Incidência Dengue (100.000 hab.)	0	0	0	235	6,92	0
Incidência Hepatite Viral A (100.000 hab)	21,0	104,4	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Incidência Hepatite Viral B (100.000 hab):	7,0	0	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
Incidência Hanseníase (10.000 hab):	14,0	13,9	6,93	s.i.	s.i.	s.i.
Incidência Tuberculose (100.000 hab):	21,0	13,9	34,6	s.i.	s.i.	s.i.

s.i. = Informação não disponível

FONTE: IPARDES, com base na SESA

COBERTURA VACINAL

COBERTURA VACINAL (<1 ano)	ANO			
	1999	2000	2001	2002
BCG	84,6	121,0	111,0	87,2
Triplice	103,1	118,1	112,0	29,7*
Antipólio	103,1	118,1	112,0	91,2
Anti-sarampo	97,1	109,2	106,3	91,2
Hepatite	102,9	108,1	106,6	93,4
Tetravalente(DTP+HIB) (TETRA)	0	0	0	61,5*

FONTE: Fonte: SESA – Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

* Substituída pela Tetravalente (DTP+HIB) (TETRA) 29,7 + 61,5 = 91,

¹³ As doenças do aparelho circulatório representam a principal causa de óbitos no país (32%), seguidas pelas causas externas (15%), neoplasias (15%) e doenças do aparelho respiratório (11%).

TABELA - SA 03
RIBEIRÃO DO PINHAL
INDICADORES DE SAÚDE - 1990 – 2003

Ano	Coef. de mortalidade geral/1.000 hab.	Coef. de mortalidade infantil/1.000 nasc. vivos	Coef. de natalidade/ 1.000 hab.	Coef de mortalidade por doenças transmissíveis/ 100.000 hab.	Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório por 100.000 Hab	Mortalidade proporcional %	
						<1	50
1990	10,01	71,65	23,13	36,02	280,96	16,55	61,15
1991	7,59	42,64	18,64	43,35	354,02	10,48	65,71
1992	9,73	74,73	20,41	65,37	370,45	15,67	70,15
1993	9,34	53,33	21,89	80,27	394,07	12,5	66,41
1994	9,97	48,05	24,42	80,66	447,28	11,76	65,44
1995	7,39	35,03	22,52	28,69	315,55	10,68	70,87
1996	8,22	20,29	24,46	77,99	354,51	6,03	71,55
1997	8,04	27,36	23,2	14,11	338,53	7,89	70,18
1998	7,16	26,4	21,28	63,19	273,84	7,84	65,69
1999	7,97	30,51	20,62	48,93	293,58	7,89	58,77
2000	7,95	31,8	19,73	48,81	341,68	7,89	69,3
2001	7,16	21,1	16,46	41,68	284,82	4,85	73,79
2002	6,23	24,15	14,33	27,7	221,58	5,56	64,44
2003	6,55	26,88	12,83	34,5	248,4	5,26	76,84

FONTE: Disponível em <http://www.saude.pr.gov.br>. Acesso em 07/12/05.

TABELA - SA 04
 18º REGIONAL DE SAÚDE DO PARANÁ
INDICADORES DE SAÚDE - 1990 - 2003

Ano	Coef. de mortalidade geral/1.000 hab.	Coef. de mortalidade infantil/1.000 nasc. vivos	Coef. de natalidade/ 1.000 hab.	Coef de mortalidade por doenças transmissíveis/ 100.000 hab.	Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório por 100.000 Hab	Mortalidade proporcional %	
						<1	50
1990	6,99	41,23	19,54	44,66	262,24	11,52	66,16
1991	6,57	38,22	19,01	40,69	266,56	11,06	66,07
1992	6,91	36,39	18,79	44,43	289,78	9,90	67,01
1993	6,60	35,35	18,45	39,43	285,88	9,88	66,97
1994	6,85	26,33	21,26	37,83	288,99	8,18	67,13
1995	6,52	30,99	19,84	32,42	274,26	9,42	69,85
1996	7,11	23,87	20,41	38,02	295,44	6,85	71,60
1997	6,90	22,27	19,93	25,60	294,37	6,43	72,12
1998	7,23	20,93	18,88	29,44	304,11	5,47	73,94
1999	7,02	22,39	18,17	28,47	288,80	5,80	72,75
2000	6,53	18,99	16,91	23,39	272,72	4,92	75,30
2001	6,52	17,08	14,70	27,10	271,79	3,85	76,27
2002	6,86	19,34	14,89	22,80	280,37	4,20	76,86
2003	6,80	17,27	13,73	25,31	265,10	3,48	79,03

FONTE: Disponível em <http://www.saude.pr.gov.br>. . Acesso em 07/12/05.

TABELA - SA 05
ESTADO DO PARANÁ
INDICADORES DE SAÚDE - 1990 - 2003

Ano	Coef. de mortalidade geral/1.000 hab.	Coef. de mortalidade infantil/1.000 nasc. vivos	Coef. de natalidade/1.000 hab.	Coef de mortalidade por doenças transmissíveis por 100.000 hab.	Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório por 100.000 Hab	Mortalidade	
						<1	+ 50
1990	6,24	35,0	20,99	27,90	200,65	11,78	63,70
1991	5,51	31,16	19,99	25,0	177,59	11,30	62,73
1992	5,71	28,80	19,87	23,17	188,74	10,02	65,06
1993	5,96	29,27	19,80	23,48	200,10	9,72	65,18
1994	5,99	25,89	22,39	24,20	197,44	9,68	64,52
1995	5,89	23,10	22,40	20,65	189,41	8,78	65,72
1996	6,00	20,90	21,70	26,23	190,84	7,56	67,24
1997	5,85	18,87	21,38	23,91	193,55	6,90	68,02
1998	6,03	21,01	19,99	23,85	201,71	6,96	68,92
1999	5,78	19,53	19,85	22,30	192,75	6,71	69,72
2000	5,79	19,40	18,73	22,04	193,61	6,28	70,54
2001	5,62	17,41	17,22	20,59	186,31	5,33	71,17
2002	5,75	16,72	16,82	20,29	191,46	4,89	72,16
2003	5,76	16,46	15,85	20,11	188,93	4,53	72,16

FONTE: SESA/ISEP/CIDS/DSI/SIM – SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE. Secretaria Estadual de Saúde do Paraná. www.saude.pr.gov.br

TABELA - SA 06

MUNICÍPIOS DA 18ª REGIONAL DE SAÚDE DO PARANÁ

COEF. DE MORTALIDADE POR 100MIL POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA E POR MUNICÍPIO DE OCORRÊNCIA, 2004

Municípios	Tuberculose (todas)	Hanseníase (todas)	Aids	Doenças Infecciosas e parasitárias	Neoplasias malignas	Diabetes (todos)	Infarto do miocárdio	Acidentes cérebro vasculares	Acidentes de transito	Suicídios	Homicídios
Abatiá	0	0	0	53.64	160.92	40.23	67.05	80.46	26.82	0	0
Andirá	0	0	4.44	17.77	128.86	22.22	142.19	93.31	22.22	4.44	4.44
Assaí	5.84	0	0	35.04	105.13	81.77	40.89	46.73	23.36	5.84	11.68
Bandeirantes	5.97	0	0	35.83	101.5	38.81	104.49	71.65	65.68	0	11.94
Congonhinhas	0	0	0	25.36	88.75	25.36	50.72	38.04	0	25.36	0
Cornélio Procopio	2.13	0	6.39	27.69	117.15	27.69	57.51	85.2	51.12	2.13	21.3
Itambaracá	0	0	0	0	33.18	66.37	49.78	165.92	0	16.59	33.18
Leópolis	0	0	0	23.2	185.57	0	69.59	23.2	46.39	0	23.2
Nova América da Colina	0	0	29.61	29.61	59.22	0	59.22	29.61	0	29.61	0
Nova Fátima	24.2	0	12.1	48.39	96.78	60.49	108.88	60.49	24.2	12.1	12.1
Nova Santa Bárbara	0	0	0	0	84.15	112.2	28.05	84.15	28.05	28.05	84.15
Rancho Alegre	0	0	0	24.54	147.24	0	73.62	49.08	0	0	0
Ribeirão do Pinhal	6.88	0	0	34.38	103.15	27.51	34.38	82.52	6.88	6.88	6.88
Santa Amélia	0	0	0	23.18	208.62	0	115.9	162.26	0	0	0
Santa Cecília do Pavão	26.91	0	0	53.82	161.46	26.91	80.73	188.37	53.82	0	0
Santa Mariana	0	0	0	61.69	146.51	30.85	107.96	69.4	15.42	7.71	0
Santo Antônio do Paraíso	0	0	0	0	137.36	34.34	103.02	103.02	0	0	0
São Jerônimo da Serra	0	0	0	0	62.89	26.95	44.92	0	26.95	17.97	8.98
São Sebastião da Amoreira	0	0	0	56.85	56.85	90.96	11.37	45.48	45.48	0	22.74
Sapopema	0	0	0	14.75	88.5	73.75	147.49	132.74	29.5	0	29.5
Sertaneia	0	0	0	15.51	62.04	15.51	93.07	31.02	46.53	0	0
Uraí	8.85	0.89	0	70.82	97.37	106.22	44.26	106.22	53.11	0	17.7
TOTAL	3.63	0.04	2.42	31.86	108.9	41.14	75.83	76.23	34.28	5.24	12.91

Fonte: Banco de Dados SIM – SUS/MS 1996-2002 – Nota: Coeficiente para hanseníase é por 100.000 habitantes

TABELA - SA 07
RIBEIRÃO DO PINHAL
MORTALIDADE PROPORCIONAL (%) POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO GRUPO DE CAUSAS - 2002

Grupo de Causas	Menor 1	1 a 4	5 a 9	20 a 49	50 a 64	65 e mais	60 e mais	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	100,0	-	8,0	6,7	2,4	2,1	5,7
II. Neoplasias (tumores)	-	-	-	12,0	20,0	12,2	12,8	12,5
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	-	-	24,0	40,0	51,2	53,2	37,5
X. Doenças do aparelho respiratório	-	-	100,0	4,0		7,3	6,4	5,7
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	60,0	-	-	-	-	-	-	3,4
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	16,0	-	4,9	4,3	6,8
Demais causas definidas	40,0	-	-	36,0	33,3	22,0	21,3	28,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FORNTE: SIM - DATASUS

TABELA - SA 08
RIBEIRÃO DO PINHAL
INDICADORES DE ATENÇÃO BÁSICA

Ano	Modelo de Atenção	População coberta ⁽¹⁾	% população coberta pelo programa	Média mensal de visitas por família ⁽²⁾	% de crianças c/ esq.vacinal básico em dia ⁽²⁾	% de crianças c/aleit. materno exclusivo ⁽²⁾	% de cobertura de consultas de pré-natal ⁽²⁾	Prevalência de desnutrição ⁽⁴⁾	Taxa hospitalização por pneumonia ⁽⁵⁾	Taxa hospitalização por desidratação ⁽⁵⁾
1999	PACS	5.769	40,3	0,82	99,1	91,6	87,6	4,9	21,7	7,8
	Total	5.769	40,3	0,82	99,1	91,6	87,6	4,9	21,7	7,8
2000	PACS	6.690	46,6	0,32	98,9	85,9	88,8	7,8	4,6	4,6
	Total	6.690	46,6	0,32	98,9	85,9	88,8	7,8	4,6	4,6
2001	PACS	7.581	52,7	0,08	97,4	79,0	92,7	4,3	18,6	28,5
	Total	7.581	52,7	0,08	97,4	79,0	92,7	4,3	18,6	28,5
2002	PACS	7.548	52,3	0,08	98,5	78,6	96,9	3,4	43,3	17,8
	Total	7.548	52,3	0,08	98,5	78,6	96,9	3,4	43,3	17,8
2003	PACS	7.196	49,7	0,08	99,5	76,5	95,2	4,6	21,5	32,2
	Total	7.196	49,7	0,08	99,5	76,5	95,2	4,6	21,5	32,2
2004	PACS	7.107	48,9	0,08	99,3	68,1	93,9	4,6	37,6	15,9
	Total	7.107	48,9	0,08	99,3	68,1	93,9	4,6	37,6	15,9

TABELA - SA 09
RIBEIRÃO DO PINHAL
COEFICIENTE DE MORTALIDADE PARA ALGUMAS CAUSAS SELECIONADAS
(POR 100.000 HABITANTES)

CAUSA DO ÓBITO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Aids	-	-	-	14,0	13,9	-	6,9
Neoplasia maligna da mama (/100.000 mulheres)	-	-	-	-	41,9	-	-
Neoplasia maligna do colo do útero (/100.000 mulheres)	14,1	-	-	-	-	-	-
Infarto agudo do miocárdio	84,6	56,4	21,1	48,9	20,9	27,8	41,5
Doenças cerebrovasculares	98,7	112,8	112,4	90,9	118,5	90,3	83,1
Diabetes mellitus	35,2	14,1	7,0	21,0	41,8	20,8	34,6
Acidentes de transporte	28,2	42,3	21,1	55,9	48,8	27,8	13,8
Agressões	21,1	7,0	28,1	7,0			6,9

Fonte: SIM

OUTROS INDICADORES DE MORTALIDADE	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total de óbitos	116	114	102	116	115	104	92
Nº de óbitos por 1.000 habitantes	8,2	8,0	7,2	8,1	8,0	7,2	6,4
% óbitos por causas mal definidas	0,9	-	-	3,4	2,6	4,8	4,3
Total de óbitos infantis	7	9	8	9	9	5	5
% de óbitos infantis no total de óbitos *	6,0	7,9	7,8	7,8	7,8	4,8	5,4
Mortalidade infantil por 1.000 nascidos-vivos **	20,3	27,4	26,4	30,4	31,8	21,1	24,2

Coeficiente de mortalidade infantil proporcional

**considerando apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC

Fonte: SIM/SINASC

A REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

A rede de saúde de Ribeirão do Pinhal está organizada em torno de um hospital privado (Hospital e Maternidade de Ribeirão do Pinhal), duas unidades públicas de saúde (Centro de Saúde, situado no distrito sede, e Posto de Saúde de Triolândia) e uma Clínica Odontológica. Anexa ao Centro da saúde, a iniciativa privada oferece 63 leitos, nenhum deles em UTI. Com isso, verifica-se o coeficiente de 4,39 leitos por mil habitantes, valor superior à média paranaense (2,96) e Mesorregião (3,21).

FIGURA - SA 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
HOSPITAL E MATERNIDADE



Fonte: Arquivo Genius Loci

A Política Pública Municipal de Saúde, obedecendo ao princípio básico da universalidade, visa garantir o acesso de qualquer cidadão a todos os níveis de atenção à saúde. Para tanto, atua dentro dos preceitos recomendados pela Secretaria de Estado da Saúde, especialmente em relação aos objetivos perseguidos e ao financiamento de suas ações (Lei 8080/90). A integração dos serviços municipais ao sistema estadual permite que as especialidades não existentes na rede municipal (especialidades) sejam acessadas em município próximos como Cornélio Procópio e Londrina.

O serviço público municipal é ofertado por 52 pessoas (5 médicos, 5 dentistas, 1 assistente social, 1 farmacêutico, 1 bioquímico, 1 veterinário, 11 agentes de saúde, 3 técnicos em enfermagem, 1 técnico em vigilância sanitária, 15 agentes comunitários de saúde, 3 motoristas, 4 auxiliares de saúde e 1 agente administrativo) e está organizado em serviços ambulatoriais, hospitalares e ações de saúde coletiva.

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

CENTRO DE SAÚDE DE RIBEIRÃO DO PINHAL

Localizado à Rua Paraná, 940, o Centro de Saúde concentra a grande maioria do conjunto de serviços em saúde que é ofertado à população. São os casos de assistência médica, laboratório de análises clínicas (exames de baixa e média complexidade), assistência farmacêutica, vacinas, transporte de pacientes, vigilância sanitária e epidemiológica, assistência social, atendimento odontológico e ainda, atuação através de agentes comunitários de saúde. Suas instalações físicas são as seguintes:

- Farmácia
- 4 consultórios médicos
- Sala de agendamento
- Sala de Curativos
- Sala Secretária M. Saúde
- Sala vigilância sanitária com WC
- Sala de esterilização
- Sala de epidemiologia/Assist.Social
- Sala pré-consulta
- Sala de vacinas
- Sala de inalação
- Laboratório de Análise Clínica
- Sala enfermeira (coord. PACS¹⁴)
- Sala de fichários
- Sala de reuniões com WC
- Cozinha
- Sanitário para funcionários
- 2 Sanitários para público
- Pátio externo coberto
- Almojarifado
- Varanda

Decorrente da demanda pelos serviços e das condições de uso e conservação da edificação, são necessárias as seguintes melhorias:

- Adequação do Pátio Externo

¹⁴ PACS – Programa de Agentes Comunitários da Saúde

- Ampliação da ante-sala da secretaria
- Construção de novas sala de atendimento
- Pintura

A localização das Unidades Básicas de Atendimento à saúde do Município permite que, num raio de 1.200 metros, praticamente toda a população urbana esteja ao alcance fácil e rápido dos serviços oferecidos. São exceções: Vila Almeida e parte da Vila Ermínia.

FIGURA - SA 02
RIBEIRÃO DO PINHAL
CENTRO DE SAÚDE MOISÉS LUPION



Fonte: Arquivo Genius Loci

CLÍNICA ODONTOLÓGICA

A clínica odontológica funciona em edificação anexa ao centro de saúde e dispõe das seguintes instalações físicas:

- Ante-sala e recepção
- Sala de escovação
- 3 consultórios odontológicos
- 2 sanitários para público

MAPA DE SAUDE

Decorrente da demanda pelos serviços e das condições de uso e conservação da edificação, são necessárias as seguintes melhorias:

- adequação dos consultórios
- pintura.
- construção de novos consultórios

POSTO DE SAÚDE DE TRIOLÂNDIA

Localizado no Distrito de Triolândia, atende principalmente a população residente na zona rural. A oferta de serviços nesta Unidade é limitada. Restringe-se à imunização, curativos e inalação. Suas instalações físicas são as seguintes:

- Sala de vacinas
- Sala de inalação
- ante-sala
- Consultório odontológico
- 2 sanitários

Decorrente da demanda pelos serviços e das condições de uso e conservação da edificação, são necessárias as seguintes melhorias:

- Reforma em toda a edificação
- Ampliação (construção de consultórios médicos, e outras instalações).

SERVIÇOS OFERTADOS:

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA: Realiza, em média, 2.400 consultas médicas/mês, distribuídos em 5 profissionais médicos. É prestado somente na cidade de Ribeirão do Pinhal.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Enquadra-se nessa tipologia a distribuição de medicamentos. Essa função é realizada basicamente com recursos do governo municipal. Para obtenção dos medicamentos é necessária a receita médica e carteira de farmácia básica do Município.

TRANSPORTE: Transporte de pacientes é realizado para localidades próximas, detentoras, na rede estadual de saúde, de centros de especialidades. O serviço dispõe de 1 microônibus (para viagens diárias

a Cornélio Procópio) e 7 outros veículos para viagens a outras localidades, em especial, Londrina. Há também a disponibilidade contratada de serviços de terceiros (12 pacientes) que, diariamente, seguem para Londrina.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: Enquadram-se nessa categoria as atividades de acompanhamento de casos de doenças de notificação obrigatória; bloqueio de comunicantes de doenças infecto-contagiosas; controle dos índices de mortalidade infantil e materna; coordenação do Programa de Imunização.

- Controle de doenças infecto-contagiosas: tratamento, acompanhamento, educação sanitária, investigação e notificação à 18ª RS para os seguintes casos: Tuberculose, Hanseníase, Dengue, Esquistossomose e outras doenças transmissíveis.
- Declaração de Nascidos vivos: registro e estatística de nascidos vivos e encaminhamentos à 18ª RS.
- Declaração de Óbitos: declaração, investigação, estatística e codificação de óbitos ocorridos no Município e posterior encaminhamento à 18ª RS.
- Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN): controle de pesos de crianças, orientação para alimentação correta e incentivo ao aleitamento materno.
- Imunizações: vacinação de rotina (Sarampo, Tríplice-viral – Rubéola, Caxumba, Sarampo, BCG, Poliomielite, Tríplice – Difteria, Coqueluche e Tétano, Dupla, Hepatite-B e Haemóphilus B

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Alimentos e Zoonoses: tem como principais ações a profilaxia de zoonoses, controle de teníase e cisticercose, controle de medicamentos e alimentos.
- Serviços e Outros Produtos: por meio de inspeções e educação sanitária tem por objetivo garantir a qualidade de determinados dos produtos e serviços oferecidos à população.
- Saneamento básico: a ação dedica-se sobretudo à educação sanitária e outras medidas de melhoria das condições sanitárias do meio físico.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Enquadram-se como tal as ações complementares à atividade principal de saúde, tais como: emissão de

laudos sociais, atendimento ao idoso e deficiente físico para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), encaminhamentos de aposentadorias, casos de alcoolismo e outras enfermidades.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: É realizado por 15 agentes (1 coordenação e 1 supervisão). Trata-se de Programa atendimento domiciliar para orientação e prestação de serviços em: educação sanitária, higiene pessoal, incentivo ao aleitamento materno, incentivo à realização de pré-natal, controle de peso de crianças, entre outros.

ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO: Enquadram-se nesse atendimento: procedimentos coletivos, bochecho, procedimentos individuais básicos (exame clínico, exodontia, restauração, profilaxia, entre outros). Oferta serviços básicos de odontologia. É realizado por 4 profissionais odontólogos.

CONCLUSÕES

A análise das condições de saúde no município apontam como principais deficiências do sistema público: o combate à desnutrição materno infantil, a educação em saúde (conscientização da população sobre prevenção de doenças), a prevenção, controle e tratamento de endemias e o atendimento médico-ambulatorial/hospitalar.

Os dados apresentados permitem vislumbrar os desafios a serem enfrentados na próxima década, em Ribeirão do Pinhal. Se, de um lado, pode-se detectar uma progressiva melhora no atendimento à saúde nos últimos anos, de outro, há ainda que se promover a melhoria das instalações físicas das Unidades, provocar expansão dos recursos de informática, expandir os programas existentes, aumentar os recursos humanos disponíveis na rede de saúde, além de ensejar maior articulação das ações em saúde com outras políticas públicas municipais, em especial, em educação.

Tais situações indicam a necessidade de não somente vislumbrar políticas que enfatizem assistência/tratamento/reabilitação, mas sobretudo, políticas preventivas em saúde e promoção do indivíduo. Essa diretriz será alcançada através da articulação das ações em saúde com ações em outros campos, como na assistência social, educação e controle ambiental. Para isso é necessário:

- Expandir o Programa Saúde da Família (PSF) e Saúde Bucal (mais 1 equipe, veículo e construção de instalações físicas);

- criar o Programa Educação em Saúde para realização de eventos, palestras, campanhas de conscientização da população nos diferentes aspectos relacionados à prevenção de doenças e meio ambiente;
- realizar Conferências Municipais de Saúde, a cada 2 anos;
- incorporar todas as crianças em risco nutricional, em famílias com renda per capita abaixo de 50% do salário mínimo, nos programas assistenciais;
- expandir as ações da Vigilância Sanitária (aquisição de veículo e contratação de guardas de endemias);
- expandir o atendimento médico/ambulatorial (contratação de profissionais, construção/adequação de espaços físicos, aquisição de equipamentos);
- intensificar as ações de combate às doenças transmissíveis;
- reformar e ampliar as instalações físicas do Centro de Saúde, Posto de Saúde da Triolândia e Clínica Odontológica.

2.8.2. EDUCAÇÃO

Os índices¹⁵ que demonstram o grau de instrução da população apresentam evolução positiva, conforme pode ser observado na tabela abaixo. O Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, por exemplo, evolui de 0,374, em 1970, para 0,788, em 2000. Porém, nesse ano, o valor ainda permanece abaixo do valor encontrado para o Paraná (0,879), Brasil e bastante distante do índice do município melhor situado do Brasil, São Caetano do Sul (0,975)

TABELA - EDU 01
RIBEIRÃO DO PINHAL, PARANÁ E MUNICÍPIOS VIZINHOS
EVOLUÇÃO DO IDH-M – EDUCAÇÃO

MUNICÍPIOS	ANOS			
	1970	1980	1991	2000
LONDRINA	0,568	0,659	0,724	0,910
RIBEIRÃO DO PINHAL	0,374	0,478	0,682	0,788
ABATIÁ	0,372	0,448	0,664	0,779
CONGONHINHAS	0,344	0,471	0,626	0,765
CORN.PROCÓPIO	0,477	0,598	0,791	0,897
IBAITI	0,375	0,504	0,678	0,790
JACAREZINHO	0,469	0,571	0,703	0,790
JUNDIAÍ DO SUL	0,306	0,455	0,640	0,790
NOVA FÁTIMA	0,358	0,490	0,694	0,800
S. A. DA PLATINA	0,435	0,541	0,723	0,834
PARANÁ	0,505	0,605	0,677	0,879
BRASIL	0,501	0,577	0,645	---
SÃO CAETANO DO SUL	0,720	0,776	0,828	0,975

FONTE: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Em 2000, constata-se uma taxa de analfabetismo bastante superior à do Paraná e à do Brasil. O valor ainda é alto, mas o analfabetismo vem sendo reduzido paulatinamente. Nas populações acima de 15 anos, por exemplo, sai de 49%, em 1970, para 20,3%, em 2000.

¹⁵ PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Trata-se do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado para atender ao PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Permite comparar estágios de desenvolvimento entre Nações. Combina três componentes básicos do desenvolvimento humano; a saber:

a longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer.

a educação; medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior.

a renda; medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

De acordo com o valor do IDH, os municípios podem ser classificados em três níveis de desenvolvimento humano: Baixo desenvolvimento humano: 0 a 0,5; Médio desenvolvimento humano: 0,5 a 0,8; Alto desenvolvimento humano: 0,8 a 1,0.

Em 2000, o analfabetismo estava concentrado nas faixas etárias superiores. Cerca de 30,9% dos analfabetos estavam acima de 60 anos de idade; 17% na faixa etária entre 50 – 59 anos e 15,6% na faixa etária de 40 a 49 anos. Em outros termos, 63,5% dos analfabetos tinham mais de 40 anos de idade. De certa forma a concentração do analfabetismo acima desse patamar corresponde ao perfil paranaense, mas os valores encontrados em Ribeirão do Pinhal são elevados. No município cabe ressaltar ainda elevado percentual encontrado no intervalo de 10 a 19 anos: 15% dos analfabetos estão nessa faixa etária.

TABELA - EDU 02
RIBEIRÃO DO PINHAL
POPULAÇÃO RESIDENTE DE 5 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA, POR FAIXA ETÁRIA - ANO 2000

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO (A)	ANALFABETOS(B)	%(B/A)	%(B/C)	% SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL
7-9	880	61	7,73	2,5	0,43
10-19	2.919	360	1,68	15,0	2,51
20-29	2.169	165	7,61	6,8	1,15
30-39	2.051	295	14,38	12,2	2,06
40-49	1.568	376	23,98	15,6	2,62
50-59	1.119	410	36,64	17,0	2,86
60 OU MAIS	1.603	743	46,35	30,9	5,18
Total		2410(C)	19,58	100	16,81

FONTE: IBGE Censo 2000

TABELA - EDU 03
RIBEIRÃO DO PINHAL
INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA – EDUCAÇÃO
1970, 1980, 1991 E 2000

ÍNDICES	1970	1980	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano – Educação IDHM-E	0,374	0,478	0,682	0,788
Índice de Condição de Vida – Educação	0,431	0,608	0,661	---
% da população (+25 anos) com menos de 4 anos de estudo (%)	81,2	74,9	63,95	52,54
% da população (+25 anos) com menos de 8 anos de estudo	95,6	90,3	83,52	76,90
% da População (+25 anos) com 12 ou mais anos de estudo	s.i.	s.i.	2,90	5,39
Taxa de analfabetismo na população com 15 anos e mais	49,0	35,8	29,42	20,35
Número médio de anos de estudo na população de 25 anos e mais	1,5	2,3	3,22	4,21
Percentual de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola (%)	49,5	44,2	21,51	4,70
Defasagem escolar média (em anos) das crianças entre 10 e 14 anos	3,4	2,8	1,8	---
Percentual de crianças (10-14 anos) com + de 1 ano de atraso escolar	79,2	71,3	33,75	12,07
Percentual de crianças (10-14 anos) que trabalham (%)	25,7	19,3	20,74	8,67
Percentual de crianças (10-14 anos) com menos de 4 anos de estudo	s.i.	s.i.	53,52	31,18

FONTE: 1970/1980/1991 = Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO.

2000 = Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO.

Observação : s.i. = informação não disponível

(1) Quanto mais próximo de 1, melhores são as condições.

É importante também verificar a representatividade do analfabetismo dentro de cada faixa etária. Em 2000, 46,3% da população acima de 60 anos era analfabeta. No intervalo 50-59 anos, este percentual estava em 36,6%. Em que pese o analfabetismo como elemento indicativo para orientação da política pública de educação, Ribeirão do Pinhal apresenta indicadores de progressividade no ensino.

Verifica-se melhorias sensíveis nas faixas etárias correspondentes ao ensino fundamental e médio. O percentual de população com acesso ao ensino fundamental, na faixa de 7 a 14 anos, sai de 78,4%, em 1991, para 95,38%, em 2000. Nesse ano, o percentual mostrado pelo Município é superior ao do Estado do Paraná (93%) e ao do Brasil (90,7%).

Entre 1991 e 2000, o índice de analfabetismo na população entre 15 e 17 anos cai de 10,58% para 2,45% e o percentual da população, nessa mesma faixa etária, com menos de 4 anos de estudo, diminui de 34,8% para 10,39%. Todavia, a melhora conseguida não é suficiente para suplantar os percentuais do Paraná (7,3%). Mas a condição de Ribeirão do Pinhal é melhor do que a do Brasil (16,3%).

Progressos foram conseguidos na população acima de 25 anos. O número médio de anos de estudo, apesar de pequeno, cresce de 1,5 ano, em 1970, para 4,2 anos, em 2000. No mesmo período, o percentual da população (acima de 25 anos) com menos de 4 anos de estudo reduz-se de 81,2%, em 1970, para 52,5%, em 2000. Na virada do século, 76,9% da população de Ribeirão do Pinhal, acima de 25 anos, tinha menos de 8 anos de estudo, período de tempo cujo patamar mínimo corresponde ao último ano do ensino fundamental. Esse valor é bastante distante dos 95,6% verificados no início dos anos 70.

Em 1991, apenas 2,9 % da população acima de 25 anos tinha mais de 12 anos de estudo e, em 2000, 5,39%; trata-se do nível de escolaridade que corresponde a estar cursando o último ano do ensino médio ou já pertencente ao ensino de terceiro grau.

Em tempos mais recentes, entre 1991 e 2000, na população com 25 ou mais anos de idade, os índices de desempenho escolar do Município também mantêm positividade. O percentual de pessoas com menos de 4 anos de estudos, cai de 64% para 52,5%, o índice de analfabetismo cai de 37% para 26%, a média de anos de estudos, cresce de 3,2 para 4,2 anos, e a percentagem de pessoas com mais de 12 anos de estudo sai de 2,9% para 5,4%. Esses números, entretanto, ainda não alcançam os índices apresentados pelo Paraná e Brasil. No Paraná, o percentual da população, com mais de 25 anos de idade, com menos de 4 anos de

estudo é de 31,0%. No Brasil, 33,0%. Os analfabetos são 11,7%, no Paraná, e 16,0%, no Brasil. A média de anos de estudo é de 5,98 anos, no Paraná, e 5,87 anos no Brasil.

TABELA - EDU 04
RIBEIRÃO DO PINHAL
INDICADORES DE DESEMPENHO ESCOLAR

INDICADOR	Ribeirão do Pinhal		Paraná		Brasil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Taxa de Analfabetismo na população acima de 15 anos	29,42	20,35	14,8	9,5	20,1	13,7
Taxa bruta de frequência escolar	63,45	77,01	63,0	82,8	63,6	81,8
% de população de 15-17 anos com menos de 4 anos de estudo	34,79	10,39	17,9	7,3	30,2	16,3
% de população de 15-17 anos com menos de 8 anos de estudo	75,65	44,43	75,3	40,3	80,2	60,2
% da população de 7-14 anos com acesso ao ensino fundamental.	78,47	95,38	83,3	93,0	77,3	90,7
% da população de 15-17 anos com acesso ao ensino fundamental.	22,82	44,03	18,6	47,6	15,7	34,5
% de população de 7 a 14 anos com mais de 1 ano de atraso escolar	33,75	12,07	28,6	13,7	40,4	25,3
% de população de 15 a 17 anos com mais de 1 ano de atraso escolar	s.i.	s.i.	42,9	20,0	58,8	36,2
% de pessoas (+25 anos) com menos 4 anos de estudo	63,95	52,54	43,4	31,0	42,2	33,0
% de pessoas (+25 anos) com menos 8 anos de estudo	83,52	76,90	74,2	63,3	72,1	63,7
% de pessoas (+25 anos) com mais de 12 anos de estudo	2,90	5,39	7,3	9,7	7,5	9,2
% de pessoas (+25 anos) média de anos de estudo	3,22	4,21	4,77	5,98	4,87	5,87
% de pessoas (+25 anos) Analfabetas	37,01	26,04	18,5	11,7	22,8	16,0
% de população de 4 a 5 anos na escola	---	30,32	---	38,98	---	51,2
% de população de 5 a 6 anos na escola	35,51	66,78	30,9	65,8	37,1	71,4
% de população de 7 a 14 anos na escola	78,49	95,30	83,5	95,6	79,4	94,5
% de população de 10 a 14 anos na escola	75,83	93,18	81,3	94,6	80,2	94,6
% de população de 7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental	78,43	93,83	82,7	91,0	76,9	89,8
% de população de 15 a 17 anos na escola	53,62	63,08	49,0	73,0	55,1	77,7
% de população de 7 a 14 analfabeto	16,67	2,42	9,9	3,7	25,0	12,3
% de população de 10 a 14 analfabeto	7,70	0,58	4,1	1,2	16,0	5,8
% de população de 15 a 17 analfabeto	10,58	2,45	3,57	1,21	11,41	4,01

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO.

A REDE ESCOLAR

Ribeirão do Pinhal possui 14 instituições de ensino. Apenas 1 delas (Univérsitas) é privada; 2 são pertencentes a entidades filantrópicas e as restantes 11 escolas são públicas (2 estaduais e 9 municipais). Quatro instituições de ensino atendem alunos na faixa de zero a 3 anos de idade, 2 instituições para educação

infantil na faixa de 4 a 6 anos. Uma instituição é dedicada a alunos especiais – APAE - (zero a 6 anos).

Os ensinos médio, supletivo e de 5^o a 8^o séries são ofertados somente na área urbana. Alunos da zona rural (cerca de 570 alunos) são transportados até a cidade através de sistema municipal público. São atendidos alunos da rede estadual, de 5^a a 8^a séries, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

TABELA – EDU 05
RIBEIRÃO DO PINHAL
CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO – ANO 2004.

ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

ESCOLA	ENSINO OFERTADO	ALUNOS
E. M. Dr. Marcelino Nogueira (1) <small>(1) No edifício funciona também ensino de 5^o a 8^o série proporcionado pelo governo estadual</small>	1 ^a a 4 ^a série	440
	EJA de 1 ^a a 4 ^a série	52
	EJA de 5 ^a a 8 ^a série	33
	Recursos	27
E. M. Dr. Carlito T. da Silva	1 ^a a 4 ^a série	192
E. M. Nova Carvalho	1 ^a a 4 ^a série	235
E. M. Tancredo Neves	1 ^a a 4 ^a série	240
	Educação Especial	17
E. Rural Municipal Triolândia	E. Infantil	20
	1 ^a a 4 ^a série	103
E. M. Cônego Wenceslau Wicktor	E. Infantil	355
Creche Vó Zaide	E. Infantil	90
Creche Irmã Josiane	E. Infantil	75
Creche Pequeno Príncipe da Triolândia	E. Infantil	45

ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS

ESCOLA	ENSINO OFERTADO
Colégio Estadual Hermínia Lupion	5 ^o a 8 ^o Série e Médio
Escola Estadual Ruth Martinez Corrêa	5 ^o a 8 ^o Série

ESTABELECIMENTOS DA COMUNIDADE

ESCOLA	ENSINO OFERTADO
Escola Educação Especial Despertar (APAE)	Educação Especial
Creche Cantinho da Amizade	Educação Infantil

ESTABELECIMENTOS PRIVADOS

ESCOLA	ENSINO OFERTADO
Escola Universitas	1 ^o a 4 ^o Série

FONTE: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GAE. Grupo de Apoio Educacional. 2004. Com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação

EDUCAÇÃO BÁSICA

EDUCAÇÃO INFANTIL 0 A 6 ANOS

Em 2004, 861 alunos estavam matriculados em educação infantil. A avaliação histórica mostra tendência de crescimento pois, entre 2000 e 2004, o número total de alunos cresceu 86,4%, grande parte devido aos avanços na educação pública, fato que revela o esforço da administração municipal em proporcionar melhoria na qualidade de ensino. O crescimento é verificado apenas na faixa etária de 4 a 6 anos. Na faixa etária de zero a 3 anos o quadro se apresenta com ligeira tendência de diminuição do número de matrículas.

TABELA – EDU 06
RIBEIRÃO DO PINHAL
REDE DE ENSINO – EDUCAÇÃO INFANTIL – ANO 2004

ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

LOCAL	NOME DA ESCOLA	Construção	Implantação
R. Ruth M. Corrêa	E. M. Cônego Wenceslau Wiktor – Ed. Infantil	1976	2002
V. Olímpio Vieira	Creche Vó Zaide	1999	2000
R. Pedro Trindade	Creche Irmã Josiane	1975	2000
R. Júlio Farah	Creche Pequeno Príncipe da Triolândia	1988	1989

ESTABELECIMENTOS DA COMUNIDADE

LOCAL	NOME DA ESCOLA	Construção	Implantação
R. M. Nogueira	Escola Educação Especial Despertar (APAE)	1987	1988
M. Furtuoso de Melo	Creche Cantinho da Amizade	1977	1983

ESTABELECIMENTOS PRIVADOS

LOCAL	NOME DA ESCOLA	Construção	Implantação
R. Raul Curupaná	Escola Universitas	1999	2000

FONTES: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GAE. Grupo de Apoio Educacional. 2004. Com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação

TABELA – EDU 07
RIBEIRÃO DO PINHAL
ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 6 ANOS

ANO	ALUNOS		TOTAL
	0 a 3 ANOS	4 a 6 ANOS	
2000	206	256	462
2001	204	265	469
2002	202	580	782
2003	191	584	775
2004	198	663	861

Fonte: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GAE. Grupo de Apoio Educacional. 2004. Com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação

INFRA-ESTRUTURA DO AMBIENTE ESCOLAR - 0 A 3 ANOS¹⁶

a) Creche Irmã Josiane

Possui refeitório e berçário provido de berços individuais. Há uma defasagem muito grande de estrutura, não tendo: sala de professores, sala para serviços administrativos pedagógicos, espaço para recreação, iluminação e visão para o ambiente externo, mobiliário e equipamentos adequados, instalações e equipamentos para o preparo dos alimentos, instalações sanitárias completas, área livre para movimentação das crianças, locais próprios para amamentação, locais para higienização com balcão e pia, espaço para banho de sol, área externa coberta, área verde, espaço para atividade de expressão física, artística e de lazer, sem adequação para atender crianças com necessidades educacionais especiais.

Para oferecer melhor conforto às crianças e funcionários é preciso uma ampliação geral no estabelecimento, pois faltam: espaço para recreação, sala própria de brinquedos e jogos, profissionais qualificados, (...) sala de reunião, (...), bebedouros, parque de lazer e jardim.

b) Creche Vó Zaíde

(...) Não possui: espaço para recreações, salas para os monitores, salas para serviços administrativos pedagógicos, salas com boa ventilação, iluminação com visão para o ambiente externo, área livre para movimentação das crianças, área coberta, área verde, espaço para atividades de expressão física, artística e de lazer, adequações para atender crianças com necessidades educacionais.

No entanto, esta instituição possui mobiliários adequados, refeitórios, instalações e equipamentos para preparo dos alimentos, atendendo as exigências

¹⁶ Conforme texto do Plano Municipal de Educação realizado pela ASSESSORIA TÉCNICA – GAE – GRUPO DE APOIO EDUCACIONAL. 2004.

sanitárias, instalações sanitárias completas, berços individuais, locais para amamentação, local para higienização com pia e balcão, espaço para banho de sol.

(...) precisa de uma sala de brinquedos e de jogos, sala para monitoras, estrutura coberta, profissionais específicos como fonoaudiólogos e psicólogos, (...) sala de reunião, ventiladores, bebedouros e um parque para a diversão das crianças.

c) A Creche Pequeno Príncipe da Triolândia

Possui espaço para recreação regular, uma sala para serviços administrativos pedagógicos, uma sala com boa ventilação, iluminação com visão ao ambiente externo, um refeitório, instalações, equipamento para preparação dos alimentos, instalações sanitárias (precisando de reparos), berços individuais, área livre para movimentação das crianças, locais para higienização com balcão e pia, espaço para banho de sol, espaço para atividades de expressão física, artística e de lazer (regular), não possui salas de professores, mobiliário e equipamentos adequados, locais para amamentação, área coberta para atividades externas, não tem área verde, nem adequações às características das crianças com necessidades educacionais especiais.

Há a necessidade da aquisição de computador, impressora, mimeógrafo, aparelho telefônico, materiais pedagógicos (livres, jogos, brinquedos), freezer, bem como, a necessidade de reparos na rede elétrica e instalação de extintores de incêndio.

d) A Escola de Educação Especial Despertar – APAE

Apresenta os seguintes aspectos: possui espaço para recreação, sala dos professores, sala para serviços administrativos pedagógicos, refeitórios, instalações e equipamentos para o preparo dos alimentos, área livre para movimentação das crianças, espaço para banho de sol, área coberta para atividades externas, área verde, espaço para atividades de expressão física, artística e lazer, quadra coberta e piscina térmica.

No entanto, esta instituição necessita de algumas reformas e adaptações, pois não possui sala com boa ventilação, iluminação e visão para ambiente externo, mobiliário e equipamentos adequados, instalações sanitárias completas, berçário com berços individuais, locais adequados para amamentação, local para higienização com balcão e pia, adequações às características das crianças com necessidades educacionais especiais, sanitários e pias infantis, piso antiderrapante e barras laterais nas paredes.

e) Creche Cantinho da Amizade (Sociedade e Assistência à Infância de Ribeirão do Pinhal)

Possui uma infra-estrutura com as seguintes características: espaço para recreação, sala para professores e serviço administrativo, mobiliário e equipamentos pedagógicos, refeitórios, instalações para o preparo dos alimentos, atendendo as exigências sanitárias, instalações sanitárias completas, berçários providos de berços individuais, área livre, local para amamentação, local para higienização com balcão e pia, espaço para banho de sol, área coberta, área verde, espaço para atividades física, artística e de lazer.

f) A Escola Unívrsita

Conta com uma boa infra-estrutura, tendo como plano cobrir o pátio de recreação."

INFRA-ESTRUTURA DO AMBIENTE ESCOLAR DE 4 A 6 ANOS

a) Creche Irmã Josiane

Também atende a faixa etária de quatro a seis anos (56 crianças). Há demanda e projeção de ampliação de atendimento. Porém o edifício onde funciona a creche não tem espaço físico para ampliação. As instalações físicas tem as seguintes caracterizações:

- Iluminação regular e boa ventilação.
- Segurança razoável, pois é murada e tem alarme.
- Necessidade de ampliação das instalações da rede elétrica.
- Ótima qualidade de água potável.

Merecem atenção os seguintes itens:

- Faltam os serviços de rede de esgoto.
- Não há lugar adequado para banho de sol.
- Não há sala especial para as atividades infantis.
- Não há Biblioteca e nem pátio coberto.
- As instalações sanitárias são improvisadas e incompletas.
- Não há instalações e equipamentos de preparo de alimentos, pois este vem pronto da Cozinha Central.
- O espaço para o refeitório é muito pequeno e desconfortável.

- Não há salas e equipamentos adequados para cada faixa etária.
- O material pedagógico não é suficiente para realização de um bom trabalho.
- Não há apoio para atender as crianças com necessidades educacionais especiais.
- Não há ambiente externo próprio para desenvolvimento dessas atividades.
- Falta de profissionais específicos como: psicólogos, fonoaudiólogos, dentista, assistente social, remédios em geral e médicos.
- Bebedouro, parquinho, ventiladores de parede.
- Material Pedagógico.
- Armários, mesas, cadeiras, guarda-roupa.
- A improvisação dos ambientes exigindo uma nova construção.

b) Escola Municipal Cônego Wenceslau Wiktor.

- Falta de biblioteca, pátio coberto, instalações sanitárias incompletas.
- Não tem espaço para o refeitório.
- Precisa melhorar o mobiliário e equipamentos adequados a cada faixa etária.
- Falta de adequações para as crianças com necessidades educacionais especiais.
- Precisa um ambiente externo para o desenvolvimento das atividades de expressão livre, movimento, brinquedo, repouso.
- Faltam salas de repouso, sala para recreação.
- Não tem parque infantil e quadra coberta.
- É preciso renovar os equipamentos eletrônicos e materiais pedagógicos.

Outros aspectos na infra-estrutura estão em perfeito estado de funcionamento, como:

- Ventilação e iluminação, segurança e facilidade de acesso ao prédio, rede elétrica, água potável, esgotamento sanitário, solário (espaço para banho de sol), instalações e equipamentos para o preparo de alimentos.

c) Creche Cantinho da Amizade:

- Salas de atividades infantis com pouca visão para ambiente externo.
- Não tem pátio coberto.
- Faltam adequações para as crianças com necessidades educacionais especiais.
- infra-estrutura em perfeito estado de funcionamento
- Uma boa ventilação e iluminação, segurança e facilidade de acesso ao prédio, rede elétrica, água potável, esgotamento sanitário, solário (espaço para banho de sol), biblioteca, instalações sanitárias completas, instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, espaço para refeitório, mobiliário e equipamentos adequados à faixa etária, material pedagógico, ambiente externo para o desenvolvimento das atividades: expressão livre, movimento, brinquedo, repouso.

d) Escola de Educação Especial Despertar - APAE

- Sala própria de atividades com visão para ambiente externo, biblioteca e pátio coberto.
- Instalações sanitárias completas, bom mobiliário com equipamentos adequados para cada faixa etária.
- Material pedagógico.
- Adequações para crianças com necessidades educacionais especiais.
- Equipamentos, como: carteiras e cadeiras adequadas ao tamanho dos educandos, bebedouro, patentes e pias infantis, computadores, equipamentos eletrônicos (TVs, vídeo, fitas educativas, materiais pedagógicos (livros e jogos), piso antiderrapante, barras laterais nas paredes).
- Infra-estrutura que se encontra em perfeito estado de funcionamento.
- Ventilação e iluminação, segurança e facilidade de acesso ao prédio, rede elétrica, água potável, esgotamento sanitário, solário (espaço para banho de sol), instalações e equipamentos para o preparo de alimentos, espaço para o refeitório.
- Ambiente externo para o desenvolvimento das atividades: expressão livre, movimento, brinquedo, repouso.
- Quadra coberta e piscina térmica.

e) Creche Pequeno Príncipe da Triolândia

- Possui instalações e equipamentos para preparo de alimentos, rede elétrica, ventilação e iluminação, solário (espaço para banho de sol), material pedagógico, ambiente externo para desenvolvimento das atividades.

Porém encontra dificuldades na infra-estrutura quanto aos itens:

- Na segurança de acesso ao prédio, água potável, esgotamento sanitário, salas de atividades infantis com visão para ambiente externo, biblioteca, pátio coberto, instalações incompletas (sanitários), espaço para refeitório, mobiliário e equipamentos adequados à faixa etária.
- Adequação às características das crianças com necessidades educacionais especiais.
- Falta de materiais pedagógicos..

f) Creche Vó Zaíde

Também atende a faixa etária de quatro a seis anos, num total de cinquenta e seis crianças e encontra algumas dificuldades na infra-estrutura do ambiente escolar, como:

- Deficiência na ventilação, segurança de acesso ao prédio porque é toda cercada de tela.
- Não há biblioteca e nem pátio coberto.
- O material pedagógico não é suficiente para um bom trabalho.
- Não existe apoio suficiente para atender as crianças que têm necessidades educacionais especiais.
- O ambiente externo não é adequado para o desenvolvimento das atividades de: expressão livre, movimento, brinquedo e repouso.

Necessidades:

- Sala própria de brinquedos e jogos.
- Estrutura coberta.
- Profissionais específicos, como psicólogos e fonoaudiólogos, pois os problemas são adiados.

Porém, em outros aspectos da infra-estrutura, destacam-se pontos positivos, como:

- Rede elétrica ótima.
- A água potável boa.
- Serviços de rede de esgoto.
- Espaço para banho de sol.
- Salas de atividades com uma boa visão externa.
- Ótima iluminação.
- Instalações sanitárias completas.
- Instalações e equipamentos de preparo de alimentos.
- Ótimo refeitório com equipamentos adequados para cada faixa etária.

ASPECTOS DA LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Sobre a distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino pode-se afirmar, adotando-se um raio de atendimento de 600 metros para caminhada dos estudantes até a escola, verifica-se que toda área urbana do distrito sede é bem atendida, com exceção do Conjunto Habitacional Totó Carvalho e Jardim Bandeirantes.

CONCLUSÕES

A análise da educação infantil em Ribeirão do Pinhal revela a existência de pontos a serem superados para se alcançar níveis mais elevados de ensino. Dentre outros podem ser citados:

- Superar as dicotomias creche/pré-escola e assistencialismo/atendimentos a carentes.
- Necessidade de se adotar padrões mínimos de infra-estrutura física, adequados à faixa etária (zero a 6 ano) e ao bom funcionamento das Instituições de Educação Infantil (instalações sanitárias, mobiliário, ambiente interno e externo para a realização de atividades físicas e pedagógicas, equipamentos e materiais pedagógicos, etc.).
- necessidade de se adotar padrões específicos para admissão de professores para o ensino infantil (mínimo Magistério).
- Existência de demanda não atendida na Educação Infantil.

ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental é realizado em 7 escolas, todas públicas. De 1º a 4º série é ministrado em 5 escolas públicas municipais, e de 5º a 8º série, por 2 escola pública estaduais.

TABELA – EDU 08
RIBEIRÃO DO PINHAL
REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º A 4º SÉRIE) – ANO 2004
ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

LOCAL	NOME DA ESCOLA	CLASSE	NÚMERO ALUNOS
Cidade R. Pinhal	Escola Municipal Dr. Marcelino Nogueira	EJA (1º a 4º Série)	52
		1º a 4º Série	440
		Recursos	27
Cidade R. Pinhal	Escola Municipal Cr. Carlito Thomé da Silva	1º a 4º série	192
Cidade R. Pinhal	Escola Municipal Nova Carvalho	1º a 4º série	235
Cidade R. Pinhal	Escola Municipal Tancredo Neves	1º a 4º série	240
		DM	12
		DV	05
Triolândia	Escola Rural Municipal Triolândia	1º a 4º Série	103
Total			1.306

FONTES: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GAE. Grupo de Apoio Educacional. 2004. Com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação.
s.i. = sem informação.

TABELA – EDU 09
RIBEIRÃO DO PINHAL
REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL (5º A 8º SÉRIE) – ANO 2004
ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

LOCAL	NOME DA ESCOLA	CLASSE	NÚMERO ALUNOS
Distrito sede	Colégio Estadual Hermínia Lupion	5º a 8º Série	----
Distrito sede	Escola Estadual Ruth Martinez Corrêa		----
Distrito sede	Escola Municipal Dr. Marcelino Nogueira	EJA (5º a 8º Série)	33

FONTES: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GAE. Grupo de Apoio Educacional. 2004. Com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

TABELA – EDU 10
RIBEIRÃO DO PINHAL
QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
1ª A 4ª SÉRIE – REDE MUNICIPAL

FUNÇÃO	FORMAÇÃO																Total Gera l
	CONCLUÍDA								EM CURSO								
	EF	E M	M G	ES P	ES O	P G E	PG M/D	Tota l	E M	M G	ES P	ES O	P G E	P G M/ D	Tota l		
Direção	-	-	01	01	-	02	-	04	-	-	01	-	-	-	01	05	
Docência (concurso)	-	-	21	02	29	30	-	82	-	-	06	01	02	-	09	91	
Sup. Pedag.	-	-	-	02		03	-	05	-	-	-	-	-	-	-	05	
Secretário	-	01	-	-		-	-	01	-	-	-	02	-	-	02	03	
Auxiliar de Biblioteca	-	-	01	-	01	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02	
Merendeira	01	01	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02	
A. S.G.	07	08	03	-	-	-	-	18	01	-	-	02	-	-	03	21	
TOTAL	08	10	26	05	30	35	-	144	01	-	07	05	02	-	15	129	

FONTE: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GAE. Grupo de Apoio Educacional. 2004. Com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação

TABELA – EDU 11
RIBEIRÃO DO PINHAL
QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
5ª A 8ª SÉRIE – REDE ESTADUAL

FUNÇÃO	FORMAÇÃO																Total Gera l
	CONCLUÍDA								EM CURSO								
	EF	E M	M G	ES P	ES O	P G E	PG M/D	Tota l	E M	M G	ES P	ES O	P G E	P G M/ D	Tota l		
Direção	-	-	-	-	-	02	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02	
Vice-direção	-	-	-	-	-	02	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02	
Docência	-	-	-	-	12	60	-	72	-	-	-	-	03	-	03	75	
Sup. Pedag.	-	-	-	-	-	11	-	11	-	-	-	-	-	-	-	11	
Secretário	-	-	-	-	-	01	-	01	-	-	01	-	-	-	01	02	
A. secretaria	-	-	02	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02	
Aux. Adm	-	01	02	-	05	-	-	08	-	-	-	02	-	-	02	10	
Bibliotecária	-	-	01	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01	
A. S. G.	10	09	02	-	-	-	-	21	02	-	-	-	-	-	02	23	
TOTAL	10	10	07	-	17	76	-	120	02	-	01	02	03	-	06	128	

FONTE: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GAE. Grupo de Apoio Educacional. 2004. Com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação

Siglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; ES P – Ensino Superior - Pedagogia; ES O – Ensino Superior Outro; PG E – Pós-graduação Especialização; PG M/D – Pós-graduação Mestrado e/ou Doutorado.

FIGURA – EDU 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
ESCOLA MUNICIPAL DR. MARCELINO NOGUEIRA



Fonte: Arquivo Genius Loci

ASPECTOS DA LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL

Adotando-se um raio de atendimento de 600 metros como distância máxima de caminhada realizada pelo estudante, verifica-se que toda área urbana do distrito sede é bem atendida.

CONCLUSÕES

São pontos a serem superados para se alcançar níveis mais elevados de ensino:

- equipamentos de apoio pedagógico e apoio de aprendizagem limitados (laboratórios, bibliotecas, e outros materiais).
- poucas disciplinas temáticas complementares à educação (meio ambiente, música, dança, expressão corporal, pintura, etc.)
- necessidade de aprimoramento continuado dos profissionais da educação.

- necessidade de tratamento interdisciplinar para questões relacionadas ao aprendizado junto a pais e alunos (deficiência visual e auditiva, stress, relacionamento familiar, etc).
- infra-estrutura física das escolas com deficiências.
- projeto político pedagógico sem atualizações.
- presença de profissionais do ensino sem titulação mínima.
- pouca participação de pais na gestão das escolas da rede municipal de ensino.
- necessidade de supervisor escolar, orientador educacional e especialista em educação especial na rede pública municipal.
-

ENSINO MÉDIO

O ensino médio é ofertado em apenas um estabelecimento, Colégio Estadual Hermínia Lupi3n, com gest3o do governo estadual do Paran3. O n3mero m3dio de matr3culas, entre 2001 e 2004, foi de 682 alunos e tem mantido tend3ncia de estabiliza33o, conforme indica a tabela seguinte.

TABELA – EDU 12
RIBEIR3O DO PINHAL
MATR3CULAS DO ENSINO M3DIO (2001 A 2004)

Rede P3blica	N3mero de Matr3culas	N3mero de Professores
2001	688	29
2002	704	32
2003	651	34
2004	685	42

Fonte: SERE / Relat3rio Final / Censos (2001 a 2004).

TABELA – EDU 13
RIBEIR3O DO PINHAL
TAXAS DE APROVA33O NO ENSINO M3DIO - 1999 A 2003 (%)

ANO	1999	2000	2001	2002	2003	M3dia
1 ^o	59,8	58,2	61,6	65,0	78,5	64,6
2 ^o	68,4	67,8	71,7	72,8	85,5	73,2
3 ^o	80,1	78,3	76,7	81,1	89,6	81,1

Fonte: SERE - Relat3rios Finais (1999 a 2003).

TABELA – EDU 14
RIBEIRÃO DO PINHAL
TAXAS DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO - 1999 A 2003 (%)

ANO	1999	2000	2001	2002	2003	Média
1º	4,4	4,6	7,9	5,1	4,1	5,2
2º	3,5	5,1	3,2	2,8	4,9	3,9
3º	1,2	0,5	0	2,1	1,8	1,1

Fonte: SERE - Relatórios Finais (1999 a 2003).

TABELA – EDU 15
RIBEIRÃO DO PINHAL
TAXAS DE EVASÃO NO ENSINO MÉDIO - 1999 A 2003 (%)

ANO	1999	2000	2001	2002	2003	Média
1º	25,3	26,6	25,8	22,6	10,90	22,2
2º	15,1	19,2	18,5	18,5	4,0	15,0
3º	5,7	7,0	8,8	9,2	3,6	6,8

Fonte: SERE - Relatórios Finais (1999 a 2003).

TABELA – EDU 16
RIBEIRÃO DO PINHAL
TAXAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO - 1999 A 2003 (%)

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	Média
1º	22,7	24,3	27,3	25,3	18,5	23,6
2º	24,2	18,6	15,7	16,4	17,5	18,4
3º	13,9	17,5	14,6	11,8	13,9	14,4

Fonte: SERE - Relatórios Finais (1999 a 2003).

TABELA – EDU 17
RIBEIRÃO DO PINHAL
QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO – 2004

FUNÇÃO	FORMAÇÃO																Total Geral
	CONCLUÍDA								EM CURSO								
	EF	EM	MG	ES P	ES O	PG E	PG M/D	Total	EM	MG	ES P	ES O	PG E	PG M/D	Total		
Direção	-	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	
Vice-direção	-	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	
Docência	-	-	-	-	-	04	-	04	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sup. Pedag.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	
Secretário	-	-	-	-	05	-	-	05	-	-	-	01	-	-	-	01	
A. secretaria	-	-	01	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aux. Adm	02	04	03	-	-	-	-	09	04	-	-	-	-	-	-	04	
Bibliotecária	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	06	
A. S. G.	-	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	-	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Colégio Estadual – 2004

Síglas: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; ES P – Ensino Superior - Pedagogia; ES O – Ensino Superior Outro; PG E – Pós-graduação Especialização; PG M/D – Pós-graduação Mestrado e/ou Doutorado.

Após a conclusão do ensino médio as oportunidades de educação, no Município, são interrompidas. Ribeirão do Pinhal não possui ensino superior e profissionalizante. Para prosseguimento dos estudos as disponibilidades estão nos grandes centros urbanos e nos municípios próximos (Cornélio Procópio, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Ourinhos). Cerca de 80 estudantes deslocam-se diariamente até esses municípios.

ASPECTOS DA LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DE ENSINO MÉDIO

Adotando-se um raio de atendimento de 1200 metros como distância máxima de caminhada efetuada pelo estudante, verifica-se que toda área urbana do distrito sede é bem atendida por ensino médio, com exceção das Vilas Hermínia e Almeida.

FIGURA – EDU 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
COLÉGIO ESTADUAL HERMÍNIA LUPION



Fonte: Arquivo Genius Loci

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Face ao grande percentual de analfabetismo, o Município implantou Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). No Ensino Fundamental de 1º a 4º série há preparação para exames de equivalência (2 vezes ao ano) ofertado pela Secretaria Estadual de Educação. No ensino de 5º a 8º a oferta é vinculada ao CEEBJA (Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos) – Geni Sampaio Lemos de Jacarezinho.

Educação de Jovens e Adultos funciona na Escola Municipal Dr. Marcelino Nogueira. Conta com infra-estrutura adequada no que tange aos aspectos de conforto ambiental dos espaços disponíveis, equipamentos e mobiliários. É ministrada por 3 professoras (1 com Magistério, 1 com Ensino Superior e 1 com Pedagogia e pós-graduação), 2 auxiliares de serviços gerais e uma coordenadora. É importante ressaltar que a EJA sofre as conseqüências da estrutura sócio-econômica do Município. A repercussão no ensino dá-se pelo prolongamento na conclusão das disciplinas cursadas. São desafios ao programa:

- O elevado índice de analfabetismo nas camadas acima de 40 anos.
- A necessidade de estímulos variados nas disciplinas da EJA de modo a desenvolver a auto-estima do aluno.
- O recebimento de alunos a qualquer época do ano pelo EJA.
- A falta de professor para atenção individualizada do aluno.

TABELA – EDU 18
RIBEIRÃO DO PINHAL
MATRÍCULAS E CONCLUSÕES – EJA (2000 A 2004)

ANO	MATRÍCULAS POR NÍVEL DE ENSINO							
	Fundamental				ENSINO MÉDIO		TOTAL	
	1ª a 4ª série		5ª a 8ª série					
	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final
2000	73	15	99	57	-	-	172	72
2001	84	12	97	35	-	-	181	47
2002	61	11	99	47	-	-	160	61
2003	73	07	66	38	-	-	139	47
2004	90	24	74	36	-	-	164	59

FONTE: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GAE. Grupo de Apoio Educacional. 2004, pg. 62, com base em Registros de Matrículas e Conclusões (2000 a 2004).

CARACTERIZAÇÃO DE OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO

COZINHA CENTRAL

Trata-se de edificação inaugurada em novembro de 1994. São atendidos cerca de 1570 alunos da rede municipal de educação, 70 alunos da Creche Irmã Josiane, 90 alunos do Projeto Vida Digna, 90 alunos da Creche Vó Zaide.

CONCLUSÕES

A avaliação da situação da educação em Ribeirão do Pinhal demonstra a necessidade de:

- Melhorias nas instalações físicas que compõem a rede municipal.
- Criação de programas específicos de combate ao analfabetismo articulados com outros programas de assistência social e de saúde.
- Ampliação dos projetos que complementam o aprendizado.
- Ampliação do número de concluintes do 2º grau.
- Ampliação das instalações de apoio às atividades de ensino, tais como, quadras para práticas de desporto, áreas de descanso, áreas para atividades de múltiplo uso, entre outras.
- Ampliação das atividades que articulam o aprendizado com as questões culturais e ambientais relativas ao município.
- Efetivação da prática de controle de saúde entre os estudantes.
- Necessidade de reduzir a evasão escolar.
- Realização de plano de trabalho de longo prazo.
- Implantação de cursos profissionalizantes.
- Necessidade de modificações na oferta de ensino aos alunos trabalhadores EJA.
- Adaptar a Escola Municipal Cônego Wenceslau Wiktor e a Creche Irmã Josiane (ou que seja transferida para outro local, já que a Instituição não corresponde às normas e padrões das demais creches locais) aos padrões mínimos de infra-estrutura.
- Construir a quadra e o parque infantil da Escola Municipal Cônego Wenceslau Wiktor - Educação Infantil.
- Construir creche nos arredores da Vila Cunha ou Vila Domingues.

- Ampliação de espaço físico nos seguintes locais: Escola Municipal Tancredo Neves (Biblioteca, Quadra para esporte e recreação, Salas de aula, Sala de direção, Sala para Portadores de Necessidades Especiais, Sala de vídeo), Escola Municipal Doutor Carlito Thomé da Silva (Biblioteca, Quadra para esporte e recreação, Salas de aula, Sala de direção, Sala de vídeo), Escola Rural Municipal Triolândia (Biblioteca, Refeitório, Salas de aula, Sala de vídeo) e Escola Municipal Nova (Quadra para esporte e recreação).
- Criar o Programa de formação dos profissionais de Educação Infantil da rede municipal.
- Assegurar a continuidade dos programas de atualização permanente dos profissionais da rede municipal. Instituir disciplinas de enriquecimento informativo e cultural na EJA.
- Criar Programa Atendimento Integral ao Estudante, articulando as questões de saúde e assistência social.
- Criar a assistência multidisciplinar (psicólogo, assistente social, pedagogo, psicopedagogo e fonoaudiólogo), para alunos da rede municipal e respectivas famílias.
- Admitir, na rede municipal de educação, somente profissionais que possuam a titulação mínima em nível médio, modalidade normal.
- Assegurar o transporte escolar para alunos da zona rural e para os professores da rede municipal que estiverem se aperfeiçoando, através de cursos em nível superior.
- Criar, para as instituições públicas de ensino da rede municipal, Programa de Monitoramento e Avaliação de projetos pedagógicos.
- Criar a coordenação pedagógica para as escolas municipais com funcionamento em dois turnos.
- Garantir o provimento da merenda escolar com qualidade alimentar para os estudantes da rede municipal de ensino.
- Implementar laboratórios e rede de informática nas escolas públicas municipais.
- Realizar, a cada 2 anos, o Fórum Municipal de Educação.
- Implantar Plano Municipal de Educação.

MAPA DE EDUCAÇÃO – Ensino Fundamental e médio

Mapa de Educação – Ensino Infantil

2.8.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal desenvolve inúmeros projetos e programas na área social, objetivando a inclusão de famílias, crianças e adolescentes, idosos e portadores de deficiência, garantindo oportunidades efetivas de desenvolvimento e proteção especial.

Entidades do Município trabalham em parcerias dando atendimento a cerca de 390 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos com Creche Manutenção; 200 crianças de 07 a 13 anos com Programa de Contraturno Social – Casa da Criança; 70 jovens e adolescentes de 13 a 17 anos com Programa de Contraturno Social e Iniciação Profissional – Projeto Vida e Esperança; Pastoral da Criança dando atendimento a 200 crianças, através da pesagem e suplementação alimentar.

Para as pessoas portadoras de deficiência, a APAE desenvolve trabalhos que atendem, neste ano de 2005, a 108 crianças desde a Educação Infantil à Profissionalização .

O atendimento ao idoso é realizado pelo Lar São Vicente de Paulo a 40 idosos. Também são atendidas 13 famílias, com moradia cedida para idosos carentes pelo Lar dos Vicentinos.

As entidades sociais têm desenvolvido significativo trabalho junto às famílias através de seus Clubes de Mães, proporcionando a promoção social, pessoal e humana.

Parceria da Prefeitura Municipal e o Governo Federal viabilizou os programas: Bolsa Escola, Bolsa Família, Bolsa Alimentação e Vale Gás. São 1591 famílias cadastradas.

Foram realizados Cursos de Capacitação Profissional as famílias, com o objetivo de promover a auto sustentabilidade ao invés da dependência.

Os serviços de atendimento básico e emergencial são realizados pela Prefeitura Municipal, que presta atendimento à população carente através de doações, medicamentos, passagens, cestas básicas, auxílio funeral, documentos, Benefícios de Proteção Continuada (BPC) e outros.

Programas e Projetos no Município da área de Proteção Social

- **Lar Vicente de Paulo:**

Sociedade Civil de Direito Privado, Beneficente e Filantrópico.

Endereço: Rua Frederico Ozanan, 02 – Vila Almeida

Fundação: 26 de outubro de 1976

Finalidade da Instituição: Abrigar pessoas idosas, de ambos os sexos, proporcionando-lhes assistência material e espiritual, tais como: alimentação, vestuário, medicamento, assistência médica, odontológica, moral, religiosa e lazer.

Capacidade de Atendimento: 40 idosos

Regime: internato

Convênios de manutenção: Repasses federais e municipais, aposentadorias dos idosos, e vendas dos produtos da panificadora.

- **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:**

Entidade Civil sem fins lucrativos

Endereço: Rua Dr. Marcelino Nogueira, Q13 – Jardim Esplanada

Fundação: 22 de maio de 1987.

Horário de Atendimento: das 8:00 às 17:00 hs

Finalidade da Instituição: Proporcionar condições que favoreçam o desenvolvimento, ajustamento e integração pessoal. Social, profissional da pessoa portadora de deficiência.

Atividades desenvolvidas: atividades pedagógicas, artesanato, marcenaria, lazer e esporte.

Capacidade de Atendimento: 108 crianças

Regime: semi-internato

Convênios de manutenção: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul, SAC, SEED, doações via banco.

- **Associação de Amparo a Criança e ao Adolescente – Casa da Criança:**

Entidade Civil.

Endereço: Rua Senador Souza Naves, 835

Fundação: 14 de julho de 1977.

Horário de Atendimento: das 7:30 às 17:00 hs

Finalidade da Instituição: Integrar crianças à sociedade, prepara-lo e encaminha-los à profissionalização.

Atividades desenvolvidas: reforço escolar, trabalhos artesanais, horticultura, recreação, esporte e ensino religioso.

Capacidade de Atendimento: 150 crianças de 7 a 13 anos

Regime: semi-internato

Convênios de manutenção: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, Fundo Municipal de As. Social Repasse Merenda, Doações.

- **Associação de Amparo a Criança e ao Adolescente – Creche Cantinho da Amizade:**
Entidade Civil.

Endereço: Rua Major João Frutoso de Mello, s/n

Fundação: 14 de julho de 1977.

Horário de Atendimento: das 7:00 às 17:00 hs.

Finalidade da Instituição: Prestar assistência e amparo às crianças carentes

Atividades desenvolvidas: estimulação, atividades pedagógicas, recreação, lazer, trabalho junto às famílias.

Capacidade de Atendimento: 200 crianças de 0 a 6 anos

Convênios de manutenção: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, Fundo Municipal de As. Social Repasse Merenda e Doações.

- **Projeto Vida Esperança:**
Entidade Civil.

Endereço: Chácara Vô Sinézio

Horário de Atendimento: das 8:00 as 17:00 hs.

Finalidade da Instituição: Integrar, resgatar, profissionalizar adolescentes em situação de risco, buscando readequá-los à família e a sociedade.

Atividades Desenvolvidas: atividades pedagógicas, contraturno social, artesanato, tapeçaria, pintura e bordado, horticultura, marcenaria, lazer, esporte e informática.

Capacidade de Atendimento: 70 adolescentes

Convênios de manutenção: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, vendas de produtos produzidos no projeto.

APMI (Associação de Proteção à Maternidade e a Infância)

A associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ribeirão do Pinhal – APMI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.968.155/0001-88, mantém atualmente três creches no município, com a finalidade de dar atendimento a crianças de 0 a 6 anos, desenvolvendo a capacitação física, motora e mental, tendo como suas atividades desenvolvidas: estimulação precoce, atividades pedagógicas, lúdicas, alimentação, higiene e recreação. Seu horário de atendimento: das 7:00 às 17:00 hs.

- **Creche Pequeno Príncipe:**

Endereço: Rua Júlio Farah, s/nº - Triolândia

Capacidade de Atendimento: 45 crianças

Fundação: 23/05/1991

- **Creche Vó Zaíde:**

Endereço: Rua Olimpio Vieira, s/nº - Vila Santa Terezinha

Capacidade de Atendimento: 90 crianças

Fundação: 18/04/2000

- **Creche Irmã Josiane:**

Endereço: Rua Pedro Martins Trindade, s/nº - Vila Almeida

Capacidade de Atendimento: 75 crianças

Fundação: Julho/2000

Proteção Especial

Fundada em dezembro de 2004, e com suas instalações na Chácara Vô Sinézio, a Casa de Passagem Irmã Izila tem como objetivo: acolher, intervir de forma urgente, breve e integral no desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco e social.

Enfrentamento à Pobreza

A Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, no momento, não possui nenhum projeto nesta área, salvo os já relacionados e os atendimentos do Setor Social, onde são atendidas aproximadamente 150 pessoas por mês.

TABELA – SOC 01

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

GRAU DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

INSTALAÇÕES FÍSICAS						EQUIPAMENTOS/MATERIAIS						RECURSOS HUMANOS						LEGENDA: A – Adequado PA – Parcialmente Adequado I – Inadequado
Instalações físicas em função do número de atendidos			Instalações físicas em função do tipo de serviço oferecido (estado de conserv.)			Equipamentos e materiais em relação ao número de usuários			Equipamentos e materiais em relação ao estado de conservação e aos tipos de serviços oferecidos			Profissionais em relação ao número de usuários			Profissionais em relação aos tipos de serviços oferecidos			
A	PA	I	A	PA	I	A	PA	I	A	PA	I	A	PA	I	A	PA	I	
.....	X	X	X	X	X	X	Projeto Vida Esperança
X	X	X	X	X	X	APAE
.....	X	X	X	X	X	X	Casa da Criança
X	X	X	X	X	X	Lar São Vicente de Paulo
X	X	X	X	X	X	Creche Cantinho da Amizade
.....	X	X	X	X	X	X	Creche Pequeno Príncipe
.....	X	X	X	X	X	X	Creche Vó Zaide
.....	X	X	X	X	X	X	Creche Irmã Josiane

Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

MAPA DE CRECHES

2.8.4. CULTURA

O setor cultural de Ribeirão do Pinhal é pouco expressivo. As manifestações culturais mais significativas no município são as festas tradicionais da Folia de Santo Reis, do Divino Espírito Santo e a de São Sebastião.

A festa de **Santo Reis** é a mais tradicional do município. É realizada anualmente, há mais de 40 anos, no dia 06/01, na zona rural, no denominado bairro da Jacutinga.

A festa do **Divino Espírito Santo** é realizada anualmente, no dia 09 de setembro, no santuário da sede do município.

A festa de **São Sebastião**, é realizada anualmente, no dia 20 de janeiro, na zona rural, no denominado bairro Água da Limeira, de onde partem os fiéis em cavalgada até a catedral de Ribeirão do Pinhal.

Os principais **equipamentos culturais** existentes no município são:

- Centro Cultural José Matheus Sobrinho
- Farol do Saber

O **CENTRO CULTURAL**, situado no centro da cidade, possui as seguintes características:

- Área do terreno: 963,56 m²
- Área construída: 915,04 m²
- Lotação: 350 pessoas sentadas

O centro cultural encontra-se em ótimo estado de conservação necessitando apenas da instalação de ar condicionado na sala de equipamentos. Nele (quinzenalmente, aos finais de semana) são realizadas sessões de cinema. O centro possui todas as instalações e ambientes para a realização de apresentações de teatro, orquestras, etc.

O **FAROL DO SABER** foi construído na Praça Erasmo Cordeiro, no centro da cidade. Suas características são:

- Área Construída: 120 m²
- Lotação: 40 pessoas

O farol do saber possui duas salas de pesquisa e seu estado de conservação é regular, necessitando de reparos nas instalações, acabamento e cobertura.

FIGURA – CULT 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
VISTA DO CENTRO CULTURAL JOSÉ MATHEUS SOBRINHO



FONTE: Arquivo Genius Loci

O setor cultural de Ribeirão do Pinhal ressenete-se da ausência de um museu que seja depositário vivo de sua história.

2.8.5. ESPORTES E LAZER

O desenvolvimento dos esportes em Ribeirão do Pinhal conta com um número razoável de equipamentos destinados aos esportes, em que pese a maioria deles serem destinados aos esportes coletivos, desenvolvidos em: ginásio, quadras e campos.

Os equipamentos públicos destinados a prática esportiva no município compreendem duas quadras poliesportivas, um ginásio de esportes, um estádio, um campo de futebol (propriedade municipal) e três quadras poliesportivas edificadas nos colégios estaduais Dr Marcelino Nogueira, Ruth Martinez Corrêa e Heminia

Lupion. Dos equipamentos do município uma das quadras poliesportivas e o campo de futebol estão situados no núcleo urbano do distrito da Triolândia, os demais estão edificadas na sede.

As características e as necessidades encontradas nos principais equipamentos do município (Ginásio Poliesportivo e Estádio de Futebol) são as seguintes:

GINÁSIO DE ESPORTES

Administração: Prefeitura Municipal

Localização: Avenida Silveira Pinto

Capacidade: 3.000 pessoas

Área do terreno: 10.000m²

Possui: vestiários, bar, sanitários públicos, pequeno escritório administrativo, almoxarifado, bilheteria, palco, estacionamento externo para veículos.

Características do uso: campeonatos internos, treinamento de equipe de esporte.

Problemas encontrados: reforma no piso, iluminação necessitando de reparos, necessidade de placar eletrônico, necessidade de novas tabelas de basquete e construção de salas auxiliares para prática de outros desportos.

FIGURA – ESP 01

RIBEIRÃO DO PINHAL

VISTA DO GINÁSIO DE ESPORTES



FONTE: Arquivo Genius Loci

MAPA DE ESPORTES E LAZER

ESTÁDIO DE FUTEBOL

Nome: Alves de Almeida

Localização: Rua João Rodrigues de Oliveira.

Capacidade: 4.000 pessoas

Área do terreno: 15.000m²

Característica de uso: Campeonatos regionais e interno, utilização cotidiana da população.

Instalações existentes: alambrados, arquibancadas, bilheterias, um campo de futebol com dimensões oficiais, cabines de transmissão para rádio, bar, sanitários, vestiários para atletas, vestiário para juízes.

Necessidades: reformas estruturais nos vestiários e na pista de atletismo.

QUADRAS POLIESPORTIVAS

As duas quadras poliesportivas (sede e distrito) necessitam de reformas gerais em seus pisos, colocação de traves, construção de arquibancadas, vestiários, sanitários e alambrados.

Para o desenvolvimento da prática esportiva e recreativa em Ribeirão do Pinhal também contribuem instituições de caráter privado, dotadas de equipamentos e espaços destinados aos esportes e a recreação, como é o caso da Associação Atlética do Banco do Brasil, o Clube de Campo, o Clube Recreativo e a Associação dos Funcionários Públicos Municipais.

2.8.6. PRAÇAS

Ribeirão do Pinhal possui uma única praça denominada Erasmo Cordeiro. Essa praça é o marco referencial principal da cidade desde a fundação da mesma. A Erasmo Cordeiro confunde-se com o centro. Nela e ao seu redor desenrolam-se os fatos e o cotidiano mais frenético da cidade. É o ponto focal. De seu início até os dias de hoje, passou por inúmeras transformações. Na atualidade encontra-se bem arborizada. Possui local coberto destinado ao encontro das pessoas e banca de revista. Nela também foi edificado o farol do saber, dotado de livros e salas destinadas a pesquisa.

FIGURA – AV 01
RIBEIRÃO DO PINHAL
FOTO ANTIGA DA PRAÇA ERASMO CORDEIRO



FONTE: AS Macedo Informática e Telefonia – BH Edições e Vídeos

FIGURA – AV 02
RIBEIRÃO DO PINHAL
FOTO ATUAL DA PRAÇA ERASMO CORDEIRO



FONTE: Arquivo Genius Loci

2.8.7. BOSQUES, ÁREAS VERDES E PARQUES INFANTIS

Exceção à Praça Erasmo Cordeiro, o município não possui nenhuma outra área destinada ao convívio e ao encontro das pessoas com seus semelhantes, com a fauna e a flora. As poucas áreas com cobertura arbórea, ainda existentes na cidade, indicadas no mapa de Uso do Solo Urbano (Mapa 8, p. 122), são particulares. É o caso da propriedade Silvia Rosa, ao lado da rodoviária, o Bosque da AABB e a propriedade situada no alto da Avenida São Paulo, próxima ao cemitério municipal.

CONCLUSÕES

O município encontra-se razoavelmente atendido no tocante aos equipamentos de esportes coletivos, mas cabe destacar a necessidade de manutenção e reformas na maioria deles.

Quanto às praças públicas, a existência de uma única central denota a carência de tal equipamento nos bairros e, por isso, a carência de equipamentos destinados à recreação infantil.

No que se refere às áreas verdes, faz-se urgente a tomada de medidas por parte do poder público, objetivando preservar as poucas áreas dotadas de cobertura arbórea existentes na cidade, bem como urbanizar e zelar pela conservação do fundo de vale do Ribeirão do Pinhal e seus afluentes.

O DISTRITO RURAL DA TRIOLÂNDIA

2.9. O DISTRITO RURAL DA TRIOLÂNDIA

O Município de Ribeirão do Pinhal possui um único Distrito Rural, situado na porção sul do território municipal, a uma distância de 18 KM da sede pela rodovia PR 436, em trecho não pavimentado.

TABELA – DIST 01
DISTRITO DA TRIOLÂNDIA
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL	PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO
1991	468	1107	1575	11,38
2000	430	903	1333	9,30

Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

Com uma população total de 1333 habitantes, no ano 2000, a Triolândia viu sua participação na população total do município, diminuir de 11,38% em 1991 para 9,30% no ano 2000. De 1.575 habitantes em 1991, a Triolândia contou apenas 1.333 habitantes no ano 2000. Uma redução de 242 pessoas, que representam 15,36% da população do ano de 1991. Dos atuais habitantes, 430 habitam o pequeno núcleo urbano e a grande maioria, constituída de 903 pessoas, reside nas propriedades rurais.

Em que pese a porção sul do território municipal constituir-se de relevo ondulado, o núcleo urbano da Triolândia está assentado em porção de relevo suave.

Os córregos que banham as proximidades do núcleo urbano são todos eles pertencentes à Bacia do rio Laranjinha, o principal curso de água do município, que dista 3 KM da sede do distrito.

Na região sul do município e nas proximidades do rio Laranjinha, onde está situado o distrito da Triolândia, predominam os tipos de solos **Re2; PVa4 e Pva6**, cuja tipologia e utilização são as seguintes:

Re2: Solos Litólicos Eutróficos A – moderado textura média fase floresta tropical subcaducifólia, relevo suave ondulado e ondulado substrato siltitos.

Litologia e material de origem – são formados a partir de materiais provenientes da decomposição siltitos, argilitos e folhelhos em geral, todos pertencentes às Séries Tubarão e/ou Passa Dois, sendo a primeira do Carbonífero e a segunda do Permiano.

Utilização – por serem solos rasos, sua utilização com agricultura fica prejudicada, pois se torna difícil uma mecanização racional. Além disso, essa pequena profundidade que apresentam, não permite um suficiente armazenamento de água para as plantas, além de favorecer a erosão. Podem, entretanto, quando bem manejados, ser utilizados com pastagens, pois são solos de boa fertilidade natural.

Pva4: Podzólico Vermelho-amarelo Álico Tb A – proeminente textura média/argilosa fase floresta subtropical perenifólia, relevo ondulado.

Litologia e material de origem – são formados a partir de materiais provenientes da decomposição principalmente de folhelhos argilosos e siltosos, dos Grupos Passa Dois e Tubarão.

Utilização – são de baixa a média fertilidade natural e o relevo ondulado, bem como a diferença de permeabilidade entre os horizontes A e B, favorecem a erosão da ocorrência de chuvas intensas. Com o uso de práticas conservacionistas adequadas, bem como de corretivos e fertilizantes, podem ser bastante aproveitados e apresentarem uma razoável produtividade.

Pva6: Podzólico Vermelho-amarelo Álico Tb A – moderado textura arenosa/média fase floresta subtropical subperenifólia, relevo suave ondulado e ondulado.

Litologia e material de origem – são formados a partir de materiais provenientes da decomposição do arenito Botucatu e dos arenitos pertencentes a outras formações geológicas, como os Grupos: Passa Dois e Tubarão.

Utilização – além da baixa reserva de nutrientes, possuem elevados teores de alumínio trocável, o que devido a sua difícil correção nos horizontes subsuperficiais, restringe bastante o uso destes solos, principalmente com culturas de sistema radicular profundo. O perigo de erosão, devido à textura do horizonte superficial, é outro fator que limita seu aproveitamento, sendo o uso com pastagens o mais indicado.

A economia do distrito gira em torno de atividades rurais diversificadas e da produção oleira. Predomina no distrito a pequena propriedade rural. Esse fato favorece a diversificação das atividades. No núcleo urbano, as inúmeras olarias existentes (ver mapa) são importantes fontes de geração de emprego e renda. Duas delas aparecem entre os 10 maiores contribuintes para a composição do valor

adicionado no município. São as cerâmicas Jacir Dutra da Silva e Cecílio Augusto de Oliveira.

FIGURA – DIST 01
DISTRITO DA TRIOLÂNDIA
CERÂMICA NA VIA PRINCIPAL



Fonte: Arquivo Genius Loci

A estrutura urbana da sede do distrito é simples. O eixo viário principal é a rodovia PR436. No entorno do eixo, existem alguns poucos quarteirões retangulares, na direção leste. A oeste foi construído um pequeno conjunto habitacional, constituído de dez quadras retangulares com lotes de pequena profundidade. Anexo ao conjunto foi implantada uma vila rural, em terreno de 193.600 m², dotada de 27 lotes com área média de 5.411 m². Como consequência da redução populacional não há demanda por novas áreas de expansão urbana.

FIGURA – DIST 02
DISTRITO DA TRIOLÂNDIA
CONJUNTO HABITACIONAL



Fonte: Arquivo Genius Loci

Ao longo do eixo principal, denominado de Avenida Julio Farah, predomina o comércio. Nessa avenida está implantada a maioria dos equipamentos comunitários, tais como a creche, o posto de saúde, a quadra poliesportiva, o posto policial. A atividade residencial se distribui pelas quadras existentes. Destacam-se na paisagem urbana as edificações das diversas olarias em atividade no distrito. (ver mapa).

FIGURA – DIST 03
DISTRITO DA TRIOLÂNDIA
VIA PRINCIPAL



Fonte: Arquivo Genius Loci

A infra-estrutura no distrito é, no geral, deficiente. Salvo o abastecimento de energia. Há rede telefônica, mas os moradores clamam por mais telefones públicos. Nenhuma das vias existentes conta com qualquer tipo de pavimento, calçadas ou rede de drenagem. Em dias de chuva ou logo após, é muito difícil caminhar pelas ruas do núcleo urbano.

Não há redes de esgoto. O abastecimento de água é inadequado.

O sistema de abastecimento de água do núcleo urbano da Triolândia é operado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal. Mesmo sem dados oficiais que atestem o quanto da população é atendida pelo sistema, verificamos em visita à localidade, que todos os domicílios existentes estavam interligados à rede implantada.

O serviço de abastecimento de água da Triolândia é deficiente e as instalações existentes encontram-se, no geral, em condições precárias. O sistema implantado na Triolândia possui as seguintes características:

A captação é realizada em manancial superficial e também através de poço caipira. As condições qualitativas da captação superficial é precária e possui as seguintes características:

- Vazão da Fonte: 15,00 m³/h
- Volume atual de captação: 15,00m³/h
- Vol. máximo de captação possível pelo sistema implantado: 18,00m³/h
- Volume máximo ou potencialidade máxima da fonte: 18,00m³/h

As condições qualitativas no poço caipira são muito precárias, sendo:

- Vazão da Fonte: 16,00 m³/h
- Volume atual de captação: 16,00m³/h
- Vol. máximo de captação possível pelo sistema implantado: 18,00m³/h
- Volume máximo ou potencialidade máxima da fonte: 18,00m³/h

A adução é realizada através de recalque e são razoáveis as condições dos equipamentos.

O tratamento que era realizado, de simples desinfecção através da aplicação de hipoclorito de sódio, está desativado e constitui-se em um dos principais problemas do abastecimento local, em razão dos problemas de saúde pública, decorrentes de água não tratada.

A reservação da água é realizada em dois reservatórios sendo um deles elevado e o outro apoiado. Juntos, possuem uma capacidade de reservação de 100m m² de água. São características e condições de conservação dos reservatórios:

Reservatório Elevado – 01

Tipo: Elevado

Material: Metálico

Capacidade: 20,00 m³

Fuste: 6,00 m

Dispositivo anti-extravasamento: Inexistente

Área: Cercada, em alvenaria

Acesso: Condições satisfatórias

Altitude (cota do terreno): 540,00m

Estado Geral: Situação estético-estrutural precária. Carece de lixamento; regularização de superfícies – faces interna e externa, tanto no reservatório como em seu fuste. Restauração de muro (fechamentos pontuais, rebocos e revestimento de superfícies) indispensável; implantação de macromedicação (chegada e saída).

Reservatório Apoiado – 01

Tipo: Apoiado

Material: Metálico

Capacidade: 70,00 m³

Dispositivo anti-extravasamento: Inexistente

Área: Não cercada

Acesso: Condições satisfatórias

Altitude (cota do terreno): 538,00m

A Situação estético-estrutural dos reservatórios é razoável. Carece de lixamento; regularização de superfícies; limpeza; impermeabilização; revestimento de superfícies – faces interna e externa. Execução de proteção de área (muro); implantação de macromedicação (chegada e saída).

A rede de distribuição foi implantada recentemente e apresenta condições satisfatórias de conservação. Foi dimensionada para a vazão máxima/horária e é constituída dos seguintes materiais:

TABELA – DIST 02
DISTRITO DE TRIOLÂNDIA
MATERIAIS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO – 2004

Material	Diâmetro Nominal (mm)	Extensão (m)
PVC – série A PBJs	40	7.680,00
PVC – CI.12 PBJE	100	1.194,00

Fonte: SANEPAR

Não há dados oficiais que atestem o consumo, mesmo porque os moradores não pagam nada pelos serviços. Também não existem projeções sobre demandas futuras. O sistema, como se viu é, no geral, precário e demanda investimento. Aspectos básicos como o tratamento da água não é realizado. Não existem, nas proximidades do núcleo urbano, locais de boa potencialidade para captação, nem mesmo através de poços. Salvo a exploração do Aqüífero Guarani que necessitaria de estudos de viabilidade econômico-financeira e da qualidade da água. Uma alternativa seria captar água do Rio Laranjinha, que é detentor de considerável disponibilidade hídrica, e dista aproximadamente 3 Km do núcleo populacional.

A coleta de lixo é realizada apenas uma vez por semana. Para isso a prefeitura municipal desloca um caminhão e a respectiva equipe da sede para o serviço. O lixo coletado é depositado no aterro sanitário do município.

O transporte de passageiros é um grande problema. O distrito é atendido pela empresa Jóia que detém a linha Ribeirão do Pinhal/Ibaiti passando pela Triolândia. A empresa oferece apenas três horários de saída/chegada de ônibus na sede do distrito.

Na área da saúde a Triolândia conta apenas com um posto de saúde e um consultório odontológico. Os serviços prestados restringem-se à imunização, curativos e a inalação. A edificação necessita de reformas.

A creche Pequeno Príncipe é o único equipamento de assistência social do município na Triolândia. Em estado regular de conservação, a creche necessita de adequações para o atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais, água potável, esgotamento sanitário adequado, biblioteca, entre outros.

Na educação é ofertado ensino fundamental de 1ª a 4ª séries pela escola rural municipal da Triolândia. A edificação da escola necessita de ampliações visando a construção de refeitório. Há reivindicações da comunidade para a implantação do ensino de 5ª a 8ª séries.

FIGURA – DIST 02
DISTRITO DE TRIOLÂNDIA
AS CONDIÇÕES PRECÁRIAS DO POÇO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA



Fonte: Arquivo Genius Loci

Os equipamentos públicos destinados às práticas esportivas resumem-se a uma quadra poli-esportiva que necessita de reformas gerais e um campo de futebol.

CONCLUSÕES

Das visitas “in loco”, dos dados e informações obtidas, inclusive através de pesquisa realizada pelos profissionais da EMATER junto à comunidade da Triolândia, é possível concluir das enormes dificuldades da população local na luta pela sobrevivência. Dentre as carências diagnosticadas pode-se apontar como prioridades:

- O abastecimento de água potável;
- A trafegabilidade nas estradas rurais;
- Médico, dentista e remédios no posto de saúde;
- Escola de 5ª a 8ª série;
- Pavimento nas vias;
- Coleta de lixo com maior frequência;
- Maior oferta de linhas de ônibus;
- Eliminação da poluição do ar pelas olarias.

Mapa triolandia 1

Mapa triolandia 2

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

2.10. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

2.10.1. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, o município de Ribeirão do Pinhal iniciou o processo de elaboração de sua lei orgânica que, aprovada pela câmara municipal, entrou em vigor em 30 de abril de 1990.

Transcorridos 14 anos de vigência, e após as sucessivas mudanças na Constituição Federal, a lei orgânica de Ribeirão do Pinhal foi revogada por nova lei promulgada em 09 de dezembro de 2004.

No que se refere à **política urbana ao planejamento e à participação popular**, nenhuma alteração foi promovida pela nova lei. Assim como a lei orgânica anterior, a nova lei estabeleceu um título que trata “da ordem econômica social”. Esse título está subdividido nos capítulos “da ordem econômica” e “da ordem social”. O capítulo “da ordem econômica” subdivide-se em três seções:

- Do desenvolvimento econômico;
- **DA POLÍTICA URBANA;**
- Da política agrícola e fundiária.

O capítulo “da ordem social” é composto por nove seções, todas elas relacionadas a setores importantes quanto ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e do município como um todo. São seções do capítulo “da ordem social”:

- Da assistência social;
- Da saúde;
- Da educação;
- Da cultura;
- Do desporto e do lazer;
- **DA HABITAÇÃO E DO SANEAMENTO;**
- **DO MEIO AMBIENTE;**
- Da família, da mulher, da criança, do adolescente e do idoso;
- Da defesa do cidadão.

Das seções retrocitadas cabe destacar, neste item do presente plano, as seções **DA POLÍTICA URBANA, DA HABITAÇÃO E DO SANEAMENTO E DO MEIO AMBIENTE.**

Na seção da **POLÍTICA URBANA** a lei orgânica estabeleceu os seguintes princípios, diretrizes, instrumentos, conteúdos e obrigações:

Art. 126. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes:

I – garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;

II – gestão democrática da cidade, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre o poder público, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município, de modo a evitar e corrigir distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população;

VI – ordenação e controle ao uso do solo urbano, de forma a evitar:

a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;

a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;

a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

a deterioração de áreas urbanizadas;

a poluição e a degradação ambientais;

VII – integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio, cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico,

XIII – audiência do poder público e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XV – regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificações, consideradas a situação econômica da população e as normas ambientais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

Art. 127. O poder público municipal, para assegurar a prevalência dos direitos urbanos, utilizará, os instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade.

§ 1º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não identificado, subutilizado, ou não utilizado, que promova adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II – impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III – desapropriação, nos termos da lei federal;

§ 2º O direito de propriedade urbana não pressupõe o direito de construir, que deverá ser autorizado pelo poder público municipal.

Art. 128. O plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, obrigatório e aprovado mediante lei, abrangerá as funções da vida coletiva, em que se incluem habitação, trabalho, circulação e recreação e, em conjunto, os aspectos físicos, econômico, social e administrativo.

I – disposições sobre o sistema viário urbano e rural, o zoneamento urbano, a edificação e os serviços públicos;

II – disposições sobre o desenvolvimento econômico e a integração da economia municipal à regional;

III – promoção social da comunidade e criação de condições de bem-estar da população;

IV – organização institucional que possibilite a permanente planificação das atividades públicas municipais e sua integração aos planos estadual e nacional;

Art. 129. O Plano Diretor deverá conter, dentre outras previstas no Estatuto da Cidade, normas relativas à:

I – delimitação das áreas de preservação natural;

II – delimitação das áreas destinadas à habitação popular, dotadas de rede de abastecimento de água, esgoto e energia;

III – delimitação de áreas destinadas à implantação de equipamentos para educação, atividades culturais e esportivas, saúde e lazer da população;

IV – delimitação das áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor hídrico e atmosférico;

V – critérios para autorização de parcelamento, desmembramento ou remembramento do solo para fins urbano, e de implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a sua forma de gestão;

VI – delimitação das áreas impróprias para ocupação urbana, por suas características geotécnicas.

Parágrafo único – As normas municipais de edificação, zoneamento, loteamento ou para fins urbanos atenderão às peculiaridades locais e à legislação federal e estadual pertinentes.

Como se vê, tal como a lei orgânica anterior já o fizera, a lei de 2004 não só tornou o Plano Diretor obrigatório, como também estabeleceu seu conteúdo mínimo, que apesar de pequenas incorreções e obviedades (como as constantes do parágrafo único do artigo 129), é compatível com as exigências do Estatuto da Cidade – lei federal 10257/01 – e com o termo de referência do ParanaCidade.

Na seção **DA HABITAÇÃO E DO SANEAMENTO** a lei orgânica municipal define como critérios o atendimento prioritário à família carente, a assessoria técnica gratuita e projeto padrão para a construção de moradia popular.

Quanto ao **MEIO AMBIENTE** a lei orgânica estabeleceu, em seção respectiva, que cabe ao poder público municipal exigir, na forma de lei, estudo prévio de impacto ambiental, para instalação de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente. Assim como: compete também ao município: preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, proteger a fauna e a flora e garantir área verde mínima, na forma definida em lei para cada habitante, entre outros.

Ao **PLANEJAMENTO MUNICIPAL** e à **PARTICIPAÇÃO POPULAR**, a lei orgânica destinou todo um capítulo integrante do título “**DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**”. Reza a lei no capítulo já referido:

Art.215. O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação de serviços públicos municipais.

O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais, no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura locais e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

O planejamento municipal será acompanhado por um Conselho Municipal de Planejamento, na forma da Lei, formado por representantes do executivo, do Legislativo e da comunidade, através de associações representativas.

Art.216. O processo de Planejamento Municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando que autoridades, técnicos de planejamento, executores e representantes da sociedade civil participem do debate sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.

Art.217. O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

- *Democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;*
- *Eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;*
- *Complementariedade e integração de políticas, planos e programas setoriais;*
- *Viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliações a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;*
- *Respeito e adequação à realidade local e regional e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.*

Art.218. A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanente, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário

Art.219. Integram fundamentalmente o planejamento municipal:

- *O plano diretor e legislação correlata;*
- *O plano plurianual;*
- *A lei das diretrizes orçamentárias;*
- *A lei orçamentária anual, compreendendo:*
 - a. *Orçamento fiscal;*
 - b. *Orçamento de investimentos;*

c. Orçamento da seguridade social.

Parágrafo único: Incorporam-se aos componentes do planejamento municipal indicados nos incisos do caput deste artigo projetos e programas desenvolvidos setorialmente pelo município.

Assim a lei orgânica tornou obrigatória a participação popular no processo de planejamento em consonância com o Estatuto da Cidade. Relacionou os principais instrumentos que integram o planejamento municipal e vinculou a execução de planos e programas do governo municipal às diretrizes do Plano Diretor.

Por fim ressalta-se que a lei orgânica instituiu (art.54) que o processo legislativo compreende a elaboração de:

- **Emendas à lei orgânica do município;**
- **Leis complementares;**
- **Leis ordinárias;**
- **Decretos legislativos;**
- **Resoluções.**

Como objeto de leis complementares, que devem ser aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da câmara municipal, a lei orgânica relacionou:

- **Código Tributário Municipal;**
- **Código de Posturas**
- **Código de Obras ou Edificações**
- **Código de Zoneamento;**
- **Código de Parcelamento do Solo;**
- **Regime Jurídico dos Servidores;**
- **Plano Diretor**

2.10.2. LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

As leis do Plano Diretor, do perímetro urbano, do parcelamento do solo para fins urbanos, do zoneamento do uso e ocupação do solo urbano, do sistema viário, das edificações e obras, das posturas municipais e as de aplicação dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade são consideradas básicas em um Plano Diretor.

Das leis retrocitadas, o município de Ribeirão do Pinhal possui a do perímetro urbano, a de posturas municipais, a do parcelamento do solo para fins urbanos, e a de zoneamento do uso e da ocupação do solo urbano.

O **PERÍMETRO URBANO** atual do município foi instituído pela lei 1112/98 e abrange apenas a sede do município. O núcleo urbano do distrito de Triolândia não possui delimitação.

As disposições do município sobre o **PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS** foram instituídas pela lei 1131 aprovada em junho de 1999. Esta lei, fundamentada na lei federal 6766 de 1979, estabelece as normas específicas do município para os loteamentos, desmembramentos e remembramentos. A lei 1131/99 está estruturada em oito títulos, a saber:

- I. Das disposições preliminares;
- II. Das áreas parceláveis e não parceláveis;
- III. Da consulta previa;
- IV. Do anteprojeto do loteamento;
- V. Do projeto de loteamento;
- VI. Do projeto de desenvolvimento e remembramento;
- VII. Da aprovação e do registro de loteamento;
- VIII. Das disposições finais.

Apesar de abranger os principais aspectos relacionados ao parcelamento do solo para fins urbanos, a lei 1131/99 contém algumas imperfeições importantes. A título de exemplo destaca-se que esta lei remete o dimensionamento das vias para o disposto na lei do sistema viário, no entanto, o município não possui uma lei específica que trate do sistema viário.

Outro aspecto importante é que a lei 1131/99 estabelece que as áreas e as testadas mínimas dos lotes são aquelas estipuladas na lei de zoneamento de uso e ocupação do solo urbano. Entretanto apresenta um quadro onde constam as zonas e as respectivas áreas e testadas mínimas que não são exatamente as mesmas zonas, áreas e testadas que aparecem na lei de zoneamento, colocando-as em conflito. Por fim, a lei 1131/99 está desatualizada frente às alterações que sofreu a lei 6766/79 promovida pela lei federal 9.785 de 29 de fevereiro de 1999.

O **ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO** da sede do município foi instituído pela lei 1.117/98, aprovada em 27 de outubro de 1998. Seu conteúdo está disposto ao longo de 16 títulos, a saber:

- I. Das disposições preliminares;

- II. Dos alvarás;
- III. Do zoneamento;
- IV. Das zonas residenciais;
- V. Das zonas centrais;
- VI. Do setor estrutural;
- VII. Do setor coletor;
- VIII. Do setor de serviços e comércio;
- IX. Da zona de restrição;
- X. Da zona industrial;
- XI. Do setor de parques;
- XII. Da proteção dos fundos de vale;
- XIII. Da classificação, definição e relação dos usos do solo;
- XIV. Da arborização urbana;
- XV. Das áreas de estacionamento e recreação;
- XVI. Das disposições finais.

A lei 1.117/98 caracteriza-se por uma redação confusa, permeada de imprecisões conceituais, omissões na classificação das atividades e, principalmente, incompatibilidades entre as características pretendidas para uma determinada zona e seus respectivos índices de ocupação do solo. Exemplo: na ZR2, qualificada como zona residencial de alta e média densidade, a altura máxima das edificações é de apenas dois pavimentos. Um outro aspecto relevante é a quantidade excessiva de zonas residenciais. Essa grande quantidade de zonas é incompatível em uma cidade do porte de Ribeirão do Pinhal. Algumas delas apresentam características de uso muito restritivo. Se levadas a efeito, provocaria “um funcionalismo” exacerbado e contrário à maior mistura de usos, desde que não conflituosos.

O **CÓDIGO DE POSTURAS** municipal foi instituído pela lei nº 1251 de 16 de novembro de 2004. Seu conteúdo está distribuído por 473 artigos, agrupados nos seguintes títulos, capítulos e seções:

- TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS
 - CAPÍTULO I - Disposições Preliminares
- TÍTULO II - DA FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÕES E PENALIDADES
 - CAPÍTULO I - Da Fiscalização e das Infrações
 - SEÇÃO I - Da Fiscalização
 - SEÇÃO II - Das Infrações
 - CAPÍTULO II - Das Penalidades
 - SEÇÃO I - Das disposições Gerais
 - SEÇÃO II - Da Advertência ou Notificação Preliminar
 - SEÇÃO III - Das Multas
 - SEÇÃO IV - Da Apreensão de Material, Produto, Mercadoria ou Alimento
 - CAPÍTULO III - Do Procedimento Administrativo
 - SEÇÃO I - Das Autuações
 - SUBSEÇÃO I - Do Auto de Infração
 - CAPÍTULO IV - Do processo de Execução
 - SEÇÃO I - Da Defesa do Autuado
 - SEÇÃO II - Do processo Administrativo
 - SEÇÃO III - Do Recurso
 - SEÇÃO IV - Dos Efeitos das Decisões

- SEÇÃO V - Da Representação
- TÍTULO III - DA CASSAÇÃO DO ALVARÁ E LACRE DE ESTABELECIMENTO**
- TÍTULO IV - DA HIGIENE PÚBLICA**
- CAPÍTULO I - Disposições Gerais
- CAPÍTULO II - Da Higiene das Vias Públicas
- SEÇÃO I - Generalidades
- CAPÍTULO III - Da Higiene dos Terrenos e Edificações
- CAPÍTULO IV - Da Higiene da Alimentação
- CAPÍTULO V - Da Higiene dos Estabelecimentos
- SEÇÃO I - Da Higiene das Indústrias, Comércio e Prestadores de Serviços de Produtos Alimentícios, dos Hotéis, Pensões, Restaurantes, Casas de Lanches, Bares, Lanchonetes, Padarias, Confeitarias e Estabelecimentos congêneres
- SEÇÃO II - Da higiene dos Salões de Barbeiros, Cabelereiros e Estabelecimentos Congêneres
- SEÇÃO III - Dos Hospitais, Pronto Socorros, Casas de Saúde, Asilos e Maternidades
- SEÇÃO IV - Da Higiene Dos Abatedouros, Casas de Carnes, Açougues e Peixaria
- SEÇÃO V - Da higiene dos Prestadores de Serviços e do Comércio de Aves e Animais Domésticos
- SEÇÃO VI - Da Higiene das Piscinas de Natação e Recreação, Saunas e Casas de Massagens
- TÍTULO V - DA POLICIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA**
- CAPÍTULO I - Da Moralidade e do Sossego Público**
- CAPÍTULO II - Dos Divertimentos Públicos**
- CAPÍTULO III - Do Trânsito Público**
- CAPÍTULO IV - Da Nomenclatura das Vias e Logradouros Públicos**
- CAPÍTULO V - Da Numeração dos Prédios**
- CAPÍTULO VI - Dos Espaços das Vias e Logradouros Públicos
- CAPÍTULO VII - Da Preservação da Estética dos Edifícios
- SEÇÃO I - Dos Toldos
- SEÇÃO II - Dos Lambris
- CAPÍTULO VIII - Dos Passeios, Muros e Cercas
- CAPÍTULO IX - Dos Cemitérios e Das Construções Funerárias
- CAPÍTULO X - Dos Locais de Culto
- CAPÍTULO XI - Dos Anúncios e Cartazes**
- CAPÍTULO XII - Do Inflamáveis, Explosivos e Produtos Químicos**
- CAPÍTULO XIII - Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Caieiras, Olarias, e da Extração de Areia, Saibro e Argila
- CAPÍTULO XIV - Das Medidas Referentes aos Animais
- CAPÍTULO XV - Da Extinção de Insetos Nocivos
- TÍTULO VI - DO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PARTICULARES E DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS**
- CAPÍTULO I - Do Licenciamento dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Prestadores de Serviços
- SEÇÃO I - Das Industrias, do Comércio e Prestadores de Serviços Localizados
- SEÇÃO II - Do Comércio Ambulante
- SEÇÃO III - Do Horário de Funcionamento
- SEÇÃO IV - Da Aferição de Pesos e Medidas
- TÍTULO VII - DA POLÍCIA URBANÍSTICA E DE OBRAS**
- TÍTULO VIII - DO CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL**
- CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais
- CAPÍTULO II - Da Proteção dos Recursos Ambientais
- SEÇÃO I - Das Disposições Gerais
- SEÇÃO II - Da Proteção dos Recursos Hídricos
- CAPÍTULO III - Do licenciamento, Controle e Fiscalização das Fontes Poluidoras
- SEÇÃO I - Disposições Gerais
- SEÇÃO II - Da Fiscalização das Fontes Poluidoras
- CAPÍTULO IV - Das Disposições Específicas
- TÍTULO IX - DAS ACTIVIDADES AGRÍCOLAS**
- CAPÍTULO I - Das Estradas Municipais
- CAPÍTULO II - Das Queimadas, dos Cortes de Árvores e das Pastagens
- CAPÍTULO III - Das Destilarias de Alcool
- TÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**
- TÍTULO XI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Por demais abrangente, as determinações do código de posturas, em larga medida, são atuais. No entanto, algumas incongruências precisam ser eliminadas, com base nas definições do Plano Diretor. Como exemplo, os artigos que classificam as vias rurais de acordo com os meridianos (direção norte/sul) e paralelos (direção leste/oeste) e os que vinculam a altura máxima de sons às normas da sociedade americana de padrão, ignorando as normas nacionais e do Paraná. Outrossim, o código de posturas em vigência faz menção, em seu artigo 167, a cassinos, atividade proibida no Brasil a décadas. Por fim é necessário adequar o código municipal às exigências do código de saúde do Estado do Paraná – Lei Estadual 13.331 de 23 de novembro de 2001 e decreto estadual 5.711 de 05 de maio de 2002.

2.10.3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO

A **ESTRUTURA ADMINISTRATIVA** da secretaria municipal, instituída pela lei nº 851/90, compreende duas assessorias do prefeito, seis departamentos e uma secretaria, a saber:

Assessorias:

- **Gabinete**
- **Jurídica**

Departamentos:

- **Administração**
- **Fazenda**
- **Rodoviário, obras habitação e urbanismo**
- **Saúde e bem estar social**
- **Educação e cultura**
- **Desenvolvimento econômico**

Secretaria:

- **Meio ambiente**

As unidades administrativas acima relacionadas possuem as seguintes atribuições:

*Ao **Departamento de Administração** compete executar as atividades relativas ao expediente, documentações, comunicações; protocolo, arquivo e zeladora; ao recrutamento, seleção, treinamento,*

regime jurídico, controles funcionais e demais atividades do pessoal; de padronização; aquisição, guarda, distribuição, controle de andamento e arquivamento definitivo de papéis da prefeitura, de conservação interna e externa do prédio da Prefeitura, móveis e instalações.

*O **Departamento da Fazenda** é o órgão encarregado de exercer a política econômica e financeira do município, das atividades referentes ao lançamento, fiscalização e arrecadação dos tributos e demais rendas municipais, do recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos dinheiros e outros valores do município; da elaboração e execução dos orçamentos do município especialmente o orçamento – programa e o orçamento plurianual de investimentos; do controle e escrituração contábil da Prefeitura; e do assessoramento geral em assuntos fazendários.*

*O **Departamento Rodoviário, Obras, Habitação e Urbanismo** é órgão encarregado de executar as atividades concorrentes à construção, pavimentação e conservação de estradas, caminhos municipais e vias urbanas; à execução do plano rodoviário municipal ao funcionalismo do maquinário, equipamento rodoviário e do britador da prefeitura; a elaboração de projetos e obras públicas municipais e aos respectivos orçamentários; à construção e conservação de obras públicas municipais e instalações para prestação de serviços à comunidade; à administração dos serviços de produção de tubos, lajotas e outros materiais de construção, à fiscalização de contratos relacionados com os serviços de sua competência, levantar problemas ligados às condições habitacionais a fim de desenvolver programas de habitação popular, à prestação e manutenção dos serviços públicos locais, tais como limpeza pública, cemitérios, mercados, feiras livres e iluminação pública, promover o desenvolvimento urbano, considerando em conjunto os aspectos físicos, econômicos, sociais e administrativos da área planejada, fiscalizar a aplicação de normas concorrentes às construções particulares, aos loteamentos, ao zoneamento e a estética urbana, promover a implantação de normas de urbanismo, segundo planos e projetos existentes; à manutenção das ruas, praças; parques e jardins e a arborização existentes; à manutenção das ruas, praças; parques e jardins e a arborização de logradouros públicos.*

*O **Departamento de Saúde e Bem Estar Social** é o órgão encarregado de promover os serviços de Assistência médica odontológica social à população do município; de promover atendimento das necessidades que se dirigem à Prefeitura em busca de ajuda, de encaminhar a postos de saúde, hospitais e outros serviços assistenciais às pessoas que necessitam dessa providência; de promover o levantamento de recursos da comunidade que passam a ser utilizados no socorro e assistência a necessitados; de fiscalizar a aplicação de auxílios e subvenções consignadas no orçamento municipal para entidades de assistência social; de conformidade com a legislação vigente, de promover o saneamento básico do município.*

*O **Departamento de Educação e Cultura** é o órgão encarregado da execução, supervisão e controle das atividades relativas à educação no município; à instalação e manutenção de estabelecimentos municipais de ensino; à elaboração e execução do Plano Municipal de educação; a melhoria da qualidade de ensino, a assistência e amparo ao estudante carente, à manutenção dos programas de alimentação escolar, à difusão cultural em todas as suas manifestações, incentivar a prática do esporte e das atividades recreativas, no sentido da melhor qualidade da vida humana, à administração do parque esportivo municipal.*

*O **Departamento de Desenvolvimento Econômico** é o órgão encarregado de promover a realização de programas de fomento à agropecuária; indústria, comércio e todas as atividades produtivas do município; incentivar e orientar a formação de associações, cooperativas e outras modalidades de organização voltadas para as atividades econômicas; estimular a adoção de medidas que possam ampliar o mercado de trabalho local; promover a realização de cursos de preparação ou especialização de mão de obra necessária às atividades econômicas do município; promover a articulação com diferentes órgãos, tanto no âmbito governamental como na iniciativa privada, visando ao aproveitamento de incentivo e recursos para a economia do município.*

A **secretaria municipal do meio ambiente (SEMMARP)** foi criada por lei específica (nº1.212) em 2002. Sua estrutura não acompanha a organização administrativa implantada pela lei nº851/90. Essa última estruturou administrativamente a prefeitura municipal através de assessorias e departamentos, sem que se tenha sido criada alguma outra unidade administrativa hierarquicamente superior ou inferior aos mesmos. Já a SEMMARP surge como secretaria, dotada de gabinete próprio, apoio técnico, duas superintendências, uma divisão e seis departamentos. Qual seja, a mesma quantidade de departamentos que compõe todo o resto da administração do município.

Do exposto percebe-se a urgência em rever a organização administrativa do município, dando tratamento uniforme às diferentes unidades administrativas. Essa revisão possibilitará atender, inclusive, ao disposto na lei orgânica que reza: “a lei disposta sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias e assessorias municipais”. É imprescindível, que acompanhe a reestruturação administrativa do município, a implantação de um quadro de carreira dos servidores públicos municipais, compatível com o expresso no título V, capítulos I e II da lei orgânica.

2.10.4. CONSELHOS MUNICIPAIS

A administração municipal conta com os seguintes conselhos:

- **Conselho Municipal de Esportes.**
- **Conselho Municipal de Assistência Social.**
- **Conselho Municipal de Empregos e Relações do Trabalho.**
- **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente CONDEMA.**
- **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural CDMR.**
- **Conselho Municipal de Alimentação Escolar.**
- **Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social.**
- **Conselho Municipal da Educação.**
- **Conselho Comunitário de Segurança.**
- **Conselho Municipal Antidrogas.**
- **Conselho de Desenvolvimento do Município.**
- **Conselho Municipal do Idoso.**
- **Conselho Municipal da Saúde.**
- **Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente.**

2.10.5. SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Das condições operacionais dos departamentos, naquilo que se relaciona diretamente ao planejamento municipal, destaca-se a completa inexistência de um **SISTEMA DE INFORMAÇÕES** adequado à tomada de decisões. Apenas o departamento da Fazenda e o cadastro mobiliário possuem informações sistematizadas e em meio digital. Dos dados existentes apenas os relativos às finanças municipais podem ser considerados satisfatórios. Os demais, em particular, os relacionados ao cadastro imobiliário exigem completa atualização.

2.10.6. FINANÇAS

A análise histórica das despesas de administração pública municipal (direta) revela um quadro onde há superávit constante no período 2001/03 e déficit nos anos de 2000 e 2004, conforme demonstra a Tabela FIN 01, abaixo.

TABELA – FIN 01
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA DESPESA E RECEITA
(valores em reais)

ANO	DESPESA TOTAL (A)	RECEITA TOTAL (B)	A/B
2000	4.948.140,40	4.525.021,48	1,10
2001	5.261.118,10	5.641.008,52	0,94
2002	6.618.386,02	6.974.193,39	0,95
2003	6.442.188,66	6.528.728,65	0,99
2004	7.361.702,11	7.307.945,06	1,01

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

A receita do Poder Executivo Municipal é composta basicamente por Receitas Correntes, mostrando participação acima de 97% do total. Exceção nesse quadro é o ano de 2002, quando as Receitas de Correntes representaram 88%. A média da participação das Receitas de Capital na Receita Total, nos anos de 2003/04, foi de 2,0%.

TABELA – FIN 02
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
COMPOSIÇÃO DA RECEITA MUNICIPAL
(valores em reais)

Ano	Receitas Correntes	%	Receitas de Capital	%	Receita Total	%
2000	4.414.342,46	98%	110.679,02	2%	4.525.021,48	100
2001	5.501.008,52	98%	140.000,00	2%	5.641.008,52	100
2002	6.126.843,10	88%	847.350,29	12%	6.974.193,39	100
2003	6.308.571,39	97%	220.157,26	3%	6.528.728,65	100
2004	7.290.098,66	99%	71.603,45	1%	7.361.702,11	100

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

As Transferências Correntes compõem a maior fonte dos recursos financeiros. Entre 2000 e 2004, o percentual médio das Transferências situou-se em 89,2% do total das Receitas Correntes. Juntos, FPM e ICMS representaram, nos últimos 5 anos, em média, 60,9% da Receita Corrente. A participação média do Fundo de Participação dos Municípios (F.P.M.) foi de 47,9% da Receita Corrente. Por sua vez, o percentual médio de participação do ICMS na composição da Receita Corrente foi de 13,0%.

A Receita Tributária é pouco expressiva. Em 2004, foi de R\$ 436 mil e tem representado cerca de 5,7% da Receita Corrente. Deduz-se deste valor, na hipótese do Poder Executivo estar exercendo os limites de apuração, que a capacidade contributiva da população é bastante pequena. O imposto de característica estritamente local e incidente sobre a propriedade urbana - I.P.T.U. – respondeu, em 2004, por menos de 1% da Receita Corrente. Nos últimos 5 anos a média foi de 1,06%. O I.T.B.I. também pouco representou. Tem se mantido próximo de 1%, o que revela a baixíssimo volume de trocas do mercado imobiliário. A Contribuição de Melhoria não tem expressão, o que demonstra a não execução de obras possíveis de lançamento do tributo, ou o lançamento a preços ínfimos.

TABELA – FIN 03

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO ESTADO (VALORES EM REAIS)

Variável	2000	2001	2002	2003	2004
quota-parte ICM	743.261,23	815.978,35	756.322,50	689.124,88	770.156,32
quota-parte IPVA	90.821,76	91.156,11	107.424,45	127.877,85	142.118,17
quota-parte Fundo	29.013,43	29.369,73	26.113,05	20.253,76	23.582,25
Outras Transferências	280,15	85.227,55	66.266,30	61.181,87	18.052,24
Total	863.376,57	1.021.731,74	956.126,30	898.438,36	953.908,98

FONTES: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 04
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA UNIÃO (VALORES EM REAIS)

Variável	2000	2001	2002	2003	2004
Quota-parte FPM	2.513.786,02	2.937.480,77	2.881.119,68	2.937.233,09	3.363.002,83
Fundo Especial	17.527,92	21.705,60	31.075,99	42.775,43	48.718,94
IRRF	12.868,27	34.202,17	-	-	-
ITR	22.035,07	27.156,88	26.336,06	32.597,91	62.699,70
L.C. 87/96	66.630,64	59.869,68	62.571,00	46.975,73	33.590,16
Convênios	0	402.906,71	406.075,50	406.828,07	432.484,03
Outras	474.436,35	385.946,07	25.810,00	-	30.174,59
Total	3.147.072,93	3.879.267,88	3.432.988,23	3.466.410,23	3.970.670,25

FONTES: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 05
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE
(valores em reais)

Receitas	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	10.838.34	0.1
Servicos	-	-	-	-	48.043.32	0.8	34.711.84	0.6	197.615.31	2.7
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimonial	22.417.12	0.5	44.699.22	0.8	78.471.33	1.3	96.348.18	1.5	43.790.99	0.6
Tributária	245.373.50	5.6	309.794.26	5.6	363.530.69	5.9	364.477.55	5.8	436.478.84	6.0
Transferencias	4.010.449.50	90.8	4900.999.62	89.1	5.484.494.15	89.5	5.570.750.89	88.3	6.431.813.03	88.2
Outras Receitas	136.102.34	3.1	245.515.42	4.5	152.303.61	2.5	242.282.93	3.8	167.558.15	2.4
Receita Corrente	4.414.342.46	100	5.501.008.52	100	6.126.843.10	100	6.308.571.39	100	7.290.098.66	100

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 06
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE
(valores em reais)

Ano	ICMS	ISS	IPTU	C. MELHORIA	FPM	TAXAS DE SERVIÇOS	OUTRAS
2000	743.261.23	23.647.96	78.580.49	-	2.513.786.02	74.497.19	1.091.248.59
2001	815.798.35	42.884.18	57.351.10	-	2.937.480.77	79.801.44	1.327.622.26
2002	756.322.50	57.432.11	57.933.14	1.058.33	2.881.119.68	83.350.05	2.781.170.21
2003	689.124.88	62.597.47	55.141.50	1.186.73	2.937.233.09	94.845.04	2.688.599.94
2004	770.156.32	76.256.54	65.647.04	3.095.77	3.363.002.83	92.762.52	2.937.024.04

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 07
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS NA RECEITA
CORRENTE
(valores em reais)

VARIÁVEL	2000	2001	2002	2003	2004
ITBI	31.654,99	77.645,63	60.042,56	55.753,69	91.181,81
IPTU	78.580,49	57.351,10	57.933,14	55.141,50	65.647,04
ISS	23.647,96	42.884,18	57.432,11	62.597,47	76.256,54
TAXAS	111.490,06	131.913,35	104.633,21	135.181,88	134.954,92
CONT. MELHORIA	-	-	1.058,33	1.186,73	3.095,77
OUTRAS	22.417,12	44.699,22	78.471,33	151.696,36	61.089,58
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	4.414.342,46	5.501.008,52	6.126.843,10	6.308.571,39	7.290.098,66

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 08
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS NA RECEITA
CORRENTE
(valores em %)

VARIÁVEL	2000	2001	2002	2003	2004
ITBI	0,7	1,4	0,9	0,8	1,2
IPTU	1,7	1,0	0,9	0,8	0,9
ISS	0,5	0,7	1,0	0,9	1,0
TAXAS	2,5	2,4	1,7	2,1	1,8
CONT. MELHORIA	-		0,0	0,0	0,0
OUTRAS	0,5	0,8	1,2	2,4	0,8
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 09
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS NA RECEITA

ITEM	PARTICIPAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004
FPM	% na Receita Corrente	55,5%	52,0%	41,3%	45,0%	46,0%
	% na Receita Total	56,9%	53,4%	47,0%	46,5%	46,2%
ICMS	% na Receita Corrente	16,8%	14,8%	12,3%	10,9%	10,5%
	% na Receita Total	16,4%	14,5%	10,8%	10,5%	10,5%

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 10
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL
(valores em reais)

VARIÁVEL	2000	2001	2002	2003	2004
Alienação de bens	-	25.000,00	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Transferência de Capital	110.679,02	115.000,00	220.157,26	220.157,26	17.846,40
Outras Receitas	-	-	-	-	-
Receita de Capital Total	110.679,02	140.000,00	220.157,26	220.157,26	17.846,40

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 11
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL
(valores em %)

VARIÁVEL	2000	2001	2002	2003	2004
Alienação de bens	-	18	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Transferência de Capital	100	82	100	100	100
Outras Receitas	-	-	-	-	-
Receita de Capital Total	100	100	100	100	100

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

Os indicadores encontrados na proporcionalidade entre Despesas de Capital e Correntes mostram o peso da manutenção da estrutura administrativa. Em Ribeirão do Pinhal, nos últimos 5 anos, em média, 88,9% da Despesa esteve comprometida com Despesas Correntes. Os gastos com pessoal e encargos, nos

últimos 5 anos, significaram, em média 51,5% da Despesa, com tendência a crescimento de percentual. Em 2004, esse valor estava em 54%. Material de Consumo tem mantido sua participação próxima de 12,8% da Despesa. Material Permanente tem tido pouquíssima participação, evidenciando que o Município tem mantido o setor contraído evitando maiores investimentos em manutenção da estrutura administrativa. Os Serviços de Terceiros têm um comportamento regular nos últimos 3 anos: média de 14,2%.

TABELA – FIN 12
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
COMPOSIÇÃO DA DESPESA
(valores em reais)

Ano	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Despesas total	%
2000	4.618.131,65	93,3	330.008,75	6,7	4.948.140,40	100
2001	4.811.438,88	91,4	449.679,22	8,6	5.261.118,10	100
2002	5.321.036,53	80,4	1.297.349,49	19,6	6.618.386,02	100
2003	5.894.978,13	91,5	547.210,53	8,5	6.442.188,66	100
2004	6.485.584,32	88,1	876.117,79	11,9	7.361.702,11	100

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal.

TABELA – FIN 13
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO (VALORES EM REAIS)

ANO	RECEITA TOTAL	RECEITA EFETIVA	DESPESAS CORRENTES	AMORTIZAÇÃO	DESPESAS CORRENTES + AMORTIZAÇÃO	CAPACIDADE DE INVESTIMENTO	CAPACIDADE DE INVESTIMENTO % DA REC. EFETIVA
2000	4.025.021.48	4.525.021.48	4.618.131.65	167.978.15	4.786.109.80	-261.088.32	-5.77
2001	5.641.008.52	5.641.008.52	4.811.738.88	236.090.24	5.047.529.12	593.479.40	10.53
2002	6.974.193.39	6.974.193.39	5.321.036.53	280.642.70	5.601.679.23	1.372.514.16	19.68
2003	6.528.723.65	6.528.728.65	5.894.978.13	296.927.69	6.191.905.85	336.822.83	5.16
2004	7.361.702.11	7.361.702.11	6.485.584.32	234.558.09	6.720.142.41	641.559.70	8.72

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

Obs: Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito.

TABELA – FIN 14
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (VALORES EM REAIS)

Ano	PESSOAL		MATERIAL CONSUMO		MATERIAL PERMANENTE		OBRAS		SERVIÇOS		OUTROS		TOTAL
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
2000	2.231.050.13	45	959.788.63	19	680.00	0.02	161.350.60	3	1.021.663.43	21	573.607.61	11.08	100
2001	2.759.200.54	52	653.426.40	12	102.928.27	2	110.660.71	2	697.962.90	13	936.939.29	19	100
2002	3.279.691.64	50	691.193.43	10	105.842.87	2	865.863.92	13	810.813.86	12	864.980.30	13	100
2003	3.661.369.86	57	750.145.17	12	53.702.96	1	180.969.31	3	793.919.87	12	1.002.081.49	15	100
2004	3.940.129.37	54	811.261.14	11	319.004.85	4	268.979.43	4	935.317.61	13	1.087.009.71	14	100

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 15
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
POSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA EM CONTRATOS
(POSIÇÃO EM 1º DE DEZEMBRO DE 2004 – VALORES EM REAIS)

VARIÁVEL	DÍVIDA
Contrato do FDU - 1941	41.589,54

FORNE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

TABELA – FIN 16
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
DÍVIDAS COM SISTEMA PREVIDENCIÁRIO E OUTROS
(POSIÇÃO EM 1º DE DEZEMBRO DE 2004 – VALORES EM REAIS)

VARIÁVEL	DÍVIDA
INSS – Não ajuizado	-
Instituto de Previdência Municipal	-
Parcelamento INSS	92.729,20
Parcelamento FGTS	507.240,35
Total	599.969,55

FORNE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

INDICADOR DE ESFORÇO TRIBUTÁRIO POR HABITANTE

Para esta análise a receita tributária foi relacionada com a população do Município, possibilitando verificar qual a quantidade de recursos que o contribuinte está participando para a formação de Receita Tributária municipal. No período de 2003/04 a média da Receita Tributária foi de R\$ 400.477,00 resultando em R\$ 27,9 *per capita* (US 11,9, em dez/2005).

INDICADOR DE DEPENDÊNCIA

Neste índice procura-se avaliar em que medida o Município depende das receitas transferidas para poder oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas e Despesas Total. Quanto mais próximo de “1” maior a dependência do Município em relação as transferências, especialmente o FPM e ICMS. Entre 2000/04, o índice médio foi de 0,88. O ponto alto foi o ano 2004 (0,99) e o ponto mais baixo em 2000 (0,82).

TABELA – FIN 17
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
INDICADOR DE DEPENDÊNCIA
(valores em reais)

ANO	RECEITAS TRANSFERIDAS (A)	DESPESA TOTAL (B)	A/B
2000	4.010.449,50	4.948.140,40	0,81
2001	4.900.999,62	5.261.118,10	0,93
2002	5.484.494,15	6.618.386,02	0,82
2003	5.570.750,89	6.442.188,66	0,86
2004	7.290.098,66	7.361.702,11	0,99

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

INDICADOR DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS

Trata-se da relação entre Despesas Correntes e Receita Própria; ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da máquina administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Quanto maior o percentual, menor o esforço tributário do Município. A média entre 2000 e 2004 foi de 11,7%.

TABELA – FIN 18
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
INDICADOR DE FINANCIAMENTO DE GASTOS
(valores em reais)

Ano	Despesas Correntes "A"	Receita Própria "B"	Percentual B/A
2000	4.618.131,65	403.892,96	8,7
2001	4.811.438,88	600.030,68	12,4
2002	5.321.036,53	642.348,95	12,0
2003	5.894.978,13	737.820,5	12,5
2004	6.485.584,32	858.285,63	13,2

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal

INDICADOR DE POUPANÇA

Este indicador foi calculado obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes, ano a ano, no período de 2001/2004, e reflete os esforços financeiros da Administração. Os valores obtidos,

em números absolutos, comprova a existência de saldos positivos no período, conforme detalha a tabela abaixo.

TABELA – FIN 19
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DO PINHAL
INDICADOR DE POUPANÇA
(valores em reais)

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança (A-B)	Indicador (A/B)
2000	4.414.342,46	4.618.131,65	(203.789,19)	0,95
2001	5.501.008,52	4.811.438,88	690.569,64	1,14
2002	6.126.843,10	5.321.036,53	805.806,57	1,15
2003	6.308.571,39	5.894.978,13	414.593,13	1,07
2004	7.290.098,66	6.485.584,32	804.514,34	1,12

FONTE:: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal